

UNIVERSIDADE METODISTA DE SÃO PAULO

FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS DA RELIGIÃO

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DA RELIGIÃO

**PALANQUE DE PAPEL: O DISCURSO POLÍTICO DOS JORNAIS
EVANGÉLICOS BRASILEIROS NO PERÍODO DA REPÚBLICA VELHA**

Márcio Pereira de Souza

São Bernardo do Campo

2007

UNIVERSIDADE METODISTA DE SÃO PAULO

FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS DA RELIGIÃO

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DA RELIGIÃO

**PALANQUE DE PAPEL: O DISCURSO POLÍTICO DOS JORNAIS
EVANGÉLICOS BRASILEIROS NO PERÍODO DA REPÚBLICA VELHA**

Márcio Pereira de Souza

Orientador:

Professor Dr. Leonildo Silveira Campos

Dissertação de Mestrado apresentada em cumprimento parcial às exigências do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião, da Universidade Metodista de São Paulo, para a obtenção do grau de Mestre.

São Bernardo do Campo

2007

BANCA EXAMINADORA

PROF. DR. LEONILDO SILVEIRA CAMPOS - PRESIDENTE

PROF^a. DR^a. ELIANE MOURA SILVA - UNICAMP

PROF. DR. LAURI EMILIO WIRTH - UMESP

AGRADECIMENTOS

Ao Prof Dr. Leonildo Silveira Campos, pela orientação precisa, seu apoio e estímulo essencial para o meu crescimento como pesquisador.

À Profª Drª. Sandra Duarte de Souza e Prof. Dr. Lauri Emilio Wirth, pela participação na banca de qualificação, colaborando com sugestões oportunas.

Aos demais professores do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião, por tudo que ensinaram.

Aos companheiros e companheiras do Curso de Mestrado, pela oportunidade da convivência e o exercício mútuo da solidariedade.

À Ana Maria Fonseca, pela pontualidade no repasse da verba, e pela gentileza com que sempre me atendeu.

Ao Centro de Documentação e História Revº Vicente Themudo Lessa; ao Museu Presbiteriano Independente; à Convenção Batista de São Paulo, à Convenção Batista do Brasil (RJ) e à Biblioteca da Faculdade de Teologia da UMESP.

À Irene, companheira de sempre, e principalmente dos últimos dias, pelo carinho, paciência e apoio nas horas difíceis. Sua presença ao meu lado tem valor inestimável.

Ao Gabriel e à Cecília, filhos queridos, por compreenderem que o trabalho acadêmico exige ausência e desapego.

Aos Diretores e Diretoras das Escolas Municipais de Ensino Fundamental, pela compreensão e incentivo.

AGRADECIMENTO ESPECIAL:

Ao Instituto Ecumênico de Pós-Graduação em Ciências da Religião – IEPG pela bolsa de estudo oriunda da Missão Presbiteriana do Brasil – Presbyterian Church (USA) o que possibilitou a realização deste Mestrado

SUMÁRIO

RESUMO	07
ABSTRACT	08
INTRODUÇÃO	09
Historiografia do Protestantismo	15
O Protestantismo e a retórica do não-envolvimento	17
 CAPÍTULO 1	
DO BRASIL COLÔNIA AO GOLPE REPUBLICANO (1808-1889)	22
1.1. A retórica da neutralidade política	23
1.2. A situação retórica no período entre 1808 –1889	27
1.3. Situação retórica: O <i>Manifesto Republicano</i> de 1870	30
1.4. As condições da “neutralidade” pretendida no discurso protestante.	32
1.5. A “missão” dos missionários no Brasil	36
1.5.1. Daniel Parrish Kidder e James Cooley Fletcher: “imigrantes inteligentes”	36
1.5.2. Robert Reid Kalley e Ashbel Green Simonton: a igreja como base	40
1.5.3. Maçonaria, literatura e censura	42
1.5.4. Projeto evangélico de educação	47
 CAPÍTULO 2	
O DISCURSO DOS EVANGÉLICOS E A IMPLANTAÇÃO DA REPÚBLICA NO BRASIL - SONHOS, DESAFIOS E FRUSTRAÇÕES (1889-1916)	52
2.1. Uma imprensa vigilante	54
2.2. Uma imprensa republicana	57
2.3. As primeiras decepções com a República	62
2.4. A campanha pela guarda do domingo	64
2.5. Olhando para os Estados Unidos	67
2.6. Mudança de discurso sobre o domingo	69
2.7. A imprensa evangélica na conjuntura latino-americana	74
Conclusão	79

CAPÍTULO 3

A IMPRENSA PROTESTANTE NOS ÚLTIMOS 16 ANOS A REPÚBLICA VELHA (1916-1930)	81
3.1. A retórica do medo da revisão constitucional (1914-1918)	83
3.2. A retórica dos evangélicos - entre a militância e a apatia (1918-1919)	87
3.3. Na retórica, o confronto de ideais: liberalismo <i>versus</i> ultramontanismo (1919-1922)	89
3.4. A retórica evangélica em um momento em que a imprensa está amordaçada (1922-1926)	99
3.5. A crise anunciada (1926-1930)	106
Conclusão	116

CAPÍTULO 4

O DISCURSO DE NICOLAU SOARES DO COUTO ESHER (LAURESTO)	118
4.1. Aspectos Biográficos	118
4.2. Lauresto: Atos e retóricas	121
a) Jornalismo informativo	123
b) Jornalismo opinativo	124
c) Jornalismo interpretativo	125
d) Entretenimento	126
4.3. Retórica de candidato	127
Conclusão	139

CONCLUSÃO	140
Afirmações gerais sobre a imprensa protestante	141
Expressão Intertextual: o discurso da instituição	145
Expressão Assujeitada: a voz do outro	146
Expressão Totêmica: a voz da autonomia	147

FONTES PRIMÁRIAS	150
BIBLIOGRAFIA	151
ANEXOS	159

RESUMO

SOUZA, Márcio Pereira de. *Palanque de Papel: o discurso político dos jornais evangélicos brasileiros no período da República Velha*. Dissertação de Mestrado em Ciências da Religião, Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2007.

O protestantismo brasileiro, desde as suas origens na segunda metade do século XIX, é identificado pela leitura e pela palavra. Esta pesquisa ocupa-se desse universo, especificamente da palavra impressa, tal como se encontra nos jornais das diversas denominações protestantes. Os jornais denominacionais são um meio de comunicação importante tanto como suporte de ideologias como também para sua derrubada. Dessa forma, este trabalho toma como objeto de estudo o discurso sobre temas políticos e sociais presentes nos editoriais e textos impressos nas páginas de jornais evangélicos brasileiros com relação aos acontecimentos que marcaram a passagem do sistema monárquico ao sistema republicano de governo no Brasil. Assim, as fontes primárias utilizadas são os jornais protestantes do final do século XIX e início do XX, a saber: *Imprensa Evangélica*, *O Estandarte*, *O Jornal Batista* e o *Expositor Cristão*, respectivamente: presbiteriano, batista e metodista. A questão formulada se expressa nos seguintes termos: Em que medida os evangélicos, por meio do discurso impresso em seus jornais, expressaram a sua posição política? A fundamentação teórica utilizada vale-se do conceito de *atos retóricos*, formulado por de Tereza Halliday, aplicando-o na compreensão do discurso dos missionários, dos pastores e das igrejas. Segundo essa teoria, a palavra ou o discurso são sempre utilizados para acusar ou defender, criticar ou enaltecer, explicar, propor ou justificar realidades conhecidas, isto porque somos seres retóricos, usamos a linguagem como instrumento de mudança ou reforço de percepções, sentimentos, valores, posicionamentos e ações. Entendendo que a transição da Monarquia para a República no Brasil gerou conflitos, a pesquisa vai procurar, por meio do instrumental da análise de discurso, perceber em que medida a imprensa protestante retratou aqueles acontecimentos. Para tanto, tomando-se as fontes primárias, realizou-se leitura e seleção de textos de acordo com a pertinência ao objetivo proposto. Este material foi organizado e submetido à análise de discurso a partir de categorias *a priori*. Analisado como fenômeno relativo ao campo das Ciências Sociais, observamos o discurso impresso dos protestantes, suas ideologias de sustentação, seu imaginário e suas representações da sociedade brasileira e evangélica.

Palavras-chaves: Protestantismo, Discurso, Ideologia e Política

ABSTRACT

SOUZA, Márcio Pereira de. *Paper Stand: The political written discourse of the Brazilian evangelical newspapers in the period of the Old Republic*. Master thesis in Religion Studies, Methodist University of São Paulo (Universidade Metodista de São Paulo), Sao Bernardo do Campo, 2007.

Since its origins in the second half of the 19th century, Brazilian Protestantism is characterized by its affinity with the written and spoken word. This research is related to this fact, specifically to the written word as it is found in the journals of the numerous Protestant denominations. The denominational journals are important both as ideology supporters or crashers. This way, this work starts from what is written on political and social issues in the articles and printed texts found in the Brazilian evangelical journals, related to the events that characterized the transition from the monarchical government to the republican one. Thus, the primary sources used here are the Protestant newspapers of the end of 19th and beginning of the 20th century, notably: *Imprensa Evangélica*, *O Estandarte*, *O Jornal Batista* e o *Expositor Cristão*, respectively: Presbyterian, Baptist and Methodist. The formulated question can be expressed as follows: To what extent the Protestants, through the discourse printed in their journals, expressed their political position? The theoretical basis adopted here used the concepts of *rhetoric acts* formulated by Tereza Halliday, applied in the understanding of the missionaries, reverend and church written discourses. According to this theory, the written or spoken words are always used to blame or defend, criticize or praise, explain, propose or justify known realities, this is why we are rhetoric beings, use a language as a means of change or reinforcement of perceptions, feelings, values, positioning and actions. By assuming that the transition from Monarchy to Republic in Brazil caused conflicts, this research intends, through discourse analysis, to realize to what extent the Protestant press addressed what happened then. To that, once the primary sources were chosen, it was made a reading of the texts according to its relevance to the proposed aim. This material was selected, then organized and its discourse analyzed from the stand point of the *a priori* categories. By analyzing it as a phenomenon related to the field of the Social Sciences, we studied the Protestants' written discourse, supporting ideologies, imaginative aspects as well as the way they represented the Brazilian and evangelical societies.

Key-words: Protestantism, discourse, ideology and politics.

INTRODUÇÃO

“Nas páginas da história cabe tudo aquilo que desejar quem a constrói, mas esta história vai ocupar-se apenas de alguns seres especiais; desses monstros sagrados, que fazem com que os mortais comuns pareçam mais mortais e mais comuns ainda: os heróis”. (Paulo Miceli – *O mito do herói nacional*)

Escolher um tema e apresentá-lo em forma de dissertação, obedecendo as regras básicas da comunicação escrita e científica, não é tarefa das mais fáceis. Principalmente quando o nosso objeto de pesquisa encontra-se numa área de conhecimento cujos limites são fluidos e fugidios.

O título *Palanque de Papel* aponta para a hipótese inicial deste trabalho explicitada no subtítulo: o discurso político implícito ou explícito, dos jornais evangélicos no período da República Velha (1889-1930). Tal subtítulo indica também as fontes primárias utilizadas, jornais evangélicos; e o recorte temporal considerado. Assim, toma-se como objetivo estudar o modo como os jornais evangélicos brasileiros se posicionaram diante dos acontecimentos políticos que marcaram no Brasil o período de transição do Segundo Império para a República. A pergunta a ser respondida é esta: Em que medida os evangélicos, por meio do discurso impresso em seus jornais, expressaram sua posição política, mesmo quando afirmavam ser apolíticos?

Por sua vez, a pesquisa que aqui apresentamos insere-se tanto na área das Ciências Sociais e Religião, exatamente por examinar um fenômeno limítrofe à Sociologia, História Social e Cultural, Ciência Política e Ciências da Religião. A fim de atingir os objetivos propostos, procuramos trabalhar com a análise de discurso. A metodologia adotada partiu da leitura e seleção de textos dos jornais protestantes do final do século XIX e início do XX, a saber: *Imprensa Evangélica*, *O Estandarte*, *O Jornal Batista* e o *Expositor Cristão*, de acordo com a pertinência ao tema pretendido. A partir da leitura e seleção, os textos foram catalogados e apresentados em seqüência cronológica, conforme lista em anexo. O material, assim organizado, foi submetido à análise de discurso a partir de categorias *a priori* levantadas no estudo teórico. Por um critério histórico, os textos transcritos serão mantidos na ortografia da época. No período delimitado para a pesquisa, ocorreram modificações na língua portuguesa em relação a sua ortografia, o que poderá causar alguma estranheza ao leitor. Citamos como exemplo a grafia da palavra Brasil, que em 1864 era escrita com “z” e nos documentos mais recentes já aparece grafada com “s”. Lembramos que o estudo da ortografia e suas

alterações não constituíram objeto desta pesquisa.

Os textos destacados para análise serão apresentados conforme se encontram no original, preservando-se a língua portuguesa utilizada da época. Tratando-se de um período recuado do tempo, a língua utilizada poderá nos soar estranho, mas, por um critério histórico e metodológico, optamos por transcrevê-la na grafia original.

Quanto às fontes, é importante a idéia do Protestantismo brasileiro como a “religião do livro”, idéia que vem desde as suas origens na segunda metade do século XIX, por causa de sua aproximação da palavra falada com a escrita. Por isso escolhemos quatro dos principais jornais evangélicos brasileiros que circularam durante o período da transição do sistema monárquico para o sistema republicano no Brasil.

Os jornais são um meio de comunicação muito importante, tanto como suporte de ideologias como também para a sua derrubada. Por isso Nilson Lage (1990, p. 6) afirma “a relação do jornal com a realidade social é tão forte, que, dependendo da sociedade, podemos presumir a que tipo de leitores se dirige”. Uma das principais características do jornal como veículo de informação é a sua atualidade, e intensa relação com o cotidiano, o presente, o efêmero. Segundo Juarez Bahia (1990, p. 20) a missão do jornalismo se confunde com a natureza da informação. Sua prioridade básica é difundir notícias. Fora dessa função primordial, absorvem muitas outras como, por exemplo, a de promover o bem comum e a de estimular a mais ampla e livre troca de idéias entre as pessoas, quaisquer que sejam as suas convicções.

Os jornais a que tivemos acesso estão relacionados às denominações pertencentes ao protestantismo histórico brasileiro, apresentados aqui segundo a cronologia de seu aparecimento: *Imprensa Evangélica* (de 1864 a 1892), presbiteriano; *O Estandarte* (desde 1893), que se auto-intitula “Sucessor de *A Imprensa Evangélica*”; *O Expositor Cristão* (desde 1886), metodista, e *O Jornal Batista* (desde 1901). Todos estes jornais foram contemporâneos ou do Império em sua fase final (*Imprensa Evangélica* e *Expositor Cristão*) ou da República em sua fase inicial (*O Estandarte* e *O Jornal Batista*). Ressaltamos, ainda, que os dois primeiros alcançaram e se posicionaram diante dessa transição. Como veículo institucional, o alcance deles é específico, às vezes até restrito ao grupo que compartilha dos mesmos valores daquela instituição. É natural, portanto, que a instituição queira sobre ele exercer controle e censura, como afirma Orlando Coimbra (1993, p. 10): “Numa notícia, os eventos estarão ordenados não por seqüência temporal, mas pelo interesse ou importância decrescente, na perspectiva de quem conta e, sobretudo, na suposta perspectiva de quem

ouve. A importância de cada evento será aferida em função do evento principal da série”.

Apontamos, também, para o fato que cada jornal institucional transmite a sua mensagem, opiniões, emitindo ou omitindo sempre alguma coisa. Isto, principalmente quando dizem o que dizem e deixam de dizer o que poderiam dizer com relação às questões sociais e políticas. Para esta tarefa, estaremos utilizando os instrumentais teórico e metodológico próprios da análise de discurso conforme aparecem em Tereza Lúcia Halliday (1988), Helena Hathsue Brandão (2006) e Eni Puccineli Orlandi (2005).

Durante muito tempo, a linguagem foi entendida e compreendida como um produto final sobre o qual não seria necessária mais nenhuma consideração. Isto é, a linguagem é entendida independentemente de suas condições de produção. Essa posição aparece nas discussões a partir das contribuições de Ferdinand de Saussure (1857 a 1913), conforme Orlandi (2005). Cabe lembrar que devido à sua inclinação estruturalista, Saussure desconsiderava o sujeito falante como um elemento do processo da produção lingüística. Dessa forma, importava a língua por ela mesma, isto porque, para os teóricos estruturalistas, bastava descrever os diversos sistemas lingüísticos independentemente de seus sujeitos.

Outra é a posição de Noham Chomsky (1978) que ao tratar da *gramática transformacional*, provoca um desvio do olhar do objeto para o processo em que ele se dá, valorizando os mecanismos envolvidos. Dessa forma, a Lingüística alcança de fato status de ciência, estudando a linguagem no seu sentido estrito. No entanto, mesmo essa nova postura necessitava dar conta de uma série de limitações, entre elas o problema da homogeneidade, isto é, para funcionar a contento, é preciso a existência de um falante ideal, inserido numa sociedade ideal. E essa condição, por diversas razões, não se dá na realidade. O mundo e as pessoas são heterogêneos, como preconizam os marxistas dialéticos.

Outra limitação dessa postura reside no fato de que as pessoas, além de serem diferentes, se comunicam de várias maneiras e não só pela palavra, e sim por sentenças mais complexas, ou pelo *enunciado*, um conceito elaborado por Michael Foucault (1996). Há, portanto, uma inter-relação de unidades formadas por palavras e sentenças, que são fundamentais na comunicação humana. Por isso, analisar essas unidades maiores, a saber, os enunciados, discursos e textos, é ir além da mera observação morfo-sintática, na qual até o não dito pode ser um indicativo de um valor contextual. É por esta razão que a leitura dos jornais aqui analisados vai à busca também da negação, da contradição e da indiferença.

Avançando um pouco mais, por volta de 1960, o trabalho de Michel Pêcheux (1990), sobre a comunicação propõe que o processo interno de produção do discurso leve em conta as condições de produção. O que quer dizer que o objeto de estudo deixa de ser a fala, a escrita ou o texto em si mesmo e centra-se nas condições, na situação, no momento de produção. Vemos aí, então, uma inversão na linha de raciocínio, ou dito de outra forma, a atenção passa do texto para o sujeito.

Conforme Pêcheux, o processo histórico-social, bem como a influência ideológica, é determinante na construção de qualquer discurso, pois o sujeito-falante não se desvencilha disto com facilidade. Decorre daí, então, a importância dos *discursos institucionais*, como sustenta Roman Jakobson (2001, p. 36) uma vez que partem de uma situação típica: “quem fala/escreve, o faz em nome de um alguém institucional, mesmo que o redator utilize a primeira pessoa”. Este *falar em nome da instituição* é muito valorizado na escola francesa de análise de discurso, que aponta a capacidade do indivíduo em assumir os diversos discursos de acordo com as instituições, à medida que passa de um ambiente para outro. Por exemplo, esse processo é chamado de *assujeitamento* nas obras de Pêcheux (1990) e Brandão (2006). Nele, o *sujeito assujeitado* apropria-se de um discurso preexistente, e faz uso dele a partir de regras também preexistentes. Em consequência disso, pode-se dizer que não existem discursos originais ou textos individuais e que, nesse caso, recebem o nome de *intertexto*.

Essa tem sido a grande crítica que recebe a escola francesa: a valorização extremada das instituições como lugar do discurso por excelência, provocando esse reducionismo no sujeito. Uma voz destoante nesta compreensão é Mikail Bakhtin (1968), pois para ele o sujeito é um elemento participativo e atuante no processo de comunicação. A orientação marxista leva a entender o sujeito numa atitude de constante interação com a sociedade e também com a linguagem. Desse modo, linguagem para Bakhtin é um produto social. Apesar de termos aplicado acima o conceito *orientação marxista*, convém lembrar que Marx mesmo não reserva muito espaço em sua teoria para discutir a linguagem, de modo que é mais adequado buscar em Humboldt a sustentação da linguagem enquanto atividade social.

Esta dissertação considera o sujeito como porta-voz da instituição, aplicando o conceito de *sujeito retor* de Halliday (1988), e o conceito *linguagem autorizada* de Pierre Bourdieu (1992, p. 87). Para Bourdieu, os sacerdotes, professores ou qualquer representante de instituição, têm características lingüísticas estilizadas, que derivam da posição ocupada. cremos que isto se aplica também aos signatários dos editoriais. O

sujeito também é o sujeito autônomo na expressão de suas idéias, uma vez que nem sempre a palavra escrita, no caso do jornal, é aquela esperada pela instituição. Todavia, como ficou evidenciado na leitura dos jornais, há certo personalismo estabelecido nas instituições protestantes, e deste modo, muitas vezes a palavra do jornal é somente a palavra do seu redator. E quando isto acontece, temos de concordar com Bakhtin, pois há uma responsabilidade do sujeito na utilização desta linguagem e nesse caso, ele não é somente um divulgador de um discurso preexistente, mas ele é capaz de agir dentro deste processo, interferindo, aprimorando e até mesmo criando novas possibilidades no discurso social. O redator, como agente social, atua com certa independência, pois que anteriormente nomeado para aquela função, o seu cargo é reconhecido pela instituição, e por ser legítimo, sua palavra é *autorizada*. Agora autorizado, ele parte para aquilo que Bourdieu (1992, p. 86) chama de *operações sociais de nomeação*, que fica melhor entendido quando lemos:

todo agente social aspira, na medida de seus meios, a este poder de nomear e de constituir o mundo nomeando-o: mexericos, calúnias, maledicências, insultos, elogios, acusações, críticas, polêmicas, louvações, são apenas a moeda cotidiana dos atos solenes e coletivos de nomeação, celebrações ou condenações de que se incumbem as autoridades universalmente reconhecidas.

A palavra tem sido uma arma muito eficiente no ato de coerção, convencimento e acusação. Segundo Halliday (1987), ela ocorre dentro de uma *situação retórica*. A autora informa, também, que uma situação retórica é composta das seguintes circunstâncias: a *instância*, a *audiência* e um *conjunto de limitações*. Vale dizer que expressões como mexericos, calúnias, maledicências e insultos, indicam posturas que não se recomendariam para jornais evangélicos. Contudo, farão parte da retórica protestante na defesa de seus interesses. Nesse contexto teórico-metodológico, torna-se fundamental a explicitação de significados dos principais termos que serão utilizados nesse trabalho, a saber: “política”, ideologia, protestantismo, evangélicos, República Velha e discurso. O termo “política”, ciência ou arte de governar ou a aplicação desta arte, conjunto de negócios internos da nação, princípios ou opiniões.

Ideologia é aqui compreendida com o significado exposto por Marilena Chauí (1980, p. 65) como:

sistema ordenado de idéias ou representações e das normas e regras como algo separado e independente das condições materiais, visto que seus produtores – os teóricos, o ideólogos, os intelectuais – não estão diretamente vinculados à produção material das condições de existência. E, sem perceber, exprimem essa desvinculação ou separação através de suas idéias.

Protestantismo brasileiro é entendido aqui como um movimento histórico que se iniciou como força cultural e religiosa nas primeiras décadas da república brasileira. Ele está inserido num movimento religioso mais amplo, originado na Reforma Religiosa iniciada na Europa no século XVI, por Martinho Lutero, e sistematizada por João Calvino na Suíça, chegando ao Brasil principalmente por meio da ação missionária norte-americana. Evangélico é um termo utilizado de forma generalizada para designar as Igrejas Protestantes. Atualmente o termo evangélico vem perdendo seu sentido sobretudo por conta do movimento *gospel* e da mercantilização da religião. República Velha é a denominação convencional para a história republicana que vai da proclamação em 1889 até a ascensão de Getúlio Vargas, em 1930. Discurso é o elemento de mediação necessária entre o homem e a realidade, como forma de engajá-lo na própria realidade. No caso deste trabalho, o discurso analisado será o que aparece na linguagem escrita nos jornais das igrejas evangélicas.

Entendemos por política neste texto como um conjunto de processos, métodos, expedientes e ardis para se conseguir conservar e exercer o poder, e ainda como um conhecimento sistemático dos fenômenos políticos, isto é, do Estado, como fato político que engloba os demais fatos políticos. Nesta última acepção adotamos o termo Política como ele é utilizado pela maioria dos sociólogos contemporâneos. Por exemplo, na compreensão de Hannah Arendt (1993, p.39) o sistema político por excelência deve ser aquele que leva o bem estar a todos. Esse tema já aparecia em *O que é política?* (1998) e nele a autora afirma que "O sentido da política é a liberdade". Segundo ela, a idéia de política e de coisa pública surge pela primeira vez na polis grega considerada o berço da democracia. Utilizando o conceito grego de política é que Arendt nos diz que "A política baseia-se no fato da pluralidade dos homens", portanto, ela deve organizar e regular o convívio dos diferentes e não dos iguais. Para os antigos gregos não havia distinção entre política e liberdade e as duas estavam associadas à capacidade do homem de agir, de agir em público que era o local original do político. O homem moderno não consegue pensar desta maneira pelas decepções em relação ao político profissional e a atuação desse político no poder. Porém, Arendt, judia, que viveu os horrores da Segunda Guerra Mundial, acreditava na ação do homem e na sua capacidade de "fazer o improvável e o incalculável". Não é fácil transportar essa questão da política para os dias de hoje, uma vez que estamos carregados de desconfianças em relação aos homens do poder. Porém, o homem é um ser essencialmente político. Todas as suas ações são políticas e motivadas por decisões ideológicas. Tudo que fazemos na

vida tem consequências e somos responsáveis por nossas ações. A omissão, em qualquer aspecto da vida, significa deixar que os outros escolham por nós. Dessa maneira, também não é tarefa fácil compreender e explicar a participação política dos evangélicos no século XIX.

Fica evidente, que nem mesmo eles tinham clareza do que seria fazer política. O fato de cruzar os braços, ou mesmo sustentar um discurso apolítico já é em si uma forma de fazer política. Ativa ou passivamente o ato político estava acontecendo, e os discursos impressos nos jornais são disso os maiores testemunhos. Poderemos perceber nas páginas que seguem, que a inserção protestante no Brasil não se dá de forma dissociada da sociedade brasileira. A inserção protestante é também uma inserção social, por isso também, inserção política.

Historiografia do protestantismo

Para dar conta de estudar as relações estabelecidas nas diferentes etapas da inserção do protestantismo no Brasil, utilizaremos o conceito de *formação social* que, segundo Brandão (2006, p. 107):

caracteriza-se por um estado determinado de relações entre classes que compõem uma comunidade em um determinado momento de sua história. Estas relações estão assentadas em práticas exigidas pelo modo de produção que domina a formação social. A essas relações correspondem posições políticas e ideológicas que mantêm entre si laços de aliança, de antagonismo ou de dominação.

Outro conceito importante para o desenvolvimento desse trabalho é o de *ato retórico*, de Karlyne Kohrs Campbell, apresentado por Halliday (1987, p. 125) como:

uma tentativa intencional, criada e elaborada para superar os obstáculos numa dada situação, sobre determinada questão, para conseguir um determinado objetivo. Um ato retórico cria uma mensagem, cujo teor e forma, começo e fim são nela marcados por um autor humano, com um propósito para uma audiência.

Ancorados nesses conceitos, nos debruçamos sobre as origens do protestantismo no Brasil, a partir de referencial bibliográfico que permite a compreensão deste fenômeno histórico. Contudo, para os propósitos dessa pesquisa, maior atenção foi dada aos aspectos da correlação protestantismo e política.

Vicente Themudo Lessa (1938), historiador presbiteriano, a pedido de sua própria instituição, registra o histórico da Primeira Igreja Presbiteriana de São Paulo e

declara, logo na apresentação do livro: “intentei coisa mais desenvolvida também para a história do presbyterianismo brasileiro”. Trata-se de uma obra longa, composta de 720 páginas, valendo-se principalmente das fontes primárias, como atas, coleções do jornal *Imprensa Evangélica* e *O Estandarte*, além de outras notas, “tudo isso com o auxílio da memória e do conhecimento pessoal de muitos campos de evangelização em quase todo o país – eis o material de que me vim a servir”, é a explicação a respeito de suas fontes.

Júlio Andrade Ferreira (1960), também cumprindo uma incumbência institucional, escreve uma obra constituída de dois volumes, com mais de 1.030 páginas. Este autor apresenta assim seu trabalho: “Embora não tenhamos a pretensão de trazer a história de nossa Igreja, rigorosamente até nossos dias e tal seria mesmo impossível), não podemos deixar de mencionar sua última fase de vida neste seu primeiro século” (1960, p. 442-vol. II).

Émile Leonard (1963), historiador de formação, escreve, a princípio para a academia. Seus escritos aparecem primeiro de forma fracionada na *Revista de História da Universidade de São Paulo*. Também Leonard utiliza-se de fontes oficiais (jornais e documentos conciliares), ainda que apontasse a necessidade de maiores pesquisas a serem complementadas a partir de outras fontes, como arquivos públicos, repartições, entre outros.

Boanerges Ribeiro (1973), líder da denominação presbiteriana entre 1960 e 1978, também escreveu para a academia o livro *O Protestantismo no Brasil Monárquico*, obra de viés sociológico. Ainda que tivesse a intenção em produzir um trabalho desprovido de paixão, não conseguiu fugir da defesa ao protestantismo e de mostrar as “vantagens” desse movimento e sua aproximação com os ideais de liberdade e cultura. Para o interesse de nossa pesquisa, essa é uma obra importante por situar o protestantismo dentro do período da monarquia.

Paul Pierson (1974) publica nos Estados Unidos obra que pode ser classificada como de um brazilianista, assim chamados os pesquisadores estrangeiros. Tendo vivido no Brasil, conhecedor, portanto das entranhas do protestantismo brasileiro, comparou esse movimento com as estruturas sociais brasileiras cujas características marcantes são “conservadorismo” e “centralização administrativa”.

Jether Pereira Ramalho (1976) aborda a história do protestantismo, tomando como foco a educação. Nesse livro, Ramalho mostra como o Protestantismo aliou a ideologia do progresso com a educação e a opção religiosa.

David Vieira Gueiros (1980) escreve uma história do protestantismo a partir de

documentos não oficiais do protestantismo ou pelo menos, não produzidos pela instituição. Sua grande contribuição é a introdução de um tema crucial para a compreensão do protestantismo brasileiro em suas origens: a maçonaria. Também de grande interesse para a nossa pesquisa, devido ao fato de que as primeiras edições do primeiro jornal evangélico brasileiro terem sido impressas, exatamente em gráficas ligadas ao movimento maçônico.

Duncan Reily (1993) retrata a história do protestantismo por meio de documentos de natureza diversa. Não pretende uma explanação cronológica do protestantismo, privilegia a exposição de documentos. O dado cronológico mais importante é sua consonância com a história do Brasil em três períodos clássicos: Império, República e Ditadura Militar.

Antonio Gouveia de Mendonça (1995) publicou a sua tese de doutorado pela Universidade de São Paulo, e sob o sugestivo título “O celeste porvir” apresenta a sociologia do movimento protestante usando sua hinologia. Embora na cronologia adotada para o nosso trabalho esta seja a última obra citada, o texto de Mendonça, por ter fugido do tom ufanista é, a nosso ver, uma das melhores obras escritas sobre a inserção do Protestantismo em nosso país.

Há, também, o livro de Peri Mesquida (1994) que estuda a hegemonia norte americana e a educação protestante no Brasil, focando principalmente o grupo dos metodistas e, Israel Belo de Azevedo (1996), que conta a história dos batistas no Brasil, com ênfase na formação do pensamento batista brasileiro.

O Protestantismo e a retórica do não-envolvimento

A partir das informações históricas, destacamos o protestantismo em diálogo com a política, mais precisamente, o discurso evangélico sobre a política. O caminho percorrido foi o de pinçar artigos impressos nos jornais protestantes a respeito deste tema.

Estudar o campo religioso por intermédio de sua imprensa tem sido uma constante entre pesquisadores e pesquisadoras, de modo que se fosse apenas este o recorte da pesquisa, uma vasta lista teria de ser considerada. Citamos como exemplo os trabalhos de Maria Helena Rolim Capellato (1980) que estudou a ideologia presente no jornal *O Estado de S.Paulo*, bem como a imprensa paulista e suas relações com o liberalismo no período de 1920 a 1945 e de Nelson Werneck Sodré (1996), que escreve sobre a história da imprensa no Brasil.

Considerando que esses trabalhos fazem referência, de uma forma geral, ao catolicismo e que a pesquisa sobre a participação de jornais protestantes nos temas sociais e políticos no Brasil é muito escassa, principalmente se levarmos em conta o recorte histórico abordado, a passagem da Monarquia para a República no Brasil, pretendemos tomar como foco a imprensa evangélica desse período.

No campo religioso protestante, o que existe nas obras históricas já citadas é apenas menção aos jornais, periódicos e panfletos produzidos pelos diversos grupos religiosos. Nessa pesquisa, constatamos que era comum um jornal evangélico fazer referência a outros jornais, chamando-o de “nosso colega”. Porém, essa expressão tem um cunho apologético, principalmente quando “o colega” é alvo de críticas por um outro jornal católico.

Para efeito de análise de discurso dos jornais evangélicos, existe o trabalho de José M. Aguilera (1988) “Um povo chamado batista – Um Jornal (o Jornal Batista) a Serviço da Formação de uma Mentalidade Religiosa”, onde o autor examina a linguagem jornalística como suporte de uma lógica religiosa em que os evangélicos do ramo batista se sentiam encurralados contra a ação do catolicismo, religião majoritária no Brasil. Fatos políticos e sociais, de certa forma desagradáveis, eram interpretados como resultado dessa hegemonia católica na vida pública.

Ephraim Beda (1993) estuda a história da imprensa protestante brasileira na dissertação de Mestrado em Lingüística pela Universidade de São Paulo, sob o título “Editoração Evangélica no Brasil – Troncos, Expoentes e Modelos” apontando para uma característica básica da literatura religiosa, a qual seja: seu traço *polêmico-apologético*. Utilizando-se do conceito hegeliano *tese-antítese-síntese*, argumenta que no cristianismo este traço polêmico-apologético é ainda mais acentuado.

Um outro tema ligado ao nosso foi abordado por Paul Freston (1993), em “*Protestantismo e Política no Brasil*”. Nesse texto, o autor trata da relação ambígua entre evangélicos e política, afirmando que “para a grande maioria dos protestantes, as limitações religiosas sobre participação política nada acrescentavam às limitações que já sofriam como cidadãos comuns”. Para confirmar, ele cita uma frase do pastor presbiteriano Álvaro Reis (1915, p. 19), para quem “a influência política do protestantismo é nula”. Ainda que esta participação aumente ao longo da história, para o período coberto na nossa pesquisa, também não há grandes descobertas.

Rolf Schunemann (1992) analisa a relação dos crentes de confissão luterana no Brasil com as questões sociais e políticas no período de 1960 a 1975, e o faz por meio

da leitura de documentos oficiais e algumas entrevistas. *‘Do Gueto à Participação’*. Porém, trata-se de um trabalho de análise do discurso desta igreja luterana no Brasil.

Armando Araújo Silvestre (1996) apresenta ao Programa de Ciências da Religião da UMESP a dissertação *“Da Imprensa Evangélica ao Brasil Presbiteriano; o papel (in) formativo dos jornais da Igreja Presbiteriana do Brasil (1864-1986)”*. Neste trabalho, o autor afirma que, de 1958 a 1964, a mentalidade jornalística mudou e que também mudou a postura do jornal quando *“o Brasil Presbiteriano foi um jornal pluralista, de mente aberta a questionamentos sócio-políticos”*, e acrescenta: *“depois de 1964, voltou a ser conservador, com tendência ao fundamentalismo”*.

Francisco César Pinto da Fonseca (2001), na tese de doutorado em História Social pela USP, *“Divulgadores e Vulgarizadores: a grande imprensa e a constituição da hegemonia ultraliberal no Brasil”*, aponta as estratégias da imprensa na *formação do consenso* que segundo o autor, implica derrotar idéias concorrentes encarnadas por outros atores sociais.

Gilson Alberto Novaes (2002) apresenta no Curso de Comunicação Social da UMESP a dissertação *“Políticas de Comunicação da Igreja Presbiteriana do Brasil”*, mostrando como a comunicação e/ou discurso tem sido um instrumento de expansão, unidade e identidade deste grupo protestante. Novaes define o seu trabalho como *“análise de conteúdo”* da comunicação institucional, estudando a imprensa escrita da Igreja Presbiteriana do Brasil entre 1994 e 2002.

Joaquim Maria Guimarães Botelho (2003), na sua dissertação utiliza o conceito foucaultiano de poder, a partir do qual analisa a imprensa paulista e seu poder de persuasão, indicando que *“notícias são versões da realidade”*.

Karina Kosicki Bellotti (2004), publica na revista *Estudos da Religião* um artigo intitulado de *“Mídia, Religião e História Cultural”* tratando, numa perspectiva comparada, da identidade evangélica entre Brasil e Estados Unidos. Os jornais protestantes cumprem nesta construção um papel importantíssimo.

Inácio Rodrigues de Oliveira (2005) publica a dissertação *“Jornalismo Institucional, discurso religioso e persuasão”*. Em seu trabalho, apresenta conceitos básicos sobre a imprensa escrita, as principais características do jornalismo institucional, sua representatividade e, finalmente, analisa o discurso do jornal *Folha Universal*, da Igreja Universal do Reino de Deus. Segundo este autor, o jornal iurdiano alcança seus objetivos, isto é, tornar-se o porta-voz dos valores apregoados pela instituição através da persuasão, conquistando *corações e mentes*.

Éber Ferreira Silveira Lima (2005), no livro *“Protestantes em Confronto”*, aponta o conservadorismo teológico protestante como explicação para a difícil relação destes com a tarefa política.

Edwiges Rosa dos Santos (2006), ocupou-se em analisar o jornal *Imprensa Evangélica*, desde seu aparecimento até o encerramento de suas atividades (1864-1892), em dissertação de Mestrado (PUC-SP). Nesse trabalho, a autora retrata as diferentes fases desse jornal, que enfrentou o período de hegemonia católica, listando as características relevantes de cada periodização proposta, porém, não há uma preocupação específica em mapear os pronunciamentos políticos. O trabalho prende-se mais aos aspectos técnicos e gráficos, embora faça uma leitura bem aprofundada dos periódicos.

Tiago Hideo Barbosa Watanabe (UMESP-2006) na dissertação *“De Pastores a feiticeiros: a historiografia do protestantismo brasileiro (1950-1990)”*, estuda a produção historiográfica do período, a partir da contribuição da Nova História Cultural, indicando como as questões internas e externas afetaram as instituições religiosas, e como cada agente desta historiografia reagiu a tais transformações.

Por fim, Leonildo Silveira Campos (2006, p. 32), a partir da tipologia weberiana, apresenta dois tipos de posturas políticas encontradas nos evangélicos: *o político evangélico e o político de Cristo*. Citando o jornal *Imprensa Evangélica*, afirma: “nele encontramos opiniões assinadas por pastores, americanos e brasileiros, sobre a ação política deste ou daquele gabinete do Império”. O objetivo de nossa dissertação é apresentar o resultado da leitura destes pronunciamentos de missionários, pastores e leigos, ligando-os, ao que Tereza Halliday (1988) chama de *situação retórica*. Para essa autora, o conceito de *situação retórica* define um momento histórico em que há um conjunto de circunstâncias que, do ponto de vista de um retor, exige um discurso apropriado e potencialmente capaz de transformar a instituição.

Parafraseando o texto de Miceli (1988), no frontispício desta introdução, nas páginas dos jornais cabe tudo aquilo que desejar quem o escreve, a nós coube recolher aquilo que foi escrito e analisar tal material.

Apresentamos esta pesquisa em quatro capítulos divididos por critérios cronológicos relativos à História do Brasil e à História do Protestantismo.

No capítulo primeiro, cujo recorte inicia em 1808 e termina em 1889, explica-se o recuo no início em função dos eventos que facilitaram a entrada de estrangeiros no Brasil por meio dos acordos realizados entre Portugal e Inglaterra, como a Abertura dos

Portos às Nações Amigas e a vinda da Corte portuguesa para o Brasil, em 1808. Esses dois eventos, a nosso ver, estão diretamente ligados à entrada de imigrantes europeus de confissão protestante de modo que, embora a religião oficial do Império fosse a católica, o Protestantismo passou a gozar do *status* de religião lícita ou tolerada. O ano de 1889 marca o fim do período monárquico, com a Proclamação da República. Neste recorte, estudaremos a chegada dos missionários Protestantes, sua ação e pregação; o ambiente ideológico e político que prepara a passagem para a República, sendo o ambiente ideológico o liberalismo e político, os ideais republicanos cujo ponto marcante é o Manifesto Republicano de 1870.

No segundo capítulo, instalada a República e outorgada uma nova Constituição, o Protestantismo assume um novo *status*, o de religião permitida. Nesse período, estudaremos o discurso da imprensa em diálogo com a instituição republicana. Sonhos, desafios e frustrações dos protestantes brasileiros têm a ver com as expectativas que estes nutriam em relação à República.

No terceiro capítulo, tomamos como tema a Imprensa Protestante nos últimos 16 anos da República velha. A opção pelo recorte histórico inicial prende-se a fatores políticos e eclesiásticos. No plano político, o contexto da Primeira Guerra Mundial, que afeta o Brasil tardiamente. No plano eclesiástico, tomamos o Congresso do Panamá como um divisor de águas no movimento ecumênico pretendido pela Conferência Mundial de Missões. Na proposta inicial, a América Latina estaria inserida no contexto dos povos cristãos, à exceção dos povos indígenas. O Congresso do Panamá opõe-se a essa idéia e começa a se configurar um protestantismo diferenciado.

No quarto capítulo, escolhemos um personagem cuja atuação política tipifica o Protestantismo brasileiro e suas contradições. Trata-se de Nicolau Soares do Couto Esher, nascido em 30/07/1867, na cidade do Rio de Janeiro. Médico de formação, viveu em São Paulo onde desenvolveu atividades profissionais como médico, atividades políticas e foi o redator do jornal *O Estandarte*, entre os anos de 1905 e 1912.

CAPÍTULO I

DO BRASIL-COLÔNIA AO GOLPE REPUBLICANO

(1808-1889)

Iniciamos este capítulo com a transferência da família real portuguesa para o Brasil, que fugia de Portugal, sob o apoio da Inglaterra. O ano de 1808 assistiu a “abertura dos portos às nações amigas”, isto é, a Inglaterra protestante. Os tratados assinados pelo governo português com os ingleses, conforme registrou Boanerges Ribeiro (1981) exigiam uma tolerância que Portugal nunca tinha tido com outras religiões. Em 1810, a prevendo o fim da guerra na Europa, a Inglaterra pressionou D. João VI, para que assinasse o *Tratado de Comércio e Navegação* e o *Tratado de aliança e Amizade*. Esses acordos foram desfavoráveis ao crescimento comercial e industrial brasileiro, pois, por meio deles, qualquer produto inglês teria livre entrada em solo brasileiro, pagariam menos impostos que as outras nações, concorrendo diretamente com os produtos produzidos no Brasil. Para garantir que os ingleses que comercializavam ou viessem a morar no Brasil não sofressem perseguições de ordem religiosa, um dos pontos de *Tratado de Comércio e Navegação* assegurava liberdade religiosa aos ingleses que aqui se instalariam, enquanto que, pelo *Tratado de Aliança e Amizade*, D. João VI impedia a instalação da inquisição no Brasil. Dessa forma, ficou estabelecido que o governo brasileiro permitiria a prática religiosa aos protestantes ingleses e a construção de templos religiosos, sem a aparência exterior de igrejas. O artigo 5º deste tratado, como registra Reily (1993, p. 42) estabelecia que: “a religião católica apostólica romana continuará a ser a religião do império. Todas as outras religiões serão permitidas com seu culto doméstico ou particular, em casa para isso destinada, sem forma alguma exterior de templo”

Em 1822, o Brasil se torna independente, sendo em seguida promulgada a Constituição de 1824. Em relação à religião, a Constituição de 1824 estendeu o direito à prática religiosa foi estendido a todos os estrangeiros. Desse modo, após quase trezentos anos de ocupação exclusiva da Igreja Católica no Brasil, esta lei permitiu que outros grupos religiosos e correntes de pensamentos atuassem legalmente no Brasil. Em Ramalho (1976, p. 57), encontramos registrados os grupos que atuavam no Brasil e as datas de sua entrada: maçonaria em 1801; positivismo, considerado religião, 1881; luteranos, 1823; anglicanismo, 1835; metodistas, 1835; congregacionais, 1855;

presbiterianismo, 1859; batista, 1882; episcopais, 1890 e espiritismo, 1865. Forma-se assim, um cenário propício para o estabelecimento de missões protestantes no Brasil.

Neste capítulo, pretendemos mostrar como os jornais evangélicos, que iniciam sua história com a publicação de *Imprensa Evangélica*, se posicionaram diante dos acontecimentos políticos que marcaram a segunda metade do século XIX e o período de transição do segundo império ao sistema republicano no Brasil. A pergunta inicial é esta: Em que medida os evangélicos, por meio do discurso impresso em seus jornais, expressam sua posição política?

Estaremos, portanto, analisando o discurso protestante a respeito dos temas políticos e sociais. Para tanto, grande parte da argumentação aqui apresentada fundamenta-se na teoria de Tereza Lucia Halliday (1988) sobre os *atos retóricos*, aplicando sua teoria à compreensão dos discursos e ações dos missionários, pastores e igrejas. Nessa teoria, a palavra ou o discurso é sempre utilizado para “acusar ou defender, criticar ou enaltecer, explicar, propor ou justificar realidades conhecidas”. Isto, porque, como afirma Halliday (1988, p. 121) “somos seres retóricos: usamos a linguagem como instrumento de mudança ou reforço de percepções, sentimentos, valores posicionamentos e ações. Quando agimos como seres retóricos, geralmente estamos respondendo aos ditames de uma situação”.

Halliday (1988) afirma que os atos retóricos podem ser julgados pelo pesquisador, todavia, para isso deve haver critérios pré-estabelecidos, os quais devem ser : “pragmáticos (ou de efeitos), estéticos (ou de qualidade), e éticos (ou de valor)”. Embora possa escolher apenas um deles, o avaliador deveria preferir a conjugação dos três para uma avaliação mais completa.

A nossa tarefa será a de buscar no discurso impresso dos protestantes estas contingências e responder a pergunta: Que posição política têm os que dizem não ter posição política alguma? A seguir, estaremos identificando as diversas situações em que aparece essa pretensa neutralidade.

1.1. A retórica da “neutralidade” política

Para uma conceituação de *discurso*, adotamos a formulação de Orlandi (1988), em que a linguagem aparece como uma extensão da vida cotidiana e comum dos seus autores. Conseqüentemente, é importante observar todos os mecanismos envolvidos nesse processo, indo além do sentido lato, priorizando a forma como isso acontece.

Também estaremos considerando, nessa abordagem, a *dualidade constitutiva da linguagem*, conforme proposto por Helena Hathsue Nagamine Brandão (2004), para se voltar apenas para a língua como um sistema ideologicamente neutro, mas identificá-la num nível acima disto. Como afirma Brandão (2004, p. 11), “entre a língua e a fala, há o discurso”. Focando então o discurso, é preciso levar em conta que

A linguagem enquanto discurso não constitui um universo de signos que serve apenas como instrumento de comunicação ou suporte de pensamento; a linguagem enquanto discurso é interação, e um modo de produção social; ela não é neutra, inocente e nem natural, por isso o lugar privilegiado de manifestação da ideologia.

Para a mesma direção, aponta I.Koch (1996), ao afirmar que, em sintonia com essa produção social, existe também no discurso a *intencionalidade*. De acordo com a realidade situacional, quem fala e quem ouve, ou quem escreve e quem lê, necessitarão de algo que possibilite este relacionamento: o discurso. É o discurso que garante essa articulação. Assim, para Koch (1996, p. 19):

A interação social por intermédio da língua caracteriza-se, fundamentalmente pela *argumentatividade*. Como ser dotado de razão e vontade, o homem constantemente avalia, julga, critica, isto é, forma juízos de valor. Por outro lado, por meio do discurso –ação verbal dotada de *intencionalidade*- tenta influir sobre o comportamento do outro ou fazer com que compartilhe determinadas de suas opiniões.

Recorreremos ainda à contribuição de Michel Foucault (1969), que concebe os discursos como uma *dispersão*, ou seja, não estão ligados por nenhum princípio de unidade. É no trabalho de análise que serão buscadas as regras que regem a sua elaboração, que ele denomina de *regras de formação*. Foucault ainda propõe o conceito de *enunciado*, que vai além da combinação de letras, de falas ou estilos.

Foram estes conceitos que nortearam a nossa leitura dos jornais protestantes. Citamos, como exemplo desse fenômeno, um artigo sem assinatura, sob o título “Prospecto”, do número inaugural do jornal *Imprensa Evangélica*, fundado por Ashbel Green Simonton, no dia 05/11/1864, que apresenta aquilo que pode ser considerado a sua linha editorial:

“No meio do chãos de idéas religiosas, que divide actualmente os homens, inútil fora descobrir-lhes as fontes d’onde borbulha o mal, se para cura-lo lhes não applicassem meios. A propagação do Evangelho, pela vivificação da devoção domestica, pelo órgão de uma folha, particularmente a isso consagrada, eis da nossa parte a aplicação dos meios. Se de nossos esforços conseguirmos vingar senão o mínimo do nosso desígnio, ainda assim nos lisonjearemos jubilosos, por havermos cumprido com o nosso dever. Tal é a única missão da Imprensa Evangélica.[...] Com o progresso de nossa Igreja, iremos dando á nossa folha o

desenvolvimento que lhe convem, por publicações variadas, que, sem se afastarem de seu principal objecto, lhe procurarão a atractivo da novidade nas formas. Este trabalho, não tendo em vista senão os interesses exclusivamente religiosos da sociedade em geral, como em particular do individuo, *estranho á toda e qualquer ingerência em política*, (grifo nosso) a todos é consagrado; porém com muita particularidade o dedicamos áquelles para quem a religião de Jesus Christo ainda não se tornou cousa indifferente, e, no meio da perversão universal de seus princípios divinos, não trahirão ainda o dom mais precioso de Deos- a liberdade de consciência perante o Evangelho” (IE: 05.12.1864 –nº 1)

O grifo indica o ponto central do discurso. O redator faz questão de frisar a postura apolítica do jornal, porém já podemos identificar uma tensão, visto que ele utiliza palavras como “indifferente”, “perversão” e “trahirão”. No desenrolar do presente texto, veremos que estas palavras estarão sendo utilizadas como adjetivação, de pessoas, grupos ou mesmo idéias.

Embora não conste assinatura, sabemos que o jornal foi dirigido inicialmente por Simonton e Blackford, missionários presbiterianos, iniciadores do protestantismo no Rio de Janeiro e em São Paulo. Nesse editorial, podemos observar a proposta de um jornal evangélico de uma ação e discurso que pretendiam ser neutros. Nele percebemos que nada é dito sobre a situação política brasileira, além de indicar uma aversão ao tema. Além do jornal, as informações sobre o início do trabalho missionário de Simonton nos chegam por um diário deixado por ele. Esse diário cobre o período de 1852 a 1866, e foi publicado pela primeira vez no Brasil em 1982. Estamos nos baseando na segunda edição, publicada em 2002, traduzido por Daisy Ribeiro de Moraes Barros, a partir de cópias datilografadas no início do século XX. O organizador da presente edição (2002, p. 7), informa que os originais não foram encontrados nem em Princeton (onde Simonton estudou), tampouco na Sociedade Histórica Presbiteriana, em Filadélfia-USA. A SHP é o principal arquivo do presbiterianismo nos Estados Unidos.

Neste diário, Simonton informa que os originais do jornal foram entregues aos senhores Santos Neves e Quintana. Ainda sobre o jornal, afirma Simonton “sinto mais a responsabilidade deste passo que de qualquer outra coisa que antes intentei. Primeiro nos ajoelhamos em oração e entregamos essa iniciativa e nós mesmos à direção divina”. Em 26 de outubro Simonton (2002, p. 169) escreve:

A Imprensa Evangélica tem me dado muita ansiedade. Foi começada com o Padre, eu e o Sr.Blackford na redação, deixando para Neves e Quintano a gerência.Foi programada para sair uma vez por semana. Poucos dias foram suficientes para mostrar a insensatez de tal plano e a certeza de ficarmos envolvidos em grandes perdas se não assumíssemos a gerência. Pressionado com os problemas da casa, com a necessidade de recursos para o bebê e com a preocupação da *Imprensa*, sentia-me exausto e acabado. Dois números já saíram.

Recobrei a saúde e o equilíbrio de espírito e estou mais confiante e esperançoso.

No ano seguinte, em pleno período da Guerra do Paraguai, o jornal *Imprensa* faz uma incursão pelo tema da política em editorial intitulado *Os voluntários da Pátria*, em que defende a decisão da monarquia em convocar cidadãos para a guerra. Entretanto é possível notar aí certa barganha, quando o jornal apela para a defesa de suas principais bandeiras: “garantindo a liberdade da imprensa, a liberdade de consciência e de culto, e a organização de escolas públicas”. Citando a Inglaterra, Itália, França e Estados Unidos, continua:

“Folgamos em ver que o Brasil reconhece a necessidade de seguir o exemplo das outras nações, buscando no patriotismo e dedicação de seus filhos a força necessária para se proteger contra seus inimigos externos. Este apello que se faz ao povo em todas as folhas do Império, importa um solemne juramento, prestado pelo Monarcha do Brasil á bandeira do progresso, e como tal merece ser applaudido. O nome Voluntários da pátria é um titulo de honra, que garante ao mesmo tempo deveres e direitos cívicos. Um povo, digno de ser chamado em nome da pátria, para voluntariamente se alistar no seu exercito, não póde ser privado do livre exercicio de sua liberdade [...]. Esta nova politica de apellar para o povo, pressuppoem no povo certa educação, moralidade de patriotismo, que qualquer outro povo não tem. Se o governo de qualquer paiz, na sua política interna, se descuida de instruir e moralisar o povo, garantindo a liberdade da imprensa, a liberdade de consciência e de culto, e organizando escolas publicas em que a mocidade possa adquirir conhecimentos e hábitos próprios da época, qualquer apello que fizer ao povo, ou será desattendido, ou o povo mal instruído em seus deveres, não saberá levar a effeito os bons desejos que tem. Se o Brasil quer decididamente seguir a nova política, cumpre ao governo cuidar no ensino dado nas escolas publicas.[...] Não é possível achar meio termo, deixando o povo dormir entregue á si, sem a consciência de deveres, e sem o livre exercício do direito de associar-se e exprimir a sua vontade na tribuna e na imprensa, na fé de que, em chegando a hora do perigo nacional, o paiz estará prompto”.(IE: 23.03.1865)

No discurso acima, o que entendemos como barganha ou troca de favores pode ser percebido quando ele afirma que um povo que responde em nome da Pátria, voluntariamente, também precisa ser ouvido em suas reivindicações de exercício da liberdade. Usa-se o contexto político internacional, mas o cerne da questão é a liberdade local, de cultos. Antes, porém, de falarmos em favores, concessões ou coisas semelhantes, é preciso voltarmos no tempo para entender circunstâncias que levaram ao deslocamento de um grupo tão peculiar como esse dos protestantes, constituído de norte-americanos, ingleses, e demais povos europeus. Examinaremos, a seguir, esse contexto histórico.

1.2. A situação retórica no período entre 1808-1889

A chegada de protestantes ao Brasil, a pretexto de organizar suas comunidades, está diretamente atrelada às relações amistosas da coroa portuguesa, notadamente por meio de tratados comerciais com a Inglaterra. A chegada de uma corte européia modificou profundamente o cenário brasileiro, conforme nos informa Sérgio Buarque de Holanda (1972). Como já ocorria em Portugal devido ao Tratado de Methuen (1703) ou do Tratado Comercial com a França (1786), a presença de estrangeiros que professavam uma outra confissão religiosa se intensificou a partir de 1801, quando ocorre a Abertura dos Portos às Nações Amigas. Do ponto de vista interno, resulta na presença de comerciantes, mercadores, tripulantes e cidadãos em geral, que passavam, a partir de então, a circular, tanto em terras portuguesas, como em suas possessões ultramarinas.

Sobretudo, “a vinda apressada”, interpretada na historiografia como fuga, sob a proteção da Inglaterra, foi um dos fatores cruciais para a inserção de outro culto não-católico, no caso o anglicanismo. Pelo Tratado de Amizade e Aliança, conforme registra Fernando Novais (1979), se estabelece, inclusive, a proibição de ações persecutórias nos moldes da Inquisição, que se praticava em Portugal e na Espanha. O Tratado do Comércio e Navegação, firmado no dia 19 de fevereiro de 1810, no artigo XII, declara:

“Sua Alteza Real, o Príncipe Regente de Portugal, declara, e se obriga no seu próprio nome, e no de seus herdeiros e sucessores, que os vassalos de Sua Majestade Britânica, residentes nos seus territórios e domínios, não serão perturbados, inquietados, perseguidos, ou molestados por causa da sua religião, mas antes terão perfeita liberdade de consciência e licença para assistirem e celebrarem o serviço divino em honra do Todo-Poderoso Deus, quer seja dentro de suas casas particulares, quer nas suas igrejas ou capelas [...] Contanto, porém, que as sobreditas igrejas e capelas sejam construídas de tal modo que externamente se assemelhem à casas de habitação; e também que o uso dos sinos não lhes seja permitido para o fim de anunciarem publicamente as horas do serviço divino”. (Reily: 1993, p. 40.)

E assim se fez. Em 26 de maio de 1822, se erige a primeira capela anglicana no Rio de Janeiro, sendo que o próprio José Bonifácio de Andrada e Silva recomenda ao intendente geral da polícia as providências necessárias “para se conservar a boa ordem nesse dia”.¹ No bojo destes acordos também chegam os protestantes da Confederação Suíça, que se estabelecem no estado do Rio de Janeiro, em Nova Friburgo. D. João VI (1818), e depois D. Pedro I incentivam a entrada de camponeses vindos desta região, sendo que em maio de 1824 chega uma leva considerável de alemães, e estes optam

¹ Reily se refere a esse fato citando Robert Walsh, in *Notices of Brazil in 1828 and 1829*, Boston, 1831- 1, I, 182.

pelo Rio Grande do Sul. Acompanhando este grupo, estava o seu pastor, Frederick Oswald Sauerbronn que, ato contínuo, organiza a igreja alemã. Ainda em 1827, uma pequena igreja composta de alemães e franceses é organizada no dia 21 de maio. Por sua composição diferenciada, esta comunidade evangélica adotou tanto o alemão como o francês em seus serviços religiosos, e mais, uniu luteranos e calvinistas debaixo da mesma confissão de fé. Todavia, somente em 1874 é que os estatutos da igreja foram reconhecidos pelo governo imperial e assim ela pode ser reconhecida civilmente, inclusive se baseando no decreto 3069 de 17/04/1863, que permitia o registro de casamentos, nascimentos e óbitos de pessoas não católicas em suas próprias comunidades. Apesar da escolha do recorte histórico e da expressão “República Velha” no título desta dissertação, a pesquisa está ancorada diretamente em uma concepção não linear da História. Por esta razão, o ponto de partida não será, como se poderia supor, o ano da proclamação da República brasileira (1889), mas sim, o início do século XIX, período imperial, marcado por diversas mudanças econômicas e sociais.

O período aqui estudado (1808-1889) se caracteriza por uma série de conflitos, que visavam, ora manter a monarquia portuguesa, ora desmontá-la. Naturalmente, cada uma destas tendências vinha acompanhada de um discurso próprio. Ora, o jornal *Imprensa Evangélica* se encaixa bem neste modelo de comportamento, todavia, a neutralidade afirmada em suas páginas iniciais, vai aos poucos sendo esquecida. O *Imprensa Evangélica* (16/09/1865), quando anuncia os avanços da Guerra do Paraguai e o tratamento dado aos prisioneiros de guerra, já está se inserindo em um tema político, e mais ainda, emprega termos elogiosos ao imperador, o que o caracteriza como um discurso político. O outro ingrediente presente na trama é o projeto de afirmação da superioridade dos brasileiros sobre o povo paraguaio. Não há dúvida nenhuma que o tom do texto é político, como se pode notar:

“O Imperador que á ultima data se achava em Caçapava tinha expedido uma ordem terminante sobre o tratamento dos prisioneiros de guerra que estivessem no poder das forças brasileiras. Os termos desta ordem não desmentem em nada da reputação em que D. Pedro II é tido em toda a parte do mundo, *como monarcha illustrado, sabio e bom* (grifo nosso)

Os grifos confirmam a tendência política do articulista, insere o Imperador e, por consequência, o próprio país, em sintonia com as nações mais avançadas do mundo. A temática da guerra, bem como a convocação aos “destemidos voluntários da Pátria”, cria a situação retórica pretendida.

O quadro político-partidário se agita com a abdicação de D. Pedro I. O filho,

.Pedro de Alcântara (Pedro II) torna-se herdeiro do trono aos 5 anos de idade, e só poderia, por lei, governar aos 18 anos. Era o início do Período Regencial no Brasil. Os grupos que lutavam para assumir o controle dos centros políticos de decisão estavam configurados da seguinte forma: os *Restauradores*: partidários do absolutismo monárquico, que pretendiam a recolonização do Brasil ou a volta de D. Pedro I (quando ele ainda era vivo) ao trono. Esse grupo perdeu força e se desfez após 1834, com a morte de D. Pedro I, em Portugal; os *Liberais Exaltados*, que defendiam o regime federalista, o qual concederia maior autonomia política e econômica às províncias. Para ser implantado, deveria ocorrer a descentralização administrativa. Estes, mais tarde, foram o gérmen do sistema republicano; os *Liberais Moderados*, que também defendiam a descentralização e pregavam um regime constitucional. Entretanto, estes liberais partiram para a negociação com o governo imperial, sem fazer uma oposição tão radical. Após a abdicação de D. Pedro I, os Liberais Moderados tornaram-se a principal força política, tendo como adversários os Exaltados e os ex-Restauradores.

A partir de 1837, e estendendo-se até o final do Império, podemos indicar a presença de dois partidos políticos que se alternavam no poder: o *Partido Liberal* e o *Partido Conservador*. Parte do grupo dos moderados fundou o Partido Conservador, defendendo maior centralização do poder nas mãos do imperador, enquanto outra parte formaria o Partido Liberal, juntamente com alguns liberais exaltados. Como representantes das elites agrárias brasileiras e membros da elite imperial, ambos os partidos, não tinham grandes diferenças entre si. A atuação deles não consistia em propor reformas que pudessem ferir seus interesses ou do grupo social que representavam.

Lilia Moritz Schwarcz (1998, p. 74) coletou cantigas populares do tempo do império, e numa delas, de forma bem humorada, está retratada a divergência entre grupos que disputavam o poder, e no centro estava a figura do imperador ainda menino: “Queremos Pedro II, embora não tenha idade, A nação dispensa a Lei, e viva a maioria!” A tais afirmações o grupo dos políticos convencionais e contrário à maioria respondia: “Quem põe governança na mão de criança, Põe geringonça no papo da onça!”.

Essas tendências se faziam presentes em diferentes regiões brasileiras, sendo este período caracterizado por inúmeras revoltas, que no fundo eram de contestação da ordem vigente, ou mesmo de caráter separatista. Ainda que fossem organizados pelas elites, grande parte da população brasileira, devido ao estado de miséria em que vivia,

aderiu a estes movimentos, transformando-os em rebeliões populares. João José dos Reis (1986, p. 64-65) relata várias rebeliões de escravos na Bahia e por todo o Brasil, destacando-se entre elas: Cabanagem, no Pará (1835-1840); Farroupilha, Rio Grande do Sul e Santa Catarina (1835-1845); Sabinada, na Bahia (1837-1838); Balaiada, no Maranhão e Piauí (1838-1841); Revolta dos Malês, em Salvador (1835) e a Revolta Praieira, em Pernambuco (1848-1849).

Todas as revoltas foram violentamente sufocadas pelas forças do governo central, mas os focos de resistência e o sentimento de liberdade nunca desapareceram.

1.3.Situação retórica: O *Manifesto Republicano de 1870*

Embora não tivesse a mesma origem social dos movimentos anteriores, o enfrentamento ao governo imperial e os contratos para a sua derrubada retomam com força na fase final do Segundo Reinado (1870-1889). É o movimento liberal, ao qual Raimundo Faoro (2004, p. 443) se refere com grande entusiasmo:

O fermento da rebeldia não fora aniquilado; cavara, apenas, um leito subterrâneo, onde continuou a fluir, sufocado. As eleições de 1860 (para a legislatura 1861-64) deram o primeiro rebate, com a exumação das aspirações liberais da fase regencial, retornando da sepultura os líderes mumificados. O degelo desce das montanhas, com o ressurgimento, à vista dos atônitos políticos e estadistas, dos animais pré-históricos, subitamente devolvidos à vida, filhos de outra época, no comando da renovação.

Logo após a chegada do presbiterianismo ao Brasil, e com Simonton já morto (1867), o discurso retórico dos evangélicos poderá ser analisado a partir de um novo eixo: a articulação dos adeptos do republicanismo. Assim, nossa atenção precisa agora se voltar para um importante documento histórico: o “*Manifesto Republicano de 1870*”, que é emblemático, porque, de certa forma, termina por agregar um pouco de cada uma das bandeiras levantadas anteriormente.

Conforme Sérgio Buarque de Holanda (1997), esse documento, apesar de representar um momento significativo de indicação de ruptura no processo político brasileiro, no aspecto político ele é *anti-revolucionário e contemporizador*, dada a presença substancial de políticos adeptos ao liberalismo. Nas palavras de Galdino das Neves, um liberal que compunha a sessão legislativa: “Revolução armada, ninguém a quer”, ao que outro responde: “E nem, Senhores, eu a desejo”. E o liberal que responde, era Saldanha Marinho (Holanda:1997, p 258), que prossegue:

Mas lembrem-se os meus nobres colegas de que as desmandas que estamos presenciando, o desequilíbrio nas nossas finanças, e após a bancarrota, os excessos do Poder, até com sua mesquinha constituinte de intervenção da Coroa, o descuido, a covardia dos liberais, audácia dos chamados homens da ordem, hão de afinal dar os seus infalíveis resultados. Se as coisas continuam como vão, a revolução é inevitável. Porque não havemos nós de dirigi-la pacificamente, adotando já o que o país impaciente reclama, e que afinal, perdida a esperança, se verá na necessidade de impor, usando de sua soberania?

Sabe-se pouco da presença de protestantes como signatários deste manifesto, porém Léonard (1963, p. 68-69) aponta que um desses signatários o engenheiro e professor Miguel Vieira Ferreira, que freqüentaria os cultos presbiterianos no Rio de Janeiro. Sua adesão formal deu-se quatro anos mais tarde, e por seus desvios doutrinários (experiências místicas, segundo Leonard), foi desligado da Igreja Presbiteriana do Rio de Janeiro, em 1879. Nesse mesmo ano, fundou a Igreja Evangélica Brasileira, que iniciou com *status* de “igreja autorizada” pela Secretaria do Império, tão grande era a sua influência de Ferreira na sociedade brasileira.

No entanto, a chegada dos republicanos ao poder aconteceu 19 anos depois do *Manifesto* e, nessa época, Ferreira já estava envolvido com a sua igreja (Émile Leonard: 1963). Segundo o seu relato, assinou o manifesto, mas não acompanhou os acontecimentos de 1889, devido estar o seu interesse voltado para a sua comunidade: “não tive a fortuna de achar-me presente às ocorrências do dia 15, porque outros deveres imperiosos me retinham fora da cidade, privando-me de ter conhecido os fatos e de compartilhar a responsabilidade desse grande dia”, teria dito Ferreira após a proclamação.

O *Manifesto Republicano* de 1870 tem como *aparato ideológico*, para usar uma expressão de Louis Althusser (1974), o *Clube Republicano* e o jornal *A República*, criados naquele mesmo ano. Um trecho deste manifesto pode nos dar a idéia do que então se pretendia:

O regime da federação, baseada, portanto, na independência recíproca das províncias, elevando-as à categoria de Estados próprios, unicamente ligados pelo vínculo da mesma nacionalidade e da solidariedade dos grandes interesses da representação e da defesa exterior, é aquele que adotamos no nosso programa, como sendo o único capaz de manter a comunhão da família brasileira.

O mote maior do Manifesto, conforme Reynaldo Carneiro Pessoa (1989), é convencer os brasileiros de que era necessário um esforço único de solidariedade, para fazer da Pátria um grande país, e consolidar os interesses da família brasileira. Como

veremos a seguir, o apoio que a imprensa presta à causa republicana está diretamente ligado aos seus interesses de expansão e sobrevivência.

1.4. As condições da “neutralidade” pretendida no discurso protestante.

Enquanto amadurecem as idéias republicanas, mesmo aquelas pessoas que estão próximas do poder imperial, percebendo o esgotamento do sistema, de uma maneira ou de outra, contribuem para minar as resistências. A esse período corresponde também a fase de implantação, crescimento e amadurecimento do protestantismo no Brasil. Reily (1993) afirma que “durante quase todo o período em estudo, as igrejas protestantes relutaram muito em se envolver com a política, a não ser quando a liberdade de culto e de propaganda religiosa parecia estar em perigo”. Sobre esse tema, o jornal *Imprensa Evangélica*, já em sua quarta edição, acompanhava atentamente o desenrolar da Assembléia Provincial, ocorrida em 26 de novembro de 1864, trazendo em seu editorial o seguinte comentário:

“Passando em revista a discussão da assembleia provincial de 26 do próximo passado, na parte relativa á liberdade de cultos, cremos dever sobre ella expender algumas reflexões. A forma da discussão apresentando alguma difficuldade em determinar se se allude principalmente á pregação do Dr. Kelly, ou á liberdade de consciência ou de culto, ou directa ou indirectamente ao procedimento policl, obriga-nos analysa-la toda, na esperança de fazermos assim sobresahir a verdade. Pretende-se, em primeiro lugar, tornar a policia unica responsável de arbitrariedades, ao mesmo tempo que a defende-se como que não tendo obrado sob sua própria inspiração, nem devendo-o fazer. Sem nos occuparmos do modo por que procederão as respectivas autoridades, não só porque nos faltão documentos como porque preferimos o lado puramente religioso da questão, lamentamos as consequências do emprego da força, sem desconhecemos sua necessidade efficacia para manutenção da ordem. Não podemos atinar por que a qualidade de medico seja considerada circumstancia prejudic ial ao ministério evangélico!

A questão que está por trás destas reflexões refere-se aos eventos envolvendo um missionário anterior a Simonton, Robert Reid Kalley (1809-1888), médico escocês, que desde 1855 iniciara a pregação protestante entre os estrangeiros residentes no Brasil. Essa prática foi considerada por muitos como ilegal, e acreditamos que tomou proporções maiores quando duas senhoras pertencentes à nobreza aderiram à sua pregação e foram por ele batizadas. A acusação circunstancial foi de exercício ilegal da medicina e proselitismo. Ações policiais se tornaram uma constante nas reuniões protestantes, por isso o redator fala em emprego da força. É possível ainda perceber que a intenção do texto não é simplesmente uma defesa de Kalley, mas sim garantir a propaganda entre os que estavam aderindo ao movimento:

O que sinceramente e profundamente nos afflige é que nossos homens de posição, nossos jovens deputados e publicistas não estejam mais em dia com a opinião que de nós propaga por toda a Europa uma immensidade de periódicos que não tem outro fim senão nos apresentarem aos olhos do mundo como bárbaros.[...] Quereis para a sociedade todas as garantias que tenham por primeiro broquel o evangelho e por principal protector Christo? É o que desejão todos os povos e indivíduos civilizados, é o que reclamão todos os homens bem intencionados da fé. Pretender-se porém hoje interpretar a constituição com restricções arbitrarías, que nos recuarão de séculos aos tempos da inquisição, é ridículo. No Brasil, onde circula todo genero de livros, propagando liberrima e até licenciosamente systemas bons e máos, pretender-se restringir a pratica do evangelho a uma fé tácita e morta, a pretexto de garantir a sociedade contra propagandas perigosas, é tornar illusoria a letra e espírito da constituição, além de que a pretensão tão exagerada deixa facilmente entrever, que a despeito dos mais enérgicos protestos de zelo religioso, o verdadeiro móvel de opposição ao progresso do evangelho não passa de um interesse de classe, não depositando a mais pequena fé na causa que defende, serve-se de armas improprias para defender-se. (IE: 17.12.1864)

Esse artigo não deixa dúvidas sobre a intenção do jornal presbiteriano, pois além de lutar por garantir o direito constitucional, aponta para um “interesse de classe” em frear o avanço protestante, e nada é dito sobre a conjuntura econômica e social do Brasil deste período. Daí uma pergunta que precisa ser respondida: Qual a situação econômica deste período? Se olharmos pelo prisma das elites agrárias, o quadro econômico das três últimas décadas do século XIX é notoriamente positivo, pois elas, depois de se livrarem do peso da mão-de-obra escravista, viram desimpedidos seus projetos de emancipação. Este cenário é resultante de diversos fatores, entre os quais podemos apontar, principalmente: o desenvolvimento da lavoura de café no oeste paulista ; o crescimento da exportação de borracha dos seringais amazônicos; o esboço de um mercado interno, graças à maior utilização do trabalho assalariado; a proliferação dos organismos de crédito; o desenvolvimento dos transportes ferroviários e; o crescimento populacional intenso, sendo que em 1880 o país já contava com 14 milhões de habitantes.

Emilia Viotti da Costa (1998), estudando os momentos decisivos da passagem do sistema monárquico ao republicano, informa que as elites agrárias, embora não fossem simpáticas à causa abolicionista, pois os escravos constituíam sua principal mão de obra, passam a sê-lo quando percebem que a abolição da escravatura seria também a abolição dos seus prejuízos. Ora, a análise superlativa destes dados traz em si uma carga muito grande de ideologia positivista. Os liberais vão se apoiar nas idéias positivistas, que coincidiam com o pensamento da sociedade brasileira, especialmente nas elites. O positivismo, como define Battista Mondin (1985, p. 112), “se propõe a vir de encontro ao desejo de estender o domínio do homem sobre a natureza por meio da ciência, e à

exigência de organizar, por meio da ciência o mundo humano”. Também positivista é a interpretação da sociedade como uma sucessão evolutiva em direção ao progresso. Levando-se em conta que esta também era a visão das elites agrárias, uma outra pergunta se faz necessária: onde estava e que papel desempenhava o povo brasileiro? Facó (1980, p. 26) se refere à grande concentração de pobres no campo, e que

aqueles mudanças na fisionomia política do país, impostas embora por certas modificações na estrutura econômica, em nada melhoraram a sorte dos trabalhadores e muito menos da grande massa do campo, submetida pelos senhores latifundiários.[...] mantinha-se intacta a grande propriedade territorial semi-feudal, e tanto o escravo de ontem como os agregados, os moradores, os foreiros, os chamados trabalhadores livres não passavam de semi-servos do latifundiário. Com a derrubada da Monarquia, em 1889, na República partilhavam do poder do Estado os latifundiários e a burguesia, ambos se temendo mutuamente”.

Esta realidade sócio-econômica contrastava com o centralismo administrativo imposto pelo regime imperial, provocando assim uma luta pela implantação de um sistema novo (federativo), que pudesse dar conta das discrepâncias regionais e garantir uma maior autonomia aos poderes locais. A conjunção destes fatores aponta para o predomínio das novas regiões cafeeiras, de onde os empresários reivindicavam o atendimento de seus interesses. Internamente, a solução viria com o ideal de federação, que contemplava estes interesses e de outros diversos grupos políticos. Externamente, há o receio de novas dominações, devido ao sucesso da Revolução Industrial inglesa, a organização e unificação da Alemanha, o enfraquecimento da França com a queda de Napoleão III. Na outra ponta do processo externo estava uma monarquia desgastada diante das questões Religiosa e Militar.

Em 1872, parte do clero de Olinda e Belém, no Recife, determinou que as irmandades religiosas expulsassem de suas fileiras as pessoas ligadas à maçonaria (Vieira, 1980), ao que o imperador ordenou o cancelamento da medida. Os bispos se recusaram a cumprir tal ordem e foram presos. Nem a anistia, ocorrida em 1875, restabeleceu a paz, e muitos clérigos passaram a apoiar a causa da República. Já no plano militar, a proibição da utilização da imprensa para divulgar idéias positivistas e republicanas provocou profundo mal-estar em figuras destacadas como Benjamin Constant, Deodoro da Fonseca e Sena Madureira. O grupo revoltoso recebe ainda o apoio explícito de Rui Barbosa, diante do que se explica o desprestígio do governo imperial. Estas demandas políticas explicam o quadro de remanejamento institucional ocorrido em 1889.

Todavia, não se deve imaginar que este bloco republicano fosse totalmente

coesos, pois se sabe da existência de pelo menos duas correntes de pensamento dentro do Partido Republicano. De um lado, os *evolucionistas*, que almejavam o poder pelas vias pacíficas, conhecidos também como *republicanos históricos*, tendo entre seus líderes Benjamin Constant e jovens oficiais do Exército deslumbrados com o positivismo de Augusto Comte e do outro lado, os *revolucionários*, adeptos da revolução popular como forma de conquista do poder. A figura de maior expressão desse grupo foi Silva Jardim. Porém, nos diversos embates, prevaleceu a primeira corrente.

Vindo a República, um amplo programa de reformas foi posto em prática trazendo a liberdade de culto, a autonomia para as províncias, a temporariedade para os mandatos dos senadores e a ampliação do direito de voto. Como o descontentamento era geral, esse novo programa foi considerado “moderado” pelos radicais e “radical”, pelos moderados, a ponto de ser rejeitado pela Câmara dos Deputados. O Conselho de Estado, presidido pelo Visconde de Ouro Preto (liberal) tenta ainda reorganizar a Guarda Nacional, mas os republicanos empurram os militares descontentes contra o novo governo. É notório que o ato da Proclamação da República no Brasil se dá através de um golpe resultante da radicalização de militares e civis. O golpe uniu estes dois grupos, aparentemente antagônicos, que indicou como chefe ostensivo um militar não republicano, porém gozando de enorme prestígio no Exército, o Marechal Deodoro da Fonseca (1850-1892).

Apesar das mudanças impostas, o problema dos interesses não ficou totalmente resolvido, tanto que este momento da história política brasileira pode ser interpretado como o resultado da conjugação de duas forças significativas: O *Exército*, composto pelos militares descontentes e o *setor cafeeiro da economia*, que pretendia eliminar a centralização vigente por meio de uma nova organização política mais afeita aos novos tempos e novas exigências da economia moderna. Os conflitos, por este prisma, permaneceram, pois a República não significou uma ruptura no processo histórico brasileiro, e a economia também permaneceu na sua condição de dependente do mercado externo, pois fundava-se na agro-exportação. Não se pode, portanto, afirmar que houve um reordenamento social e/ou político, até porque, como afirma José Murilo de Carvalho, “o liberalismo já havia sido implantado pelo regime imperial” e que “a liberdade de manifestação de pensamento, de reunião, de profissão, a garantia da propriedade, tudo isso era parte da Constituição de 1824”, de modo que pouco foi acrescentado pela Constituição de 1891. (Carvalho: 1987, p. 42). A entrada dos missionários estrangeiros no Brasil, como já foi explicitada, foi facilitada pelos acordos

internacionais feitos durante o Império, e a partir de agora, demonstraremos como foi a permanência desses e quais papéis desempenharam.

1.5. A “missão” dos missionários no Brasil

Uma das causas da dificuldade dos protestantes manterem a prometida “neutralidade” política era o próprio contexto da inserção missionária protestante no Brasil, que acaba por esbarrar em questões de natureza política. Muitos críticos da presença dos missionários, o fazem, não por questões religiosas, tanto que se falava em desnacionalização, dominação francesa (educação), dominação romana (católicos) americana (protestantes). Pretendemos, a seguir, identificar traços de participação política, consciente ou voluntária, ou ainda, a apologia a um tipo de governo, mesmo que em estado embrionário. Não se trata de um histórico da inserção, mas uma simples cronologia desse movimento.

Para tratar da inserção protestante no Brasil, há uma variedade de autores, apenas para citar os clássicos, num critério meramente cronológico: Émile Leonard (1963), Boanerges Ribeiro (1973), David Gueiros Vieira (1980), Duncan Alexander Reily (1993) e Antonio Gouveia de Mendonça (1995). Essa é a nossa fonte sobre a temática da inserção. Leonard (1963, p. 47), por exemplo, usa a expressão “protestantismo brasileiro autônomo” para indicar essa presença e atuação no Brasil. Leonard faz uma leitura na ótica da *história das mentalidades*, tal como é encontrada em Marc Bloch e Lucien Febvre. Bloch e Febvre são os fundadores da Revista de Annales, em 1929 e propunham uma *história total*, quer dizer, por uma história centrada na atividade humana, na vida dos grupos e das sociedades, privilegiando, assim, o estudo dos temas do cotidiano e de suas representações. Esse tema aproxima-se do conceito de *discurso* em Chomsky, pois, para este autor, discurso é entendido como extensão da vida cotidiana.

1.5.1. Daniel Parrish Kidder e James Cooley Fletcher: “imigrantes inteligentes”

Para Leonard, a inserção dos missionários estrangeiros deveu-se a dois fatores essenciais: a atitude positivista de D. Pedro II e o atual momento do império brasileiro que, àquela altura necessitava da presença de imigrantes. Esse “positivismo”, afirma

Leonard, reside no fato de que o imperador entendia a necessidade de respeitar o Estado e suas instituições e também pela sua pouca aproximação ao catolicismo tradicional (Leonard: 1963, p. 48); por isso, ele tinha uma grande expectativa na imigração européia, posta em curso pelo marquês do Paraná.

Em consonância com o projeto imperial e com o contexto comercial de abertura de portos às nações amigas, muitos estrangeiros tiveram oportunidade de estar no Brasil desenvolvendo atividades econômicas e científicas. Entre estas atividades, estava a distribuição de Bíblias, promovida pela Sociedade Bíblica Britânica (1822-1856) e , posteriormente, pela Sociedade Bíblica Americana (1828) que, no Brasil, recebe o nome curioso de Sociedade Americana de Amigos Marítimos. Sobre ela, informa David Gueiros Vieira (1980, p. 61):

Essa sociedade fora organizada em 1828. De certo modo, fazia parte do movimento mundial de reforma religiosa e social que aparecera nos fins do século XVIII, na Inglaterra. A sociedade americana, no entanto, não tinha conexões com a britânica. Era, e ainda é, uma sociedade dedicada a cuidar das necessidades espirituais e sociais dos marinheiros americanos por todo o mundo.

Em 1838, Daniel Parrish Kidder era um desses estrangeiros, cuja intenção era missionária, e estabeleceu uma grande teia de relações com a elite paulista. Todavia, problemas financeiros, devido à participação americana na Guerra, morte de sua esposa, que não viera com ele, e uma avaliação negativa sobre o número de brasileiros convertidos no período de sua permanência no Brasil, o levaram de volta aos Estados Unidos. Kidder publicou relatos com sua visão sobre o Brasil durante este tempo (Kidder, 1972), (Kidder, 2001) o que, de certa maneira, encorajou outros compatriotas a seguirem as suas pegadas.

Outro missionário, James Cooley Fletcher, chegou em 1851, como capelão da sociedade americana, conciliava sua missão evangélica com a atividade comercial, visto ser ele pastor calvinista e filho de banqueiro. Fletcher escreve com o amigo Kidder, *Brazil and the brazilians*, em 1857, as impressões do campo missionário. Com presença legal assegurada no Brasil, a Sociedade Bíblica Americana tinha, em Fletcher, um interlocutor e também defensor do Imperador do Brasil e do sistema monárquico vigente. No diário acima citado, escrito em conjunto com Kidder, Fletcher (1941) publica as suas impressões sobre o Brasil e os brasileiros, numa viagem que os dois fazem pelas chamadas Províncias do Sul: São Paulo, Paraná e Santa Catarina. São relatos de viagens, alguns muitíssimo interessantes, todavia dispensáveis

momentaneamente. O que queremos ressaltar é a liberdade de trânsito que tem um protestante em terras imperiais, o que se deve, primeiramente à fidelidade ao sistema em vigor. Tanto que, ao final do segundo volume, há uma série de textos interessantíssimos desta proximidade, como relatam Kidder e Fletcher (1941, p. 352):

O curto espaço de 44 anos é tudo o que o Brasil até agora tem contado para o grande objetivo de afirmar seus caracteres de nação independente.[...] Tudo isso está a exigir decidida renovação afim de apropriar-se às circunstâncias de um novo Império que surge para a vida no meio dos progressos do século XX. [...] As suas finanças estão em ótimas condições.[...] As rendas do Império são quase que totalmente provenientes de pesados impostos sobre o comércio. Infelizmente, a nação conta com poucas indústrias para apelar para as altas tarifas como meio de proteção.[...] Houvesse outros meios para fazer frente às despesas governamentais, e talvez fosse pouco aconselhável empregar tão teimoso processo, a não ser sob a alegação de se tratar de um mal necessário.

A tese sobre o futuro do Brasil é de que o sistema colonial não foi bem sucedido, e que, agora, o Brasil independente precisava ser povoado de “emigrantes inteligentes”. Essa afirmação segue a lógica da visão racial que se tinha no Brasil no século XIX, era preciso melhorar a raça para a nação alcançar o progresso (Kidder e Fletcher, 1941, 352 ss). Segue-se pelos autores uma verdadeira análise de conjuntura, focando temas como educação, literatura e religião, sendo o quadro delineado, bastante satisfatório, evidentemente, que no campo da religião, algumas mudanças precisariam ser feitas, como afirmam: “nas condições atuais, o Brasil sente apenas a necessidade de piedosos ministros evangélicos, que ganham a vida com sua própria subsistência”.

Também são interessantes as propostas feitas por Kidder e Fletcher quanto ao “bem estar presente e futuro do Brasil”, as quais listamos a seguir de forma resumida:

1. “legislação imediata para pôr um paradeiro através de judiciosas medidas, à escravidão no Império”;
2. “legislação adequada para imediatamente resolver as questões religiosas”;
3. “É muito importante, no ponto de vista material, que o Brasil remodele as suas leis no que se refere aos processos de aumento de renda.[...] O segundo autor da presente obra visitou um cavalheiro que, só tendo a sua esposa, por família, disse-lhe que possuía oito léguas quadradas de terras, somadas à sua fortuna que é enorme, e que não era obrigado a pagar nenhum imposto. Ora, um dono de casa de negócio, com estrada passando por su propriedade, sem filhos, tenho uma renda de \$2.000 anuais, tem que pagar ao Governo um imposto indireto pelas roupas que veste e o vinho que bebe (que são os principais artigos importados, mais em uso), tanto quanto aquele que possui uma renda de centenas de milhares. Abaixando as taxas de importação, revendo também

as taxas de exportação, e começando com um imposto direto moderado, a agricultura e o comércio prosperarão, não ficando o Governo embaraçado com déficits freqüentes.

4. “não deve haver exclusivismo em relação a mestres e professores nas instituições de ensino superior. De conformidade com as leis atuais, si um homem de ciência, bem dotado, for estrangeiro, si deseja permanecer no Brasil pelo espaço de uns seis anos para ensinar a sua especialidade num estabelecimento oficial, não poderá conseguir uma colocação: esta só pode ser concedida a brasileiros natos ou naturalizados”;

5. “Para o interesse material do Império, deve ser revogado o monopólio da navegação costeira. Como o Brasil, é, e será por muito tempo, um país quase que exclusivamente agrícola, a navegação entre portos de escala deve ser aberta a todos os pavilhões”;

6. “O Rio Amazonas, com certas restrições, deve ser aberto ao comércio do mundo”; e, “finalmente, a burocracia exige a atenção da Assembléia Geral. Ela existe em grau extensíssimo, em todos os serviços públicos, a não ser o corpo legislativo do Império”.

Como podemos observar, não há críticas ao sistema, somente elogios, e mesmo no caso de burocracia, os culpados, para eles, são os funcionários públicos; os autores deixam transparecer que no corpo legislativo do Império isso não acontece. Mostra dessa dita “burocracia” misturada com negligência, percebe-se no relato inicial destas viagens, feito por Kidder (1941, p.1):

Desejando viajar descansado, procurei meu passaporte, vários dias antes da minha partida, na repartição conveniente. Uma das primeiras lições a ser aprendidas pelo viajante no Brasil, é ter paciência e conformidade com todas as formalidades existentes. Não importa quanto sejam absurdas as exigências, como, por exemplo, a de obter um passaporte para deixar a cidade do Rio de Janeiro em demanda das províncias, (onde nunca ele seria exigido), devemo-nos submeter a isso. Protestos motivaram apenas um dar de ombros do funcionário tomador de rapé, e ai de nós si a hora de fechar o escritório chega antes de se ter obtido o documento necessário. Para estar perfeitamente dentro da regra, o cidadão que parte ou o estrangeiro deve ter seu nome registrado na alfândega ou estampado em algum jornal, três dias antes de ser seu passaporte concedido, para que seus credores possam ter a oportunidade de conhecer seus passos.

No discurso de Kidder e Fletcher sobre o Brasil e os brasileiros, certamente não há críticas substanciais, apenas alguns ajustes necessários, de modo que pode perfeitamente ser considerado como pessoa bem-vinda em solo pátrio, independente de sua missão religiosa.

1.5.2. Robert Reid Kalley e Ashbel Green Simonton: a igreja como base

É preciso lembrar que a presença de missionários estrangeiros em terras brasileiras estava ligada, inicialmente, a um entendimento de que no Brasil havia a necessidade de se colocar Bíblias à disposição do povo. Foi este o intento das sociedades bíblicas, tanto a inglesa como a americana. Com este objetivo, vieram ao país Fountain E. Pitts (1835), Justus Spaulding (1836), Daniel P. Kidder (1838) e James Cooley Fletcher (1851) e Robert Reid Kalley (1855). Seguindo o raciocínio de Léonard, uma guinada de propósitos ocorre com Kalley, para quem a simples distribuição de Bíblias era insuficiente, surgindo, com ele, o “estabelecimento das bases legais da propaganda protestante” no Brasil.

Kalley, médico escocês, chegou ao Rio de Janeiro em 1855. Apesar de sua passagem conturbada por Portugal (Ilha da Madeira), tinha bom trânsito no Império, granjeando a simpatia do Imperador, seu vizinho em Petrópolis, de quem esporadicamente recebia visitas. Contudo, conforme Cardoso (2000, p. 131), tal simpatia não evitou que ele tivesse problemas por conta de seu trabalho, ele foi acusado de “insuflar idéias evangélicas e liberais na sociedade e na Corte”. Essa amizade lhe proporcionou acesso à imprensa local (*Correio Mercantil*), publicando a tradução de *O Peregrino*, de John Bunyan, e artigos como: “um crente realmente convicto” ou “um católico protestante”. Nesses artigos, Cardoso (2000, p. 136) afirma que Kalley utilizava pseudônimos, como “o crítico” e “católico protestante”. Em *Lembranças do Passado*, João Gomes da Rocha (1941), filho adotivo de Kalley, oferece-nos informações detalhadas sobre o teor destes escritos de Kalley na imprensa secular. Foi ele, o pioneiro entre os missionários estrangeiros a iniciar reuniões evangélicas em língua nacional. Sua proximidade à Corte rendeu a conversão de duas senhoras influentes: Gabriela Carneiro Leão e sua filha Henriqueta.

Sobre Ashbel Green Simonton, que chega ao Brasil, em 1859, vindo de Princeton onde estudara Teologia, pode-se afirmar que foi o fundador do protestantismo institucionalizado, pois funda uma Igreja Presbiteriana e em seguida um jornal, que funcionaria como o órgão oficial da instituição. Esse jornal seria, para se usar a teoria de Pierre Bourdieu (1989), o portador da “linguagem autorizada” no meio presbiteriano brasileiro por mais de 28 anos. Deixando de lado o interesse missionário dos protestantes, primeiro na distribuição de Bíblias e posteriormente, na implantação de igrejas, é possível afirmar também que estes missionários cumpriram uma outra

“missão”, ou seja, legitimar o estabelecimento político brasileiro. Assim como ocorria na legislação em relação ao culto protestante, em que não poderia haver prédios com aparência exterior de igrejas, os missionários poderiam ter acesso à imprensa, desde que não ofendessem o governo imperial. Para perceber melhor esta relação, é preciso olhar com mais atenção para a instalação da imprensa secular no Brasil.

Sodré (1983) afirma que a história da imprensa é, compreensivelmente, extensão do desenvolvimento da sociedade capitalista. E isto vale para a análise do fenômeno, não só no âmbito global mundial como para a sociedade brasileira. Conforme aponta Sodré (1983), já no período colonial existiu no Brasil uma imprensa, ainda que atuando sob os atentos olhares da censura. Entre algumas tentativas de circular material impresso no Brasil, houve uma que data do ano de 1746, com alguns escritos do bispo Antonio de Desterro, redigidos por Luis Antonio Rosado da Cunha, com 17 páginas de texto. Porém, uma ordem régia, de 6 de julho de 1747, mandou a Corte “aboli-la e queimá-la, para não propagar idéias que podiam ser contrárias ao interesse do Estado”. A liberação total aconteceria somente em 1808, quando em 24 de junho, a Imprensa Régia no Brasil cria uma comissão encarregada de fiscalizar quaisquer tentativas de manifestação por escrito de idéias ou opiniões. Assim, relata Sodré (1983, p. 19) os primórdios da imprensa no Brasil:

A imprensa surgiria, finalmente, no Brasil – e ainda desta vez, a definitiva, sob proteção oficial, mais do que isso: por iniciativa oficial -, com o advento da corte de D. João. [...] competia à junta, conforme regimento da mesma data, além da gerência, ‘examinar os papéis e livros que se mandassem publicar e fiscalizar que nada se imprimisse contra a religião o governo e os bons costumes’. Era a censura. Nada se imprimia sem o exame prévio dos censores reais, frei Antônio de Arrábida, o padre João Manzoni, Carvalho Melo, e o infalível José da Silva Lisboa. Dessa oficina, a 10 de setembro de 1808, saiu o primeiro número da Gazeta do Rio de Janeiro. Era um pobre papel impresso, preocupado quase que tão somente com o que se passava na Europa.

Deduzimos disso que a liberdade de imprensa chega ao Brasil, porém relativizada pelo seu compromisso e atrelamento aos interesses da Igreja Católica, fato que aos poucos vai suscitando críticas em algumas publicações. No período de sua implantação no Brasil, esta temática ainda incomodava diversos leitores e despertou a atenção do segmento protestante da sociedade. Santos (2006, p. 4) analisa as diferentes fases experimentadas pelo jornal A Imprensa Evangélica, entre 1864 e 1892; tratava-se, segundo ela, de uma relação entre imprensa e religião, devendo-se valorizar a sua importância para a divulgação do protestantismo recém chegado ao Brasil:

Assim, as viagens de evangelização por Províncias, cidades, vilas e sertões comprovaram que a relação imprensa e religião poderia ser explorada na divulgação do Protestantismo. A temática que já era acompanhada com interesse poderia ganhar um novo enfoque. A criação de um jornal protestante em um país de predominância católica atraiu não apenas a atenção da população, mas também da Igreja dominante e, em particular, o grupo mais radical da Igreja Católica: os ultramontanos.

Concluimos, assim, que a presença de uma imprensa protestante no Brasil só poderia resultar em ganhos no processo de implantação do movimento no Brasil, entretanto, encontramos sérias dificuldades se intentarmos apontar datas anteriores ao *Imprensa Evangélica*, de 1864. A ocupação holandesa no Brasil (1634-1640) sugere que algo desta natureza possa ter acontecido e que, na recuperação do território os portugueses tenham destruído o que sobrou do maquinário importado por Maurício de Nassau por intermédio da Companhia das Índias Ocidentais. É Azevedo (1865, p. 168-224) quem aponta para o ano de 1736 como sendo a data da criação de uma tipografia livre no Brasil, esta também, destruída por ordem da Coroa portuguesa.

Antes do *Imprensa Evangélica*, só é possível apontar como presença protestante na imprensa os artigos já citados do missionário Robert Reid Kalley publicados em jornais ditos seculares, como *Correio Mercantil* e *Jornal do Comércio* do Rio de Janeiro, entre os anos de 1855 e 1876.

1.5.3. Maçonaria, literatura e censura

Outro aspecto que merece atenção é o que propõe Silvestre (1996), ao associar a forte presença da Maçonaria com a criação de tipografias que imprimissem materiais de natureza diversa àquilo que a Igreja oficial permitia. Não é por acaso que a tipografia que acolhe as primeiras edições do *Imprensa Evangélica* é justamente a *Typographia Universal Laemmert*, cujos proprietários, Eduard e Heinrich Laemmert, pertenciam à corporação maçônica. Nesse contexto, a contribuição dessa imprensa nascente à missão de constituir igrejas protestantes em solo brasileiro é inegável.

Conforme Holanda (1997, p. 289), a participação da Maçonaria no cenário político brasileiro já vinha acontecendo desde os eventos da independência. Sobre esse tema, encontramos material substancial na obra dos irmãos Ferreira (1972) (Manoel Rodrigues Ferreira e Tito Lívio Ferreira) Porém, em 1822, nos seus primórdios no Brasil, a Maçonaria não tinha o traço anti-católico que vai assumir na República. Pois,

vários maçons eram católicos, e muitos devotos, “nem faltaram sacerdotes que fazendo suas preces a Deus, o Deus dos cristãos, davam tributo igualmente, ao Supremo Arquiteto”. Conforme Holanda: (1997, p. 289) “somente a partir de 1852, quando se generalizou o rito escocês, começou a infiltrar-se o antagonismo contra a Igreja, mormente contra a alta hierarquia eclesiástica, numa associação secreta que empolgava grande parte das camadas dirigentes”.

A Maçonaria do período monárquico segue o curso das mudanças ocorridas com a intelectualidade brasileira ao ter contato com as doutrinas positivistas. A ideia de progresso, regeneração da humanidade pela Ciência, e de certa forma o agnosticismo presente nelas, faz com que seus componentes se inclinem para o lado dos protestantes, europeus ou americanos, que pregavam ideias de liberdade de culto e religião. Isso, em parte, explica a simpatia dos maçons e a utilização de suas gráficas na divulgação protestante. O *Imprensa Evangélica*, na edição de fevereiro de 1880, assim anuncia o recebimento de um jornal maçônico:

“Família Maçônica – Recebemos o n. 115 deste bem redigido órgão da Maçonaria, publicado na corte. Traz bem elaborados artigos e propõe-se a combater o inimigo commum da sociedade – o ultramontanismo. Desejamos que seu novo reaparecimento não seja mais interrompido. Sympathisamos demais com o collega para não lhe desejarmos prospera carreira. Agradecemos a remessa”. (IE: 14.02.1880)

Não só a Maçonaria se aproxima do Protestantismo, como este saberá lhe render as homenagens nos momentos apropriados, como ocorre na edição de *O Estandarte* de 1895, em que a capa é dedicada exclusivamente à figura de Joaquim Saldanha Marinho (1816-1895), e cuja capa estampa em gravura a sua imagem, com os dizeres: “Presidente honorário do Senado, Senador pelo Estado do Rio de Janeiro, ex-deputado pelo Amazonas, Ceará, Pernambuco, Rio de Janeiro e ex-presidente de Minas Gerais e S. Paulo. Homenagem da Igreja Presbyteriana Brasileira”. Marinho, que foi um político bastante influente no processo de consolidação do regime republicano, era adepto, e possuía uma alta graduação (grão-mestre) na Maçonaria. Na mesma edição, que continha duas páginas dedicadas à sua biografia, há um artigo assinado por Ilva², que merece ser conhecido:

“O Grande morto – Succumbiu a figura mais sympathica que possuía o Bazi; baixou á sepultura o apóstolo da Liberdade Pátria, da Liberdade de Consciência. O Brazil inteiro (póde-se dizer todos os brasileiros), cobrem-se de crepe por

² Esse nome possivelmente refere-se a um pseudônimo de alguém que, por qualquer razão, não queria se identificar. Essa era uma prática muito comum nos jornais da época.

entranhar-se no seio da terra o homem cujo nome, cujos feitos jamais podem ser apagados dos corações patrióticos. A Igreja Evangélica Brasileira é quem mais sente tão doloroso passamento, e curva-se perante seu tumulto, derramando lágrimas de saudade e gratidão pelo seu defensor da Justiça e libertador dos brasileiros, que até então se achavam coagidos de manifestarem seu pensamento e de professarem a fé que sua consciência lhes ditava. O seu nome todos o sabem, porque não é lícito a nenhum brasileiro ignorá-lo —é Joaquim Saldanha Marinho. Reverência á sua memória”. (OE: 01.06.1895)

Podemos conhecer o pensamento de Saldanha Marinho em sua obra *O rei e o Partido Liberal*, publicada em 1869, ao qual tivemos acesso apenas por meio eletrônico (www.ebooks.brasil.org), e extraímos: “Toda revolução na constituição e governo dos povos tem por fim harmonizar a autoridade com a liberdade, o direito com o fato, condição eterna de ordem e prosperidade podemos encontrar”

Importante também é salientar a estreita ligação do movimento protestante com a literatura, fato com que o protestantismo fosse historicamente identificado como a religião do livro. Lyndon de Araújo Santos (2004, p.7) afirma: “em busca de posições neste campo, os protestantes construíram sentidos e identidades por meio de instituições e publicações”. É no escopo destas publicações que entendemos ser importante os escritos dos primeiros missionários, afinal, vem deles a prática de se expressar pela via impressa.

A contribuição de Kalley para a implantação do protestantismo em terras brasileiras se deve à boa acolhida que tiveram os seus artigos junto aos leitores do jornal *Correio Mercantil* Douglas Nassif Cardoso (2000, p. 132) nos informa sobre este método kalleyano de anunciar a religião marginal:

Kalley, que na Madeira havia exercido seu ministério através de redes de contato nascidas do sistema de evangelização pessoal e estímulo do sacerdócio universal dos crentes, descobre o poder e alcance da palavra escrita, faz dos jornais sua tribuna utilizando a linguagem de forma criativa, alternando o estilo entre o crítico, o jocoso, o cultural, trabalhando temas e preocupações atuais da sociedade, sem perder seu alvo de minar o poder da religião oficial.

Apesar da presença da censura na imprensa brasileira, os escritos de Kalley não incomodavam nem a corte nem a sociedade como um todo, devido ao seu tom liberal, o que satisfazia o Imperador, e não colocava em risco a monarquia. A sua artilharia estava mesmo voltada para a religião oficial católica, sendo que em outros artigos publicados no *Jornal do Comércio*, sua crítica é dirigida aos que, sendo pagos para ensinar ao povo as verdades da religião, adulteram a lei divina e ensinam o povo a guardá-la assim adulterada (24/04/1867), ou ainda, gente que fale tão afoitamente como aquele vigário e

seja tão incompetente quanto ele para conduzir à verdade e à justiça (29/06/1867) e, por fim, quando nos querem fazer crer que devemos dar a uma cruz qualquer o mesmo culto que tributamos ao verdadeiro Deus. (13/07/1867). Estes trechos de artigos, citados por Rocha (1944), mostram-nos como a retórica de Kalley incomodava o sistema de dominação da religião oficial, sem abalar as suas relações com a corte. De modo que até o Imperador assistia com certa indiferença a cada “round” dessa luta. É possível que, se os textos de alguma maneira criticassem o sistema monárquico vigente, os resultados seriam outros e a censura, certamente, teria entrado em ação. Se não o fez, é porque não via nesses escritos ameaça alguma. Assim, a presença evangélica vai se firmando em território brasileiro e a relevância da imprensa no projeto de expansão deste movimento pode muito bem ser captada em Boanerges Ribeiro (1981, p. 36).

Com a Imprensa, assistência pastoral de alto nível (nível da Corte ou de S.Paulo) chegava quinzenalmente, trazendo notícias da Aliança Reformada Mundial (não estamos sós); da Aliança Evangélica Brasileira (não estamos divididos); dos Avisos ministeriais coagindo autoridades relapsas a darem à ‘religião tolerada’ a proteção da lei (não estamos desamparados); da organização de novas igrejas, planos de expansão e construção de ‘casas de oração’ (estamos na ofensiva e crescendo); da generosidade de protestantes anglo-saxões dando dinheiro para missões e impressão de Bíblias (não somos pobres)

Dessa forma, o protestantismo procurava se afirmar como religião, mesmo que a oficialidade apenas o tolerasse, mas já se sentia no direito de cobrar das autoridades a proteção implícita. Na legislação em vigor, a condição de religião tolerada garantia aos protestantes a liberdade de reunião, desde que dentro dos limites estabelecidos pela lei de tolerância. É com esse espírito que os protestantes invocam a ligação com a Aliança Reformada Mundial e a Aliança Evangélica Brasileira para dar a idéia que pertenciam a um grupo de relevância mundial.

Diante desta perspectiva de mapear a trajetória de missionário no Brasil, é importante fazer uma aproximação entre Kalley e Simonton, ambos preocupados com a implantação definitiva do protestantismo através da implantação de igrejas. Como Kalley, a preocupação de Simonton foi aprender a língua portuguesa, ao mesmo tempo em que ensinava inglês para filhos de brasileiros. Ambos também tiveram o desfortúnio de perder suas esposas no ambiente no qual desenvolviam seu ministério. Kalley perde Margareth Crawford em Beirute, no ano de 1852, e Simonton perde a companheira Hellen Murdoch no Brasil, no ano de 1864, em decorrência de complicações no parto de sua filha Hellen, então com apenas nove dias de vida. Kalley opta por um segundo

casamento, enquanto Simonton escolhe a solidão conjugal pelo restante de seu ministério que durou apenas até 1867.

No tocante à estratégia de ação, ambos procuraram iniciar o projeto missionário a partir da adesão de pessoas convertidas, reunindo-as em pequenos grupos, ministrando-lhes ensinamentos e treinando-as para a continuidade do empreendimento. É clássico, e até cômico, um episódio envolvendo os dois missionários e suas divergências quanto aos métodos empregados na divulgação do evangelho. Kalley julgava oportuna a discricção, recomendava a Simonton que se movesse “em segredo” e que não realizasse cultos para os estrangeiros. Esta divergência resultou em uma carta “anônima” entregue por um terceiro a Simonton. Ressalte-se que a esta altura, eles eram os únicos missionários estrangeiros no Brasil, o que descaracteriza o “anonimato” daquela carta (Cardoso, p. 2000) e Alderi de Souza Matos (2004), e que, como homens piedosos que eram, as relações entre eles foram restabelecidas sem maiores dificuldades. No relato de Simonton sobre esse episódio, ele afirma sentir-se ofendido como cavalheiro, como cristão e como missionário, mas mesmo assim, relata não ter guardado nenhum ressentimento.

Exceto por este desencontro inicial, podemos identificar nestes dois missionários as mesmas estratégias de propaganda, sobretudo, o gosto pelo uso das páginas impressas. Se Kalley não teve um veículo de informação próprio, soube se valer da imprensa secular para seus intentos, enquanto Simonton, tão logo a situação lhe permitiu, tratou de organizar um jornal com a mesma finalidade. Ambos são representantes daquilo que pode ser chamado vocação literária dos protestantes, ainda que imersos num país de intenso analfabetismo, como atestam os documentos.

Edwiges dos Santos (2006, p. 40) afirma: “a população brasileira tinha um grande interesse pelos artigos publicados na imprensa”, e que este fato atraiu a atenção de Simonton para a possibilidade de divulgação do presbiterianismo por esse meio impresso. Essa afirmação deve ser contestada, ou pelo menos, relativizada, uma vez que sabemos do alto grau de analfabetismo no Brasil imperial (Holanda: 2004, p. 202), e que essa situação ainda vai persistir, mesmo depois do advento da República. Esta constatação nos faz supor que a produção literária era mesmo para uma pequena elite alfabetizada. Outro dado a ser levado em conta é a tiragem do jornal nas suas primeiras edições: 400 exemplares. Conforme Ribeiro (1981), José Manoel da Conceição, um dos colaboradores do jornal *Imprensa Evangélica*, este seria remetido “aos colegas da Corte”, em referência aos jornais, “às autoridades e aos padres selecionados” e,

finalmente, a “possíveis leitores atentos”. Isto basta para corroborar a tese de que o jornal não atingiria a população brasileira como um todo, tal como Santos (2006) dá entender. Somem-se a isso, os problemas de distribuição, parte devido à logística da empresa de correios, parte devido a um possível boicote a materiais de cunho protestante, como atesta um editorial do jornal, em 1865:

“Com a fraca esperança de que este numero chegará aos nossos assignantes das provincias, cumpre-nos dizer que envidamos todos os esforços para que recebessem as folhas regularmente, e que entretanto continuão as recclamações. Os que lêem os outros jornaes da corte, sabem por certo que não somos os únicos que luctão com esta difficuldade. São innumerables as recclamações da imprensa contra a incúria ou inépcia do correio. Conhece-se de quem é a culpa do mal que nos queixamos pelo seguinte facto: No dia em que publicamos o nosso n.8, mandámos pôr no correio pela segunda vez os ns. 6 e 7 dirigidos aos assignantes de S.Paulo, e como nesse mesmo dia se publicasse o n.8 depois de fechada a mala para Santos, recorremos á outro meio para que fossem ainda recebidos a bordo do paquete. Os ns. 6 e 7 remmetidos pelo correio não chegarão ao seu destino; mas o n.08 que não foi por intermedio do correio, chegou a salvamento. Este facto nos justifica, e appellamos para o bom senso de nossos leitores”. (IE: 18.03.1865)

Por esse relato, é possível deduzir que, pelo menos na província de São Paulo, ninguém chegou a ler os números seis e sete do referido jornal, descontando os números enviados para “colegas”, autoridades e padres selecionados, restaria mesmo um número reduzido de exemplares para leitura do público evangélico em geral. Aliás, de uma maneira geral, eram poucos os leitores de jornais seculares no Brasil. Em se tratando de um jornal protestante, esse número seria menor ainda. Nos dois casos o que se tem é a produção para uma pequena elite. E foi visando essa elite que o protestantismo apostou na criação de escolas, que formariam seu futuro rebanho. Qual a razão de dedicar tempo e gastos com literatura e publicações num país de analfabetos? Os missionários estavam interessados mesmo é nessa elite mínima, que sabia ler e escrever. Em consequência disso, os protestantes sentiam a necessidade de abrir escolas para ensinar o povo a ler. Como o protestantismo sempre foi reconhecido como a religião do livro, o que se observa, por exemplo, por ocasião do batismo infantil. Nesse ritual protestante, os pais são desafiados a ensinar os filhos a ler e escrever, e o objetivo principal é o acesso à Bíblia ou, como ela também é conhecida, Escrituras Sagradas.

1.5.4. Projeto evangélico de educação

Vamos verificar, agora, como o protestantismo colaborou não só para a

formação de uma mentalidade, mas antes, para enfrentar o problema do analfabetismo no Brasil. Para isso nos valeremos de autores como Oswaldo Hack (2003) e Antonio Máspoli Araújo (2001).

O Rio de Janeiro, maior cidade e capital econômica do Império, apresentava um índice demográfico. Em 1865 a capital tinha cerca de 250 mil habitantes, e 20 anos depois, esse número já chegaria a 520 mil habitantes. Em 1891, em pleno período republicano, só de imigrantes europeus, o número foi de 166.321. Em dados de 1908, o crescimento populacional do Rio de Janeiro entre 1872 a 1906 apresentava o seguinte quadro:

Anos	Crescimento anual (%)
1872-1880	3,84
1880-1890	4,54
1890-1900	3,23
1900-1906	2,91

Fonte: ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRAZIL (1908-1912) v..I, p. XVIII

Estes dados nos deixam perceber a dimensão do trabalho que ainda estava por ser feito pelos missionários no sentido de conquistar um espaço em solo brasileiro. Levando-se em conta a tabela acima como ponto de partida, só na capital do Império havia cerca de 500 mil habitantes, para um contingente extremamente reduzido de fiéis protestantes.

A estimativa da população brasileira para esta época pré-republicana, conforme arquivo da Câmara de 1878, confirma os números que serão referidos posteriormente pelo Presbitério do Rio de Janeiro, na carta para Baltimore (EUA), conforme nos informa Holanda (2004, p. 202):

a população nacional atingia o total de 8.419.672 habitantes, dos quais, 4.139 362 do sexo masculino e 4.036.829 mulheres. Desse total, o número dos que sabiam ler e escrever era de 1.012.087. Tirados as mulheres, os menores, os interditos, os que não tivessem renda superior a 400\$000, quantos poderão participar das eleições? Calculando por alto, conclui-se que, dos 8.419.672 habitantes do Império, 400.000 apenas hão de ter esse direito, ou seja 1/20 da população livre.

Ferreira (1959), citando correspondência do Presbitério do Rio de Janeiro ao Sínodo de Baltimore em 1867, solicitando reforço missionário, informa que no Brasil

havia “cerca de oito milhões de habitantes”, (provavelmente teria consultado a mesma fonte utilizada por Holanda no texto acima) e que havia “um ministro que pode falar a língua portuguesa para cada milhão de almas”. É de se perguntar, como 400 exemplares de um jornal de natureza proselitista como era o *Imprensa Evangélica* poderia despertar assim tão grande interesse na população, ainda mais se for considerado o número também elevado de analfabetos? Parece que o projeto impresso do protestantismo brasileiro estaria fadado a sucumbir diante da tendência à oralidade e do analfabetismo vigente no país. Notemos, também, que na carta do Presbitério, a população escrava não foi contabilizada, ainda que algumas famílias mais abastadas, que freqüentavam as reuniões, já os possuíssem, como é o caso do fazendeiro de Dois Córregos (SP), Inácio Pereira Garcia, referido por Vicente Themudo Lessa (1938, p. 12). O número de marginalizados do sistema de comunicação escrita poderia então ser maior ainda.

A educação no Brasil sempre foi um ponto problemático. Até 1889, quando a República foi proclamada, a grande maioria da população permanecia analfabeta. O ensino secundário era ainda mais restrito: destinava-se aos meninos. Em São Paulo, os presbiterianos organizam uma pequena escola que iniciou suas atividades em 1870. A história dessa escola é importante, pois nesse período as instituições públicas eram impregnadas pela visão religiosa, servindo aos interesses da religião oficial. Um colégio protestante em São Paulo poderia muito bem funcionar como um instrumento de renovação e abertura aos novos tempos. O nome da escola foi Escola Americana, e depois (1894) recebeu o nome de Mackenzie College. Assim esclarece Lessa (1938, p. 454) sobre o novo nome da escola:

John T. Mackenzie era um menino de doze anos quando se deu a independência do Brasil. Leu então um escripto de José Bonifácio em que o grande brasileiro falava da necessidade do desenvolvimento da instrucção popular no Brasil. Logo o menino pensou em seguir o magistério e consagrar-se ao ideal da educação daquelle povo.

Por este aspecto é possível identificar as ligações do protestantismo com as questões educacionais daquele período. Embora a instituição tenha se secularizado com o passar do tempo, não podemos deixar de apontar as suas raízes cristãs protestantes como Oswaldo Hack (2003), ou como Antonio Máspoli Araújo (2001) em relação ao progresso. O *perfil confessional* do Mackenzie, conforme estudado por Hack (2003) pode ser comprovado ainda nos dias de hoje. Visitando o site oficial da instituição enquanto preparávamos este capítulo, nos foi possível encontrar aquilo que a instituição apresenta como sendo a sua “Missão”: educar o ser humano criado à imagem de Deus,

para o exercício consciente e crítico da cidadania e da dignidade, preparando-o para a vida, contribuindo, assim, para o desenvolvimento do ser e da sociedade, por meio do ensino e das atividades científicas, culturais, esportivas, sociais, éticas e espirituais”.

Também os metodistas se inserem nesta luta por fazer da educação a porta de entrada de seu projeto missionário e, em 1881, em Piracicaba-SP, é fundada a primeira instituição educacional no Brasil. Marta Watts e Mary Newman são os nomes exponenciais desta empreitada. Paulo Ayres Mattos (2000, p. 61) relata a entrada do metodismo no Rio Grande do Sul pela mesma via educacional:

Igual desenvolvimento (com estratégia educacional) ocorreu com a implantação do metodismo no Rio Grande do Sul, pois o Reverendo João Correa quando foi nomeado, em 1855 para abrir definitivamente o trabalho no sul do Brasil, trouxe consigo a Prof^a Carmen Chácon, que naquele mesmo ano, poucas semanas após a fundação da primeira Igreja Metodista em Porto Alegre, fundou o Colégio Americano.

A missão dos batistas, embora um pouco mais tardia (1902), também vai se valer da utilização das escolas confessionais. Os Willian Buck e Ana Luther Bagby são também os primeiros educadores do movimento batista. Ribeiro (1981, p. 108) afirma que “o protestantismo introduziu nos usos e costumes, até das mais rústicas famílias do sertão, o hábito de ler”.

Para finalizar este capítulo em que tratamos da “missão” dos missionários, reafirmamos essa missão como a estratégia de estabelecimento do protestantismo em solo brasileiro. Falar em educação, cultura e, conseqüentemente, progresso, era angariar a simpatia de muitos protagonistas do cenário político de então. Resta-nos analisar o comportamento dos missionários em relação às questões sociais. Mendonça (1995) faz referência ao protestantismo “cansado de guerra” para explicar este distanciamento das questões sociais mais urgentes da sociedade brasileira. Como já observado, a única guerra que valia a pena se envolver era a guerra contra a religião dominante, e para isso o protestantismo apostou na *pedagogia da diferença*. Mendonça utiliza este termo para explicitar as razões teológicas pelas quais o protestantismo procurava pautar suas ações por uma indiferença para com as questões sociais. Do ponto de vista da inserção social, nenhum dos missionários foi enfático nas suas crítica, alguns, às vezes, até identificavam problemas (Kidder & Fletcher: 1941, p. 358), sem, contudo, partir para uma postura mais agressiva em seus discursos sobre tais temas. Esta situação, conforme veremos mais adiante, só será alterada quando da implantação definitiva das igrejas evangélicas no Brasil e, mesmo assim, ainda será de modo geral, em defesa da liberdade

de cultos e de religião. Mendonça (1995, p. 206) sobre este comportamento, afirma:

As condições de penetração do protestantismo no Brasil fizeram com que ele se alimentasse principalmente da polêmica. Por isso, o protestantismo só se torna, parece, ativo e dinâmico nos momentos de confronto com a religião dominante; em outras circunstâncias da vida social, regra geral, se mostra indiferente e letárgico.

Esse “pacifismo social” explica-se pelo fato de que os missionários americanos tinham bem presentes na mente os horrores da Guerra Civil, que ainda estava em curso com seus quase 600 mil mortos e, portanto, foram cautelosos com as questões que pudessem ensejar uma revolta social, ou coisa parecida aqui no Brasil. A única guerra que fazia sentido era a guerra contra o catolicismo. Nisso, o protestantismo foi implacável. Outra razão, que também precisa ser considerada é a da bagagem cultural/emocional dos missionários norte-americanos. A pátria de origem estava às portas de comemorar o centenário de sua independência política. Entretanto, é a Guerra de Secessão (1861-1865) que vai pautar o comportamento dos protestantes recém-chegados, e isto vai repercutir no Brasil.

Primeiramente, como a guerra devastou parte das plantações de algodão do sul dos Estados Unidos, os plantadores de algodão do Brasil puderam fazer bons negócios, exportando sua produção. E também, inúmeras famílias oriundas dos Estados Confederados (sul), não se conformando com a derrota, emigraram, algumas delas para o interior da província de São Paulo (região da atual cidade de Americana). Na visão dos forasteiros, anunciar uma nova mensagem religiosa num território dominado por uma religião oficial já era uma tarefa muito arriscada, tanto mais, se essa mensagem tivesse algum conteúdo revolucionário, transformador da sociedade. Um outro assunto bastante controverso era a escravidão, estopim do confronto entre sulistas e nortistas na América do Norte, e também matéria de discussão na política brasileira. Sobre este assunto, seriam os pastores brasileiros e as igrejas organizadas por eles que teriam de trazer as respostas.

CAPÍTULO 2

O DISCURSO DOS EVANGÉLICOS E A IMPLANTAÇÃO DA REPÚBLICA NO BRASIL - SONHOS, DESAFIOS E FRUSTRAÇÕES

(1889-1916)

Iniciamos este capítulo com o golpe militar que impôs o regime republicano no Brasil, em 1889, e iremos até 1916, ano do Congresso do Panamá, evento que discute a idéia do pan-americanismo e a evangelização na América Latina. No Congresso anterior, Edimburgo, em 1910, a Conferência Missionária Mundial excluiu a América Latina do grupo de “terras pagãs”, exceto, no caso de missões indígenas. Os evangélicos presentes nesse congresso não aceitaram esta decisão e resolveram promover novo congresso na América Latina. Este episódio marca o rompimento do protestantismo latino-americano e brasileiro com a idéia de ecumenismo que estava proposta.

Com o título deste tópico, pretendemos demonstrar que a imprensa protestante, quando lhe era conveniente, mantinha-se atenta aos acontecimentos políticos que diziam respeito diretamente à sobrevivência do movimento no Brasil. O sistema republicano, por oposição à monarquia declaradamente católica, era, então, sinônimo de liberdade de expressão e religião. Com esse objetivo, todos os assuntos concernentes ao tema foram seguidos muito de perto pelos articulistas protestantes. À medida que a propaganda republicana vai tomando forma, os jornais vão abrindo espaço para que políticos ligados a estes interesses ocupem as suas páginas. Por isso, é possível encontrarmos textos assinados por maçons, por liberais e republicanos declarados.

No exame dos periódicos contemporâneos aos acontecimentos da proclamação, pudemos constatar que o jornal *Imprensa Evangélica* (05/11/1864), embora fosse mais antigo, em suas edições ocupa-se pouco dos temas políticos. Eles aparecem apenas para a defesa das medidas do imperador que garantem a liberdade de religião e reunião aos protestantes, reclama contra a violência de algumas autoridades, e é claro, faz apologia da liberdade como sendo uma característica inerente ao protestantismo. No ano da proclamação, as duas edições finais não trazem nem uma linha sobre o fato. E, para justificar a afirmação acima sobre o interesse apologético, destacamos um artigo da edição de agosto de 1889:

Acertadissimo. A camara municipal de Taubaté, resolveu cobrar imposto de industria e profissão dos padres residentes no município: com o que provocou a celeuma da padraria de lá. Parece-nos corretissimo o acto dessa câmara, pois que o clero é uma profissão, uma industria nobre aos olhos da christandade e muito lucrativo aos olhos de toda gente. As industrias pobres, pouco rendosas, as profissões de todo o genero algumas da quaes não tem rendimento, que mal podem sustentar-se, são passíveis de imposto. Por que não será a profissão altamente rendosa do clero? (IE: 10.08.1889, p. 256)

Notemos que o texto não discute a questão do ponto de vista de uma medida de arrecadação fiscal que é, tampouco se impostos são necessários ou não, o que importa para o redator é mostrar que o adversário pode ser penalizado. O efeito é mesmo mais psicológico. Até porque, que impacto teria na sociedade brasileira este fato isolado, da câmara de Taubaté? Aparentemente o assunto é de economia, mas de fundo ele é apologético, como tantos outros do período. Não tivemos acesso à coleção dos jornais do ano de 1890, pois esta não se encontrava no arquivo que tínhamos à disposição. O jornal metodista, *Expositor Christão* (15/08/1887), é o que mais de perto segue os eventos políticos, como atesta esta edição de 1º de dezembro de 1889:

A Revolta. Em 15 de Novembro de 1889 revoltou-se o exercito contra o governo imperial, e estando o povo, o exercito e a armada de commum accordo, foi preso e demitido o ministerio de 7 de junho e feita a proclamação da Republica. O nome da nova Republica é: Estados Unidos do Brazil.

O jornal também publica o decreto nº 1 do Governo Provisório com os seus 11 artigos e relata o a situação do antigo governo:

O Sr. Visconde de Ouro Preto telegraphou ao imperador, que se achava em Petrópolis, sobre a revolta na Corte. Sua majestade, acompanhado da imperatriz e de seus semanários. Desceu de Petrópolis, chegando ao paço da cidade às 3 horas da tarde. Logo depois chegaram o conde e a condessa d'Eu. A família imperial passou o tempo no velho palácio, que estava guardado por um contingente de carabineiros de cavallaria, sendo cada porta guardada por três praças. Segundo a ordem do governo foi prohibida a entrada a toda e qualquer pessoa no edificio.

Até aqui são simples relatos dos fatos. Vejamos, agora, como o jornal se posiciona diante de tais fatos no editorial, colocado na mesma página:

7 de Setembro assignala a independência da nação brasileira, 13 de Maio marca a ephoca gloriosa da emancipação dos escravos do Brazil; porém 15 de Novembro é hoje o dia mais glorioso há historia desta grande nação. Pois este traz mais do que a liberdade aos nossos corpos. Com elle raiou a liberdade de consciência, a liberdade religiosa. O povo brasileiro é um grande povo; porém por ter sido a sua consciência escravizada e cauterizada por séculos pelos grilhões do Romanismo e Jesuitismo (sic) ele não tem podido desenvolver-se. Agora, pois, que removido o peso do velho systema monarchico, que estão restabelecidas as idéas livres do republicanismo federativo, na há duvida que

haverá progresso e desenvolvimento rápidos em todos os sentidos. 15 de Novembro é um dia muito auspicioso. Pois, para todos os cidadãos, elle prognostica egualdade, equidade e justiça; para o povo inteiro elle vaticina impostos menos pesados e opressivos, um systema mais liberal e geral de instrução. Elle prediz uma cultura mais perfeita do solo e um desenvolvimento mais rápido das suas minas e riquezas inexgotaveis, que, até hoje, jazem enterradas no seio da terra. Ainda mais, elle presagia (sic) para o commercio grande prosperidade, e o que é melhor de que tudo, esse glorioso dia assegura para todas as classe a mais plena liberdade religiosa e de consciência, de modo que ninguém, quer acatholico, quer catholico seja estigmatizado pelas convicções sólidas e honestas que abraça. (EC: 01.12.1889, p.1)

Não resta dúvida sobre a intensidade da comemoração. Mais pela liberdade religiosa e de consciência do que por outras razões econômicas ou sociais, o redator se alegra com a data festiva. À medida que a República vai se consolidando, os jornais também vão aumentando a quantidade de temas políticos e se tornando mais vigilantes e zelosos da nova constituição, sempre em função dos interesses da paz protestante.

2.1. Uma imprensa vigilante

O Congresso Constituinte eleito toma posse e inicia seus trabalhos em 15 de novembro de 1890, redige as leis e, em 24 de fevereiro de 1891, o país tem sua primeira Constituição da era republicana. Os principais pontos desta Constituição, que foi inspirada na Carta Constitucional dos Estados Unidos, são: república federativa como regime político, separação entre Igreja e Estado, instituição do casamento civil e o direito de voto universal. Entenda-se por universal, os cidadãos, alfabetizados, maiores de 21 anos e naturalmente, do sexo masculino. De qualquer modo, para a imprensa isto não era problema. O Brasil estava agora inserido no rol das nações adiantadas, e a imprensa entendia que era seu papel colaborar na divulgação dessa nova realidade.

O *Imprensa Evangélica* transcreveu um documento de congratulações pela proclamação da República feito pelo Congresso dos Estados Unidos, tão logo ele foi recebido e tornado público. Dar notícia de um fato como este demonstra sintonia com os novos tempos, ao mesmo tempo em que legitima a ligação com um país protestante, tido como modelo de democracia:

Congratulação norte-americana – No dia 17 do corrente mez foi apresentada ao Congresso constituinte uma resolução congratulatoria adoptada pelo Congresso norte-americano com referencia ás cousas do Brazil, e mais outro documento, tudo segundo consta da parte do Expediente infra, que transcrevemos do Jornal do Commercio do dia 18(...) Estimamos muito ver que se estreitam cada vez mais os laços de amizade que prendem os dois maiores povos do continente

americano e esperamos que dahi nasçam vantagens recíprocas para os suditos das duas republicas.(IE: 24.01.1891, p. 3)

A expressão “estreitamento de laços e vantagens recíprocas” explica toda a intenção do texto. Esse era o espírito dos articulistas da imprensa protestante. O Expositor antecipa-se à eleição e publica:

Primeiro Presidente. Falla-se nos círculos políticos desta Capital, que por toda essa semana será eleito e inaugurado o primeiro presidente da florescente Republica dos Estados Unidos do Brazil. Cumpre-nos portanto, como christãos, pedir que Deus mesmo escolha a pessoa mais apta aos seus olhos e que possa julgar segundo a recta justiça e temor de Deus.(EC: 21.02.1891, p. 3)

Em 25 de fevereiro de 1891, Deodoro é eleito presidente do Brasil pelo colégio eleitoral, formado por senadores e deputados federais.No mesmo dia, Floriano Peixoto foi eleito, também pelo Colégio eleitoral, vice-presidente da república, terminando, assim, o Governo Provisório. Um pouco antes, em janeiro do mesmo ano, todo o seu ministério havia-se demitido, permitindo a Deodoro formar um novo ministério. O período que vai de 1889 a 1894 ficou conhecido como “República da Espada”, em virtude da condição militar dos dois primeiros presidentes do Brasil, eleitos pela via indireta pelo Congresso Nacional. Esse Congresso promove a eleição indireta dos dois marechais, Deodoro e Floriano como presidente e vice-presidente da República . Na coluna “Variedades”, o jornal *Imprensa Evangélica* informa assim a esta eleição:

Constituição e Presidente – No dia 23 foi definitivamente adoptada e no dia 24 promulgado pelo Congresso constituinte a Constituição do Brazil; e no dia 25 foram eleitos o general Deodoro como presidente, por 129 votos contra 102, dos quaes recebeu 97, o Dr. Prudente de Moraes, e o general Floriano Peixoto como vice presidente, por 153 votos, acabando assim a dictadura e entrando o nosso governo no regimen legal.(IE: 28.02.1891, p. 70)

A vigilância sobre o novo governo está expressa num artigo sobre as continências militares e sobre qualquer ato do novo governo que pudesse ser interpretado como um retrocesso nas leis civis. Casos de subvenção financeira a eventos religiosos celebrados por padres católicos, deslocamento da força policial nacional para dar cobertura a festas religiosas, entre outras possibilidades, eram sempre duramente combatidos pela imprensa protestante. É o que se pode observar no artigo seguinte:

As Continências – Parece que o governo reconheceu que a opposição levantada contra a tabela de contingências publicada há algum tempo no Diario Official, era bem fundada, e vemos pelo O Paiz, de 4 deste mez, que o presidente da Republica, no intuito de regular as continências estabelecidas pelas leis e ordens existentes, resolveu por decreto de 2 deste mez, approvar uma tabela inteiramente diversa da anterior, e em que não se diz palavra sobre continências

devidas ás imagens dos santos, ao viatico, ao santo lenho, ás procissões e outras cousas semelhantes. Felicitamos o Governo pela emenda que fez, e que não podia deixar de fazer sem falsificar inteiramente a doutrina constitucional da separação completa entre o Estado e a igreja. (IE: 18.04.1891, p. 123)

Como bons cidadãos, os protestantes entendem que devem prestar reverência aos símbolos da Pátria, mas não admitem a possibilidade de que o Exército tenha de se curvar diante das procissões, imagens de santos ou mesmo da cruz. No penúltimo ano de circulação, o jornal *Imprensa Evangélica* noticia a morte de D. Pedro de Alcântara, ocorrida em Paris, a 5 de dezembro de 1891: “nós, como brasileiros, registramos com pesar o falecimento do compatriota illustre”. (IE: 12.12.1891, p. 392).

Voltando aos episódios republicanos, devemos lembrar que, no entanto, houve atritos com o próprio Congresso que levaram Deodoro à renúncia. Intenta-se um golpe de Estado e, finalmente, Floriano Peixoto assume a chefia do Estado, (23/11/1891 a 15/11/1894), entrando para a história como o “Marechal de Ferro”. A crise intensifica-se, com a Revolução Federalista no Rio Grande do Sul, tendo reflexos no Paraná e Santa Catarina. A Revolta Federalista foi um movimento iniciado no Rio Grande do Sul, em 1893, chefiado por Gumerindo Saraiva, contra o presidente do seu Estado, Julio de Castilhos, e reeditou uma tensão entre os chefes locais, que já havia no Rio Grande do Sul desde os tempos do Império. Emilia Viotti da Costa, (1998) dá-nos um importante panorama destes episódios no Sul e que se espalharam depois pelo Paraná e Santa Catarina. Os reflexos dessa oposição chegam a São Paulo provocando a reação de Bernardino de Campos, que além de defender os interesses republicanos, ainda envia uma tropa paulista para enfrentar os federalistas na cidade da Lapa, no Paraná. Houve muitos combates entre os anos de 1893 e 1895, saindo vitoriosas as tropas que defendiam o governador, conhecidas também como “pica-paus”. Os oponentes, “os maragatos”, seguiam as instruções de Gaspar Silveira Martins, que pretendia revisão na Constituição e implantação do sistema parlamentarista. Destaca-se neste conjunto de enfrentamentos o combate de junho de 1895, no Campo de Osório, quando o almirante Saldanha da Gama, com apenas 400 soldados, lutou até a morte para defender as forças legalistas. O presidente da República, Prudente de Moraes (1894-1898), consegue finalmente restabelecer a paz através do General Queiroz Galvão (John Schultz, 1978). Mesmo sem querer fazer ou participar de guerras e conflitos, os protestantes se alistaram nas fileiras republicanas com convicção, e se não pegavam em armas, seu discurso dava sustentação ideológica para quem o fazia. A imprensa tornara-se aliada da República.

2.2. Uma imprensa republicana

O jornal presbiteriano *O Estandarte*, que sucede o *Imprensa Evangélica* a partir de 1893, publica diversos textos sobre esta situação grave da política brasileira. Em artigo intitulado A Pátria, lê-se:

... Diante dos triste e lamentáveis acontecimentos ocorridos nestes últimos dias na capital da Republica, grande e justa é a apprehensão do espírito publico.(...) Orar pela Pátria e em favor dos que se acham revestidos de auctoridade, é um dever.(..) Os patriotas são chamados a postos para defender a integridade da Pátria, e os crentes á oração. Si o dever cívico nos manda pegar de uma arma mortífera e pôrmo-nos em athitude defensiva, o dever christão nos manda irmos pressurosos e cheios de confiança ao throno da graça, a fim de implorarmos ao nosso Deus, o Senhor dos Exércitos-o arbitro da paz e da guerra- em favor da paz e do bem estar da Pátria .(OE: 23.09.1893, p.1)

Devemos ressaltar neste trecho a ênfase conciliatória que tem marcado o discurso protestante, típico do modelo proposto por Mendonça (1995), o *protestantismo cansado de guerra*, mas que por outro lado, deixa nas entrelinhas que do outro lado estava mesmo um inimigo. Procuramos nesta dissertação evitar fazer uma apreciação meramente evangélica sobre os acontecimentos. Todavia, frases como *defender a integridade da Pátria* e *o dever civico nos manda pegar de uma arma mortífera e por-nos em atitude defensiva*, indicam muito bem o posicionamento do jornal. Diante do dever cívico, entenda-se manutenção da liberdade de religião e consciência, a guerra pode ser considerada justa. Ao que parece, este é um grande dilema, ou pelo menos, um problema a ser resolvido, porque dois números à frente o jornal parece reconsiderar sua posição:

A PATRIA E A PROVIDENCIA -O Estandarte, jornal religioso, cuja missão sagrada é athender ao lado moral das cousas e annunciar á grande família brasileira Nosso Senhor J. Christo, o Príncipe da Paz (...) observando os tristissimos eventos que perturbam o socego do paiz, **abstem-se de fazer sobre elles qualquer apreciação política, que levasse ao espírito do leitor a desconfiança de que o animam paixões partidárias.**(grifo nosso)(...) E porque é alheio á politica, deixa o Estandarte de encarar a actualidade sob o ponto de vista pelo qual a observa a imprensa profana, para contempla-la pelo prisma da moral christã. (OE: 07.10.1893, p.2)

O verbo abster-se concorda com a ação apolítica e com o discurso de neutralidade, mas ainda é possível percebermos um acusador. Do outro lado está *a imprensa profana*, que observa os acontecimentos de outra forma, não segue a moral cristã.. O texto *A Revolta* é longo, mas é possível notar em poucas linhas que sua mensagem tem duas direções definidas: é anti-católica, e por indução, republicana. Vejamos:

A revolta continua. Nictheroy tem sido cruelmente bombardeado (...) Assim se explica a attitude hostil da imprensa catholica, que não cessa de promover o descrédito da Republica.(...) Enquanto os Estados Unidos e outros paizes americanos o clero promove, em sua esphera de acção, o engrandecimento de seus respectivos paizes, o clero nacional nada faz; apenas queixa-se da Republica. (OE: 21.10.1893)

O jornal sugere que os casos de revoltas sociais que se seguiram à proclamação da República são orquestrados pela imprensa católica, uma vez que sustenta a tese de que esta “não cessa de promover o descrédito da República”. O clero dos Estados Unidos, país protestante, novamente é citado como modelo de atuação política.

É preciso olhar para o cenário da cidade do Rio de Janeiro que nos é apresentado por Carvalho (1987, p. 15-22). Segundo ele, a cidade passou pela fase mais turbulenta de sua existência, e por uma febril agitação, oriundas desta mudança de regime. O redator do jornal coloca em campos opostos a imprensa protestante e a imprensa católica, sendo que, para ele, a imprensa católica estava associada à desmoralização da República, situação que a coloca em defasagem em relação aos países mais desenvolvidos. Por dedução, ser anti-republicano é não estar em sintonia no concerto das nações. A nova elite dirigente continuava a ser recrutada nas camadas sociais mais abastadas, e a única alteração consistente foi a introdução do trabalho assalariado. A mão-de-obra vai ser recrutada no exterior, e o governo brasileiro põe em curso um projeto de imigração, tendo em vista, entre outras intenções, o *embranquecimento* da raça. Boris Fausto (1994, p.275-276 e 281) dá-nos uma cifra impressionante: de 1887 a 1930, entraram no Brasil a pretexto deste *embranquecimento da raça*, 3,8 milhões de estrangeiros. Contudo, as condições de vida para esses imigrantes não eram melhores do que a vida dos camponeses nativos, e em alguns casos, beirava a escravidão. Como muitos deles eram protestantes, a saída era esperar *o celeste porvir*, ainda seguindo a teoria de Mendonça (1995). A ascensão social destes trabalhadores só ocorrerá num período posterior, mesmo assim, para uns poucos. A mudança política, do ponto de vista social, não vai trazer muitas alterações; o que houve, então, foi apenas uma modernização institucional, sendo que os conflitos permaneceram de uma forma subjacente. Este é o panorama que os primeiros missionários protestantes encontraram, e de onde atraíram os seus primeiros adeptos, ainda que, em muitas das vezes, os evangélicos não tivessem consciência disso.

Em 1894, a eleição do civil Prudente de Moraes não abafou a crise institucional, nem tampouco o clima de revoltas populares contra a situação econômica em que a

maioria dos brasileiros se encontrava. Essa conjuntura ensejou os *movimentos* classificados como *messiânicos*, uma espécie de *mix* de religiosidade e revolta social, como define Maria Isaura Pereira de Queiroz (1977, p. 27): “O messias é alguém enviado por uma divindade para trazer a vitória do bem sobre o mal, ou para corrigir a imperfeição do mundo”, e que possui “qualidades pessoais extraordinárias, provada por meio de faculdades mágicas que lhe dão autoridade”.(Queiroz: 1977, p. 27). O termo messianismo é utilizado para denominar aqueles movimentos sociais nos quais milhares de sertanejos fundaram comunidades comandadas por um líder religioso. Atribuíam-se a esse líder dons como o de fazer milagres, realizar curas e profetizar acontecimentos.

Os messianismos, surgidos em áreas rurais pobres e atingidas pela miséria, aguçavam dois componentes básicos dessa população, a religiosidade e o sentimento de revolta, dos quais Canudos (1893-1897) e Contestado (1912-1916) foram os mais significativos. O jornal presbiteriano, durante o ano de 1897, portanto já no ocaso de Canudos, deu grande cobertura àquele acontecimento, assumindo o lado do governo republicano. Os revoltosos eram chamados de “fanáticos” e, geralmente, associados aos “interesses romanistas”. O tom das narrativas é épico. Um mês antes da destruição final do arraial, o jornal publica uma carta de alguém chamado de *um nosso irmão na Fé, actualmente estacionado em Monte Sancto, estado da Bahia*:

Eu graças ao nosso bom Pae Celestial estou sem novidade. Sahi de Therezina a 15 de março com o 35 batalhão de infantaria, afim de irmos bater os fanáticos de Antonio Conselheiro no miserável antro de Canudos, onde estão encerrados os bandidos.(...) Ao entrar nesta planície era tanto o fogo que faziam os bandidos, sempre occultos nas trincheiras, que era um horror. Então o General Savaget, depois de falar com os coronéis Telles e Serra Martins, resolve dar carga de bayoneta, o que se realizou, conseguindo-se, depois de 7 horas de fogo por-se em fuga os bandidos, deixando elles não pequeno numero de mortos, etc... (...) No dia 28, logo que encetamos a marcha, elles nos atacaram novamente. Já nos achávamos a uma meia légua de Canudos, quando tivemos ordem para fazermos junção com a primeira columna, o que fizemos das onze horas para o meio dia, sempre debaixo de uma formidável fuzilaria. Acampamos juncto com a primeira columna no lugar denomiado Favella, distante de Canudos 1.500 metros. Dahi em diante não cessaram mais os combates, que muitas vezes entravam pela noite. O fanatismo do povo de Antonio Conselheiro, bandido chefe dessa horda, julgo que está sendo explorado pelos monarchistas, nossos eternos inimigos, e creio que também pelos roupetas, que não dormem. (OE: 11.09.1897, p. 3)

Mais interessava para o editor informar sobre a existência daquele grupo de revoltosos, talvez por isso, se tenha omitido o nome do missivista. Relato de natureza semelhante também foi encontrado no *Expositor Cristão*:

Antonio Conselheiro – Diz O Propulsor, da Feira de Sant'Anna: Noticias trazidas por alguns boiadeiros vindos de Acará, logar distante de Monte Santo quatro léguas, dão a conhecer que as hordas do Conselheiro exterminaram as fazendas Salobro e Penedo. Ambas estas fazendas criam gado bovino e lanígero. A turba multa dos fanáticos prometia liquidar pouco a pouco outras fazendas, conforme ordens e precisões do fakir.(EC: 29.05.1897, p.4)

Pelo dito acima, agora, além da ordem estabelecida, também correm perigo as propriedades privadas, motivo pelo qual os fazendeiros devem ficar alertas. Segundo *O Estandarte*, não é só da Bahia que chegam as ameaças de fanatismo, qualquer movimento social que contestasse o novo governo republicano receberia essa denominação. Na edição do dia 02 de outubro, diante de acontecimentos que se dão no Rio Grande do Sul, envolvendo o beato José Maria, o tema do fanatismo reaparece, e o jornal novamente se arma junto com o exército legalista:

Dando conta ao presidente deste Estado do Rio Grande do Sul do resultado da missão que fôra encarregado, auxiliar a batida dos fanáticos reunidos no município de Lages, Estado de Santa Catharina, narra o coronel Bento Porto, chefe da 1ª região policial: 'Na madrugada de 29 do passado, após dous dias de marcha á pé, com chuva constante, por brenhas serradas, chegaram as forças ao principal reducto desses outros jagunços. Houve três horas de fogo. Afinal os fanáticos dispersaram-se, sendo valentemente perseguidos. Foram muitos os feridos, morrendo alguns, entre eles o de nome Abílio Rosa.(...) Tudo, inclusive os 34 ranchos e casa, ardeu no incendio por ocasião do ataque. A divisa desses jagunços era branca e encarnada. Foi rude a tarefa das forças expedicionárias, mas completa o seu resultado. Ao menos estes êmulos dos conselheristas não nos incommodarão para o futuro. (OE: 02.10.1897, p. 2)

No artigo *Agglomerações fanáticas*, o *Estandarte* reproduz texto extraído de *A Estrela Polar*, um jornal católico editado na vila Pederneiras, em São Paulo (Expositor Cristão, 31.12.1897). Por este relato, fica evidente como o episódio Canudos estava se tornando uma idéia fixa na mentalidade dos amantes da República. Qualquer reivindicação, qualquer movimentação popular, de caráter político ou religioso, logo recebia esta qualificação.

Estão se multiplicando extraordinariamente as agglomerações fanáticas no Brazil. Não é somente nos sertões da Bahia que se reproduzem scenas perturbadoras da ordem publica por meio de farças religiosas, que chegam á intitular de milagres. O Padre Cícero Romão Baptista, depois de ter agitado o sertão do Ceará, mudou-se actualmente para o Salgueiro, no sertão de Pernambuco. A paciência do Exmo. Sr. Bispo do Ceará foi esgotada. O Exmo. Prelado fez tudo quanto era possível para desilludir o Padre Cícero, demonstrando á luz da evidencia que esse pretenso milagre de sangue que sahia da bocca de Maria de Araújo era uma verdadeira farça. (...) O Salgueiro vai-se tornando uma nova espécie de Canudos, onde há agglomeração fanatica, acclamando ainda em vida o Padre Cícero –de Sancto. (OE: 30.10.1897, p. 3)

Entre as práticas pregadas e algumas postas em curso por Antonio Conselheiro e seus adeptos, havia três que particularmente atraíam o ódio do governo republicano: a abolição da propriedade privada, a recusa a pagar impostos e uma vaga aspiração monarquista. Conselheiro pregava o retorno de Dom Sebastião, rei de Portugal morto em 1580, no norte da África. Todos estes ingredientes facilitavam a identificação dos messianismos com os inimigos do protestantismo, os católicos, para o deleite dos redatores.

Diante dessa situação, um fato curioso ocorre no texto acima: o tratamento dado ao bispo que combateu os revoltosos é profundamente respeitoso, algo difícil de se ver neste cenário. O bispo, autoridade da Igreja Católica sempre desvalorizada ou ridicularizada em tantos outros escritos anteriores, agora aparece recebendo um tratamento diferente: é chamado de “Excelentíssimo Bispo” e “Excelentíssimo Prelado”. Nesta *situação retórica* (Halliday: 1988, p. 123), todo o julgamento anterior é suspenso, para elevá-lo à condição de uma pessoa do bem, dotado de boas intenções, talvez seja porque o bispo adotou uma postura favorável aos interesses protestantes. Ou talvez estivesse no imaginário do articulista reeditar o ocorrido há mais de 30 anos, e que ficou indelével nos corações e mentes protestantes: a conversão de um sacerdote católico, no caso, José Manoel da Conceição. Ainda que o artigo fale bem do bispo, não podemos nos esquecer o fato de que para o protestantismo em geral a Igreja Católica era a grande responsável pela situação de ignorância e fanatismo em que estava mergulhado o povo brasileiro. Em 19/03/1898 é publicado um artigo extraído do jornal *A Republica*, de Fortaleza, relatando outro caso de fanatismo no Ceará, através de uma carta que chega da região de Sobral:

(...) referente a uma quadrilha de fanáticos que appareceu naquellas paragens, denominada Irmandade ou legião da Cruz. Apadrinhados com esta denominação, estão os taes fanáticos á inquietar o povo que tranqüilo vivia em suas casas, com invenções fanáticas, inventadas não sabemos por quem, formando assim uma segunda edição de Canudos. É mister que o governo da Republica providencie emquanto o mal não toma maiores proporções, afim de que não tenhamos de registrar, mais tarde, lamentáveis factos como os que se prendem á negregada historia do tristemente celebre Antonio Conselheiro”. (OE: 19.03.1898)

Também na edição de 23 de junho desse mesmo ano, o jornal relata que um correspondente “de toda a fé” informa que em Salgueiro, no Ceará, a força policial mandada para conter os “fanáticos” foi “completamente desbaratada” pelo grupo de criminosos, e que as autoridades locais, sem forças para reagir, telegrafaram exigindo a remessa imediata de um contingente nunca inferior a 100 praças, “pois só assim,

poderão enfrentar com vantagem os bandos de cangaceiros que ultimamente atacam aquella villa”.(OE: 23.06.1898). O Expositor Cristão fala em “conselheirismo em pencas”:

Diz o *Correio de Minas*, de Juiz de Fora, edição de 13 do fluente: Parece que a moda pega e que o conselheirismo fanático e embuste vae avassalando as populações ignorantes do interior, e isto desafia a vigilância do governo. No município de Muriahé, por exemplo, em o lugar denominado Ribeirão Alegre, districto de Santa Rita da Gloria, existe um embusteiro que está a fanatisar as populações da redondeza com as suas practicas e embustes de modo a formar naquelle centro ainda inculto um verdadeiro núcleo de jagunços, sob a capa de curanderias, e feitiçarias, sob a qual devem baixar as vistas o governo de Minas.(OE: 28.08.1897, p. 4)

Estes relatos bastam para nos dar a idéia de como a imprensa evangélica acompanhou com interesse os conflitos durante a consolidação da República. O messianismo, típico de regiões rurais pobres atingidas pela miséria, costurado à intensa religiosidade do sertanejo e seu sentimento de revolta, era mesmo uma mensagem diferente daquela pregada pelos protestantes, que pressupunha um público letrado e confiante no progresso. Os sertanejos, embora derrotados neste episódio, mantiveram o espírito de resistência e a revolta adormecida. Belo exemplo deste quadro são os versos que, mais tarde, Euclides da Cunha (1902, p. 351) nos deixou:

Canudos não se rendeu. Exemplo único em toda a história, resistiu até ao esgotamento completo. Expugnado palmo a palmo, na precisão integral do termo, caiu no dia 5, ao entardecer, quando caíram os seus últimos defensores, que todos morreram. Eram quatro apenas: um velho, dois homens feitos e uma criança, na frente dos quais rugiam raivosamente cinco mil soldados.

Diante disso, fica demonstrado como a imprensa protestante desempenhou seu papel diante dos acontecimentos da República nascente. Mesmo sem pegar em armas para *defender a integridade da Pátria*, como proclamava o *Estandarte* de 1893, seu discurso foi totalmente voltado à manutenção do novo sistema. Entretanto, essa defesa incondicional, como veremos adiante, começava a apresentar algumas restrições.

2.3. As primeiras decepções com a República

A era republicana havia trazido boas esperanças aos metodistas, visto que o Governo Provisório havia dado o reconhecimento oficial aos seus estatutos, adquirir bens e manter uma associação de beneficência e ensino. Sobre os estatutos, Duncan Alexander Reily (1993, p. 100) informa que este reconhecimento ocorreu em 1º de

dezembro de 1889, assinado pelo Marechal Deodoro. Porém, não durou muito tempo para o arrefecimento dos ânimos em relação aos efeitos do novo sistema, isto porque, hipótese que sustentamos, a opção política se dava mais em função do interesse pragmático dos protestantes do que do conteúdo programático do novo grupo no poder. Assim, à medida que o quadro político vai se conformando com maior complexidade, começam também os sintomas de descontentamento. Esse vai estar expresso nas páginas dos jornais evangélicos, nas mais diversas situações.

A edição de 19/11/1898, informa a posse do novo governo de Manoel Ferraz de Campos Salles (1898-1902), destacando de seu discurso o compromisso de “manter e cumprir com perfeita lealdade a Constituição Federal, promover o bem geral da Republica, observar as suas leis, sustentar-lhe a união, a integridade e a independência”, e nos números seguintes é publicado o *Manifesto Inaugural* do novo presidente. Diz o presidente neste manifesto:

Ao assumir o governo da Republica, cheio de confiança nos poderosos elementos de vitalidade nacional e seguro da dedicação patriótica dos meus concidadão, cumpre-me expor á Nação, com sinceridade e clareza, todo o meu pensamento na direcção dos seus altos destinos. (OE: 26.11.1898)

O Manifesto foi publicado na íntegra em *O Estandarte*, que continuou no número seguinte, com mais de uma página e meia de um discurso inflamado de confiança e espírito de colaboração. “Nunca se tornou mais necessaria a cooperação do legislativo”. O citado manifesto termina com as seguintes palavras:

Quanto a mim, ao subir as escadas que levam o homem publico ao mais alto posto de responsabilidade, não me resta senão pedir ás energias da minha própria fé o valor e a fortaleza de animo que careço para este novo combate, certamente o mais temeroso de todos, pela grandeza e pela prosperidade da Republica” (OE: 10.12.1898, p.2)

Essas palavras bastaram para que, imediatamente, comesçassem a surgir críticas ao seu discurso, e o próprio redator não disfarça seu desapontamento com aquilo que acabara de publicar. Como se fizesse uma confissão de culpa, a próxima edição retoma o assunto do manifesto de posse:

O dr. Campos Salles e a sua confiança – Tendo nós, em o numero transacto, dado publicidade em sua integra ao Manifesto Inaugural do sr. Dr. Campos Salles á Nação – o que jamais fizemos com documentos político algum daquela ordem-, não seria para extranhar que ainda delle nos ocupemos hoje. Como viram os nossos leitores, como viram todos, o dr. Campos Salles assumiu a presidência da Republica cheio de confiança – confiança nos poderosos elementos da vitalidade nacional; confiança na dedicação patriótica dos seus concidadãos, confiança nas forças sociaes (...) confiança na franca e resoluta

cooperação do Legislativo e no patriotismo do Congresso Federal (...).Sem descrermos dos bons fundamentos da confiança manifestada pelo sr. Dr. Campos Salles em causas diversas, pois tão longe não vae o nosso pessimismo que julguemos s.exc. um visionário, notamos logo na primeira vista que s. exc. deposita sua confiança em tudo, menos em Deus, o único em que há confiança segura, pois não há na terra em quem a possamos depositar com certeza de êxito feliz. (OE: 17.12.1898, p.3)

De certa forma, o jornal retorna aí, ao seu propósito inicial, quando o articulista reconhece que nunca foi dada tanta importância a documentos de natureza política, como ocorrido com o manifesto presidencial. Na ocasião em que isto aconteceu, a redação manifesta seu descontentamento, beirando mesmo a decepção por oferecer espaço, aos seus olhos tão privilegiados e, em contrapartida, o ocupante do espaço dar de ombros para com os temas caros ao protestantismo, como este de colocar a confiança em Deus acima de tudo, inclusive das questões políticas. A idéia de separação entre Igreja e Estado aparece mais como estratégia de sobrevivência diante dos monarquistas do que um programa realmente assumido pela imprensa protestante. Bom mesmo seria se o novo presidente falasse algo que pudesse favorecer os protestantes, ou pelo menos, desqualificasse os católicos. E na maneira de julgar, própria do proselitismo, a fala do presidente soou mais como a de um bom católico. Por esta razão estamos identificando uma ponta de decepção no texto jornalístico.

Daí para frente, é notório que os protestantes vão perdendo o entusiasmo inicial, inclusive identificando, na própria Constituição Federal, textos que lhes são desfavoráveis. Depois de expressar “o Dr. Campos Salles deposita sua confiança em tudo, menos em Deus”, parece que o jornal vai perdendo também sua confiança no próprio governo federal, e uma nova bandeira de luta começa a surgir. Passado o efeito ilusório da ideologia republicana, retoma-se à tradição iniciada com Kalley e Simonton, e a luta agora é política, entretanto, para preservar um preceito religioso.

2.4. A campanha pela guarda do domingo

Um outro aspecto a ser considerado como elemento essencial no estremecimento das relações dos protestantes com a República, é o fato de que o Congresso Nacional tenha aprovado uma lei eleitoral que estabelece eleições num domingo. Os protestantes de há muito tempo vinham empenhados em reservar este dia exclusivamente para atividades religiosas, de modo que um fato como este acaba caindo como uma bomba

entre os defensores da guarda do domingo. A edição do dia 26 de outubro de 1899 traz a seguinte notícia:

Eleições Federaes. O sr presidente da República sancionou a lei votada pelo congresso Nacional, sobre eleições federaes, cujo primeiro artigo é do teor seguinte: ‘A eleição para deputados e para a renovação do terço do senado effectuar-se-á no ultimo domingo de dezembro do anno da ultima sessão de cada legislatura do congresso nacional’. Quer isto dizer, em poucas palavras, que nos foi caçado o direito de voto! Chamamos para o assumpto a attenção de todos os nossos colegas da imprensa evangélica do Brasil. Cumpre que, unidos, trabalhemos pela revogação de tal lei, que attenta contra nossos direitos de cidadãos. É mister que protestemos e façamos chegar nosso protesto até o Congresso, por meio de uma Representação assignada por todos os nossos irmãos eleitores, sem excepção de denominação evangélica alguma. (OE: 26.10.1899, p.20)

A mesma notícia foi veiculada também no jornal dos metodistas, *O Expositor Cristão*:

Lemos no Jornal do Commercio que o Senado approvou em 3ª discussão a proposição da Câmara determinando que a eleição para Deputados e para a renovação do Senado, seja effectuada no ultimo domingo de Dezembro da ultima sessão de cada legislatura. Lamentamos não termos acompanhado essa discussão, já na Câmara, já no Senado. Entretanto, seja-nos permitido dizer que tal determinação é attentatoria aos nossos direitos de cidadãos. A verdadeira liberdade não cogita de números, e que cogitasse! Nós já somos um corpo avultado de eleitores que prezam a liberdade do voto. Vemo-nos, porem coagidos nessa liberdade, pela “determinação” que quer obrigar-nos a votar no domingo –dia de descanso santificado por Deus e que nós, protestantes observamos como consagrado inteiramente ás coisas dos Senhor. Decretar eleições no Domingo, é quebrar a lei de Deus. Querer-se violar as nossas consciências, é restringir a liberdade religiosa. Obrigar-nos a abstermo-nos de votar nesse dia, é cercear a liberdade de voto. Contra isso, levantemos alto a nossa voz. (EC: 1899, p. 2)

Mais uma vez, o jornal dá a entender que o fato de não se envolver com assuntos políticos não é a melhor postura, e por isso mesmo, não esteve atento para o desenrolar dos fatos relativos à eleição federal. O curioso é que tanto o jornal presbiteriano como o jornal metodista, interpretam o ato do Senado como um ato atentatório aos direitos dos protestantes. Ambos não conseguem conceber que os interesses nacionais devem estar acima dos interesses religiosos e certamente, entendem que se trata de manobra do catolicismo romano contra os protestantes. O pastor Bento Ferraz chega a interrogar: “E si não é jesuitismo, machiavelismo ou despreso, como explicar a promulgação dessa lei?” (OE: 26.10.1899, p.2).

A imprensa entende que tal ato do Congresso Nacional corresponde a caçar o direito de voto dos evangélicos:

Eleições Federaes – Conforme noticiamos em o número passado, o sr. Presidente da Republica sancionou a lei votada pelo Congresso Nacional, sobre eleições federaes, de cujo primeiro artigo já os nossos leitores têm conhecimento. Determina a referida lei, no mencionado artigo, que a eleição para deputados e para a renovação de um terço do Senado effectue-se no ultimo DOMINGO de dezembro do anno da ultima sessão de cada legislatura do Congresso Nacional. Dissemos então, que assim nos ficava cassado o direito de voto. E assim é, pois a nós importa antes obedecer a Deus que aos homens.(...) Acresce que agora, mais do que nunca, nos cumpria levar ás urnas eleitoraes o nosso voto, não só para prestigiar a Republica, o regimen político de nosso ideal, como –principalmente- para, na medida de nossas forças, oppôr á onda invasora do clericalismo que, qual moléstia de mau character, vai dia a dia avassalando e minando o organismo republicano e o aniquilará de todo si antidoto efficaz não lhe for de prompto applicado. (OE: 09.11.1899, p.1)

No número seguinte do mesmo jornal, outro artigo, em forma de apelo, e agora assinado por Bento Ferraz, um dos pastores fundadores da denominação presbiteriana independente (os presbiterianos experimentam uma cisão em 1903, devido à desencontros nos rumos do movimento no Brasil) , apresenta uma longa argumentação. Nela o seu autor diz representar o “povo politicamente orhagizado” e que “arredarem-se das urnas, em calculo approximativo, mais de 150.000 (sic) cidadãos eleitores, é commetter um crime de lesa-democracia”:

Ciosos de nossos direitos políticos, protestamos contra essa lei que, em terrível dilemma, ou nos priva do sagrado direito de voto, ou nos obriga, sem motivo algum justificável, a quebrar um preceito divino, offendendo a Deus e ás nossas proprias conciencias, cuja liberdade serve de peristylo ás instituições que nos regem. Em nome, pois, de nossos direitos conculcados; em nome da liberdade de consciência; em nome dos princípios republicanos estatuídos na Magna Carta de 24 de Fevereiro; memorando, si é necessário, as tradições liberaes e democráticas do Protestantismo brasileiro – que tanto trabalhou e trabalha pela Republica, fazemos um appello ao Chefe Supremo do Poder Executivo, o Exmo. Sr. Dr. Campos Salles, para que consiga a reforma dessa lei, marcando dia que não o de Domingo, para as referidas eleições. Não será um serviço prestado a nós, mas á effectividade do suffragio popular, ás instituições vigentes, á Republica brasileira. (OE: 16.11.1899, p.1)

A discussão sobre o fato de as eleições serem marcadas para um dia de domingo não é um fato novo, visto que na edição de setembro de 1872, o *Imprensa Evangélica* (09/1872, p.1) já tocava nessa questão, lamentando o fato de que nas últimas eleições, “algumas igrejas do estado, edificios consagrados ostensivamente ao serviço do Deus de paz e amor”, tenham se tornado “arenas de desordem, de intrigas, de violências e até de derramamento de sangue”. Com a ressalva de que trataria o assunto não pelo ponto de vista político e sim pelo seu aspecto partidário (sic), o texto discorre sobre as diversas ocorrências daquele pleito, enumerando questões de violência, e um alto número de

abstenções, o que se pode deduzir da expressão “a abstenção por tanto de uma parte considerável dos votantes, revela um estado pouco lisonjeiro das cousas”. As eleições feitas em igrejas, profanam os lugares de culto, afirma o jornal, por ocorrerem “scenas impróprias do lugar e offensivas á boa moral”. A parte final do texto ainda afirma:

Outra circumstancia, e uma que constitue uma offensa directa contra a autoridade divina, é, que as eleições se fazem geralmente no Domingo, ou pelo menos principiam n’esse dia, que Deus tem reservado expressamente para seu próprio serviço, mandando sanctifica-lo pelo descanso de todo o serviço ordinário. (...) Ordenando as eleições n’esse dia, o estado invade as prerrogativas do Rei dos povos e dos governos, e arrasta uma nação inteira a um acto de ousada desobediência contra a autoridade do supremo Arbitro de seus destinos. Não se póde esperar a sua benção sobre actos que infringem seus preceitos, nem será possível evitar o merecido castigo de sua justiça offendido. Pedimos, pois, em nome da religião e dos interesses do paiz, que se faça cessar esta grande offensa contra as leis divinas.(IE: 21.09.1872, p.137,138).

A alegação de que as eleições aos domingos atentam contra o direito e a liberdade dos protestantes parece não comover a opinião dos políticos e, portanto, se faz necessário apelar para um outro argumento, a ofensa é contra a autoridade divina. A estratégia seguinte será a de associar a vontade divina a um projeto de governo.

2.5. Olhando para os Estados Unidos

Confrontados com essa nova situação, os articulistas começaram a introduzir uma questão que seria de difícil solução para os protestantes, que sempre se declararam partidários da democracia: a obediência simultânea da lei civil e da lei religiosa. Como podemos observar, dois temas completamente distintos são colocados no mesmo patamar, levando o fiel protestante a crer que a ordenança civil nestas condições, de fato, é um desrespeito à sua religião. O reforço desta tese pode ser encontrado em edições anteriores, como em 1879, em que o articulista, sob o título “O Domingo nos Estados-Unidos” informa sobre as comemorações do centenário da independência daquele país, quando “acorreram muitos governantes”, os representantes das grandes potências européias, os comissários da China e do Japão, e também o imperador do Brasil. O texto nada mais é que um pretexto para introduzir a apologia da guarda do domingo, até porque, já se passavam três anos daquele evento. Em seguida, o texto cumpre seu propósito:

E é de certo um estudo digno da atenção de todo o amigo da humanidade, e sobretudo das nações que trabalham por seu adiantamento moral, indagar as causas da prosperidade extraordinária d’esse povo e considerar quaes eram as

influencias que, de elementos tão diversos, fizeram d'essa nação aquillo que hoje é. (...) O estrangeiro, desembarcando em uma das grandes cidades dos Estados-Unidos pela manha de um dia de Domingo, acha as lojas e os armazéns fechados; na fabricas, tanto nas grandes quanto nas pequenas, não se trabalha, os bairros comerciaes estão desertos...(...) Durante certas horas da manhã as ruas se enchem de uma multidão de gente bem vestida, de caminho para as igrejas ou d'ellas voltando para suas casas. Nas cidades pequenas, nas villas, nas povoações e no campo, a guarda do Domingo é mais notável ainda.(...) Na opinião dos proprios Norte-Americanos, o seu bem-estar moral, material e político, está intimamente ligado á sua guarda característica do Domingo. Elles a consideram como a chave da abobada de suas instituições, como aquillo que lhes conserva estas em seu vigor e sua integridade.(IE: 02.01.1879, p.5 e 6)

A matéria continua no número seguinte, em que se aponta para a origem da guarda do domingo naquele país, apontando os pais peregrinos do May Flower que, no dia seguinte ao desembarque, “lembraram do dia do Senhor para o santificar, e consagraram ao culto publico e a um santo repouso”, e ainda para os acontecimentos da Guerra de Independência, em 1776, quando o General Washington teria dado esta ordem ao exército:

A fim de que as tropas possam assistir ao culto publico e também gozar de algum descanso depois das grandes fadigas que acabam de supportar, o General, para o futuro e até nova ordem, as dispensa nos dias de Domingo...(...) Não podemos esperar a benção de Deus sobre nossas armas si nós o insultarmos por nossa impiedade e nossos desvarios. (IE: 16.01.1879, p. 21)

Ao que parece, o projeto de introjetar o hábito da guarda do domingo no cenário protestante brasileiro, de quando em quando tomava a forma de texto impresso, tendo como apelo peculiar a associação ao modelo americano de ser. Uma outra edição do *Imprensa Evangélica* (03/01/1891), atualiza a temática, agora envolvendo aspectos curiosos de intolerância religiosa e concorrência profissional, uma vez que cita outros veículos de informação:

O Domingo – O Monitor Catholico, da Bahia, diz: “A propósito do descanso do domingo disse o Sr. Harrison, Presidente da republica dos Estados Unidos: “os que não encontram na Escriptura Sagrada o preceito do descanso dominical, o encontrarão na própria natureza do homem”. Folgamos de ver estampados no órgão romanista as palavras do illustre Sr. Harrison, presbytero da Igreja Presbyteriana e também Presidente dos Estados Unidos, e mais ainda folgamos por saber que isso abre uma excepção ás citações falsas de protestantes com que nos mimoseiam constantemente os órgãos da seita romana. Se os collegas do Monitor, entre elles o Apostolo da Capital federal, concordam, como parece, com as palavras do presidente Harrison, que principiem o exemplo por casa – deixem de publicar seus jornaes nos domingos, e risquem do cabeçario do Monitor as palavras “publica-se aos domingos”, e do Apostolo – “distribue-se ás quartas, sextas e domingos” (IE: 03.01.1891, p.3)

Nossa proposição é de que esses artigos publicados no *Imprensa Evangélica* serviram de embasamento para as afirmações sustentadas no jornal *O Estandarte* no período pós monárquico, uma vez que podemos perceber que os textos são lançados em intervalos de 15 ou 20 anos entre as publicações. Isso leva a crer que pretendiam alcançar as sucessivas gerações de lideranças protestantes. Apesar de todas estas investidas apologéticas da guarda do domingo, o processo de secularização em curso não permitia mais esse tipo de barganha. Era preciso, então, mais uma vez condicionar a participação dos protestantes em eleições que porventura caíssem num domingo.

2.6. Mudança de discurso sobre o domingo

À medida que as igrejas protestantes vão se fortalecendo na sociedade brasileira, vai ficando mais evidente a necessidade que ela tem de se fazer representar na sociedade civil. Mas o discurso anterior, próprio de grupos isolados, não coaduna mais com as exigências atuais. O campo de atuação das igrejas não se restringe mais apenas à Capital Federal, os poderes são regionalizados. Para fazer frente aos novos desafios, uma nova visão, especialmente sobre o processo político, precisava ser encontrada.

Em 1901, um leigo presbiteriano, Nicolau Soares do Couto Esher (1867-1943), de quem nos ocuparemos mais adiante, inicia uma abordagem um pouco diferenciada do processo eleitoral caindo num domingo. Ele considera dois tipos de situação: a eleição sendo marcada “propositalmente pelas autoridades” para um domingo, e a eleição que cai num domingo, por tratar-se de lei permanente com data fixa. Sua posição é: “para mim, pessoalmente, como eleitor, nem nesse caso votaria em domingo”. O curioso é que este mesmo cidadão será o protagonista de uma intensa campanha política nas páginas dos jornais protestantes, sendo candidato por diversas vezes. Novamente com os Estados Unidos no horizonte de seu discurso, ele informa que lá, “nunca as eleições são marcadas para domingo”, e a própria Constituição prevê o caso de adiar para o dia seguinte caso a data caia num dia de domingo. Lamenta Esher que a Constituição brasileira, inspirada no modelo americano, tenha desprezado este preceito, e depois introduz a seguinte situação:

Supponhamos que no decorrer dos tempos, os crentes, colligados entre si, ou com outros elementos políticos, possam apresentar uma chapa em que entre um representante nosso; ou então se apresente como candidato um christão, cujo programma de ante-mão podemos adivinhar qual é – seja para eleições federaes ou estaduaes, para qualquer câmara. Pergunto: neste caso excepcional, e dado o estado actual da política invadida pelo clericalismo, sendo a eleição marcada

para domingo, pode o eleitor crente votar no nosso candidato nesse dia? Num paiz como o nosso, não se pode allegar a eleição em domingo como obra de necessidade urgente, de salvação publica? Nessas condições excepcionaes, uma eleição num domingo não será um trabalho de propaganda? (OE: 16.09.1891, p. 1)

Esher, que assina vários de seus artigos como Lauresto (o pseudônimo refere-se a um anagrama com as sílabas finais do seu nome), parece estar assim cavando uma brecha no imaginário protestante. Isto porque, mais para frente, ele próprio se apresentará como esse candidato cristão. No artigo acima ele termina dizendo: “por enquanto, e de um modo geral, permanece de pé a afirmação positiva e franca – o crente não deve votar em domingo”.

Eduardo Carlos Pereira (1855-1923), outro líder dos dissidentes presbiterianos, cujo movimento resulta, em 1903, na organização da Igreja Presbiteriana Independente do Brasil, envia uma representação ao Congresso de São Paulo, solicitando que as eleições estaduais e as demais eleições não sejam marcadas para um domingo, pois isto afastaria das urnas os protestantes evangélicos.

Exmo. Sr. Presidente e mais Membros do Congresso do Estado.-O abaixo assignado, ministro evangélico nesta cidade, vem respeitosamente, em nome dos seus numerosos correligionário do Estado, pedir-vos providencia afim de que possam exercer livremente o seu direito de voto em todas as eleições estadoaes, visto como ficam privados do exercício desse direito, quando a eleição é marcada para o dia de domingo. Prohibe-lhes a consciência religiosa e as leis de sua Egreja irem ás urnas nesse dia, que, para elles, é um dia exclusivamente consagrado ao culto divino e ao repouso semanal. Assim sendo, o abaixo assignado solicita desse Congresso, como o devido respeito e de accordo com a Constituição, que garante a liberdade de todos os cultos e ao mesmo tempo a liberdade do voto, uma medida no sentido de não serem os protestantes evangelicos d’ora avante collocados em face de angustioso dilemma de –ou transgredirem os ditames de suas consciências, ou serem privados do importante direito do voto.-São Paulo, 8 de outubro de 1909 (Assignado) Eduardo Carlos Pereira, ministro do Evangelho. (OE:21.10.1909, p.1)

No jornal *O Estandarte*, além da polêmica sobre a eleição no domingo, foram intensas as discussões em torno das eleições presidenciais, desde o ano anterior, tendo sido apresentadas as duas plataformas de governo. O jornal optou pelo programa do Marechal Hermes, e já na edição de 03 de março de 1910, apontava a sua vitória parcial com 251.016 votos, contra 248.760 de Wenceslau Braz, 106.007 de Ruy Barbosa e 105.900 de Albuquerque Lins. O texto também afirma que o jornal civilista, *Estado de S.Paulo* apontava a vitória de Ruy Barbosa com 122.493 votos, contra 122.493 de Albuquerque Lins, e 111.766 de Hermes da Fonseca. No entanto, a inserção da temática da eleição presidencial de 1910, neste texto, tem apenas um caráter informativo,

atestando a crescente preocupação do jornal em acompanhar as questões políticas ou ainda, como ele foi utilizado pelos interesses políticos de Esher.

O Sínodo da Igreja Presbiteriana Independente publica, em 1911, uma carta pastoral, tratando sobre diversos assuntos, e entre eles estava a questão da participação dos protestantes nas eleições. O item 3.b) do documento orienta as relações com a sociedade civil nos seguintes termos:

O Estado foi instituído para o bem temporal dos homens, e a Igreja para o bem eterno. O Estado tem por base a justiça no sentido restricto da palavra; a Igreja tem por base o amor no sentido amplo do termo. Devemos pois, estar sujeitos á ordem temporal e ás auctoridades civis, e nesta sujeição á ordem temporal ou á lei, esta envolvido o esforço sincero pela paz, pelo bem-estar e progresso da sociedade civil, isto é, de nossa pátria. O voto, como sabeis, é um dos maiores deveres cívico; e, pois, de necessidade que vos habiliteis legalmente a seu exercício e concorrais conscientemente ás urnas. (...) É vosso direito e inalienável liberdade pertencerdes ao partido político que julgardes mais seguro e suffragardes o candidato que, segundo vosso juízo, mais garantia oferecer ao bem publico. É intuitivo que esse mesmo direito e liberdade pertence a vossos adversarios políticos, e que é restrito dever respeitá-lo com toda tolerância e caridade. Violentar esse direito, tolher essa liberdade é acto odioso e tyrannico, offensivo a Deus e aos homens. (OE: 02.11.1911, p. 2)

Percebemos aqui uma mudança de postura. Nem de longe a questão do domingo é tocada, visto que o Estado é justo, e sua atuação, como a da Igreja, não deve ser questionada. Que razões estariam por trás desta mudança de discurso, antes tão inflamado? A nossa suspeita é de que havia um projeto político sendo engendrado por Esher, que esperava contar com a adesão maciça dos protestantes brasileiros, coisa que não aconteceu, e os dois textos a seguir, tratando sobre o pisado e repisado tema da eleição aos domingos, confirmam essa tendência. Neste artigo (24/01/1924) podemos perceber com mais clareza suas idéias:

Constitue serio embaraço para o crente eleitor, o facto de o governo marcar quasi sempre o Domingo para as eleições. Muitos crentes deixam de votar por causa disso, o que traz transtornos e aborrecimentos. Reconheço e respeito esses motivos de consciência, mas peço permissão de discordar de alguns, e de apresentar as razões em que me fundo para pensar differentemente, sem querer, com isso, forçar a opinião contrária.

Nessas orientações, Esher reconhece a dificuldade que têm alguns de votar no domingo, considera os motivos de consciência, afinal, tanto os protestantes brigaram por essa liberdade, mas discorda dos mesmos. Depois vai estabelecer critérios:

Primeiro: é preciso eliminar das discussões todos aquelles que clamam e reclamam, mas nunca foram, nem são, eleitores. Quem nunca quis cumprir esse dever de se alistar como eleitor não deve abrir a bocca contra um facto que em nada lhe affecta. Mas a regra geral é essa: os que mais gritam são os que não

teem o direito de gritar.(...) Pois bem, esses que não compareceram, quando podiam e DEVIAM comparecer, são os principaes que protestam e damam contra qualquer medida approvada, e que não lhes agrada, por este ou aquelle motivo. Não é verdade? Terão eles o direito de protestar, quando foram convidados a tomar parte numa assembléia e não o foram? Claro que não. Pois este é o caso dos que clamam contra as eleições nos Domingos, e não são eleitores. Elles não teem direito de fallar, porque não deixaram de se qualificarem pelo facto de serem algumas eleições (não todas!) feitas aos Domingos. (..) Mas a grande maioria não se qualifica, não por motivo de, por causa da consciência, não poder votar, num ou noutro Domingo; mas sim pela inércia,-não querem ter trabalho de fazer requerimentos, juntar papeis necessários, certidão de idade, prova de renda, recibo de alugueis de casa, etc, etc. Muitos outros não querem ser eleitores por causa do jury. Teem horror de serem jurados, de cumprirem esse outro dever de cidadão e de christão, porque o corpo de jurados é tirado de entre os eleitores.É falta de cumprimento de um dever cívico para fugir ao cumprimento de outro dever importante de cidadão patriota. Isso é de patriota crente?... (...) Outros não se qualificam porque teem muitos negócios na vida que lhes tiram todo o tempo; e não querem saber de política. (...) Pois bem, toda essa multidão dos que não teem direito de votar porque não querem, porque não são eleitores, e que não tomam parte nas assembléias, é que constitue a quase totalidade dos que reclamam, quando de direito, não podem faze-lo porque não são parte no caso. Para terminar: - O irmão já é ele itor? Não é?!... Então, não falle mais. Vá se qualificar, primeiro, e depois venha discutir commigo. Dr. N.S.Couto Esher. (Em tempo: na próxima vez, vou estudar:- “o crente eleitor perante as eleições, nos Domingos”. (OE: 24.01.1924, p. 4 e 5)

Os destaques, “podiam e deviam” foram mantidos como no original, o que nos dá uma idéia do tamanho de sua insatisfação. Nesse texto, mais enfático, notemos a assinatura: Dr. N. S. Couto Esher”, como indicativo de autoridade. Na semana seguinte, nas página do Estandarte, retoma Esher, como prometido, com estas palavras:

Eleições aos Domingos. Sou o primeiro a reconhecer que o assumpto é delicado, e que deve ser tractado sem offensa aos escrúpulos da consciência alheia. Muitos, sinceros, deixam de cumprir seu desejo e seu dever de ir votar, quando a eleição cae em domingo, porque acham que é pecado, que quebrantam a lei de Deus, que manda guardar esse dia sanctificado sem fazer obra alguma., a não ser a caridade, ou de pura necessidade. Não pretendo destruir essa convicção sincera, nos corações crentes, mas quero apenas mostrar meu modo de ver, e de agir, no caso em questão. Eu considero o facto de o eleitor crente ir votar no domingo, em certas eleições (não em todas) como obra de necessidade, como uma medida transitória e passageira para o bem geral da sociedade, ou da nação. Eu equiparo a eleição aos domingos, em certos casos, aos serviços necessários, ou obrigatórios, como seja: correios e telegraphos, cosinheiros, machinistas de bordo e de estradas de ferro, e o serviço militar. Ninguém pode allegar motivos religiosos para se isentar do serviço militar, sob pena de prisão. Tal o caso das eleições aos domingos no Brasil. Dirão, porventura: mas a eleição não é a mesma coisa. Presentemente é. Quem marca as eleições e escolhe os dias, não são os crentes, não somos nós; é o Governo.(...) Essas eleições poderiam ser feitas nos dias de semana; mas escolhem-se os domingos para aproveitar a concurrencia dos que foram para os cultos. Não vejo mal nisso; nem estou criticando. (...) A votação, isto é, o facto de ir depositar a cédula na urna, não tira o tempo de assistir aos cultos, nos domingos, pois como

se sabe, as urnas estão francas das 10 ás 13 ou 14 horas. O eleitor chega á mesa, apresenta seu titulo, ou espera um pouco a chamada, assigna o livro, deposita a cédula na urna, e sae. Não gasta 10 minutos. Não occupa, como se vê, o tempo para ir ao culto. O crente não deve ficar no local a discutir; ou tomar parte em bebidas e comezinas, ou passeatas, nesse dia. Isso não é votação. Faz mal. Á vista destas razões, julgo que o crente pode votar em certas eleições nos domingos, desde que haja um motivo poderosos para beneficio geral em favor dos nossos ideaes, e portanto, em favor da nossa Pátria. Dr. N.S.Couto Esher. (OE: 31.01.1924, p. 6)

Podemos, aqui, observar a mudança no tom do discurso em relação aos artigos publicados em 1899 e 1901. Aí está uma posição totalmente diferente daquelas assumidas pelo jornal nos primeiros artigos em 1899. Resta-nos ainda observar o parecer da Comissão de Justiça da Câmara dos Deputados sobre a representação enviada pela *União das Igrejas Evangélicas Congregacionais do Brasil* contra a prática das eleições aos domingos. A representação é negada com base no artigo 72 da Constituição da Republica de 1891:

Os paragraphos 3º e 7º do art. 72 mostram o alcance jurídico do regimen liberal, adoptado pela Constituição da Republica. São ahi tractados com egualdade todos os credo religiosos, desde que não affrontem a moral e as leis. Não impede, por certo, essa egualdade de tractamento que os poderes públicos evitem ou removam da legislação e seus regulamentos, possíveis incommodos, que á consciência dos crentes suscitem os escrúpulos religiosos. Mas não se pôde ir, nesse terreno, muito longe, porque do contrario, o governo da sociedade civil seria, a cada passo, obrigado a attender ás formas caprichosas que costumam assumir esses escrúpulos.(...) Para o legislador leigo contentar imparcialmente a todas as confissões, teria de abolir os dias úteis: inutilizaria o tempo.(...) A eleição em dia útil perturbaria a actividade normal e não teria o concurso de muitos cidadãos, retidos por suas occupações habituaes. Por tudo isso, embora com pezar, pelo respeito que merecem as crenças professadas com sinceridade, sou contrario a que se altere o direito vigente, no sentido da representação, que deve, por isso, ser archivada. Sala das sessões, em 6 de dezembro de 1923. –Mello Franco, presidente – Daniel carneiro, relator, João Mangabeira e Arthur Lemos, pelas conclusões. Heitor de Souza e Lindolpho Pessoa, vencidos.(OE: 28.02.1924, p. 2)

O parecer ampara-se no preceito constitucional de separação Igreja e Estado, tão defendido em tempos passados pelos próprios protestantes, e por essa razão, o tema da eleição no domingo vai perdendo força, até desaparecer por completo após 1925. Devemos registrar a resposta ao documento, feita pelo Dr. Esher que, embora afirme ser contrário ao parecer, acrescenta: “sentimos que é nosso dever agradecer aos membros da referida *Comissão* , a presteza com que se dignaram considerar o nosso modesto pedido, o que de facto fazemos, profunda e penhoradamente, em nome da União das *Igrejas Evangelicas Congregacionais*” (OE: 06.03.1924, p. 4)

Nisso consistiu a mudança de estratégia: adotar uma postura mais adequada aos novos tempos. Coerente com a bandeira da separação entre Igreja e Estado, era urgente e necessário interpretar as eleições como ato exclusivo do governo civil, sem interferências na vida religiosa, afinal como Esher mesmo afirmara anteriormente, não se gasta nem 10 minutos, e portanto, não ocupa o tempo do culto.

Estabelecido e devidamente integrado ao sistema republicano brasileiro, o protestantismo precisava ainda dar conta de sua existência e identidade num contexto um pouco mais amplo e complexo: a América Latina.

2.7. A imprensa evangélica na conjuntura latino-americana

Dentro da explicação da *pedagogia da diferença*, conforme elaborado por Mendonça (1995) é possível afirmarmos que esta diferença protestante vai existir também em relação à forma de organização da sociedade, sobretudo no caso brasileiro. É diferente porque é minoria, porque não goza dos mesmos privilégios de uma religião estabelecida há mais de 500 anos, como a católica. Por se compreender como minoria, o imperativo para a sobrevivência é acentuar as diferenças, sob pena de ser cooptado, ou então, procurar semelhanças em modelos que possam dar visibilidade. Parte do problema foi resolvido com o discurso da modernidade, mas isto também depende de mudanças estruturais na sociedade. É nesse momento que o Liberalismo parece ao protestantismo como a tábua de salvação.

Figuras de projeção nacional como Rangel Pestana, Rui Barbosa, Cesário Motta, Bernardino de Campos foram sempre bem-vistas pelo protestantismo. Esta aproximação se explica, em parte devido à compreensão que os liberais têm da religião, da aceitação do protestantismo como sistema religioso. Os liberais, se não abraçam a causa, abraçam a idéia, principalmente da separação entre Estado e Igreja. O padrão norte-americano de ensino também foi outro fator de aproximação, apontando para a cultura progressista. Por motivos semelhantes, explica-se também a união com a maçonaria. Para Jean Pierre Bastian (1994), isso é sinal de modernidade, em que protestantes e liberais se reúnem *numa sociedade de idéias*. Essas idéias se movem em duas direções; recusa e transformação do mundo. Os liberais partilham da segunda idéia.

Bastian afirma que também no México a situação é semelhante e que, portanto, esses dois países podem ser tomados como parâmetro para estudar a América Latina. Daí a importância para a compreensão do protestantismo brasileiro, é verificar suas

relações num contexto mais amplo, ou seja, de latinidade e globalidade. O protestantismo brasileiro, agora já em sua maturidade, descobre que pode fazer parte do concerto internacional das nações evangélicas, buscando uma participação mais efetiva, sem, contudo, perder suas características originais. O início do século XX é marcado pela intensificação das comunicações entre os diversos grupos religiosos, deslocamento de populações, movimentos de imigração, o que levou as diversas confissões a buscarem uma forma de convivência mais fraterna dentro de um mesmo espaço físico. Estas características desse tempo ensejaram alguns movimentos de aproximação.

Tomaremos como ponto de partida a reunião ocorrida em Edimburgo, na Escócia, em 1910, a partir da descrição de Villain (1964) e Walker, que se referem a esta conferência como o ponto de partida do ecumenismo e gérmen do Conselho Mundial de Igrejas. Entre os quase 1200 delegados, alguns são asiáticos e africanos, e Villain (1964, p. 17) reproduz as palavras de um delegado de uma igreja evangélica do Extremo Oriente:

Vós nos enviastes missionários que nos fizeram conhecer Jesus Cristo, e nós vos agradecemos por isso. Mas também nos levastes vossas distinções: uns nos pregam o metodismo, outros o luteranismo, o congregacionalismo ou o episcopalismo. Nós vos pedimos que nos pregueis o Evangelho e que deixeis o próprio Jesus Cristo suscitar no seio de nosso povo, pela ação do seu Espírito, a Igreja que se conforme às suas exigências, e que leve em conta, além disso, o gênio da nossa raça, aquela que será a Igreja do Cristo na China, a Igreja do Cristo na Índia, liberta de todos os ismos com os quais dais forma à pregação do Evangelho entre nós.

Este depoimento sinaliza para a dificuldade que enfrentaram as denominações para alcançar uma unidade visível, pois o resultado imediato dessa conferência foi encarar como movimentos missionários apenas as ações entre os povos não cristãos, o que, de certa forma, frustrava o ponto de vista dos latino-americanos para quem estas divisões denominacionais são de grande importância. De qualquer modo, aponta Justo Gonzalez (1987, p. 210), “a principal contribuição positiva desta assembléia, foi que, pela primeira vez, houve uma reunião de tal magnitude de representantes oficiais de sociedades missionárias”, e ainda de dar visibilidade exatamente a aquilo que ela excluiu, pois “visto que as missões na América Latina haviam sido excluídas, as principais agências que se ocupavam dessas missões sentiram a necessidade de se reunirem para discutir assuntos de sua incumbência”, o que efetivamente aconteceria em 1916, no Congresso sobre a Obra Cristã na América Latina, conhecido também como Congresso do Panamá.

Lyndon Santos de Araújo (2004, p. 166), estudando as relações entre protestantismo e cultura na Primeira República, aponta para os sentidos da *protestantização* do Brasil afirmando que “os modos de ser ou o *habitus* evangélico foram sendo incorporados nos seus adeptos através de instrumentos e mecanismos que obedecem a certas linhas de força comuns às diferentes expressões eclesiais ou denominações”. A cultura protestante brasileira vai, assim, adotando uma formatação de aproximação com a modernidade, discurso sempre presente nos textos jornalísticos, identificando a nascente república brasileira como ingrediente fundamental dessa modernidade, ao passo que as tentativas de restauração de catolicismo oficial, como fora anteriormente, são anunciados como sendo passos retrógrados e ignorantes. Essa será a tônica no discurso do pan-americanismo, como o percebido no Panamá.

Um jornal protestante, citado pelo autor, ao qual não tivemos acesso, publicado em janeiro de 1892, apresenta-se como “completamente independente” de qualquer denominação evangélica e, por isso mesmo, terá uma boa receptividade por parte dos protestantes em geral. Esse jornal é *O Cristoão*, sendo que ele ainda seria sucessor de um outro mais antigo, *O Bíblia*. (Araújo: 2004, p. 201).

Israel Belo de Azevedo (1996, p. 149) também identifica essa mentalidade protestante, tomando como parâmetro os batistas brasileiros:

Como os primeiros Reformadores europeus, que queriam restaurar o mundo e a igreja, reiniciando-os numa nova era de liberdade e progresso, e os primeiros colonos norte-americanos, que queriam construir uma civilização sobre a colina abençoada por Deus, os primeiros protestantes brasileiros almejavam a conversão de todos os cidadãos como porta de entrada para a civilização, contra a barbárie do atraso.

Azevedo (1996, p. 200), na obra em tela, apresenta em linhas gerais, o pensamento batista sobre as questões sociais, políticas e econômicas:

O discurso batista no Brasil se inscreve, na maioria dos tópicos que lhe interessa, na tradição liberal clássica, entendida como a valorização da livre expressão da personalidade individual, a aceitação da capacidade humana em tornar essa expressão em algo útil para o indivíduo e a sociedade e a defesa das instituições e práticas que protejam e nutram a livre expressão e a confiança nesta liberdade, decorrendo daí uma hostilidade a toda autoridade que cerceie a sua manifestação.

Este modo de pensar e se portar é coerente e característico de todos os grupos protestantes no Brasil, não sendo exclusividade do povo batista, sobretudo no aspecto de se colocar contra tudo aquilo que possa cercear as liberdades, entendendo-se, aqui, liberdade de culto. Tal cerceamento era, identificado como ação clerical, romanismo,

jesuítismo, e uma gama imensa de outros adjetivos.

Araújo (2004), lista uma série de elementos que contribuíram para dar essa configuração ao protestantismo brasileiro, entre eles, a literatura. Para este autor, o fato de os Estados Unidos serem ou não o modelo de nação a ser seguido, estava em debate nas obras de Eduardo Prado, *A Ilusão Americana* (1839) e Oliveira Lima, *Pelos Estados Unidos* (1899), tal como já pudemos destacar na discussão anterior sobre as eleições no Brasil, veiculadas nos jornais protestantes. Para Araújo (2004, p. 174) : “embora veiculasse intensivamente as atividades da ACM,³o jornal *O Christão* procurou não manter relação com nenhuma sociedade missionária ou religiosa, igreja ou denominação”, e sugere:

No entanto, o periódico estava ligado à Igreja Evangélica Fluminense, de governo eclesiástico congregacionista e que recebera de seu fundador, Robert Reid Kalley uma perspectiva não denominacionalista. Este vínculo se dava também por causa dos editores que faziam parte desta comunidade. José Luiz Fernandes Braga Junior e Nicolao (sic) Soares do Couto Esher representavam a mentalidade de um protestantismo que superasse as cisões internas.

Estando ou não ligado a uma denominação, o ideal do jornal é supra denominacional, e até sua absorção como órgão oficial pelas igrejas congregacionais em 1913, o periódico serviu como bandeira a um “ecumenismo” denominacional. Os jornais e todos os demais impressos protestantes serviram como amparo ideológico de um protestantismo evangélico, com tendências abertamente declaradas de implantar no Brasil uma sociedade nos moldes da sociedade americana. Assim retrata este rosto evangélico, José Miguez Bonino:

Concluída a guerra civil norte-americana (1856), o país entra numa era de otimismo que contagia também o evangelicalismo. Os Estados Unidos aparecem agora como um modelo destinado a inspirar o mundo inteiro: o despertar evangélico, os avanços sociais e a educação se apóiam e sustentam mutuamente.

Em 1892, o *Imprensa* (25/06/1892, p. 1) publicou um artigo de Bento Ferraz, intitulado “O Brasil e o Evangelho”, com um conteúdo que procurava se basear na Bíblia e na Teologia para explicar o progresso dos Estados Unidos:

Os direitos e a moralidade de um povo dependem naturalmente de suas crenças religiosas; si as suas leis ou a sua constituição inculca uma moral e garante uma somma de direitos que sobrepujam suas crenças, ella é uma letra morta, porque o individuo bem como a sociedade —é o que crê, nada mais... (...)Todos os

³ Associação Cristã de Moços, entidade fundada em Londres, 1844, e em 1893 no Brasil, tem por princípio distintivo: “As Associações Cristãs de Moços procuram unir os jovens que, considerando a Jesus Cristo como seu Deus e Salvador, segundo as Sagradas Escrituras, Paris. Paris, 22 de agosto de 1855)

países, como a Inglaterra, a Alemanha, a Escócia, a Suíça, os Estados Unidos, devem os seus direitos, a sua moral, o seu progresso à influência benéfica da religião que professam; e do mesmo modo as nações onde é professado o romanismo, o budismo, o islamismo, etc., devem a essas religiões falsas o seu atraso e estagnação.(...)A república norte-americana é uma prova frizante desta incontestável verdade: “Ninguém há” disse Ed. Laboulay, que folheando a nova história dos Estados Unidos, não exclame: Esta civilização é tirada do Evangelho...Uma fé individual tem criado uma sociedade onde reina o indivíduo. Bento Ferraz. (IE: 25.06.1892, p. 1)

Digna de nota, foi a publicação em 1895, de um discurso do presidente dos Estados Unidos, Grover Cleveland, que foi anunciado assim: “Todos admiramos os Estados Unidos da América do Norte, grande, nobre, independente, progredindo sempre, mas poucos procuram saber a razão determinante de sua grandeza, do seu progresso. Pois bem, saibam-no agora, é Cleveland quem diz”. Nota-se que o articulista do jornal está dominado pela força das palavras do Presidente norte americano, que ao redigir a apresentação do discurso se utiliza do mesmo artifício: “saibam-no agora, é Cleveland quem diz”. Essa expressão soa como um oráculo. Agora, ele dá voz ao Presidente:

“O povo norte-americano se compraz altamente em dar graças ao Supremo Legislador do universo que ha derramado sobre elles os tesouros de sua bondade durante o anno passado; e com profunda humildade e fé, supplica ao Pae das misericórdias continue favorecendo-o em suas necessidades, pois d’Elle provem todo dom perfeito. Por isto, eu Grover Cleveland, presidente dos Estados Unidos, designo o dia 29 de Novembro como dia de graças, que será observado por toda a nação.(...) E junctamente com nossas acções de graças, peçamos que estas bênçãos se multipliquem; que nossa consciência nacional seja cada vez mais reconhecida ao poder e bondade de Deus; e que em nossa vida nacional sigamos cada vez mais francamente a senda do direito. (...) Firmado por minha mão e com o sello dos Estados Unidos. Dado em Washington no dia 1º de Novembro do anno do Senhor, 1894, e centésimo nono da independência. Grover Cleveland.(OE: 06.04.1895, p. 1)

O Presidente atribui a boa colheita do ano passado a Deus, e pede em igualdade de proporção (é o que parece!) a multiplicação das bênçãos materiais e da consciência nacional. Governo nestas condições pode ser comparado a uma teocracia. O mesmo recurso é utilizado pelo Expositor Cristão:

Governo e Religião - O dia de acção de graças annual nos Estados-Unidos foi o de 26 de Novembro findo. Damos em seguida a notável proclamação do Sr. Cleveland, que exprime eloquentemente, e ao mesmo tempo o profundo sentimento religioso do povo americano e de seu responsável Presidente: (segue o texto) (EC:02.01.1897, p. 4)

Jean-Pierre Bastian (1986, p. 101) identifica o período de 1880 a 1916 como

sendo o de suplantação dos norte-americanos sobre os ingleses em toda a América Latina, visto que o continente também se tornara um importante pólo do comércio mundial como um dos maiores mercados fornecedores de matéria prima. Não é por acaso que, como já vimos anteriormente, alguns dos primeiros missionários são também ligados a empreendimentos comerciais (Fletcher e Kidder, por exemplo). Bastian afirma que:

A partir de la década de los ochentas, las inversiones norteamericana en el continente igualaron o superaron a las inversiones británicas. Con esta expansión del capital norteamericano y el desarrollo de la política del “Gran garrote” que hizo del Caribe el patio trasero de los Estados Unidos, as sociedades misioneras protestantes norteamericanas también dominaron los campos religiosos protestantes de los países latinoamericanos.

Esta constatação nos serve para compreender as razões da escolha do local da grande conferência latino-americana: o Panamá. Este território havia sido recentemente tomado da Colômbia, visto que tinha uma importância fundamental nas relações econômicas e no controle do comércio na região. A independência do território, agora sob o nome Panamá foi patrocinada pelos norte-americanos. Tal país nasce, portanto, em situação de submissão política e econômica dos Estados Unidos da América. Contudo, nenhum dos jornais pesquisados faz menção aos congressos internacionais latino-americanos.

Conclusão

Em se tratando de sociedade brasileira, é possível dizer que o protestantismo se refere a uma inserção tardia, ter sido somente no século XIX que suas raízes são definitivamente depositadas em solo brasileiro. Desta forma, desde a chegada dos primeiros aventureiros por aqui, lá se foram mais de 300 anos. Trezentos anos de presença majoritariamente católica fizeram uma grande diferença. O catolicismo, ao longo destes anos todos impingiu a sua marca, a sua teologia, ainda que os primeiros habitantes da terra também tivessem o seu próprio sistema religioso. Vários são os autores que indicam que não houve a preocupação destes cristãos invasores em fazer valer o direito dos nativos.

É bom lembrarmos de que se tratava de um período especial da História, não só da História do Brasil, como também da História Universal. Reporto-me à expressão “*período português*”, utilizada por Eduardo Hoornaert (1992), que corresponde à dominação deste no comércio internacional, ao período das grandes navegações, enfim, ao que se convencionou chamar de sistema colonial mercantilista. Segundo este autor, a ação destes missionários católicos estava profundamente atrelada à ação da empresa marítima

portuguesa, apenas revestida de uma linguagem religiosa. A evangelização era, então, um discurso universalista, doutrinário e guerreiro (Hoornaert:1992), e como tal, foi o que prevaleceu. O catolicismo brasileiro se constrói ancorado na mentalidade européia, ao passo que no protestantismo, adiante, a ideologia norte-americana foi sua base. Esta construção se dá devido ao acordo entre coroa do Estado português e a Igreja católica, naquilo que se convencionou chamar de padroado: por concessão do papa, os monarcas portugueses exerciam o governo religioso e moral no reino e nas colônias.

Esta situação permaneceu a mesma, com ligeiros solavancos, sem, contudo, alterar a estrutura, até o início do século XIX, quando, primeiro por questões econômicas e comerciais, como já foi visto, e depois por questões missionárias, um outro grupo, com visões totalmente diferentes daquele aqui conhecido, começa a se estabelecer no território: os protestantes. Não se trata de uma definição simples, nos aproveitaremos da definição de Mendonça (1995, p. 42), que não apresenta um “tipo ideal” como Max Weber, mas menciona um “spectrum” protestante; assim:

“embora o puritanismo tenha suas raízes no calvinismo ortodoxo, com ele não se identifica e nem com as suas sucessivas modificações que historicamente a teologia reformada foi sofrendo. O puritanismo foi mais um modo de ser da vida religiosa que foi se ajustando, nem sempre passivamente, às várias correntes de pensamento que vão desembocar na América e se prolonga pela história do protestantismo naquele país e pelas suas áreas de influência missionária. Sem muita dificuldade, ainda hoje se podem identificar formas e áreas de influência do pensamento religioso puritano. O importante é a influência do puritanismo na vida civil e social, e parece ter sido uma feliz do calvinismo no sentido de sua viabilidade eclesiástica e política. (...) é um modo de ser, de ver os seres humanos e as coisas sob o prisma da fé religiosa”.

Este “modo de ser e de viver” vai ser a marca do novo convertido brasileiro, que na prática, vai buscar fazê-lo de forma diferente do que aqui se fazia, isto é; o protestante vai evitar as práticas dos cristãos católicos, ausentando-se de festas, comemorações, atividades políticas, ou outras, que ao seu julgamento são seculares, ao mesmo tempo, dando uma ênfase muito grande no estudo individualizado da Bíblia e freqüência constante aos cultos. Rubem Alves caracterizou este comportamento típico como sendo o “*protestantismo da reta doutrina*”, como foi demonstrado pelos textos examinados neste capítulo. Esta caracterização vale para todos os segmentos protestantes e não só para os de origem calvinista, uma vez que nas origens de todos eles está presente, de uma forma ou de outra, o puritanismo. O embate secular entre católicos e protestantes explica-se em grande medida por estas diferenças, e esta tarefa (o embate) vai consumir grande parte das energias de ambos os lados.

CAPÍTULO 3

A IMPRENSA PROTESTANTE NOS ÚLTIMOS 14 ANOS DA REPÚBLICA VELHA (1916-1930)

Um fato expressivo da conjuntura internacional, a Primeira Guerra Mundial (1914), e outro da conjuntura eclesiástica, o Congresso do Panamá (1916), foram tomados como referência para o estabelecimento do recorte histórico deste capítulo.

O período que vai de 1914 até 1945, no cenário mundial, é considerado pelo historiador Eric Hobsbawm (1997) como era da catástrofe. Entre as duas grandes guerras, o mundo viveu uma sucessão de calamidades: guerra, crise econômica, regimes totalitários e genocídio. Além da amplitude do cenário bélico, é também necessário considerar a tentativa da primeira revolução socialista no sentido de construir uma sociedade radicalmente nova em oposição à sociedade capitalista que até então triunfava.

Na década de 1930, a crise também vai alcançar patamares mundiais, abalando inclusive as economias mais sólidas, como a norte americana, ensejando, assim, o surgimento de outras alternativas à democracia, como as propostas ditatoriais de Adolph Hitler e Benito Mussolini. Para Hobsbawm, o ciclo se encerra com o final da Segunda Guerra Mundial, cujo número aproximado de mortos é extremamente significativo no cenário mundial: 45 milhões de vidas. Paralelamente a esse contexto mundial, no Brasil a jovem república ensaiava seus primeiros passos, apesar dos conflitos mundiais afetarem a sociedade brasileira que marcariam a vida política do país. Nas cidades, a urbanização favorecia o desenvolvimento de uma classe média atuante, bem como despertava, também, um combativo movimento operário.

Love, Wirth & Levine (1997, p. 53) apontam que em São Paulo havia um foco desenvolvimentista bastante intenso, e que por esse “gigantismo paulista” o Estado se via em condições de exigir maior participação no governo republicano. Os acordos feitos com Minas Gerais eram uma maneira de não deixar parecer que o Estado pretendia dominar sozinho o cenário político. Afirmam ainda os autores, as exigências básicas de São Paulo giravam em torno de serviços que somente o governo central poderia proporcionar –aval para os empréstimos feitos no estrangeiro, controle da

política monetária e de divisas e representação dos interesses econômicos do Estado no estrangeiro através de canais diplomáticos.

Boris Fausto (1997, p. 199) explica a crise dos cafeicultores paulistas devido a essa produção sustentar-se em bases capitalistas. Desse modo, era grande especulação em torno da Bolsa de Valores, resultado da facilidade de créditos patrocinada pelos bancos e pela grande circulação de moedas. Esta situação provoca a desvalorização da moeda nacional em relação à libra e, conseqüentemente, a falência de inúmeras empresas. Grandes fortunas foram perdidas e mesmo os pequenos investidores sentiram os efeitos dessa desvalorização. Esse quadro, acrescentado às disputas políticas entre civis e militares e ao coronelismo, conforme Vitor Nunes Leal (1976) contribui para o agravamento da crise econômica.

Proclamada em 1889 sem o apoio popular, a República herdou, como já foi demonstrado, grande parte dos vícios do antigo regime. Poucas foram as mudanças sociais, pois uma elite agrária continuou a controlar o poder, só que agora ligada ao império instável do café. Apesar das crises mundiais afetarem, em muito, a sociedade brasileira, seriam as contradições internas que norteariam os destinos do país. Nas cidades, a intensa vida urbana fortalecia a classe média e um combativo movimento operário. Os clamores dos novos segmentos por maior participação política, aliados às constantes crises do café, seriam fundamentais para a eclosão, em 1930, de um movimento que marcaria profundamente a sociedade brasileira.

Assim, desde o término da Primeira Guerra Mundial (1918), o Brasil se viu mergulhado em um mundo bastante modificado. Os Estados Unidos passavam à liderança como a nação mais poderosa do mundo. A Revolução Russa tentava edificar a primeira sociedade socialista da História e, ao longo das décadas de 20 e 30, alguns países europeus sucumbiram diante dos regimes totalitários, tais como Alemanha e Itália. Como podemos deduzir, o Brasil também sofre tais mudanças, por estar inserindo-se como república nascente nesse concerto das nações modernas: vários surtos de industrialização ocorreram, transformando o processo de urbanização num fenômeno irreversível. A urbanização e a industrialização provocaram o aumento do número de operários e outros trabalhadores urbanos. Enquanto os movimentos operários cresciam e reivindicavam melhores condições de trabalho, salário e moradia, um outro movimento, o dos militares jovens também progredia. Conforme aponta Raimundo Faoro (2001), a crítica destes oficiais era direcionada principalmente ao modelo de política tradicional reinante, sob o controle ainda das oligarquias, ao autoritarismo e às fraudes no sistema

eleitoral. Como se vê, o cenário é propício para o surgimento dos vários tipos de revoltas, como a que triunfou em 1930, levando à deposição do presidente Washington Luis e a instalação de Getúlio Vargas no poder. Este terceiro capítulo tem, assim, o objetivo de apontar para a leitura que faz a imprensa protestante daquele estado de coisas.

3.1. A retórica do medo da revisão constitucional (1914-1918)

O governo de Wenceslau Brás (1914-1918), ex-governador de Minas Gerais, coincidiu com a Primeira Guerra Mundial, que provocou a queda das exportações do café, mas, em compensação, alavancou um pequeno surto industrial. Houve brigas pelo poder em vários estados, como Rio de Janeiro, Espírito Santo, Alagoas e Piauí. Wenceslau enfrentou ainda greves em todo o país, a seca arrasadora de 1915, no Nordeste, e a gripe espanhola, que matou 18 mil pessoas na Capital Federal. O acompanhamento que a imprensa protestante faz das questões nacionais demonstra, ainda, o estado de espírito reinante nas demais esferas da sociedade brasileira. Na última edição do ano de 1913, quando o editor, Eduardo Carlos Pereira fazia os votos de Natal e Ano Bom aos assinantes, a coluna “Apontamentos” fazia críticas à situação política econômica do Brasil:

A liberdade não é somente o effeito de um engrandecimento político; é sobretudo o resultado de um engrandecimento moral, o fructo de energia da independência, na liberdade de acções individuaes.(...) Para que um regimen liberal o seja verdadeiramente, não só em nome, mas principalmente na practica, faz-se necessário que o povo que o adopta esteja, pelo seu engrandecimento moral, na altura de practicalo. (OE: 13.12.1913, p. 2)

Não há dúvidas de que o alvo, nessa primeira parte do artigo é o próprio povo brasileiro e sua frouxidão moral, o que, de certa forma era natural, visto que, vários textos do período apontam para a inferioridade do povo brasileiro como a causa do seu atraso político e econômico. Todavia, a coluna prossegue, apontando agora para as causas mais complexas dessa situação, e comenta o discurso na Câmara Federal, do deputado Carlos Maximiano:

O brasileiro tem orgulho em ser perdulário. É muito commum ver um brasileiro com a maior satisfação dizer: esses campos foram de minha família. Já fui dono daquela casa. Diz estas cousas um quase mendigo, mas com a satisfação enorme de já ter possuído centenas de contos que esbanjou! Como administradores fazemos a mesma cousa. Lembra o orador o extraordinário successo que causou em 1889 a demonstração brilhantissima do Sr. Ruy Barbosa de que a monarquia estava perdida, porque a divida do Brasil subira a

um milhão de contos de réis! O orador fez agora calculo para ver se o Brasil creou ou não juízo com a Republica e verificou que a divida da União é de 3 milhões e 463 mil contos, que os Estados devem quase um milhão, e que entre a União e os Estados há portanto uma divida de mais de 4 milhões de contos! Nessa cifra, não estão incluídas as dividas das municipalidades, porque ellas não podem ser conhecidas. A medida que as nossas rendas cresciam. Augmentavam suas despesas. O orador está convencido que as finanças, como tudo o mais, estão sujeitos ao brocardo verdadeiro: A natureza se vinga daquelles que violam suas leis. (OE: 13.12.1913, p. 2)

Parece que cada vez se tornava mais evidente a preocupação da imprensa em apontar os problemas da República. Porém, nesse momento ela o faz, procurando manter certo distanciamento da realidade, quase que impessoal. Não há identificação de responsáveis pela situação do país.

Em janeiro de 1914, o jornal *O Estandarte* apresenta em resumo o programa dos candidatos à presidência e vice-presidência da República pelo Partido Liberal, Ruy Barbosa e Alfredo Ellis. Segundo informações do próprio jornal, os candidatos supracitados haviam desistido do pleito, pelo que o articulista lamenta não ocorrer nesta ocasião a “lucta eleitoral, sempre salutar, quando menos para a educação do povo no exercício de um de seus mais importantes direitos”. A coluna *Apontamentos* vai se tornando uma espécie de editorial, desenhando assim o posicionamento político deste jornal. O subscritor destas matérias assina simplesmente com a letra C. Sobre o episódio da renúncia presidencial, comenta:

Ss. excias. pintam com as mais negras cores a situação do paiz, que sendo inteiramente diversa da que tinha ante os olhos a grande Convenção Nacional de 26 de julho, já não poderiam ss. excias. Aceitar uma candidatura á Presidência da Republica senão por um movimento geral da opinião no paiz, que lhes impuzesse, como dever irrecusável, um sacrificio mais penoso, em circumstancias tão afflictivas, do que, talvez, o da própria vida. De outro modo só procederão os que não tiverem consciência, ou os que do seu valor pessoal a tenham no grau da presumpção e da vaidade.

Não estando ss. excias. nem num nem no outro caso, não podem, não devem, e, não devendo, não querem concorrer, em uma eleição disputada, á liquidação de um governo fallido, ás responsabilidades, quase invencíveis, de uma administração em bancarrota fraudulenta. (...) Ao nosso ver, a situação do paiz, que todos lamentamos, em vez de auctorizar a renuncia dos emeritos candidatos liberaes, deveria ser um motivo para com mais ardor impellil-os á lucta, visto que fallam em nome do patriotismo e se julgam aptos para bem servir a pátria na curul de seu supremo magistrado. Assim não entendem ss. excias. e só nos resta lamentar a sua resolução e...votar no candidato conservador.C. (OE: 29.01.1914, p. 1 e 2)

Os jornais que já se declararam como “estranho á toda e qualquer ingerencia em politica” (IE: 05/12/1864) ou que a sua “missão sagrada é athender ao lado moral da

cousas e annunciar á grande família brasileira Nosso Senhor Jesus Christo” (OE: 07.10.1893), e ainda “ a evangelização, necessidade de instruir e a propagação de cujas verdades fervorosamente vae se dedicar” (JB: 06.01.1901, p. 1), agora discordam da decisão dos candidatos liberais em renunciar à disputa eleitoral. Nesse texto, o articulista “C” lamenta só restar o voto num conservador. O programa do Partido Conservador já havia sido bastante elogiado em edições anteriores do jornal por Nicolau Soares do Couto Esher, o principal porta-voz dos evangélicos em questões políticas. Esher agora assina como Lauresto, anagrama do seu nome. A aparição desse partido fora efusivamente comemorada na edição de dezembro de 1910:

Partido Republicano Conservador -Está-se organizando um partido que com este título, tem por objecto manter e defender a nossa actual Constituição, tal como se acha, combatendo-se qualquer idéia de revisão. Desde muitos annos que venho combatendo pela imprensa evangélica contra a possibilidade de uma revisão na nossa Constituição, mostrando o perigo que adviria para nós evangélicos, sí um tal facto apparecesse. (...) Graças a Deus, porém, que surge em tempo opportuno, este grande Partido republicano Conservador. Lauresto. (OE: 01.12.1910, p. 2)

Funcionando como uma espécie de crítico de seu próprio artigo editado na edição anterior sobre a criação do Partido Republicano Conservador, o mesmo articulista, pergunta:

Será mesmo caso de se dar graças a Deus? –Acho que sim. E tanto mais agora, que corre estar-se organizando um outro grande partido revisionista, composto de todos os elementos adversos ao governo – uma grande união entre civilistas de todo o genero, clericaes de todas as especies, e mais politicos de todos os matizes! Lauresto. (OE: 08.12.1910, p. 4)

De fato, na primeira fase da República no Brasil, o grande embate se deu entre esses dois partidos políticos, o Liberal e o Conservador, que contudo, não tinham uma configuração em âmbito nacional, e acompanhavam ainda a lógica da política realizada nos grandes estados da federação, tanto que os mais evidentes partidos conservadores foram o Partido Republicano Paulista (PRP) e o Partido Republicano Mineiro (PRM). Desse modo, a defesa do novo partido republicano que faz Esher é do ponto de vista paulista e, principalmente, em acordo com seus interesses políticos partidários, visto que Esher, em 1921 foi candidato a senador. Como informa Esher, sobre a Câmara Municipal de Osasco (OJB: 08.11.1923, p. 5): Apresentaram-se candidatos extra-chapa, para senador, o Sr. Dr. Nicolau Soares do Couto Esher, e, deputados pelo 1º Distrito os Srs. Drs. Rubião Meira e Dr. Amaral Carvalho. A coluna “Apontamentos” ainda transcreve um artigo extraído de *O Botucatuense*, o qual faz referência à democracia e à

mediocracia, que seria o reverso daquela. Afirmar ainda, que “estabelece-se a Mediocracia pela ausência dos homens provados e sérios, que fogem da política”, acrescentando ainda: “é o nosso caso”, numa clara expressão condenatória ao ato de Ruy Barbosa e Alfredo Ellis.

Um outro evento aglutinador do discurso evangélico foi a Primeira Guerra Mundial (1914-1918). A esse respeito, encontramos em *O Estandarte*, apenas dois textos: “Paz e desarmamento” (21/05/1914) e “Boletim Semanal da Guerra” (10/09/1914), este último, extraído do jornal *O Estado de S. Paulo*, sem ter uma continuidade como o título sugere. Sendo um boletim semanal, entende-se que toda semana sairia uma edição, o que não aconteceu, o único boletim publicado refere-se à semana de 24 a 30 de agosto. O referido boletim discorre sobre desarmamento:

Europa inteira pede, em altas vozes, a paz, o desarmamento. Entretanto arma-se! Pede a paz e arma-se! Todavia é sincera. É sincera, porque de facto deseja a paz. A paz é o que mais lhe convém. Da paz depende o seu bem estar e o seu progresso. E o que ella hoje mais teme é a guerra. Esta lhe seria grandemente prejudicial, desastrosa. Por isto quer e pede a paz. Todavia arma-se. Arma-se porque não confia. A atmospheria é de desconfianças. As nações que se dizem irmãs, conspiram umas contra as outras, Há entre todas muita ambição e nenhuma confiança. Tal qual entre os homens que as compõem. Querem e pedem o desarmamento; mas nenhuma tem coragem de dar o exemplo. Faltalhes a confiança. A Europa pede a paz, e, para mantel-a, arma-se. Pede o desarmamento, mas, para impor a paz, arma-se. É que a guerra é uma das conseqüências do peccado. É filha da ambição. Sympathizamos com todo esforço em favor da paz. É de paz a nossa missão. Somos christãos. O Príncipe da paz é nosso Mestre. Em falta doutra applaudimos mesmo a paz armada. Como a Europa, pedimos o desarmamento, mas como ella, reconhecemos forçados, que o armamento ainda é condição de paz. Não dominam ainda os princípios evangélicos. Christo não reina ainda nos corações. Quando isto se der, teremos o que a Europa pede – a paz desarmada. É esta uma bella aspiração, um sublime ideal. Oremos, os que desejamos ver realizado: “Venha o teu reino”. (OE: 25.01.1914, p. 2)

E, ao que tudo indica, se forem consideradas apenas as notas impressas nos jornais, os protestantes limitaram-se a orar, porque nada mais foi dito, exceção ao *Jornal Batista*, que publica sobre o início das negociações diplomáticas entre Argentina e Estados Unidos, em que o presidente argentino faz um apelo à Liga das Nações, intercedendo pela paz no mundo. Diz o presidente Hipólito de Irigoyen (1852-1933), que governou a Argentina em duas oportunidades (1916-1922 e 1928-1930), em texto comentado pelo jornal: “É verdade que surgiram pequenas divergencias em certas questões, entre os Estados Unidos e a Argentina, mas, o meu paiz sympathiza-se com a família de Wilson”. A opinião do jornal é de que a Liga das Nações deveria intervir,

“afim de podermos resolver satisfatoriamente todos os problemas universais”, e que “a Republica Argentina acredita que só a Liga das Nações poderá conseguir a paz no mundo” (OJB: 13.01.1920, p. 2). O ano de 1916 retoma a discussão sobre a possibilidade de revisão constitucional e, por isso, novamente os jornais entram em campanha. *O Estandarte* (27.01.1916, p. 1) publica trecho de *O Combate*, sem data, para corroborar sua constatação de que nem todas as vozes republicanas emudeceram diante de tal fato: “a opinião republicana começa a se mover, chamando a postos, pela voz de seus orgams mais legítimos, as verdadeiras convicções para formarem em defesa da Magna Carta”. Ainda, de acordo com *O Combate*, afirma que “é licito suppor que a futura constituinte não terá melhor auctoridade do que as legislaturas atuaes, na qual tem assento patifes como nunca assomaram á vida publica no Brasil”. Trabalhando com os conceitos de *mudança e permanência*, é possível afirmar que, para o período seguinte (1918-1919), permanece o medo de perder a liberdade, e o fato novo é que a imprensa protestante convoca os atores para a defesa da liberdade e da democracia.

3.2. A retórica dos evangélicos - entre a militância e a apatia (1918-1919)

Em 1918, houve a posse de Delfim Moreira, que ocupou a presidência em razão de ser o vice de Rodrigues Alves, morto pela gripe espanhola, sem assumir o cargo. Delfim Moreira governa até a realização de novas eleições, que colocam no poder o presidente Epitácio Pessoa. Entre 1918 e 1919, o assunto político que mais preocupou os articulistas foi o da separação entre Igreja e Estado, e o perigo de uma retomada ao estado anterior à Constituição de 1891. Esse Fantasma rondou a imaginação e tirou o sono de muitos protestantes, pois, em todas as festividades cívicas, lá estava o tal fantasma a aterrorizar os evangélicos; isso pode ser visto no artigo a seguir, que comenta a bênção da bandeira brasileira por sacerdotes católicos:

Bençam da Bandeira. Que vem a ser isso? É uma cerimônia do culto romano, em que a bandeira do batalhão é apresentada, em fórmula, para ser benzida pelo padre romano, com umas tantas palavras e signaes cabalísticos, e um pouco de água benta esparzida com o hyssopo. É afinal, o baptismo romano da bandeira brasileira! Mas se a bandeira auri-verde é o symbolo da Patria, e a Patria é leiga em assumpto religioso (não é athéa, como ingorantemente, ou de má fé, proclamam os clericaes, LEIGA NÃO É ATHÉA, que é coisa muito differente), se é leiga, repito, como se admite, sem protesto, que ella seja victima de uma cerimonia religiosa, á face de muitos militares acatholicos, e violando a Constituição? (...) Então não há um capitão, um coronel, um comandante qualquer, cõscio dos seus deveres militares, energico e altivo, que se opponha, em nome da lei, ao exercício de um acto religioso sobre o emblema da Nação?!

(...) Soldados de brio! Não consintaes nessa cerimonia religiosa que offende á consciência de muitos dos vossos camaradas e companheiros de armas! Soldados da Pátria! Não sois *atheus*, mas sois *leigos*, obedientes ás leis da Patria! Em nome desse principio republicano, protesta contra a imposição que se vos faz! Em nome da liberdade de consciencia, da qual sois o expoente maximo, como militares e guardas da lei, protesta, sobranceiramente, contra essa innovação anti-constitucional. (OE: 25.08.1918, p. 4).

Notemos o tom desafiador, partindo de uma instituição que sempre procurou lutar pela paz. Trata-se de uma convocação em tom marcial que, se encontrasse eco nos quartéis aos quais se dirigia, somado a alguns outros pontos de descontentamento, muito bem poderia provocar uma grande rebelião. Os militares são afetados pelo orador, naquilo que eles têm de mais precioso, a sua própria honra em defender a nação. Se dependesse apenas de quem escreve, o palco para uma “guerra santa” já estaria montado. A voracidade continua, e agora são as pessoas comuns o alvo da convocação:

Quanto a nós civis, que escrevemos, que pugnamos pela liberdade de cultos, crentes e acatholicos, de todos os credos, porque guardamos silencio tão perigoso, quando as nuvens se accumulam? Porque não protestamos solidaria, e collectivamente, contra esses abusos, dirigindo representações aos nossos poderes competentes, e á imprensa livre? Ai de mim! que a minha alma fenece ante o indifferentismo geral, quando se tracta de passar das palavras para as acções!... Quantas vezes, nestes 25 ANNOS , tenho tentado, a golpes de penna, levantar as energias, e congregar pelo menos um pequeno pelotão, disposto a lutar no terreno practico? Tudo em vão! A penna é fraca; e o esgrimista é muito cumprimentado... Só isso. Não faz mal. Vou tentar mais uma vez, se Deus quizer. S.Paulo, 19 de agosto de 1918. Lauresto E. (OE: 25.08.1918, p. 4)

Encontramos nessas linhas de Esher um discurso que pretende persuadir ou dominar pela palavra. A legitimação do discurso é buscada em meio ao apelo à antiguidade. Afinal, o discursante afirma fazê-lo há 25 anos. O autor usa uma *técnica de convencimento*, que vem revestida de certos disfarces, mas tendo sempre por trás a idéia de submissão do outro, como em todo discurso político. A linguagem é carregada de eufemismos, “golpes de pena”, “nuvens que se acumulam”, “pelotão disposto a lutar” etc, bem como a indicação clara do inimigo, no caso o padre romano e o recurso à autoridade militar na figura do capitão, coronel, ou comandante qualquer. Os militares são chamados a “manter a honra”, “respeitar a hierarquia”, e os civis, a “sustentar a liberdade”, e para isso precisam apelar para os governantes, isto é, aos poderes competentes. Também em seu discurso, Esher usa calores como “honra” e “liberdade” na tentativa de convencer. Portanto, na retórica de Esher, como soldados, uns da Pátria e outros da fé, ninguém podia deixar de se alistar, o combate já estava marcado, as forças em oposição devidamente identificadas, restava a cada um (a) ocupar o seu lugar dentro

da corporação. As bandeiras dos liberais e dos ultramontanos tremulavam no horizonte, aguardava-se apenas o comando para o início da grande batalha⁴, conforme apontado por Mendonça (1995, p. 232).

3.3. Na retórica, o confronto de ideais: liberalismo *versus* ultramontanismo (1919-1922)

O título acima pretende expressar o conteúdo presente nos textos do período, ainda que tenhamos a honestidade de admitir que não houve verdadeiramente um confronto de idéias. Isto porque os jornais não dialogam com seus opositores e, sim, interpretam para os seus leitores aquilo que dizem ter lido ou que foi anunciado na imprensa católica ou mesmo na secular. Sucessivas vezes, os artigos começam com a expressão: “lemos em tal lugar”, e daí parte-se para as devidas refutações. Raríssimas vezes o espaço é cedido para a publicação do pensamento contrário. Feitas essas ressalvas, acreditamos que o título se justifica.

Epitácio Pessoa, antigo senador da Paraíba, eleito com o apoio das oligarquias do Centro Sul, vitorioso diante da chapa de Ruy Barbosa, derrotado pela segunda vez, comanda o governo até o ano de 1922. Agora, ao lado da ameaça católica surge uma nova ameaça: o comunismo que se tornara ideológica e politicamente hegemônico na Rússia, desde 1917. Assim, as duas ameaças do período, na ótica protestante são o comunismo e a ofensiva revisionista, esta última liderada pelos representantes conservadores da Igreja Católica. Dando prosseguimento em orientar seus leitores quanto às ameaças de toda ordem, as atenções agora são voltadas para os acontecimentos ligados ao socialismo, sobretudo a Revolução de 1917, na União Soviética, ao que um jornal da Bahia *A Mensagem* chama de “momentosa questão”. O jornal presbiteriano independente retoma o assunto, fazendo assim os seus comentários:

Diz o confrade que o que se verifica em todo o mundo são “movimentos gigantescos e portentosos que não buscam fazer discriminações, mas que ameaçam levar no seu curso furioso tudo o que porventura encontrarem no caminho. São em grande parte, movimentos psychicos em sua origem, e ameaçam aos bons como aos máos, aos innocentes como aos culpados, ao Estado e á Egreja”. Em vista disto, pois, entende que estamos em perigo do Bolshevismo religioso, tanto quanto ao Bolshevismo político. (OE: 04.08.1919, p. 5)

⁴ Aliás, o tom marcial seduziu os protestantes brasileiros, que viram a inserção na sociedade brasileira como uma “guerra contra as trevas”, “guerra contra o mal”. O crente era visto como um soldado comissionado pelo “general” Jesus em luta contra os “romanos ou ateus que muitas vezes nos assaltam...” (SH 255 redação antiga)

Em seguida *O Estandarte* aponta para a responsabilidade da Igreja evangélica em manter o princípio da democracia: “A Igreja é a escola do novo regime. Nella se devem formar os cidadãos do futuro, que ahi vem celere”. Porém, diante do avanço da ameaça comunista, mais do que nunca era preciso enaltecer as virtudes republicanas e seus benefícios para toda a nação. Por esta razão, é recuperado um discurso de Epitácio Pessoa, de 23 de outubro de 1917, quando este ainda não era presidente. Cabe lembrar que a Revolução Russa de 6 de outubro escolheu como a sua data oficial o dia em que as tropas bolcheviques ocuparam o Palácio de Inverno e destituíram Alexander Kerenski. Esse discurso, tido como presidencial, cumpre duas finalidades: em primeiro lugar, comemorar a data da proclamação da República, e em segundo lugar, fazer frente ao assunto do momento, reafirmando o regime democrático republicano:

Somos um povo bom, senhores, mas sem instrução e que sempre foi dirigido por uma pequena minoria illustrada. Esta minoria está mingando, porque o ensino se tem aviltado. Cumpre reerguê-lo e aperfeiçoa-lo, por isto mesmo que a instrução do povo é uma garantia das instituições nos regimens democraticos, e a primeira condição para a pratica real do systema representativo.(OE: 13.11.1919, p. 3)

No mesmo número, a República era entusiasticamente saudada, num texto longo, corroborando as intenções indicadas acima:

Faz trinta annos que, por um dia assim, na manhã de quinze de novembro, sob o lindo céu do Rio de Janeiro, a espada de Deodoro, lampejando no ar, á frente das tropas revolucionarias, depoz o ultimo representante da casa de Bragança no Brasil, e impoz, em lugar della, um governo militar provisorio, que deveria inaugurar o regimen democratico republicano. A revolução, ao estalar, vinha fadada a triumphar plena e integralmente, sem encontrar um gesto de opposição, sem que se derramasse uma gota de sangue, em meio do pasmo e estupefacção de amigos e de inimigos.(...) A Republica quase não se fez annunciar: nasceu armada de ponto em branco da cabeça...de Marte. Instantes depois, communicava-se ao Brasil inteiro o facto estupendo. E foi então um grande abalo nacional. Pelas capitaes e cidades, nas villas e povoações raiou um dia sem par em nossa historia, um dia destinado a offuscar para sempre o proprio 7 de setembro, apesar das grandes affinidades moraes que irmanan a Independencia e a Republica. A porta da redacção dos jornaes, nos edificios publicos, em escolas e associações particulares, pregaram-se ás pressas, em lugar de destaque, os telegrammas officiaes e os boletins de commentarios á assombrosa proclamação.(...) E dahi a pouco, o Brasil inteiro delirava em festas de estrondo, aos pinchos e aos berros, desmanchado em impulsos de incontido entusiasmo civico. Todo esse entusiasmo sem par, toda essa fervida expansão de patriotismo, toda a musica que ri e chora nos ares, todos os fogos que fulgem e estrondeiam nas alturas, todo o confuso regougar da multidão cá embaixo, descompassado, dominador, incontrastavel – Viva a Republica! Grande dia, dia de loucuras aquelle. (OE: 13.11.1919, p. 4)

A relação do protestantismo com o modelo republicano de governo é por vezes lembrada, como fazem os batistas, ao referirem à sua organização como “uma verdadeira democracia”:

A nós baptistas, não resta a menor duvida de que o Novo Testamento claramente ensina que a igreja de Christo é não somente um corpo espiritual, mas também uma democracia pura, na qual todos os seus membros são eguaes em direitos; uma congregação local, não sujeita a auctoridade alguma fóra della.(OJB: 03.02.1921, p. 1)

Esse fervor republicano não condiz com as impressões de Aristides Lobo e Raul Pompéia, registradas por Carvalho (1987, p. 68 e 69). Carvalho, remetendo a Lobo, informa que o povo assistiu “bestializado” aos acontecimentos, e também aos escritos de Raul Pompéia no *Jornal do Commercio*, em setembro de 1891: “dirão que o povo fluminense fez a agitação abolicionista e a agitação republicana (...) O povo não fez nada disso”. Isto porque o povo como parte integrante das estruturas políticas continua sendo ignorado, e um exemplo disso pode ser tirado da coluna “Várias” encartada no *Jornal Batista*, que traz notícias de fato variadas, dos mais diferentes países do mundo, e nenhuma referência ao Brasil. Apenas em dois aspectos poderemos dizer que envolve a participação popular: o primeiro é numa discussão sobre o sorteio de moços para o serviço militar e o segundo diz respeito ao Carnaval. Sobre o sorteio, a opinião do jornal é favorável, e sobre o Carnaval, assim ele se expressa: O carnaval é a maior desgraça do Rio de Janeiro, e a maior culpada dessa desgraça é a imprensa venal, que por amor ao nickel prostitue a sua missão, e em vez de orientar o povo no bom caminho lhe explora as mais ruins paixões (OJB: 13.01.1920, p. 10).

No mesmo mês, *O Estandarte* estampa o desenho de uma mulher com um farol iluminando uma pequena multidão que a saúda, enquanto um padre e um senhor bem vestido fogem, certamente estes representando a Igreja Católica e alguns políticos. Do farol, que a mulher segura sobre o povo, salta a frase: “Liberdade de Pensamento”. Ainda na edição de janeiro, são transcritos, na capa de *O Estandarte*, os sete artigos do Decreto do Governo Provisório sobre a religião no país:

Art. 1º É prohibido á auctoridade Federal, assim como á dos Estados Federados, expedir leis, regulamentos, ou actos administrativos, estabelecendo alguma religião, ou vedando-a, e crear differenças entre os habitantes do paiz, ou nos serviços sustentados á custa do orçamento, por motivo de crenças ou opiniões philosophicas ou religiosas.

Art. 2º A todas as confissões religiosas pertence por equal a faculdade de exercerem o seu culto, regerem-se segundo a sua fé, e não serem contrariadas nos actos particulares ou públicos que interessem o exercício deste decreto.

Art. 3º A liberdade aqui instituída, abrange não só os individuos nos actos

individuaes, senão também as egrejas, associações e institutos em que se acharem aggremiados, cabendo a todos o pleno direito de se constituírem e viverem collectivamente, segundo seu credo e a sua disciplina, sem intervenção do poder publico.

Art. 4º Fica extinto o padroado, com todas as instituições, recursos e prerrogativas.

Art. 5º A todas as egrejas e confissões religiosas se reconhece a personalidade jurídica para adquirem bens e os administrarem sob os limites postos pelas leis concernentes á propriedade de mão-morta, mantendo-se cada uma o domínio de seus haveres actuaes, bem como edificios de culto.

Art. 6º O governo federal continúa a prover á cõgrua, sustentação dos actuaes serventuários do culto catholico, e subvencionará por um anno as cadeiras dos seminários; ficando livre a cada Estado o arbitrio de manter os futuros ministros desse ou de outro culto sem contravenção do disposto nos artigos antecedentes.

Art. 7º Revogam-se as disposições em contrario.

Sala das sessões do Governo Provisorio da Republica dos Estados-Unidos do Brasil, 7 de Janeiro de 1890, 2º da Republica. –Manoel Deodoro da Fonseca, Aristides da Silveira Lobo, Ruy Barbosa, Benjamin Constant Botelho de Magalhães, Eduardo Wandenkolk, M.Ferraz de Campos Salles, Demetrio Ribeiro e Quintino Bocayuva.(OE: 07.01.1920, p. 1)

Na perspectiva do jornal, era preciso lembrar sempre, já que, segundo os protestantes, estes direitos estavam constantemente sendo desrespeitados. Os anos de 1921 e 1922 serão de intensa campanha eleitoral em favor de Nicolau Soares do Couto Esher, a quem já nos referimos e cuja campanha será tratada em outro espaço. Sem maiores explicações, teria o leitor da época elementos para saber que se tratava de uma homenagem póstuma?, na edição de 13 de janeiro de 1921, aparece um poema denominado “Á Imperatriz”, de autoria de D.Pedro de Alcântara. Do verso final consta:“Dorme o teu somno, Mãe do povo, acabou-se o teu martyrio”. É possível que esta inserção textual que tem um resquício do discurso pró-monarquista, esteja por trás do assunto seguinte tratado pelo jornal dos batistas, sobre a influência do modelo americano na sociedade brasileira. Dois textos são publicados, tendo os Estados Unidos como referência:

De carroceiro a presidente dos Estados-Unidos- Amanhã, 4 do corrente, deve assumir a presidencia dos Estados-Unidos, O Snr.. Warren Gamaliel Harding. A historia de vida deste homem que ascendeu da mais baixa esphera social ao mais alto posto do seu grande paiz, é interessantíssima.(OJB: 03.02.1921, p. 1 e 2)

E no artigo seguinte intitulado: “Os yankees e o Brasil”:

Alguém, não sabemos quem, remetteu-nos um artigo sobre o título supra, recortado d’A *Patria*, de 22 de fevereiro p.p. Não parece que esteja fazendo grande obra de patriotismo o autor de tal artigo, pois, que a única coisa que elle faz é bater a desmoralizadissima tecla de que os Estados-Unidos querem engulir o Brasil, e diffamar uma nação tradicionalmente amiga do nosso paiz. Esta campanha diffamatoria contra os Estados-Unidos aqui, surge de tempos em tempos como as epidemias e as suas origens são já bem conhecidas, rivalidade

commercial e rivalidade religiosa. Os interessados em desacreditar a influencia commercial norte americana é o commercio europeu. (OJB: 03.02.1921, p. 3)

Também nessa série de artigos sobre os Estados Unidos, há uma notícia sobre a construção de uma linha divisória entre Estados Unidos e Canadá, sob o sugestivo título “Portal da Paz”:

No dia 5 de setembro pp. foi erigido em Blaine, Washington, na linha divisória entre os Estados Unidos e Canadá, na presença de mais de dez mil pessoas de ambas as nacionalidades, o Portal da Paz, cuja photographia aqui damos, para celebrar o centenario de boa paz e harmonia reinantes entre os dois povos irmãos, centenario esse completado em 1915(...) Esta lição há de ter certamente grande peso no animo dos estadistas de varias nações, ora reunidos em Washington, para accordarem na redução de armamentos, que são um peso esmagador aos povos e uma ameaça á paz e felicidade humana.(OJB: 17.11.1921, p. 6)

Também foi notícia no jornal presbiteriano (OE: 16.06.1921) a convenção ocorrida na semana anterior que escolheu Arthur Bernardes para a presidência da República e do seu vice, Urbano dos Santos, apontando também para a possibilidade de outras candidaturas surgirem. Na edição de agosto, esse assunto foi melhor explorado:

Os crentes e a futura presidencia da Republica. Chamamos a atenção dos evangelicos de qualquer denominação e de qualquer partido político, para o grave momento que se aproxima com a eleição escolha dos candidatos á futura presidencia da Republica. Para essa escolha todos os que são eleitores evangelicos terão grave responsabilidade, não só politica como religiosa, porque se tracta do futuro de nossa liberdade religiosa e de cultos. Para esclarecimento da situação e facil decisão dos nossos correligionarios, para estas columnas transcrevemos um bom artigo editorial da Redacção do Combate, de 5 de julho de 1921, com os seguintes titulos e sub-titulos “A successão Presidencial da Republica –Os dois candidatos: NILO, O LIBERAL – BERNARDES, O ULTRAMONTANO” e “A Liberdade religiosa AMEAÇADA”.(OE: 11.08.1921, p. 3)

A tendência de comentar notícias veiculadas em outros jornais era uma prática muito comum, e neste texto, o jornal comentado é “*A União*”, apresentado como um órgão clerical. O articulista, que aqui aparece como Dr. Esher, o memso de *O Estandarte* da IPI, afirma que o jornal *A União* prestou “um grande serviço ao povo brasileiro”, logicamente por ter revelado as opiniões de Bernardes, apresentado como candidato ultramontano. *O Estandarte* informa que *A União* teria realizado uma entrevista com os dois candidatos à presidência:

Nas respostas dadas o Sr. Nilo Peçanha revelou-se o liberal que sempre foi, sem hostilizar qualquer crença religiosa. O Sr. Arthur Bernardes, ao contrario, não occultou suas tendencias ultramontanas, procurando lisonjear o jesuitismo para conquistar votos da gente inculta. Ao referir-se ao ensino religioso nas escolas officiaes, mostrou-ser disposto a burlar a Constituição para favorecer ao

clericalismo. Entende que “o ensino religioso, ou melhor, a liberdade da instrução religiosa nas escolas publicas, não offende o preceito constitucional que estabelece ampla liberdade de cultos”. E, para mais esclarecer seu pensamento, declarou que “o seu governo não impediu a collocação do crucifixo nas escolas publicas e nem há motivo para contrariar a maioria catholica, nessa homenagem”. Assim, se for ao Catete, quer violentar a liberdade religiosa dos que tem a petulancia de ser maçons, espiritistas, atheus, etc., entre os quaes elle nunca esteve, segundo diz. (...) Em clara divergencia com esse bacharel do Caraça, o senador Nilo Peçanha, “um liberal que não tem medo da liberdade”, não sympathiza com essa doutrina escandalosamente jesuitica e retrograda. É assim que affirma com perfeito espirito republicano. (...) Agora escolham os bons cidadãos, os sinceros republicanos, entre Nilo, o liberal, e Bernardes, o ultramontano. Dr. Lauresto. (OE: 11.08.1921, p. 4)

Numa outra nota, é noticiada a passagem do “distincto estadista”, presidente Dr. Epitácio Pessoa por São Paulo, Santos, Ribeirão Preto e a fazenda Guataparã, acompanhado por sua família. Chama-nos a atenção o significado dos termos “distincto” e “estadista” na retórica do articulista. O *Jornal Batista*, por sua vez, antecipa os resultados de uma possível eleição do candidato chamado por ele de romanista. Cenas de “perseguição” aos evangelhos e de intolerância são mostrados. O que realmente mexia com os bríos dos protestantes era guerra com o catolicismo:

O romanismo ja se esta cobrando da sua adhesão á candidatura de Arthur Bernardes, já empenhada, antes da nojenta farça que representou ao entrevistar os dois candidatos á presidencia da Republica. Para prova, veja-se a local a seguir, transcripta d'A *União* de 28 de agosto: 'Belo Horizonte e a União de Moços Catholicos. A União de Moços Catholicos vae de vento em popa, como já aqui por mais de uma vez temos frizado. Acaba de ser organizada uma filial em Sete Lagoas, com grande concorrência, e não tardará a ser organizada a de Cataguases. Os protestantes quizeram fazer uma das suas em Bello Horizonte, mas o trunfo sahiu ás avessas. Dispondo-se a fazer predicas na praça publica, tiveram a enfrenta-los os moços da União, que em numero de mais de 50 auxiliados por varios catholicos, impediram a realização da cerimonia gaiata. Ao mesmo tempo que os protestantes cantavam ou liam, os briosos moços davam vivas á Religião Catholica, abafando completamente as roucas vozes dos 15 adoradores do dollar. Resultado: fecharam o harmonium ambulante que trazia, e sahiram acompanhados pelos vivas da União de Moços Catholicos. Em Bello Horizonte não há respeito humano nem medo de caretas. Um bravo! muito valente aos moços da União, e á União dos Moços'.(OJB: 08.09.1921, p. 15)

O discurso jornalístico consegue embaralhar uma série de acontecimentos e reputar-lhes o sentido que acha mais conveniente. No caso em questão, não resta dúvida de que essa “União de Moços Catholicos” é uma contra-ofensiva à Associação Cristã de Moços, que comemorava seu 77º aniversário de fundação. Pesquisando em números anteriores, foi possível descobrir que a ACM de São Paulo havia editado um número especial da revista Triângulo Vermelho e, fazendo intensa campanha para conquista de novos sócios, inclusive com um abatimento da anuidade. Todavia, o jornal associa a

publicação deste enfrentamento em Belo Horizonte, não como etapa de um conflito maior por conquista de espaço entre católicos e protestantes, mas sim como um desdobramento do apoio prestado ao candidato católico Arthur Bernardes. Outro elemento digno de nota é a expressão “adoradores do dollar”, atribuída aos evangélicos. Enfim, assiste-se a uma mistura de diversos fatores envolvidos no agitado cenário religioso das primeiras décadas do regime republicano no país, e não necessariamente como um desdobramento de apoio desta ou daquela candidatura. A campanha de 1922, representada em dois textos de *O Estandarte*, repete os argumentos do “colega” batista:

Approxima-se o dia 1º de março, em que vae haver a eleição de Presidente e Vice-Presidente da Republica. Póde-se dizer que a eleição do Presidente da Republica é a eleição mais importante que póde haver; e esta que se approxima reveste-se ainda de maior importância que qualquer outra havida, porque estão em foco dois candidatos fortes: um, forte pelo prestígio do governo, por ser o candidato official; outro, forte pelo prestígio do próprio nome e pelo prestígio do povo, que se revolta contra as imposições dos governantes. Mas, para os evangélicos, então, e para os acatholicos essa eleição assume uma importância excepcional. Porque?

Porque ella vae decidir entre dois candidatos de sentimentos religiosos radicalmente oppostos, no que se refere aos crentes. De um lado, o candidato official, recommendado e quase imposto pelo governo, e pela Convenção de 8 de junho, é um cidadão de sentimentos clericaes, conhecido como tal, o que constitue um serio perigo para a liberdade de consciência. Doutro lado, o candidato da opposição, ou da dissidência, ou do povo, -como quizerem, -é um cidadão de sentimentos nobres e liberaes, amigo dos evangélicos, inimigo do clericalismo,e, portanto, protector da liberdade de consciência, o que é uma garantia para nossa tranquillidade.(...) No nosso interesse próprio, e no interesse da causa da liberdade de pensamento e das garantias constitucionaes, não ha hesitação possivel. Isso não é fazer politica.(...) Dr. Couto Esher. (OE: 22.08.1921, p. 9)

Entende o redator que não está fazendo política ao indicar suas razões para o voto no candidato mais afinado com os evangélicos. Na sua lógica, a preservação dos direitos constitucionais está acima da opção política e, por isso, não raro, são convocados, também, grupos com os quais o protestantismo tem pouca ou nenhuma aproximação, como os maçons, os espíritas e, em certas ocasiões, até os declaradamente ateus. Fica evidente que, quando a luta contra o Catolicismo se torna mais aguda, qualquer aliança se torna válida e se justifica na retórica protestante. Pelo artigo seguinte podemos também perceber a fragilidade do sistema eleitoral durante os primeiros anos da República, uma vez que não sendo o voto obrigatório, era responsabilidade daqueles que tinham interesse nas eleições de instruir ao máximo possível a população quanto á importância de sua participação no processo eleitoral. O redator (o mesmo, agora assinando seu nome completo: Dr. Nicolau Soares do Couto Esher) informa que falta apenas um mês para terminar o prazo de qualificação dos

eleitores que desejarem votar na eleição de 1º de março, e se dispõe a ajudar nesta tarefa:

Assim, pois, para auxiliar e facilitar os amigos evangelicos de qualquer denominação o seu prompto alistamento, daremos, até fim de dezembro, a formula facil que se segue, comprehendendo o requerimento inicial, e os documentos necessarios: (segue o modelo). Nota.- Todos os papeis, requerimentos, etc. para fins eleitoraes são gratuitos segundo a lei. Para mais esclarecimentos e instrucções, queiram se dirigir á sede da Comissão Permanente de Reação Republicana “pró Nilo-Seabra”, á rua José Bonifácio, 32, 2º andar, ou abaixo assignado, pessoalmente, rua Santo Amaro, 16. Porém, qualquer que fôr o candidato preferido, podem da mesma forma se dirigir a mim pessoalmente, para quaesquer esclarecimentos, que serão servidos com a mesma boa vontade. O que é preciso é levantar o civismo e as actividades politicas dos nossos irmãos, e amigos evangélicos.(OE: 08.12.1921, p. 15)

Depois de tanta adjetivação pejorativa ao candidato Bernardes, não resta dúvidas de que, se alguém seguir o conselho de Esher, o seu voto só poderá mesmo ser dado ao candidato liberal.

A seguir, modelo de requerimento apresentado por Esher:

Exmo.	Sr.	Dr.	Juiz	do	Alistamento	Eleitoral
de.....						
Requeiro meu alistamento eleitoral, declarando ser brasileiro, natural						
de..... filho de.....com.....						
anos de idade, (casado, solteiro ou viuvo),						
profissão,..... residente no districto						
de..... deste municipio.						
P. deferimento.						
Assignatura....., de dezembro de						
1921						
Documentos que devem acompanhar a petição: Certidão de idade, de						
casamento, ou de filho maior de 5 annos, constando na referida certidão a						
nacionalidade do pae.						
Recibos de 4 mezes de aluguel de casa.						
Requisitos para tirar certidão de casamento:						
Nome (homem) F.						
Nome (mulher) F.						
Data.....						
Cartorio.....						
Para certidão de nascimento:						
Data do baptismo.....						
Logar onde se baptizou ou registrou.....						
Data do nascimento (civil).....						

Extraído de *O Estandarte*, de 08.12.1921, p. 15

Assim, acreditava o redator estar prestando um serviço de utilidade pública.

Antes de passarmos ao período seguinte, é pertinente conhecer, de acordo com o que nos informa José Murilo de Carvalho (1987) que o conjunto de eleitores brasileiros era constituído, em boa parte, de funcionários públicos, logo, mais susceptíveis às pressões do governo. Uma outra parcela optava pela auto-exclusão, em virtude das fraudes sucessivas, quadro este não alterado com o advento da República. Carvalho afirma ainda:

O próprio Silva Jardim, o mais radical dos propagandistas, o agitador das multidões do Rio, o defensor da proclamação da República através da ação revolucionária do povo, propôs na Comissão de Regulamentação e Recenseamento Eleitoral, em 1890, que se criassem “agentes eleitorais”, pagos pelo governo para alistar os cidadãos, pois, segundo ele, o povo votava em quem o alistava. A lei deveria ser usada de modo certo para garantir a vitória republicana. (Carvalho: 1987, p. 86 e 87)

O Brasil republicano, pelo visto, guardava muitas semelhanças com o período do Brasil imperial e a população, em sua maioria em situação de extrema pobreza, sem terras, com baixos salários e sem esperança de mudanças, não tinha por que se interessar por um processo que lhe parecia tão distante. Após ter se engajado na campanha presidencial de Nilo Peçanha, *O Estandarte* seguiu com certa esperança o momento de abertura das urnas e contagem dos votos. Antes da eleição, ainda publicou um artigo “pró-Nilo” (O clericalismo do Dr. Arthur Bernardes - 19/01/1922) e, logo após, outro de saudação dos candidatos apoiados por Esher:

Eleições presidenciaes. –A proposito das ultimas eleições realizadas no paiz, recebeu o Dr. Nicolau Soares do Couto os seguintes telegrammas dos dois illustres candidatos do povo, Drs, Nilo Peçanha e J.J.Seabra : “Sou muito agradecido á bondade dos seus cumprimentos e aos serviços que prestou á nossa grande causa liberal. Nilo Peçanha”. “Receba prezado distincto amigo meu affectuoso abraço de agradecimento. Suas felicitações muito me desvaneceram. Saudações cordiaes. Seabra”.(OE: 16.03.1922)

Mesmo que a chapa liberal não lograsse êxito, Esher estava se projetando mais uma vez como um nome forte para representar os evangélicos, e era necessário que o povo evangélico soubesse de sua grande proximidade com as lideranças políticas nacionais, até porque, ele acreditava na vitória dos seus candidatos. Diante das dificuldades da cobertura jornalística das eleições, o jornal publica uma nota esclarecendo:

Pleito presidencial. A noticia que sob esta epigraphe demos no numero passado foi inspirada pelo que, sobre o resultado as eleições, publicou a imprensa governista. Mais tarde, porém, vieram á luz da publicidade os dados appurados pela Reacção, que dão resultado contrario ao anteriormente publicado. De modo que, segundo uma parte da imprensa, obteve victoria a chapa Bernardes-

Urbano, e segundo outra a Nilo-Seabra. Aguardemos, pois, a appuração do poder competente para sabermos qual, de facto, a vencedora. (OE: 16.03.1922, p. 15)

O desencontro dos dados é confirmado na edição seguinte:

Até o presente não se sabe ainda o resultado exacto da votação(...) Os ultimos telegrammas do lado governista dão 495.813 votos para o Dr. Arthur Bernardes e 339.824 para o Dr. Nilo Peçanha; e as ultimas noticias da parte contraria dão 355.210 votos para o Dr. Nilo, e 347.821 para o Dr. Bernardes. Estes números de parte a parte, podem ser sujeitos a varias alterações, de modo que não se póde fazer qualquer calculo antes de 31 de março, que é quando se dá a primeira apuração pelo juízo federal de cada Estado. E como todo mundo sabe, muitas eleições teem de ser annulladas por fraudes e outros vícios, o que influirá muito na appuração final.(OE: 23.03.1922, p. 7)

Simon Shwartzman (1988, p. 124), apresentando quadro eleitoral referente às eleições presidenciais da Primeira República, afirma:

As eleições presidenciais durante a Primeira República eram em geral não-competitivas (Rodrigues Alves em 1902, Afonso Pena em 1906, Epitácio Pessoa em 1918, Washington Luís em 1926). Quando existia competição, as divisões eram em geral enter-regionais, quase nunca dentro dos estados. Rui Barbosa, derrotado duas vezes em eleições competitivas, ti há sua base no estado da Bahia, e Vargas se apoiou em 1930 em Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraíba.

Embora afirmasse a dificuldade de antecipar um resultado definitivo, o texto de *O Estandarte* continua como que pressagiando a derrota do candidato liberal, apoiado pelo jornal, tanto que já apontava para algumas justificativas:

Muitas causas concorreram para a pequena votação que teve o Dr. Nilo Peçanha, neste Estado. Só com a votação dos evangélicos e amigos de nossa causa, eu contava com 10.000 votos, junctando com outros 10.000 votos de vários partidos da opposição, teríamos 20.000, contra 100.000 do governo. No emtanto verificamos que não alcançamos nem o total de 10.000 em todo o Estado! Qual a causa? Toda a gente sabe o que é eleição contra o governo; e está dicto tudo. Porém, aqui só quero encarar o problema da abstenção do eleitorado evangélico, numa causa de tanta importância para nós crentes. Pela correspondência que mantive com mais de 60 localidades, eu contava com magnífica votação dos crentes; mas fiquei desanimado quando vi o resultado. Elles mesmos que me tinham promettido uma boa votação, e contavam pela certa, ficaram desapontados. Fui recebendo mais tarde cartas de irmãos e amigos de diversos logares, que me davam explicação desse facto, e me confortaram algum tanto, pois dão-me esperanças que noutro pleito não farão mais assim, e manifestarão seu zelo e sua independência. O mau tempo concorreu, de facto, bastante para afugentar das urnas, os que moram longe das sedes, no interior; porém, o que mais contribuiu para a abstenção dos crentes foi uma mal entendida disciplina partidária, admissível noutras questões de interesse local dos seus municípios, porém, inadmissível neste importante pleito de interesse geral, e nacional, para a nossa liberdade de acção evangélica, e de cultos.(...) E, salvo honrosas excepções, os crentes acompanharam esta orientação, de modo que por disciplina partidária, alguns votaram com o governo, no Dr. Arthur Bernardes, mas muitíssimos deixaram de votar no Dr.

Nilo Peçanha, embora tendo vontade de não fazê-lo, para não desagradar aos seus amigos e ao seu partido. Será isso justo? Eu deixo a resposta á consciência de cada um. (...) Não quero nem pretendo censurar ninguém. Eu quero é frisar o facto de que não devemos ceder em tudo, por partidarismo político; a disciplina partidaria tem seus limites; e esses limites, para o crente, no meio mundano, incrédulo, ou catholico, em que vivemos, elle bem deve saber ate onde alcançam. Emfim, o esforço que fizemos para agremiar os crentes em derredor de um ideal, já deu algum resultado practico. Dr. Couto Esher. (OE: 23.03.1922, p. 3)

Diante de tais considerações sobre partidarismo e das convicções políticas demonstradas, não é preciso dizer que o jornal, após a confirmação da vitória de Bernardes pelos poderes oficiais, não tocou mais no assunto da eleição presidencial. Na edição seguinte, Esher já estaria envolvido num outro programa: o da sua própria candidatura ao Senado pelo Estado de São Paulo. O resultado final apurado em 31/03/1922 deu a vitória ao candidato Arthur Bernardes, e seu governo será marcado por grandes turbulências políticas.

3.4. A retórica evangélica em um momento em que a imprensa está amordaçada (1922-1926)

No dia 15/11/1922, toma posse na Presidência da República Arthur Bernardes e, na Vice-Presidência, Estácio de Albuquerque Coimbra (PE). Este assumiu o cargo em substituição ao vice-presidente eleito, Urbano Santos da Costa Araújo, falecido a bordo do navio *Minas Gerais* em maio de 1922, antes de ser empossado. Em seu primeiro ato como presidente eleito (1º de janeiro), Arthur Bernardes expede o Decreto nº 15.913, que "declara em estado de sítio, até 30 de abril deste ano, o território do Distrito Federal e o do Estado do Rio de Janeiro". No dia 10 de janeiro é expedido o Decreto nº 15.922, que "decreta a intervenção do Governo Federal no Estado do Rio de Janeiro". No fim do ano de 1922, aconteceriam, ainda, em 14 de dezembro, as eleições para vereadores municipais e juizes de paz. Um novo ator evangélico surge; a Liga Patriótica Evangélica, em artigo assinado pelo seu presidente, Alfredo Teixeira, ministro ad IPI, "lembra aos eleitores crentes o dever de irem votar, escolhendo os cidadãos pela sua honorabilidade e vida exemplar" e ainda, "sendo o governo municipal a base do systema democrático que nos rege, não é licito a nenhum cidadão abster-se de concorrer para a sua organização".

Foi esse governo que sancionou o Decreto nº 4.743, apelidada de Lei Adolfo Gordo, em referência ao seu relator. Tratava-se de uma lei que regulamenta o

comportamento da imprensa e de jornalistas em geral. Essa lei foi um verdadeiro bombardeio sobre os jornalistas, devido à instabilidade política e à vigência do estado de sítio. Mecanismo de cerceamento da atuação da imprensa, a lei tem como alvo principal os grupos anarquistas e comunistas. O projeto traz uma inovação: a teoria da responsabilidade solidária, substituindo a tradição legislativa da responsabilidade sucessiva para os crimes de imprensa e a censura prévia. A aprovação dessa lei novamente ocorre em clima de conturbação e sem as mínimas garantias de discussão legislativa ampla. Em seus 37 artigos traz a prisão especial para os jornalistas infratores, e, sobretudo, preocupa-se com as responsabilidades, as penas e com o processo.

Os jornais evangélicos não se manifestam sobre a conjuntura nacional, não há comentários sobre a situação no Rio de Janeiro, e mesmo as críticas feitas a Arthur Bernardes, por ocasião da campanha eleitoral, desaparecem. É certo que os jornais se adequaram ao momento. O Estandarte, na edição correspondente ao centenário da independência, enaltece o “Patriotismo Protestante”:

Vibra a alma brasileira com a occurencia do centenário de nossa emancipação política. Justa, por todos os títulos, essa alegria! Sem liberdade, nem as plantas podem se desenvolver convenientemente. E se cada homem tem direito e precisa ser livre para se desenvolver na plena possibilidade de sua pessoa, muito mais necessário e justo é que grandes multidões de homens, solidários nos mesmos interesses e cheios dos mesmos sentimentos e ideaes, tenham a liberdade de se governar por si. E o Brasil se houve de tal maneira nestes cem annos de sua independência que, ao celebrá-los agora, é acompanhado pela quente sympathia de quase todos os povos da terra, inclusive o velho Portugal.(...) A falha fundamental e reconhecida de nossa Republica é que as urnas não fallam a verdade e o suffragio popular, em vez de ser a pedra angular de nossa democracia tornou-se o instrumento pelo qual os potentados escarnecem dos direitos do povo. Parece-nos que mesmo aqui o mal não é tão absoluto como se pinta. Nem tudo está perdido.(...) Outra prova de que as nossas liberdades não estão abolidas é que os governantes eleitos, de verdade ou não, encarnam a lei na sua majestade. Podem burla-la, com os pés, mas transgredi-la aberta e afrontosamente, não ousam. Reconheçamos, pois, que há muito a desejar em nossa democracia, achamos que não chegamos ao ponto de serem inuteis os nossos esforços para melhora-la. Fóra, pois, com todos os exaggeros de nossos males politicos, em vez de serem elles a causa de nos quedarmos desanimados, sejam antes mais um motivo para afervorar o nosso patriotismo. (OE: 07.09.1922, p. 1 e 2)

O texto acima está carregado de referências à perda de liberdade sem, contudo, dirigir critica ao sistema federal. Reconhece haver situações de descumprimento da lei, mas entende como um mal pequeno diante dos benefícios da democracia. O curioso é que, novamente, quem assina o texto é Alfredo Teixeira, o presidente da “Liga Patriótica”. Evidentemente que alguém de língua tão afiada contra o governo federal

como Esher não teria espaço nesse estado de coisas. E fica uma pergunta: afinal, por onde ele andaria? Porém, na edição de maio de *O Estandarte* Esher faz sua despedida dos eleitores: “Eu me retiro da liça; por mim não me apresento mais candidato a qualquer cargo eletivo”.

Quanto ao governo federal, um dos grandes problemas enfrentado por Arthur Bernardes foi no campo militar, sobretudo o movimento conhecido como “Tenentismo”. Os oficiais queixavam-se de que o Exército se encontrava abandonado, sem material, e de que o governo só lhe atribuía missões humilhantes, como depor governadores que não se enquadravam na política vigente. Os tenentes apregoavam que pretendiam moralizar a vida política brasileira e pôr fim à corrupção eleitoral. Tinham idéias consideradas progressistas por uns e conservadoras, por outros. Eles pregavam o voto secreto e a reforma do ensino, mas achavam que somente os militares poderiam realizar essa tarefa, pois, segundo eles, a população era despreparada e inculta. A esse respeito encontramos uma nota no *Jornal Batista* harmonizando-se com este sentimento de desmoralização militar demonstrado pelos oficiais, porque, embora esteja ali como uma crítica, tem um caráter de singularidade e indica, também, uma certa moralização por parte do governo. Eis a nota:

Coronel Santo Antonio reclama seu soldo atrasado!

Acha-se em poder do consultor geral da Republica, que lhe vae dar parecer, um curioso processo: É o pedido feito pelo guardião do Convento de Santo Antonio, frei Ignacio Hinte, do pagamento dos vencimentos devidos ao milagreiro Santo Antonio, na qualidade de tenente-coronel reformado do Exercito, em virtude das cartas patentes assignadas por D.João VI e datadas de 04 de fevereiro de 1811 e 22 de outubro de 1816. O soldo de Santo Antonio, devido por effeito da patente da reforma sempre foi pago pelo Império. Nos primeiros tempos da Republica surgiram duvidas sobre o pagamento. O marechal Floriano Peixoto, porém, então ministro da Guerra, em aviso de 15 de outubro de 1890 declarou “que emquanto não o for, por acto especial, annullado o decreto de 26 de julho de 1814, que conferiu o posto de tenente-coronel á imagem de Santo Antonio do Rio de Já, deve continuar a abonar o soldo a que tem direito e que até agora tem sido pago”.(...) Vamos ver como o consultor geral da Republica informará o estranho requerimento. Mas é de admirar que elle não pedisse a frei Ignácio Hinte que exhibisse procuração devidamente passada pelo santo, firma reconhecida para tractar do seu caso. (OJB: 15.03.1922, p. 2)

Não encontramos no *Jornal Batista*, nem n’*O Estandarte* ou no *Expositor Cristão*, nenhuma referência ao acompanhamento deste caso curioso. Mas o caso traduz a medida do desconforto e o grau de insatisfação devido à mentalidade reinante no Exército brasileiro. Situação como essa coaduna com a reclamação dos oficiais de que cumpriam papel vexatório diante dos novos tempos. Um dos episódios mais marcantes

desse movimento foi conhecido como “Os dezoito do Forte”, quando no Clube Militar se articulava a oposição a Arthur Bernardes, e este ordenou o fechamento daquela agremiação. Em represália, no dia 5 de julho de 1922, a guarnição do Forte de Copacabana revoltou-se e ameaçou bombardear a cidade do Rio de Janeiro, caso o presidente não renunciasse. Cercados pelo exército, houve a rendição, mas uma parte do grupo continuou a resistência fora do quartel. Desse grupo, dizia-se de dezoito tenentes, apenas dois sobreviveram aos ataques. Dois anos depois, o movimento renasce, agora em São Paulo, chefiado pelo general Isidoro Dias Lopes, que ocupa a cidade, espalhando-se o motim por outros estados da federação. Novamente bombardeados pelo exército legalista, os tenentes se retiram para o Sul do país, onde ainda havia focos de resistência. Vencidos em seus pontos de origem, os revolucionários se unem no Paraná para formar a “Coluna Prestes”. Segatto (1996, p. 68) assim retrata a cidade de São Paulo durante o levante em São Paulo:

Nesses 23 dias de guerra, a cidade praticamente parou. Os bondes deixaram de circular, o comércio fechou, as fábricas não funcionaram, a energia elétrica foi interrompida, a população escondeu-se ou fugiu. O medo e a confusão espalharam-se por toda parte. Começaram as invasões de armazéns e depósitos.(...) Chegou-se a criar uma milícia civil para evitar as pilhagens.

A Coluna guerrilheira que ficaria conhecida como “Coluna Prestes” saiu de Alegrete (RS) no final de 1924. Com o reforço dos oficiais paulistas, percorreu cerca de 25 mil quilômetros e travou mais de 100 combates durante os dois anos e meio de duração. A marcha foi comandada pelo então capitão Luis Carlos Prestes, e era formada por um núcleo fixo de 300 militares, chegando a reunir mais de 1500 participantes. Depois de percorrer milhares de quilômetros pelo interior do país, os remanescentes refugiam-se na Bolívia.

Durante o ano de 1923, o tema mais marcante foi da desnacionalização, ou infiltração americana, mais um *round* da luta entre católicos e protestantes. Os católicos viam na proximidade que os evangélicos mantinham com os Estados Unidos uma ameaça à autonomia política e mesmo cultural do Brasil, tanto que, como vimos, os moços evangélicos já foram chamados de “amigos do dollar”. A resposta vem pelo *Jornal Batista*:

Infiltração americana. A campanha contra uma supposta desnacionalização, oriunda de elementos protestantes, continua manhosa, promovida pelo clericalismo. Mas esta campanha não é um movimento eventual, nem tem apenas significação local, que por uma simples coincidência, surgisse aqui em São Paulo (...) Em primeiro lugar é preciso chamar a atenção que ainda ninguém observou qualquer alarme ou qualquer campanha contra a infiltração

franceza que mais do que qualquer, desnacionalisa a nossa mocidade, dos collegios, dos quartéis e de outros estabelecimentos de instrução civil. E por que esse silêncio? Porque a infiltração franceza, apesar de muito mais accentuada que a americana, é de fundo clerical ou romana, levando os espíritos para os domínios do Vaticano, que é o ideal romanista.(OJB: 22.03.1923, p. 8)

Em setembro, o mesmo jornal continua: Quem desnacionalisa? Pelo que se vê, a queixa de desnacionalização não se levanta ao Congo belga. Porque se levanta semelhante accusação infundada contra o missionario evangelico estrangeiro que trabalha nas colonias portuguesas? (OJB: 13.09.1922, p. 8).

O jornal presbiteriano independente se ocupa em 1923 a noticiar a morte de seu líder e fundador, pastor Eduardo Carlos Pereira, e na matéria de capa do dia 22 de março, Pereira é comparado a Ruy Barbosa, sob o título: “Dois vultos que desaparecem”, “O Rev. Eduardo Carlos Pereira e sua candidatura a Deputado” (12/04/1923), e ainda um artigo em setembro de sua lavra: “Liberdade e Auctoridade” (06/09/1923), enquanto o *Jornal Batista* se ocupa de dar notícias da Aliança Batista Mundial, ocorrida em Estocolmo, na Suécia. A bateria do *Jornal Batista* se volta contra e edificação de uma estátua no morro do Corcovado, Rio de Janeiro:

Protesto dos Christãos Evangélicos. Caros irmãos:- Para protestos contra o erigir-se ídolo no Corcovado, reuniu-se no Rio de Janeiro, a 16 de setembro, um numeroso congresso evangelico. Resolveu-se: 1º- Enviar protesto ás auctoridades e ao Parlamento. 2º- Agitar a opinião publica pela imprensa. 3º- Solicitar a todas as igrejas, congregações e grupos de crentes se congregarem em oração em favor da liberdade de consciência, seriamente ameaçada, e pedir a Deus que confunda os planos dos adversários. 4º- Levantar o maior numero de assignaturas para subscrever o seguinte PROTESTO: “Nós, abaixo assignados, vimos respeitosamente protestar, em nome da Lei de Deus no DECALOGO e da CONSTITUIÇÃO REPUBLICANA, contra o atropelo da liberdade religiosa, com a apropriação indebita de dinheiro e logradouros públicos, para a collocação de symbolos religiosos, como a estatua de Christo no Corcovado, que fere a consciência de milhares de brasileiros.” Alvaro Reis, presidente, Erasmo Braga, vice-presidente, Francisco A. Souza, 1º secretario, S.L.Ginsburg, 2º secretario, J. Souza Marques, thesoureiro. Art.da Constituição Brasileira. “Nenhum culto ou igreja gosará de subvenção official, nem terá relações de dependencia, ou alliança com o governo da União, ou dos Estados” (art. 72, § 7º) (OJB: 27.09.1923, p. 4)

O ano de 1924 começa e a onda de insatisfação continua, ocorrendo um levante militar na cidade de São Paulo contra as oligarquias que comandam o país. Os rebeldes querem o voto secreto, a descentralização do poder, moralização e independência do Poder Legislativo, obrigatoriedade do ensino primário e profissional. O *Estandarte* se insere no contexto das discussões:

Se querem o voto secreto e obrigatório na vida effectiva e real do Brasil: attendam. O nosso jornal não é de feição política e muito menos partidária, mas, como bom pharol que é, das ideas sublimes do Evangelho Christão apostolico universal, não póde deixar de ser amante sincero do sensato e real progresso em geral, principalmente evidente nas leis de justiça, moralidade, nas leis sociaes politicas. E, como bom jornal patriota, não deixará de perceber em são e criterioso nacionalismo cheio de justiça e gratidão aos bons e dedicados amigos estrangeiro em nosso caro Brasil, especialmente os inglezes e americanos, não deixará de ver que, sem a verdade nas eleições, até o progresso do Evangelho será difficultado e prejudicado. Eis o que alvitramos: pessoas idôneas, nomeadas pela Liga Nacionalista de São Paulo, aos poucos irem pessoalmente entrevistar todos os nossos legisladores federaes, e pedirem em nome do regimen popular em que estamos, em face do systema representativo democrático do nosso paiz, que cada um diga se é favorável ou contra a lei citada, o porquê das suas razões, e se forem favoráveis, o que elles acham mais viável para a sua mais prompta e perfeita execução. Estas entrevistas deverão ser publicadas em todos os jornaes do paiz. Serão assim, moralmente, e oficialmente responsáveis, pelo retardamento ou não, da verdade eleitoral, no Parlamento e na imprensa, perante o povo brasileiro que representam, aos olhos dos povos civilizados. (OE: 17.01.1924, p. 5)

No dia 11 de julho de 1924, a cidade de São Paulo é cercada por tropas enviadas pelo Presidente, Arthur Bernardes, e passa a ser bombardeada. O saldo é de aproximadamente 1.800 prédios destruídos, 503 pessoas mortas, 4.876 feridos e dez mil presos. No dia 27, o Exército derrota uma coluna de tropas revolucionárias tenentistas, que fogem para o interior do Estado. Também em julho se inicia um levante militar em Bela Vista, Mato Grosso, que fracassa, e outros ainda se seguirão por todo o país. O ano de 1925 mal desponta e a sucessão presidencial de Bernardes já é assunto. O texto, a seguir, representa essa preocupação, que é discutida com extrema ironia:

Pretenções cléricaes. Agita-se na imprensa do paiz a questão da successão presidencial Vão sendo lembrados nomes de políticos em evidencia e que, no parecer de seus apresentantes, são os mais capazes e competentes para occuparem os cargos de Presidente e Vice-Presidente da Republica. Entre as muitas chapas que teem sido publicadas, appareceu uma com o nome do Cardeal Arcoverde para Vice-Presidente, logo impugnada por alguém por não ser sua eminência político militante. Não nos parece razoável a impugnação: desde que seja eleito o Sr. Cardeal, se tornará, não só um político militante, mas um estadista de truz. E vamos mais além: dadas as pretenções dos ultramontanos de se apoderarem do paiz para governa-lo a seu modo, entendemos que o Sr. Cardeal deve ser o Presidente, tendo por companheiro de chapa, para Vice-Presidente, o Sr. Padre Cícero, do Ceará, que é político militante e de alto tino administrativo. Para que havemos de estar com meias medidas? Façamos logo a obra completa. A chapa que apresentamos tem dupla importância: satisfará ao Norte, pois é essencialmente nortista, e fará de uma só palhetada o que os cléricaes estão se esforçando por fazer aos poucos. (OE: 07.05.1925)

Só mesmo a destacar deste texto o seu aspecto jocoso e, por fim, sob o título “As emendas religiosas”, é publicada uma petição da Convenção Batista Brasileira:

Exmos. Snrs. Deputados Federaes:- Respeitosas saudações, em nome de, mais ou menos, vinte e cinco mil christãos evangélicos, commungantes, da Denominação Baptista, e que com os adherentes, subimos a mais de cincoenta mil, vimos respeitosamente pedir a V.Exas. que tão digna e elevadamente deffendem no Congresso Nacional, os interesses do povo, deste grande povo brasileiro, a que nos ufanamos de pertencer, qua mantenham o texto da nossa liberalissima Constituição, como está na parte que diz respeito á liberdade religiosa e do ensino leigo nos estabelecimentos públicos, conforme o art. 72, paragraphos 3 e 6, uma das mais abençoadas liberdades publicas dos povos mais bem orientados e civilizados do mundo, uma das maiores conquistas desta grande nação, que tem sabido manter a democracia, apanágio dos povos adeantados. Manuel Avelino de Souza-Presidente. J.de Souza Marques, Antonio Ernesto da Silva. (OJB: 07.05.1925, p. 4)

Nas lutas pela preservação da liberdade de cultos e do ensino religioso leigo nas escolas, entre outras coisas, os jornais vão se tornando, aos olhos de seus redatores e colaboradores, um verdadeiro instrumento da democracia, ainda que, pelo testemunho da História se saiba que quase nenhum desses requerimentos, abaixo-assinados ou protestos tenham conseguido em algum momento alterar substancialmente a realidade apresentada. O que garantia a aprovação de textos constitucionais ou a sua derrubada era a articulação das forças políticas no Congresso e não a pressão de grupos isolados. De qualquer maneira, o exercício da democracia e da cidadania estava sendo incentivado. Tanto que até igrejas isoladas do interior de São Paulo também começam a enviar telegramas às autoridades expondo as suas solicitações, como no caso deste:

Telegramma enviado há dias ao eexmo Snr. Presidente e demais membros da Câmara dos Deputados no Rio: “Representando crentes E.P.Independente de Santa Cruz Rio Pardo, Chavantes, Ourinhos,Oleo, Piraju, Salto Grande, peço vossa interposição sustentando a liberdade de consciEncia e de culto contra emenda deputado Plínio Marques na Reforma Constituição. Deus vos illumine”. Satilas Amaral, ministro evangelico. (OE: 08.10.1925, p. 13)

Demonstrando de fato muita preocupação com a possibilidade de alguma alteração constitucional que pudesse retroceder nos direitos religiosos, *O Estandarte* se dá ao trabalho de transcrever diversos discursos realizados na Câmara dos Deputados, por ocasião da votação das emendas religiosas. Trata-se de uma série extensa de depoimentos, de defesas e, como sabemos, a emenda do deputado Plínio Marques não foi vitoriosa, permanecendo a separação entre Igreja e Estado. Demonstrando satisfação pelo seu envolvimento nessa campanha vitoriosa, o jornal publicou, até o desfecho final das discussões, trechos de discursos de diversos parlamentares. Entre março de 1925 e

1º de abril de 1926, foram publicados nos jornais evangélicos em edições diferentes, 14 desses discursos. Se a *permanência* até então era o medo da revisão, ao final deste período ela desaparece, visto que a revisão da Constituição não mexeu nos artigos que interessavam aos protestantes, por outro lado, o cenário de crise econômica. A tão sonhada democracia estava fadada a ser também apenas mais uma *ruptura* na vida política brasileira.

3.5. A crise anunciada (1926-1930)

O governo seguinte (Washington Luiz: 1926-1930) corresponde ao período do enfraquecimento econômico das elites cafeeiras, o que contribuiu para desmontar as bases políticas que ainda sustentavam a República Velha. Antes mesmo de ser empossado, as igrejas evangélicas cuidaram de se encontrar com o Presidente, fato relatado pelo *Estandarte*:

Dr. Washington Luis-: em Manaus, onde esteve ultimamente, recebeu o futuro Presidente da Republica uma comissão de representantes das egrejas evangélicas, que lhe offertou um exemplar da Biblia. Por um dos membros da referida comissão, que se compunha dos pastores Munguba Sobrinho e Bezerra de Lima, presbytero desembargador Bonifacio de Almeida, diaconos Coronel Antonio Lopes Barroso e Francisco da Chagas Carneiro, foi lida uma Mensagem de Saudação, a que s. exa. respondeu, declarando, entretanto, que, visto tractar-se de uma Saudação das Egrejas Evangelicas, sem carater politico, affirmava ser catholico, mas que vira nos projectos ha pouco apresentados na Camara Federal o grande perigo de serem renovadas as luctas religiosas, as peores aliaz de todas as luctas, e, por isso, manteria no seu futuro governo a liberdade de consciência garantida pela Constituição. (OE 16.08.1926, p. 13)

O relato confirma que o fato de ser um presidente católico ou maçom não é mais motivo de preocupação para os evangélicos, o que importa é que ele cumpra a Constituição. O Jornal Batista, a edição de 11/11/1926 estampa na capa as fotografias da chapa eleita: Dr. Washington Luis Pereira de Souza e de seu vice, Dr. Fernando de Mello Viana, acompanhadas de respectivas biografias. O texto seguinte (28/10/1926) registra a satisfação dos evangélicos pela eleição de Washington Luis, ainda que ele seja católico e maçom graduado, fatos minimizados pelo jornal:

Presidente eleito e a liberdade de consciencia.Vemos com satisfação que o Sr. Dr. Washington Luiz não se deixará arrastar nas malhas do clericalismo, como aconteceu com o seu antecessor:Pelo menos, é o que parece. Elle promete agradar a todos. Apesar de ser maçom graduado(gr.: 33), assiste ás missas, conforme as occasiões, e até tem rosario. A dar creditos aos telegrammas, quando. exa. esteve em Sabará, Minas Geraes, e penetrou no antiquissimo templo catholico da velha cidade, visitando-o, cheio de compuncção, puxou do

bolso um rosário,e, com grande espanto dos da comitiva, ajoelhou-se, e poz-se a rezar... Todos, como é natural, fizeram o mesmo, os que também tinham seus rosários no bolso. Os demais ajoelharam-se.Em sua viagem pelos Estados do Norte, ao chegar ao Ceará, a Grande Loja Maçonica de Fortaleza offereceu em sua homenagem uma sessão magna, na qual o Dr. Washington Luiz teve a presidencia de honra; e depois seguiu-se um grande banquete, ao qual presidiu. Como é de praxe, e do ritual, tractaram-se de irmão uma vez que estavam sob as abobodas do Templo Maçonico; e no banquete maçom. Servido segundo o ritual das occasiões solennes, só se ouviam, como é de suppor, os termos technicos desse ritual apropriado ás mastigações collectivas, termos que nós, cá fóra, do mundo profano, achamos muito engraçados, e até ridiculos para homem de posição. Isso não vem muito ao caso. É uma divagação.Apenas imaginávamos s. exa. dirigindo aos seus irmãos maçons a sua resposta ás saudações, nos termos apropriados á cerimonia; e vemos, com isso, o exemplo que elle deu, de cultuar a liberdade de consciencia, acceitando homenagens *não politicas*, de cidadãos de diversos credos. (OE: 28.10.1926, p. 7)

Os comentários acima sobre a profissão maçônica não são pertinentes ao discurso de respeito às liberdades de crença e religião, comprovando a tese de que a luta pela liberdade de consciência não passava de ideologia, Trata-se de um disfarce, ou falso discurso. O defensor da liberdade religiosa, na acepção do termo, segundo podemos inferir do texto, é o presidente Washington Luiz, pois este, sim, tem uma postura realmente liberal. Sendo maçom, participou de cerimônia católica como se um deles fosse, bem como recebeu naturalmente o grupo de evangélicos. Nisto tem razão o jornal ao esperar dele tratamento igualitário. O artigo tem ainda uma particularidade: no lugar da assinatura vem um sinal maçônico, ou seja, três pontos dispostos em forma de triângulo ,e em seguida, quase que parte do mesmo texto, Esher complementa:

Muito bem! Com essa disposição de espirito liberal, e a reafirmação solenne de suas declarações anteriores, poderemos estar tranquilos que o clericalismo não dominará a situação enquanto o Dr. Washington Luiz for presidente da Republica, mesmo que a Constituição reformada seja annullada por ter sido feita e promulgada sob a pressão de um estado de sítio.

O articulista faz referência ao momento político ao informar que ela foi feita e promulgada numa situação de estado de sítio. Por isso, o ano de 1927 será marcado novamente pela retórica patriótica e nacionalista no discurso produzido pelo protestante Mario Pinto Serva, num artigo do início do ano, escreve:

Porque desde que existe a Republica no Brasil nós abandonamos em massa arena da vida publica, desertando os comícios eleitoraes, -por isso é que os aventureiros delles se apoderaram. O dever eleitoral é o primeiro dos deveres para com a Pátria. Não cumpri-lo é commetter a mais grave das faltas para com o Brasil.(OE: s/data, p. 8)

Artigo semelhante é publicado em fevereiro, cujo teor é semelhante: exige do brasileiro moralidade e civismo, qualidades vistas como desencadeadoras do verdadeiro progresso.

Precisamos deixar de ser um povo de Jecas, para construirmos uma Nação toda de homens cultos e vigorosos. O simples progresso econômico e vegetativo é perigoso, porque desenvolve apenas os appetites, as ambições, os instintos, sem produzir a harmonia, a solidariedade social, o altruísmo. Faltando este, o homem é o lobo do homem. O nosso intellectualismo brasileiro não soube formular tão pouco o programma de elevação e aperfeiçoamento do povo brasileiro. Fracassou completamente neste sentido. A religião da maioria dos brasileiros também não nos soube guiar para o progresso e harmônico desenvolvimento. O ideal moral, a disciplina cívica, o aperfeiçoamento mental e de conducta de que precisa o Brasil para orientar-se no progresso, para ter um desenvolvimento harmônico, só pôde residir na execução de um programma completo de cultura intellectual, civica, physica, tendo por objeto todas as classes sociaes, sem distincção. O aperfeiçoamento da raça deve ser ao principal preocupação dos governos no Brasil, não só do governo da União, como dos Estados e Municípios. (OE: 24.02.1927, p. 4)

O termo “Jecas” refere-se a uma figura literária de imensa ingenuidade que representa o Brasil caipira, do interior, do sertão, do homem do campo. Jeca Tatu é, personagem fruto da imaginação do escritor José Bento Monteiro Lobato (1882-1948), e aqui é utilizado aqui em sentido oposto ao progresso pretendido pelos protestantes. Os batistas publicaram, no início da Semana da Pátria, a seguinte reflexão: “na próxima quarta feira estará em festas a grande família brasileira, porque tem a aventura de commemorar mais um aniversario de sua independência política de Portugal” (OJB: 1.09.1927, p.11) em referencia à independência. Dois meses depois, o mesmo jornal registra sobre a comemoração da proclamação da República:

Amanhn commemoramos, o 15 de novembro, dia em que rememoramos a implantação do regimen republicano no nosso querido Brasil. Orgulhamo-nos em lembrar como um grupo de denodados patriotas como o marechal Deodoro da Fonseca á frente, de um para outro momento soube saccudir com galhardia, o jugo imperial de sobre a nossa amada Pátria e fazer germinar a semente da grande arvore da democracia, há tanto lançada no nosso ubérrimo solo. Os anseios de liberdade já vinham de há muito fazendo palpitar os corações brasileiros, por isso em 1786 os membros da mallograda conspiração mineira travaram planos para que, estabelecida aqui uma republica, pudessem, então, os posteros gozá-la com mais desaforo.(...) Assim é que a 15 de novembro de 1889 o marechal Deodoro da Fonseca, representando as tropas e o povo, declarou proclamada a Republica e extinto o Império no Brasil. Esta, portanto, realizado o desejo da alma popular:- o estabelecimento do governo do povo, pelo povo, onde a sua vontade fosse soberana. (OJB: 10.11.1927, p. 11)

No final da década de 20, conforme a crise política foi se aguçando, a retórica dos evangélicos (presbiterianos independentes e batistas) vem enfatizando cada vez

mais o civismo e a moralidade. A intenção era desviar a atenção dos crentes das graves tensões políticas que estavam ocorrendo. A insatisfação popular era grande, e as revoltas sempre sufocadas com violência. Francisco de Oliveira (1997, p. 407 ss) aponta para a *dialética* presente na sociedade da República Velha, afirmando que os antagonismos se dão em dois planos: “entre proprietários e não-proprietários, ou entre exploradores e explorados, e o segundo, no seio da própria classe dominante, proprietária e exploradora”. A impressão que temos é que estes dois jornais vão se aprofundando mais no tema do civismo e da moralidade, numa tentativa de desviar a atenção dos crentes das graves questões políticas do momento. A insatisfação popular, as revoltas sempre sufocadas com violência, passam ao largo dos comentários dos articulistas protestantes. Vigorando a Lei de Imprensa de 1926, ou “Lei Celerada” naturalmente para garantir a sua sobrevivência, o jornal faz vistas grossas aos problemas sociais. Todavia não podemos deixar de citar uma nota no *Estandarte* sobre a “imprensa paulista”. Ali se apresenta uma lista dos jornais permitidos, como veremos:

Imprensa Paulista. No dia 7 do corrente festejou S.Paulo o primeiro centenário de sua imprensa. O Instituto Histórico organizou uma exposição em que figuram cerca de oitocentos jornais diversos, entre os quaes o “Pharol Paulistano”, em 1827; “O Observador Constitucional”, em 1829; o primitivo “Correio Paulistano”, de 1831; “O Novo Pharol Paulistano”, do mesmo anno; o “Federalista”, de 1831; o primeiro numero da “Revista da Sociedade Philharmonica”, de 1833; “O Paulista Official”, de 1834; “O Nacional”, de 1836; “A Phenix”, de 1838; “O Thebyreçá” de 1842; e ainda outros, tão raros quanto aquelles e de noticia quase ignorada hoje. (OE: 17.01.1927, p. 4)

Novamente, como um bom exemplo deste desvio de foco das questões políticas, aparece um artigo no *Estandarte* intitulado “A superioridade das nações protestantes” quando problemas foram apontados, mas suas causas são atribuídas à hegemonia católica no governo. Dessa forma, faz-se a crítica social, sem que ela atinja diretamente o alvo que poderia ser atingido:

O grande publicista Émile Laveleye assignala o facto de que o culto protestante é a verdadeira causa da superioridade dos povos protestantes sobre os catholicos, e dá as seguintes razões. 1. Porque o protestantismo é amigo da instrucção, “Os estados protestantes estão incomparavelmente mais adeantados que os paizes catholicos”. 2. Porque o nível moral é mais elevado entre os povos protestantes do que entre os povos catholicos.(...)5. Porque o padre e o monge são oppostos a qualquer reforma social, e porque sem o apoio do clero toda reforma é difficil e ás vezes impossivel. “Nos paizes catholicos progresso regular é muito difficil, porque, pretendendo a egreja estabelecer em tudo o seu domínio, as forças vivas da nação empregam-se quase que exclusivamente em repellir as pretenções do clero”.E conclue o auctor dizendo: “O estudo attento e desinteressado dos factos contemporaneos parece, pois, conduzir a esta inevitável conclusão: as nações catholicas não conseguirão conservar as liberdades nascidas do protestantismo”.(OE: 23.06.1927, p. 3)

O articulista retoma aqui a famosa obra “O futuro dos povos católicos”. O crente comum que vai se valendo destas linhas para pautar o seu procedimento, fatalmente é levado a compreender que, se problemas de natureza social existem, a responsabilidade por eles é daqueles que fazem oposição ao governo. A essa oposição, o jornal ainda insiste em denominar clericalismo. Mais do que uma recomendação à submissão aos poderes constituídos, o discurso também mascara a realidade social e política. A questão da liberdade de imprensa é tocada sem nenhum comentário nesta nota:

Ouvido pela Esquerda (sic) a respeito do projecto que faculta ao governo medidas de repressão á propaganda communista, o senador Barbosa Lima se pronunciou desta maneira: “É uma monstruosidade! Não conheço outro typo de intervenção despótica mais completa. E é sobretudo contraproducente porque virá crear uma agitação quando pretende precisamente evitar qualquer perturbação da ordem publica decorrente divulgação de doutrinas tidas por subversivas. Vejo ainda outro aspecto no substitutivo da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara: seria uma lei irrealizável nos seus propósitos visto que é impossível supprimir os livros, os pamphletos e todos os outros meios de disseminação de idéas e de theorias.(OE: 04.08.1927, p. 4)

A chamada ameaça comunista começa a incomodar, e faz-se necessário que algumas linhas sobre o assunto sejam escritas. As que seguem foram transcritas do jornal *Norte Christão*:

Como proletário que sou, ninguém seria mais idoneo para fallar sobre o momentoso assumpto que serve de epigraphe a estas linhas. O “Communismo”, sociedade proletária e política que ambiciona o que nunca conseguirá, é uma invenção á espécie da torre de Babel. Elle é inimigo mortal do Christianismo. Sua inspiração, já se póde ver, é devida ao Diabo. Tem agido com tanta subtilidade e tática que quase todos os paizes já estão por elle minados. Seus argumentos são bellos, e para quem não conhece a revelação divina, parecem á primeira vista, lógicos e bemfazejos. Mas nós sabemos que os inimigos de Christo não agem mais “com ferro e fogo”. Esse método falhou. Agora elles procuram persuadir. Vejamos o rotulo do seu anseado objectivo: “*a egualdade de todos os homens em seus direitos*”. Isto floreadamente pronunciado aos ouvidos do pobre proletário, oprimido pela burguezia sem consciência e pelos potentados déspotas, *é sopa no mel*. Acha tudo verdadeiro, acha tudo divino. (...) Por isso que o “Communismo” é inimigo do christianismo, porque Christo doutrina a desigualdade das posições na Sociedade- e até na sua igreja recommenda a obediência dos servos aos senhores, bem como a estes que tractem bem áquelles, lembrando-se que “Christo é o Senhor de todos; mostra que nem todos teem o mesmo direito, isso mesmo quanto aos seus remidos, pois que uns, “teem direito” á salvação e galardão emquanto serão salvos como que através do fogo, isto é, simplesmente “teem direito á salvação”. Isso depende do modo como cada um usa as faculdades e os dons que recebeu de Deus. Se alguém quer subir, o meio não é derrubar quem está no alto. Se alguém quer ser rico, o meio não é, sob o disfarce do *socialismo*, arrombar os cofres alheios. (...) O christão não póde tomar parte nessas questões que só visam os interesses materiaes. Christãos proletários, se aquí somos oprimidos pelo senhorio inconsciente, vem o dia quando “Lazaro estará no seo de Abrahão, mas o rico oppressor estará soffrendo os tormentos sem fim do inferno! Para longe de nós

,pois, as idéas communistas! Nós seguimos o Christo divino e não o Lenine russo!. José Elmo, do Recife. (OE: 01.09.1927)

O texto acima pode ser visto como um dos primeiros exemplos de anti-comunismo no meio evangélico. Essa retórica ganharia importância na década seguinte com a chamada “Intentona Comunista” de 1935. Essa retórica encontrou grande aderência nos corações e mentes protestantes, também, porque do outro lado estavam os americanos, principais inimigos do comunismo e que iriam influenciar o pensamento do brasileiro médio, especialmente dos protestantes. Funcionou também, como um verdadeiro tratado evangélico sobre as questões relativas ao comunismo. Extraído do *Jornal do Brasil*, é noticiada a posse de Getúlio Vargas como governador no Rio Grande do Sul, posse esta que se reveste de cunho político bastante significativo:

Não é que a cerimonia de posse de um novo presidente de Estado seja differente das outras ceremonias desse genero. É que, no caso do Rio Grande do Sul, deixará o poder um político que nelle vinha se mantendo desde 1898, com uma interrupção, apenas entre 1908 e 1913. O Sr. Borges de Medeiros é o único homem que, no Brasil e quiçá, em qualquer outro paiz de regimen republicano, se póde gloriar de haver exercido em tão largo espaço de tempo, a suprema governança de um povo. (...) E os políticos que se preparam para assistir a esse acto, certo levarão o propósito de testemunhar a sua admiração ao prestigio forte do chefe do Partido Republicano gaúcho, e, por outro lado, solidariedade ao successor, cujas responsabilidades, ao ascender ao poder, são deveras pesadas.(OE: 03.11.1927)

Já em São Paulo houve um embate entre dois partidos nas eleições estaduais de 24 de fevereiro de 1928: o Partido Democrático e o Partido Republicano. Para o articulista, esse fato foi explorado positivamente, pois nele “houve a demonstração mais clara da singular educação política do povo da Paulicéa”:

Esse duello político não deixará de ter os resultados mais benéficos á educação e desenvolvimento da democracia paulista. O próprio Partido Republicano, sob o combate de seus adversários , se firmou muito mais nas suas idéas e nos seus princípios, consolidando-se nas posições que há muito mantem pela energia de seus próceres.(...) Certamente se deve reconhecer em tudo isso a grande parte de merecimento que cabe ao Partido Democrático, pela actividade de suas campanhas cívicas. Mas não é possível occultar igualmente que o Partido Republicano vem respondendo a esse desafio com as forças do próprio eleitorado. (...) Alguns candidatos do Partido Democrático, segundo os resultados conhecidos, conseguiram vencer a batalha das urnas, que assim lhes premiou o esforço e a energia. Mas essas victórias da opposição honram também o governo do Sr. Julio Prestes, que presidiu á eleição, pois que lhe testemunham a educação política. O Partido Republicano deve considerar-se victorioso com o êxito de seus adversários, pela certeza de que se venceu a si mesmo, na attitude de tolerância e de respeito que soube manter; e deu a melhor contribuição para o progresso político do paiz. –Assim aprecia o “*Jornal do Brasil*” o pleito de 24 de fevereiro em S.Paulo, parecendo-nos que o fez de modo justo. (OE: 15.03.1928)

O texto acima serve como exemplo de uma retórica conciliadora, todavia o seguinte retira dos padres e demais religiosos católicos o direito de exercer sua cidadania. Para justificar sua posição vai dizer que a exclusão é um preceito antigo, que vem desde a Constituição do Império, mas que aos seus olhos foi bom mantê-la no texto novo. Para o redator, “em rigor, a todo sacerdote catholico romano devia ser vedado o direito de eleitor, pois, como bem diz Gladstone: ‘ninguem póde converter-se á ella (Egreja Romana) sem abdicar de sua liberdade” (OE: 18.10.1928, p. 9). Aqui podemos seguramente afirmar que o periódico presbiteriano estava trabalhando com dois pesos e duas medidas, pois ao mesmo tempo em que nega o direito de participação a um cidadão devido à sua confissão religiosa, informa com entusiasmo a eleição de um pastor presbiteriano na Assembléia Legislativa do Ceará:

Ministro deputado. Foi eleito deputado á Assembléa Legislativa do Ceará o Reverendo Nathanael Cortez, pastor da Egreja Presbyteriana de Fortaleza. É no Brasil, o primeiro ministro do Evangelho eleito deputado. Logo apoz a proclamação da Republica, o reverendo Eduardo , de saudosa memória, teve, em S.Paulo, garantida uma cadeira de deputado, tendo porém, declinado da honra. (OE: 12.09.1929, p. 3)

No entendimento do jornal, sacerdote católico não pode exercer cargo político, o mesmo não ocorre, caso o sacerdote seja protestante, deixando evidenciar que o discurso que cabe para os inimigos não é o mesmo para os amigos.

Leonildo Silveira Campos (2006, p. 35) ao estudar o comportamento político dos protestantes no Brasil, a partir da tipologia weberiana, aponta para duas categorias de políticos: o *político evangélico* e o *político de Cristo*. Aplicando o conceito proposto pelo autor citado acima, o texto do jornal refere-se a um tipo ideal de político evangélico, ou seja, aquele que promete “defender as igrejas nas fronteiras da política”. Estes surgirão com maior frequência a partir da década de 30. Finalmente, sobre os acontecimentos que abalarão definitivamente a República brasileira, uma edição em 26 de dezembro denuncia tempos sombrios, utilizando sempre o seu estilo de não nomear personagens nem dar detalhes do que quer comentar:

Crise tremenda ameaça a estabilidade financeira do paiz. Parece que, assoberbados com a preocupação demasiada da actual campanha presidencial, os nossos administradores não souberam dar, em tempo, a devida atenção que o caso exigia. A consequência é que a lavoura agoniza e o commercio se debate nas maiores angustias. Os salarios de muitos baixam em quadra de terrível carestia e outros são despedidos de seus empregos. Como em certos paizes europeus depois da guerra mundial, ir-se á avolumando a classe angustiosa dos “sem trabalho”. Oremos por nossa pátria e por nossos governantes na phase delicada da vida nacional que atravessamos, Guarde-nos o Senhor de temores e sedições, de revoluções que nos ameaçam mesmo. A nuvem pode dissipar-se e

surgir uma quadra de paz. Deus é o Senhor das nações e nas ações e nas suas mãos está o governo do mundo. Na Semana de Oração, a noite de quarta-feira é o dia consagrado á oração pela Pátria. Estejam as igrejas repletas nessa noite. Subam nossas preces com fervor. (OE: 29.12.1929, p. 1)

Além dos problemas econômicos, surgiu ainda no governo de Washington Luiz, o desacordo político entre as elites políticas de São Paulo e Minas Gerais na indicação do candidato à sucessão presidencial. Nas eleições de 1930, os políticos da situação em São Paulo apoiavam o candidato Júlio Prestes, do Partido Republicano Paulista (PRP), já os mineiros apoiavam Antonio Carlos Ribeiro de Andrade, que era governador de Minas Gerais pelo Partido Republicano Mineiro (PRM). Ao grupo de Vargas, uniram-se oposicionistas de outros estados, como o Partido Democrático de São Paulo. Formava-se assim, para disputar as eleições, a Aliança Liberal, que ainda vai receber a apoio dos grandes centros urbanos e dos estados nordestinos.

Foi assim que o clima de convulsão, que vinha desde o governo do presidente Artur Bernardes, provocou uma divisão até mesmo entre os maiores aliados: os cafeicultores paulistas. Em março de 1926, alguns deles haviam aberto a primeira fissura num bloco monolítico, lançando um partido dissidente, o Partido Democrático. Até então, devido à política dos governadores, a vida política tinha sido completamente federalizada. Os partidos de peso eram todos de âmbito estadual, o que garantia o controle da política pelas lideranças locais. Com o poder garantido na relação com o governo central, esses partidos eram contrários a qualquer mudança nas regras eleitorais, a despeito dos protestos cada vez mais intensos.

O Partido Democrático foi o primeiro a romper com este esquema. Menos por sua importância eleitoral, que era pequena, e mais por ter incluído em seu programa algumas das principais reivindicações tenentistas, entre elas a do voto direto. Com sua criação, alterou-se o jogo político nacional. Até então, o domínio absoluto do Partido Republicano Paulista no cenário estadual havia sido uma garantia para a representação dos interesses cafeeiros no cenário nacional. A partir de 1926, no entanto, todos os opositores da política oficial encontravam um aliado em São Paulo. Essa divisão foi mais um prenúncio de crise no sistema de poder. Assis Brasil (1929, p. 112) referindo-se a este partido, registrou o seguinte:

“Das tentativas feitas na República para organização de partidos nacionais, a mais baseada em princípios, a mais metodicamente empreendida e a que mais caminhou no sentido do êxito definitivo foi a recentíssima do partido Democrático Nacional. As vicissitudes confusas, próprias do dia seguinte ao de uma revolução triunfante, perturbaram e detiveram, com exceção de poucos

núcleos, a marcha tão promissoramente encetada; mas devemos ter fé em que não se estiolem as raízes que já penetraram tão vigorosamente o chão de sua cultura... É inegável que a Revolução, pelas suas declarações prévias contidas no programa da Aliança Liberal, avocou os princípios do partido Democrático Nacional.

É possível então, considerar este partido como uma espécie de prolongamento do pensamento político progressista e, ao mesmo tempo como uma demonstração clara da decadência da política dos partidos estaduais. Era o fruto de uma nova mentalidade, imposta por circunstâncias também novas.

Em 26 de julho de 1930, o governador da Paraíba e candidato à vice na chapa de Getúlio Vargas, João Pessoa, foi assassinado, em um crime considerado passional. De qualquer forma, esta foi a faísca para a instalação de um movimento armado contra Washington Luiz, que entregou o poder a uma Junta Militar. Vargas assume o poder 30 dias depois e consolidou-se ali durante os próximos 25 anos. Esse movimento, conhecido como “Revolução de 1930” iniciou-se 3 de outubro, quando o presidente foi deposto. O *Estandarte* assim informa os últimos acontecimentos, explicando também a razão de fazê-lo com atraso: “devido á falta de communicações com o norte, o sul e o centro do paiz”:

O episodio da revolução. – Já é do dominio de todos o facto da revolução. Foi o desfecho dos movimentos iniciados em 1922 e 1924. O pleito presidencial de março aggravou a situação e o trágico desaparecimento do presidente João Pessoa veio a ser a causa ocasional do conflito armado. Rompeu o movimento simultaneamente, no dia 3 de outubro, nos três estados alliancistas: Parahyba, Minas e Rio Grande do Sul, com a cooperação do povo e das forças policiaes e de boa parte das guarnições federaes dos três estados citados. Sancta Catharina e Paraná promptamente adheriram, formando-se na fronteira paulista, no sector Ourinhos – Itararé – Ribeira, formidável barreira armada, que não pôde ser rompida, embora tivesse havido vehementes ataques em que a bravura se mediu por igual nos dois campos: legalista e revolucionario. Entre os principaes chefes revoltosos do sul, contavam-se Getulio Vargas, Oswaldo Aranha, Flores Cunha, Baptista Luzardo, Miguel Costa, Izidoro Lopes, João Alberto, Góes Monteiro, etc. A disciplinada policia paulista e numerosos contingentes do exercito e batalhões de voluntarios guardaram as fronteiras de S. Paulo nas divisas do Paraná e de Minas. Em Minas Geraes a reacção não foi menor do que no sul, sob chefia do presidente Olegario Maciel e seu secretario Christiano Machado, além de outros vultos como Aristarcho Pessoa, Antonio Carlos, etc. Juiz de Fora tornou-se o ponto principal da concentração das forças legaes. No norte do paiz o movimento foi fulminante. Em menos de uma semana cahiam Parahyba, Pernambuco, alagoas, Rio Grande, Ceará, Piauhy e Maranhão. As columnas revolucionarias caminharam para o sul e chegou logo a vez de Sergipe. Ap mesmo tempo columnas mineiras invadiram o Espirito Sancto que também cahiu, e penetraram em alguns pontos do estado do Rio. Conservavam-se fieis aa legalidade Matto Grosso, Goyaz, S. Paulo, Rio, Bahia, Pará e Amazonas. Combates, porém, já se feriam em Goyaz e na Bahia para onde marchavam forças mineiras pelo sul e nordestinas pelo norte. No Pará também houveram

conflictos, no nordeste Juarez Távora foi o principal cabo de guerra. O governo federal resistiu até o ultimo momento, enviando forças, convocando os conscriptos até 31 annos, lançando emissão monetaria e apelando para todos os recursos. Quando a angustia era extrema, estalou também no Rio o movimento revolucionário em 24 de outubro, sendo deposto o presidente Washington Luis. No mesmo dia S. Paulo e os poucos estados que restavam fieis, tiveram de ceder á vista da adhesão das forças armadas. Foi no Rio constituída uma juncta governativa composta dos generaes Tasso Fragoso, João de Deus Menna Barreto, leite de Castro e do almirante Isaias de Noronha. O mesmo se deu em todos os estados, sendo derrubada as auctoridades e substituidas por junctas provisorias. Em S. Paulo foi escolhido o general Hastimphilo de Moura, que passou depois o governo a uma juncta. (OE: 13.11.1930, p. 14)

Como nos episódios da Revolução Francesa, em que o povo precisou ser avisado dos acontecimentos, por meio de uma festa convocada para esse fim, o protestante médio, avesso à política por tradição, precisava agora ser apresentado a essa nova realidade da sociedade brasileira: a República inaugurada. O mesmo texto acrescenta:

Calcula-se em muito superior a cem mil homens o numero dos combatentes nos dois campos de acção, numero que em breve iria a duzentos mil, vindo a ser uma revolução nacional, a primeira que sahiu victoriosa depois da republica. Apoz a guerra do Paraguay, foi o maior conflictio armado na America do Sul desde a sua colonização. No dia 3 do corrente assimiu o governo da republica, com poderes de descricionarios, o Dr. Getulio Vargas, concurrente com o Dr. Julio Prestes ás eleições de março. O programma proposto é vasto – uma obra de reconstrucção política no paiz. Dahi a grande somma de responsabilidades do novo governo.

Paulo Miceli (1988) afirma que é dessa forma que se cria um herói nacional: “é nessa hora que supergente vira estátua”. E para isto estava contribuindo a imprensa. As igrejas oraram nos dias angustiosos da revolução e devem continuar em oração nesta hora decisiva da republica para que tenhamos dias de paz e sossego, com toda a sorte de honestidade e piedade. De novo aparece aqui a tendência pacifista do protestantismo, como se os eventos, ainda que importantes, devessem permanecer do lado de fora das igrejas. A mentalidade desse povo, desde os primórdios, influenciada pelos missionários, entendia como um ato de desobediência a Deus qualquer manifestação contra qualquer tipo de poder instituído. Não importa muito qual seja o tipo de governo, nem de que artifícios ele se valeu para galgar a sua posição, se ele está no poder, precisa ser respeitado, essa é a lógica protestante; por esta razão, embora publique os fatos, o jornal não emite qualquer opinião. A convocatória é para a oração, afinal, aguardamos o *celeste porvir!*.

Conclusão

Este capítulo apontou a trajetória da imprensa evangélica e sua atuação durante a maior parte da República Velha, entendida como uma fase de fragilidade política. No entanto, por mais que o discurso dos jornais enaltecesse a democracia, é possível identificar um grande número de ocorrências que indicam o contrário. Pois o cenário predominante era mesmo o da fragilidade, explicada pela ausência de participação popular.

A desconfiança nos homens (políticos) levou à desconfiança nos partidos aos quais eles representavam. Aliás, esse é outro ponto de fragilidade da democracia brasileira. Desde os tempos do Império já se falava em partidos políticos no Brasil, com a presença do *bipartidarismo*, se assim quisermos chamar, sem receio de anacronismos. Havia o Partido Português e o Partido Brasileiro, sendo que somente em 1870 é que vai se notar alguma alteração, com a criação do Partido Republicano. Conforme Vamireh Chacon (1981, p. 11), as nomenclaturas *Liberal* e *Conservador*, utilizadas no Segundo Reinado, correspondem, ainda, ao bipartidarismo inicial. E já na República Velha, esses partidos políticos assumem uma configuração diferente, em que cada partido vai ter sua representação forte no Estado onde ele atua, sem, contudo, haver um grande partido nacional.

Por força da Constituição de 1891, os partidos adquiriram autonomia estadual, satisfazendo assim interesse de lideranças regionais (Bastos, 2002). É dessa conjugação de fatores que os partidos Republicanos, Mineiro e Paulista, os famosos PRM e PRP, passaram a ser peças essenciais desta máquina da política dos governadores ou dos Estados. A criação de uma outra opção, o Partido Democrático Nacional, pela sua estrutura e composição, exprimia apenas os anseios da reforma política, no sentido mais formal da expressão. No entanto, não tinha a capacidade de se aprofundar até às necessidades de uma verdadeira reforma social. Esse emaranhado de forças, muito próximas em seus ideais, acabou facilitando o crescimento das forças oposicionistas, representadas pela Aliança Liberal, encabeçada pelo governador gaúcho Getúlio Vargas e do paraibano João Pessoa. Essa aliança recebeu apoio de diferentes grupos sociais, tanto daqueles que queriam mudanças no esquema político da República Velha quanto dos que queriam conservar o poder em suas mãos. Para Paulo Bonavides (1986, p. 429), “partido político é uma organização de pessoas inspiradas por idéias ou movidas por interesses, buscam tomar o poder, normalmente pelo emprego de meios legais”. Isto nos

serve para a afirmação de que os protestantes viram nas promessas de Vargas a possibilidade de se juntar ao “partido”, no sentido dado por Bonavides (1986), do novo presidente do Brasil.

Para os protestantes, esse poderia ser o grande atrativo desta nova proposta política. O programa de reformas, cujos pontos centrais focavam o voto secreto, que acabaria com as fraudes e com a atuação dos grandes coronéis, a instituição de leis trabalhistas mais modernas e o incentivo à produção industrial, lhes parecia ideal. E, satisfazendo a mentalidade pacifista já explicada, pedir reformas não é fazer revolução. Aí está, a nosso ver, a chave para a interpretação do apoio recebido por Vargas de grande parcela, quase que a totalidade dos evangélicos. Esse programa satisfazia também o interesse das classes médias, e principalmente dos militares ligados ao antigo movimento revoltoso tenentista, cujos sentimentos apenas adormeciam. Por essa razão a imprensa evangélica vai transitar entre as mais diferentes propostas partidárias, ora apoiando os Conservadores, ora os Liberais ou Democráticos.

CAPÍTULO 4

O DISCURSO DE NICOLAU SOARES DO COUTO ESHER (LAURESTO)

Este capítulo surgiu em função da descoberta que fizemos ao longo da pesquisa. Como a nossa atenção estava voltada para os aspectos políticos mais do que para aspectos históricos, as anotações foram apontando para esta figura que, inclusive, estava presente em todos os jornais com os quais tivemos contato. À medida que o material a esse respeito foi se acumulando, entendemos que seria pertinente dedicar-lhe um espaço diferenciado no texto final. O objetivo foi estudá-lo com o mesmo instrumental utilizado no restante da pesquisa: constatar que tipo de discurso é feito em relação aos assuntos políticos e, nesse caso específico, perceber o grau de comprometimento dele com a política.

Uma dificuldade que se apresentou ao longo da pesquisa é que em determinados períodos os jornais não tinham por hábito publicar sua equipe de redatores, nem tampouco exigia que os artigos publicados fossem assinados por seus autores. O uso de pseudônimos era uma prática muito difundida. O personagem do qual nos ocuparemos nas próximas páginas é Nicolau Soares do Couto Esher.

4.1. Aspectos Biográficos (1867-1943)

Nicolau Esher é uma das figuras mais importantes da história da Igreja Presbiteriana Independente do Brasil, igreja à qual se filiou e exerceu diversas atividades leigas. Por leigo, aqui, não devemos entender no sentido estrito da palavra, mas compreender que se trata de alguém que não passa por nenhum ritual de ordenação para desempenhar uma determinada função. A condição de leigo na estrutura dessa igreja não impede que a pessoa seja investida de algumas responsabilidades, inclusive da pregação evangélica. A única restrição constitucional é que ela esteja na condição de membro confessante, isto é, precisa passar pelo batismo e por um processo de confirmação, que ali recebe o nome de profissão de fé. De praxe, o sacramento do batismo é administrado ainda na infância, de acordo com o consentimento dos pais e mais tarde, numa idade de maior entendimento, se programa o ritual da confissão de fé, que, neste caso, não é entendido nesse ramo confessional calvinista como um outro

sacramento. Todavia é condição *sine-qua-non* para a pessoa ser admitida à comunhão. Embora somente a Santa Ceia seja considerada sacramento, a pessoa que não passa pelo ritual de confirmação não pode, constitucionalmente, receber incumbências oficiais. Isto vale para todos os membros, e à medida que a comunidade entende que alguém do grupo, já quites com estas exigências, tem uma capacidade diferenciada, ela pode elegê-lo para exercer a tarefa para a qual a comunidade entende que a pessoa tem habilitações.

Nesse caso, esta pessoa é elevada à condição de oficial, pois passa por um outro ritual de ordenação e investidura para aquele cargo. Do ponto de vista meramente organizacional, é uma função hierarquicamente subalterna à função de pastor, ainda que os rituais de ordenação sejam semelhantes. Nessa nova condição, este membro, batizado, professo, e agora ordenado e investido, ele recebe o nome de presbítero, ocupando funções administrativas e eclesiásticas, ou então, diácono, mais comumente ligado aos assuntos de administração da beneficência e fomentação de projetos de cunho social. Esse preâmbulo organizacional da igreja a qual serviu Esher, fez-se necessário para uma devida compreensão de suas funções dentro do grupo. Vale dizer, que Esher, sendo filho de pais evangélicos, provavelmente foi batizado na infância, e passou pelo ritual de confirmação no dia 06 de dezembro de 1885, na Igreja Presbiteriana de São Paulo. O Dr. Nicolau, como era também conhecido, não foi presbítero ordenado da igreja em São Paulo, embora tenha sido eleito, não aceitou o cargo, como registra revista *Almenara* de 24/08/1943, p. 4.

A sua biografia pode ser encontrada em Vicente Themudo Lessa (1939), *O Estandarte* (31/07/1943), *O Puritano* (25/07/1943), *Jornal Almenara* (24/08/1943) Ribeiro (1981) e Matos (2004), além dos textos indicados na presente pesquisa. Nascido em 30/07/1867, sua história liga-se à história dos pioneiros do protestantismo no Brasil, uma vez que sua mãe e sua avó foram introduzidas à fé protestante por José Pereira de Souza Louro, o primeiro convertido por Kalley ao protestantismo, em 1858 (Reily; 1993, p. 102). Da ação missionária de Louro, decorreu o batismo da mãe de Esher, Henriqueta Augusta Soares do Couto, e também da avó, Gabriela Carneiro Leão, esta última, irmã do Marquês do Paraná e do Barão de Santa Maria, Honório Hermeto de Carneiro Leão, o Marquês do Paraná. Leão foi diplomata, Ministro da Justiça em 1832, Senador por Minas Gerais em 1843, e governador de Pernambuco em 1849. No entanto, a conversão de alguém tão próximo dos membros trouxe mais complicadores para que Kalley exercesse o seu trabalho de pregação.

Seu pai, também diácono e presbítero na Igreja do Rio de Janeiro era de origem congregacional, transferiu-se para a Igreja Presbiteriana do Rio de Janeiro, mudou-se para a Inglaterra (1871) e depois para os Estados Unidos, onde se ordenou pastor metodista e episcopal, e aí faleceu, em 1901. Os irmãos, Guilherme e Henrique, Nicolau era o do meio, formaram-se em Odontologia, residiram nos Estados Unidos. Guilherme morre de tifo em 1885, no Recife, e Henrique nos Estados Unidos, no mesmo ano.

Esher foi aluno da Escola Americana em São Paulo (1878), retorna ao Rio de Janeiro onde forma-se em Farmácia (1888) e Medicina (1893). É como médico que se inscreve no Batalhão Acadêmico, por ocasião da Revolta da Armada e depois presta serviço no Hospital de Sangue do Exército. O governador de São Paulo o convoca para acompanhar as forças legalistas, exercendo, entre eles, a missão de cirurgião das tropas que seguiam para o sul para proteger os limites de São Paulo, em Itararé. Como militante cristão, participou da fundação da Associação Cristã de Moços no Rio de Janeiro, sendo seu primeiro presidente em 1893. O mesmo ocorre em São Paulo, quando da fundação da ACM, em 1895, onde foi também seu primeiro presidente. Os dotes jornalísticos de Esher, que até então eram aplicados no jornal “*O Cristão*”, fundado por ele e seu cunhado, José Luiz Fernandes Braga, em 1892, serão agora canalizados para outros veículos de maior alcance. Em 1905, entra para a equipe de redatores de *O Estandarte*, permanecendo até 1912, e publicou diversos textos apologéticos e políticos. Em 1900, publica uma coleção de artigos, *Religião de Estado*, que se torna um importante veículo na divulgação da propaganda de igualdade de cultos perante a lei. O título de seus artigos é variado: “Calix individual na Ceia do Senhor”, “Conferências do Padre Julio Maria”, “Filosofando Liberdade de Pensamento”, “A imagem de Cristo no Juri”, “Divórcio e Vinculo” “Ensino Religioso nas Escolas” “Voto Secreto”, “Integralismo e o crente”, entre outros. Muitos destes artigos foram publicados em pequenas porções nas páginas dos jornais protestantes, e constatamos que alguns não tiveram continuidade, ou sua seqüência interrompida.

Porém, dos seus escritos, o que mais repercutiu foi “A maçonaria e o crente” série de 12 artigos, o primeiro respondendo a uma consulta sobre a incompatibilidade do exercício da fé cristã e a observação dos princípios maçônicos. Esta série polêmica alimentou as tensões que já havia no interior da Igreja Presbiteriana no Brasil, tensão esta, cujo desfecho é a cisão do movimento, em 1903. À Questão Maçônica, juntaram-se outros pontos de atrito como a formação do ministério ordenado brasileiro, o sustento dos missionários estrangeiros pelos nacionais, e questões ligadas às escolas

confessionais. Desta cisma resulta uma igreja presbiteriana que se aliou com os interesses nacionalistas, chamada, posteriormente, de Independente, e outra, que permaneceu ligada aos organismos missionários dos Estados Unidos. Esta última manteve consigo a antiga denominação: Igreja Presbiteriana do Brasil. Na atuação política de Esher, podemos destacar o espírito de liderança e a lógica argumentativa. Foi expoente nas comunidades por onde passou; sem ser oficial ordenado, ocupou os espaços, funcionando como *palavra autorizada*, no sentido que Bourdieu emprega ao termo. A passagem pela liderança do movimento de juventude evangélica, a Associação Cristã de Moços, contribui para lapidar sua formação na gestão de pessoas e idéias.

4.2. Nicolau Soares do Couto Esher, “o Lauresto”: Atos e retóricas

Lauresto era um anagrama formado a partir das sílabas finais do nome e sobrenome de Esher. A Esher cabe bem a aplicação do tipo ideal de “político evangélico”, conforme proposto por Leonildo Silveira Campo (2006, p. 35 ss). Para este autor, o *político evangélico* é aquele que simplesmente usa “as denominações evangélicas para conseguir votos que os elegeisse, sempre com a promessa não muito convincente de que tentaria defender as igrejas nas fronteiras da política”. O *político evangélico* do qual estamos nos ocupando é fruto de uma mentalidade conservadora, como foram os primeiros missionários, influenciados pelo modo de ser dos pregadores estrangeiros. Tinha uma personalidade bastante forte, como comprovarão seus escritos e um senso de oportunidade bastante aguçado. Foi ele o primeiro a dar o alerta sobre a incompatibilidade entre a maçonaria e a profissão evangélica.

A tese que sustentamos em relação a este acontecimento é a de que o protestantismo percebeu que não precisava mais de alianças, como ocorrera nos primeiros tempos da República. Para se manter, desde os tempos da “religião lícita”, mas sem construção de templos, o protestantismo brasileiro havia se acostumado a recorrer a qualquer ajuda no sentido de defender suas causas. Assim foi com o positivismo, assim foi com o liberalismo, com o republicanismo, e assim também foi com a maçonaria. Nos jornais da década de 1890, são inúmeros os artigos assinados com o dístico maçom, ou seja, três pontos em forma de triângulo. Mesmo artigos explícitos defendendo a maçonaria ali são encontrados, bem como notícias das atividades nas lojas maçônicas. Passado o período das incertezas, quando a lei definitivamente garantia a separação entre Estado e Igreja, o protestantismo começa a

fazer uma avaliação de suas alianças. Um estudo dos embates em torno da questão maçônica a partir do que se publicou nos jornais, tanto contrários como favoráveis, daria um capítulo da história para ser estudado com maior profundidade. Esse olhar sobre si mesmo que faz o protestantismo levá-lo a se afastar de muitos amigos das primeiras horas, que neste momento, como ocorre com a maçonaria, passam a ser os principais alvos das novas investidas apologéticas. Dentro deste contexto eclesiástico, surge a figura de Esher, de quem nos propomos a analisar o discurso, pois ele produziu vasto material, conforme já foi observado.

Como em todo estudo de discurso, não podemos prescindir do caráter histórico de sua produção, como também já fundamentamos em outra parte desta pesquisa. Retomando a contribuição teórica de Eni Puccinelli Orlandi (1988), quando se escreve ou se lê algo, quem o faz está à procura de dar sentido a uma determinada realidade. Nesta situação de produção, há sempre que se considerar a presença de um leitor virtual, e esse leitor é constituído no próprio ato da escrita. No ato da produção imagina-se o destinatário, ao que Orlandi chama de “*formações imaginárias*”, isto é, o autor se dirige sempre a alguém, visando a um determinado objetivo. Esher, como poucos em sua época, vai apropriar-se de um espaço no qual ele nem era formalmente reconhecido como autoridade, visto não ser ministro ordenado, e fazer desse espaço o lugar privilegiado para expor suas idéias e convicções. Seus temas variavam desde teologia, para o que ele também não tinha formação, passando por história, costumes, e política.

Utilizando-se do meio impresso, Esher faz uso das técnicas do jornalismo institucional, empregando as palavras mais usuais possíveis, pressupondo, portanto, o leitor imaginário que se encontrava no interior das comunidades evangélicas, não só os da sua denominação como das outras igrejas protestantes. Encontramos muitos dos seus artigos publicados no Jornal Batista, e temos a impressão que o articulista escrevia um texto único, o qual era emitido em cópias para os dois jornais. Valendo-nos das informações constantes em autores como Juarez Bahia (1990) ou Lage (1990), descobrimos que a linguagem jornalística pode ser classificada em gêneros, a saber: informativo; interpretativo; opinativo e de entretenimento. Este último gênero, Inácio Rodrigues de Oliveira chamou de *não-jornalístico*. Considerados estes gêneros, selecionamos, a seguir, uma parte do discurso de Esher.

a) *Jornalismo informativo*

O primeiro texto de Esher que encontramos nos jornais (OE: 16.11.1895, p. 3) é de natureza informativa, trazendo uma estatística religiosa, cujo recenseamento foi feito em 31 de dezembro de 1890. Não há uma informação precisa sobre a fonte, apenas a indicação de que foi publicado pela Directoria Geral de Estatística e diz respeito às crenças religiosas, cujos dados seguem:

Catholicos	513.320
Orthodoxos	46
Evangelicos	602
Presbyterianos	250
Diversos ramos do protestantismo	5.972
Israelitas	202
Islamitas	171
Positivistas	377
Cultos diversos	1.306
Sem culto	405

Verificamos, na tabela acima, que o departamento responsável pela estatística separou em grupos distintos os evangélicos, os presbiterianos e outros ramos do protestantismo. Em seguida, a mesma nota ainda informa sobre a população da Capital Federal, este dado já de oito anos antes, 1872, portanto, 19 anos antes da proclamação da República:

Em 1872 a população fluminense, sob o ponto de vista religioso, dividia-se em: catholicos 273.044 e acatholicos 1.928. O sacerdócio era então representado por 23 frades, 183 padres, 7 freiras e 17 ministros evangelicos. O numero de freiras e ministros evangelicos acha-se hoje muito augmentado pois é notório que nos conventos de Sancta Tereza e Ajuda tem professado diversas noviças, e nas egrejas evangelicas ordena-se annualmente numero regular de pastores, alem dos estrangeiros que tem transferido sua residencia para o Brazil, o que altera a cifra há pouco citada. O clero catholico regular e secular ultimamente tem perdido muitos membros, e o numero de ordenações é inferior ao dos óbitos, o que diminue o algarismo dos representantes do clero catholico.(OE: 16.11.1895, p. 3)

Apesar de o texto citar diminuição do clero católico, observa-se que em apenas 17 anos o número de católicos dobrou de tamanho, como também aumentou consideravelmente o número de não católicos. A tabela acima aponta 6.824 protestantes na Capital Federal sem esclarecer que critério utilizou para isso. O problema dessa cifra reside no fato de que, conforme registros, a Igreja Presbiteriana do Rio de Janeiro não contava com mais de 500 membros em 1890. Provavelmente, todos os imigrantes não católicos que estavam no Brasil a negócio ou cuidando de outros interesses foram contabilizados nessa soma. No jornal em questão, este texto trata de uma nota pequena

entre outras informações do jornal e, apesar de estar assinada por Esher, nenhum comentário é feito sobre ela. A suspeita que temos é que Esher não gozava ainda do prestígio que veio a ter na imprensa protestante brasileira. Em 1895, Esher despontava como presidente da Associação Cristã de Moços em São Paulo. Os artigos que o notabilizaram sobre a questão maçônica começaram a ser publicados somente em 12 de dezembro de 1897. Em 02/09/1909, pelas páginas do Estandarte, Esher publica outro texto informativo: “as eleições para Presidente e Vice Presidente da Republica serão em marco vindouro; temos deante de nos seis mezes para as luctas políticas e partidárias entre esses dois grandes grupos, si ate la não surgir mais algum candidato”.

b) Jornalismo opinativo

Classificamos neste gênero jornalístico os artigos publicados entre 1909 e 1910, que diziam respeito às eleições presidenciais de 1910. O primeiro texto refere-se a uma questão muito debatida no meio evangélico sobre a conveniência ou não do fiel participar de eleições num domingo. Já gozando do prestígio no meio evangélico, Esher foi consultado e responde pela via imprensa. A pergunta era: pode um crente votar num domingo? Ao que Esher responde:

O nosso Livro de Ordem, baseado na Bíblia, e interpretando a palavra divina diz que ao crente e permitido practicar em domingo somente as obras de pura necessidade e misericórdia. Sera obra de misericordia votar em domingo? A questão e fácil de resolver no meu modo pessoal de ver: o eleitor não deve ir as urnas no dia do Senhor. (OE: 09.09.1909, p. 2)

Esher, neste texto, emite sua opinião sem citar nenhum trecho da Bíblia, nem mesmo do Livro de Ordem, apenas faz uma referência passageira, por isso, entendemos que aí esta emitida uma opinião. Esher ainda explica: para as eleições federais de 1 de marco de 1910, as eleições já estavam marcadas para esse dia, que seria numa terça-feira. Esher pergunta: “mas si esse dia 1 cahisse em domingo, como devera acontecer na eleição de seguinte em 1914?”. Ao que ele mesmo responde: no segundo caso, em que a lei determina um dia fixo e certo no anno, a resposta não deve ser tão prompta e positiva”. No mesmo artigo, Esher informa que recebeu mais outra pergunta: “em qual dos candidatos à presidência deve votar o eleitor crente, e si podemos fazer propaganda politica por algum delles?”. Nessa coluna, a pergunta ficou sem resposta.

c) *Jornalismo interpretativo*

Esher empenhou-se muito na campanha presidencial de 1910 e, do lugar privilegiado em que estava, foi o responsável por interpretar muitos documentos importantes, como se pode constatar a partir do que lemos em *O Estandarte* de 21.10.1909, sobre os candidatos Hermes da Fonseca e Rui Barbosa:

A posição do Dr. Ruy Barbosa – Dos dois candidatos a Presidencia da Republica, já de um sabemos conhecemos sua opinião politicas, o seu programma, o seu modo de encarar a situação de nossa Patria, o seu pensamento de accao, no caso de ser eleito. Do outro, por emquanto, nada há de official, a respeito de tal programma. No dia 3 de outubro, domingo, fizeram uma grande manifestação política ao Dr. Ruy Barbosa. Respondendo aos discursos politicos de saudação que lhe foram dirigidos no Theatro Lyrico, perante uma numerosa assistência, elle pronunciou um longo discurso político, onde francamente esboçou seu programma. Chamemos a essa peca de oratória de programma, chamemos de manifesto, chamemo-la de qualquer outro nome, não importa; o facto e que estão alli expostas suas ideas políticas, seu pensamento sobre o futuro, suas opiniões pessoases, de onde se deduz claramente qual sera o seu modo de accao no Governo, si for eleito. E, pois, de facto um programma; ou uma plataforma, como se diz a moda americana. (OE: 21.10.1909, p. 2)

Ate aqui, há uma apresentação da situação, contextualização, uma referência velada ao outro candidato, enfim, elementos chaves em um discurso politico. Na sequência, Esher passa a interpretar os fatos para o seu leitor:

Da leitura attenta desse manifesto, na parte que mais de perto nos toca, depreheende-se que Ruy Barbosa não e mais aquelle espírito liberal, liberto dos preconceitos e superstições romanistas, aquelle espírito esclarecido anti-clerical de outrora! (...) Outros, melhor do que eu, farao notar e analysarao os factos e os escriptos que demonstram essa triste transformacao do seu carater e de suas crenças: aqui eu limito-me a tractar apenas do seu discurso nessa única parte religiosa e sob o ponto de vista da candidatura. (OE, idem)

Destaca-se destas palavras a sutileza do articulista em fazer o leitor enxergar em Rui uma mudança, de caráter, e por dedução: de lado político. O “Dr. Ruy” não era mais, aos olhos de Esher, um espirito liberal. O artigo comentado continua:

Terminado o seu discurso, com uma imprecação a Deus e a providencia, elle assim conclue: ...abencoe em nos os servos da vossa vontade na manutenção do regimen da lei, da concórdia e das instituições livres entre VINTE MILHOES DE HOMENS CRIADOS NO GREMIO DO VOSSO CULTO, contra o domínio pagao da forca, a impiedade blasphema do arbítrio, a escravidão, a anarchizacao, a DESCHRISTIANIZACAO DO BRASIL pelo militarismo. (os grifos são nossos). Esse sinal bem traduz o sentimento religioso do candidato. Essas phrase de VINTE MILHOES DE HOMENS CRIADOS NO GREMIO DO VOSSO CULTO, referindo-se ao culto catholico romano: e a DESCHRISTIANIZACAO DO BRAZIL, referindo-se a qualquer propaganda liberal, protestante, positivista, etc....contra o romanismo, são phrases predilectas do clericalismo, e que pintam o que há de perigosamente reaccionario no seu bojo.(...) Um homem assim, sera o maior inimigo da liberdade de cultos. (...)

Que fazer nesta apertada situacao? Combater, por todos os meios lícitos ao nosso alcance, esse perigo que se antolha em seu futuro próximo. (OE: ibidem...)

Por um documento que o público leitor não conheceu, por umas palavras que o discursante proferiu, Esher fez a sua própria interpretação, compartilhou no jornal e ainda convocou o povo para uma tomada de posição. Contra o discursante.

d) *Entretenimento*

Nesse quarto gênero, não localizamos nenhum artigo escrito por Esher. Porém, selecionamos algo próximo, que diz respeito ao entretenimento. Trata-se do artigo “A dança e os bailes”, aonde o autor desaconselha estes tipos de entretenimento:

Dedicado aos crentes que ainda dansam, e procuram desculpas para justificar esse prazer perigoso para a moral, remetto este pedacinho, cortado do “Diário Popular”, de 9 deste: “Os bailes nos Estados Unidos- Em algumas cidades dos Estados Unidos, há opposicao a dança e aos bailes. As universidades em suas revistas alludiram aos inconvenientes exercícios da dança. As mulheres tornam-se frívolas, amorosas e ávidas aos prazeres. Em Nova York, organizou-se uma associação de chefes de famílias, cujo fim e combater a degeneração moral da mocidade, e supprimir a dança, que desvia o espírito do trabalho e o inclina ao luxo e a exageradas despesas”. Note-se que quem escreve isso não é um jornal religioso, mas um jornal mundano, e não so evangélicos puros que combatem a dança, mas pessoas de todas as categorias sociaes, e revistas scientificas, que reconhecem o mal physico e moral que as dansas provocam. Leiam os crentes as duras verdades que acima se expõem, reflectam e observem a realidade, e supprimam de seus divertimentos essa perigosa tentação; não assistam aos bailes, não tomem parte nelles; não entreguem seus corpos nos braços de Satanaz. Esses braços seductores são subteis, são captivantes; elles não parecem o que são.

Esher lista os males desta diversão, buscando apoio externo: um jornal secular, um país considerado exemplo de progresso e de liberdade, Nova York, a grande metrópole mundial, os chefes de família e as universidades. Portanto, tudo o que representa alguma forma de poder é utilizado como argumento para justificar uma posição pretendida. A nosso ver, ocorre aqui aquilo que Paul Ricoeur (1977) definiu sobre a *ideologia como função geral de mediadora na integração social*, e nesse caso, o artigo procura alcançar aqueles que ainda dansam e procuram desculpas. Deixar de dançar é o comportamento esperado. Seguindo na sua linha argumentativa, Esher ainda cita frases de uma *Revista Feminina*, sem dar nenhuma outra referência sobre ela:

Fallando sobre as dansas modernas que se usam no seio das familias, como bailes de sociedade, a escriptora menciona quatro principaes, das menos immoraes: o maxixe, de origem brasileira; o tango, de origem Argentina; o fox-

trot e o rag-time, de procedência norte-americana. Outras peores são o one-step, o pás d.lours, valsa dos apaches, etc..(OE: 02.06.1921, p. 9)

Queremos lembrar algo que já foi dito acima, que a esta altura, Esher já era uma pessoa muito respeitada no meio evangélico em geral. Consultando sua biografia e escritos após a sua morte, encontramos um artigo “In memoriam”, assinado por Benjamin Themudo Lessa, que escreve: “De espírito largo e independente, bateu-se ardorosamente pela liberdade de consciência, dando o brado de alarme e de protesto contra todos os fatos que reputava contrários aos preceitos constitucionais. Todos os jornais evangélicos estão cheios de seus artigos, publicados em linguagem respeitosa e enérgica”.

4.3. Retórica de candidato

As atividades políticas de Esher também foram intensas. Ocupando o cargo de redator do jornal *O Estandarte*, de 05 de janeiro de 1905 ate 31 de dezembro de 1912, sempre esteve à frente das questões que envolviam a participação política dos crentes. Por diversas vezes ele informava aos leitores que sobre aquele determinado assunto não iria se manifestar pelo jornal evangélico, mas que suas opiniões poderiam ser lidas em outros jornais seculares. O jornal *Almenara*, jornal interno da Primeira Igreja Presbiteriana Independente de São Paulo (1943, 24.08.1943, n.167, p. 2), informa que ele publicou cerca de tres mil artigos de imprensa e opúsculos, e o *Estandarte* (10.07.1943, p.4) cita: a sua obra jornalística está reunida em 10 grossos volumes, nos quais ele colava, cuidadosamente, seus artigos, com a indicação do jornal e a data da publicação. Comenta o *Estandarte*: “É um arquivo precioso, que não pode desaparecer”. Muito do seu pensamento poderá vir à tona quando este material for localizado.

Com relação à vida política de Esher, já informamos que ele inicia no jornalismo protestante apresentando uma estatística, recurso esse que ele se valera por diversas vezes ao projetar o seu sucesso nas urnas. O primeiro discurso explícito sobre sua candidatura é encontrado em 1911. Logo após a posse de Hermes da Fonseca, Esher, que durante a campanha escreveu mais de 15 artigos, informando, opinando e interpretando, começa a esboçar aquilo que seria a base para a sua candidatura a um cargo eletivo. Isso ele faz ao noticiar no jornal a organização de um novo partido político, o Partido Republicano Conservador. A bandeira pela qual Esher sempre havia

lutado, a separação entre Igreja e Estado, seria defendida por este novo partido. Examinemos a retórica de Esher nessa nova configuração política:

Partido Republicano Conservador – Esta-se organizando um novo partido que, com este titulo, tem por objecto manter e defender a nossa actual Constituição, tal como se acha, combatendo-se qualquer idéia de revisão.(OE: 03.12.1910)

A retórica aqui aponta para si mesmo: - o novo partido combate o que eu sempre combati, isto é a liberdade de cultos e de expressão. Existindo um partido que preencha essas condições, o próximo passo que identificamos na retórica de Esher, é deixar em suspenso o seu próprio nome, para uma eventual candidatura. Ele vai fazer isso, recuperando a memória do seu leitor sobre a sua atuação política anterior e artigos que teria escrito. Ele cita o ano de 1902, todavia, pelas leituras que fizemos em jornais evangélicos, não localizamos nada de sua lavra. É justo lembrar que, nessa época, nem todos os jornais tinham o hábito de publicar matérias com assinatura de seus respectivos articulistas. Esher se apresenta assim:

Desde muitos annos que venho combatendo pela imprensa evangelica contra a possibilidade de uma revisão na nossa Constituição mostrando o perigo que adviria para os evangélicos, si tal fato acontecesse. (...) Vou transcrever para aqui algumas coisas que nesse sentido publiquei em 1902, quando os jornaes falaram francamente que na Camara e no Senado iria se tractar do assumpto, o que facto aconteceu.

Esher transcreve seu texto, que versava sobre o presidente Campos Salles ter se curvado diante do Papa:

Deu um bom golpe o Papa, com sua bencam ao Dr. Campos Salles e concedendo a esse distincto presidente o pe para beijar. Porem, o clericalismo eo seu chefe, o Papa, não estão contentes com esta Victoria; agora ambicionam mais, muito mais.

Os perigos de se suprimir Deus (sic) da Constituição são citados, e a perda dos direitos e da igualdade, seriam, em seu argumento, os principais males. Indicados os perigos, o futuro candidato volta à carga, com seu discurso:

Isto escrevia eu há mais de 8 annos, em agosto de 1902; e si já naquelle tempo seria uma grave perigo para os protestantes a revisão, o que não seria agora, si a revisão se fizesse neste momento em que a Patria esta mais minada ainda pelo clericalismo, inavida de jesuítas forajidos de paes europeus que os expulsaram? (...) Graças a Deus, porem, que surge em tempo opportuno, este grande Partido Republicano Conservador.

Destacamos, de sua retórica, a expressão “Graças a Deus” pois, para quem alega ter como princípio não misturar religião com política, entendemos ser uma mudança em

seu discurso. E outra *fala* que causa, no mínimo, estranheza é o fato do partido já nascer “grande”.

O tema “Deus” aparece em 08.12.1910, em *O Estandarte*:

No meu artigo passado, eu terminava dando graças a Deus por ter se constituído o Partido Republicano Conservador, cujo fim principal sera a guarda e a defesa da Constituição. E pergunto ao iniciar este: Sera mesmo caso de dar-se graças Deus? Acho que sim. E tanto mais agora que corre estar-se organizando um outro grande partido revisionista, composto de todos os elementos adversos ao governo, uma grande união entre civilistas de todo o gênero, clericais de todas as espécies e mais políticos de todas as matizes! Naturalmente, tudo quanto for carola, jesuíta, e adorador do Papa, se collocara ao lado desse partido revisionista; por isso mesmo, por prevenção ao grande perigo, todos nos, crentes, devemos nos collocarmos no campo oposto, o da defesa e guarda da Constituição que nos protege.(OE: 08.12.1910, p. 3)

Numa linguagem repleta de simbolismos, na qual se misturam opiniões políticas (civilistas), religião (adoradores do papa e carolas) e “políticos de todos os matizes”, indicação de que algo ruim pode vir desse grupo, Esher vai identificando os inimigos a serem combatidos. Em nome da liberdade, da Constituição e com a bênção de Deus. O artigo finaliza:

Porem, na Providencia Divina, um elemento extranho ao nosso meio evangélico, elemento forte e poderoso, e com o bafejo official do governo, apparece a tempo, e vem de constituir inopinadamente, o defensor das nossas mais caras esperanças. A esse partido, pois, que nos salva de grandes perigos, devemos prestar todo o concurso publico e manifesto de nosso esforço, pessoal e colectivo. Devemos prestar-lhe nosso apoio (...) porque mais tarde é possível que delle precisemos para receber auxilio efficaz, que nos salve de grandes apertos e perseguições religiosas. Tractarei deste importante assumpto no próximo artigo, estabelecendo a conexão que tem a nossa filiação política ao Partido Republicano Conservador, com o provento social e religioso que tiraremos no futuro.(OE: 08.12.1910, p. 3)

Notemos que aqui aparece, pela primeira vez, o convite para a filiação e também a noção de que o partido pode estar a serviço de interesses particulares. Abertamente, o texto fala em “auxilio eficaz” e “provento social e religioso”. Esse discurso se alinha mais ao tipo ideal proposto por Campos (2006, p. 46), em que se alimenta o sonho sectário de eleger-se um político que traga benefícios para a igreja evangélica. Esher escreve mais alguns artigos na perspectiva destes dois primeiros, há uma lacuna nas publicações, e somente no ano seguinte, 03 de março, o artigo ressurge, conclusivo:

Por motivos imperiosos, deixou de sahir este final há mais tempo; e foi bom, porque, com a demora, deu tempo a que fosse publicada a Pastoral do Synodo, onde se acha um excellent referente a’s relações do crente com a política e da posição do jornalismo evangélico perante a sociedade e a política na nossa pátria. Como exemplo cito apenas um pequeno trecho: “Superior as paixoes

das aggremlações partidárias, isento de interesses particulares de facções políticas, o jornalismo evangélico pode falar sobre tais assumptos, com sincera imparcialidade e reconhecido prestígio, mirando-se unicamente o interesse moral ou religioso de toda a comunidade”.(OE: 03.03.1911, p. 1)

A instrução oficial foi dada. O Sínodo, na estrutura da igreja à qual Esher pertenceu, é um órgão administrativo que reúne as lideranças eclesásticas, pastores e presbíteros de uma determinada região geográfica, as quais se reúnem com certa frequência e têm por finalidade tratar dos assuntos de natureza teológica e administrativa que dizem respeito às igrejas sob sua jurisdição. À época de Esher, essa era uma instância nacional, visto haver somente um Sínodo. Se houve censura, ou alguma outra determinação, não nos foi possível descobrir; de qualquer forma, com este artigo, Esher está dando por encerrado o assunto:

Aqui termino. Queira Deus que a semente assim lançada possa um dia produzir ricos frutos e sirva, algum dia, de proveito e utilidade para nós. Quanto a questão partidária, fica isso a consciência de cada um. Pela minha parte, acho que cumpri meu dever e consciência, trabalhando no interesse religioso da comunidade, segundo entendo. O futuro dirá se tive razão.(OE: 03.03.1911, p. 1)

Dessa maneira, Esher é silenciado pela instituição; isso afirmamos com base em seus discursos anteriores, que faziam abertamente apologia ao Partido Republicano Conservador, quando a Pastoral do Sínodo recomendava isenção “de interesses particulares e facções políticas”. Segue-se, então, no jornal que estamos acompanhando, um hiato de temas políticos. E na edição de três de agosto daquele ano, sob o título “Páginas Ilustradas”, o jornal publica três retratos: na quinta página, a fotografia de uma congregação do bairro da Bella Vista, em Osasco; na terceira página, retrato do Sínodo de 1911, e na primeira página, Nicolau Soares do Couto Esher! O texto desta coluna, inaugurada nesta edição, é o seguinte:

Lauresto- Ilustra hoje a primeira página desta folha o retrato de nosso prezado companheiro Dr. Nicolau Soares do Couto Esher. Simples, porém, tão sincera quanto devida, e a homenagem que lhe prestamos nesta data, para cuja fulguração ele concorreu. Iniciador da celebre questão maçônica, que tanto interesse despertou na opinião pública evangélica de nossa terra, com insistência digna de encômios tem prosseguido na campanha, demonstrando a incompatibilidade da Maçonaria com o Evangelho. Não há, em todo o território do Brasil, quem, filiado a uma denominação evangélica qualquer, que não conheça o nome de Lauresto, não só pelos seus artigos sobre a questão maçônica, mas pelo que muito tem feito com sua penna amestrada em favor da propaganda evangélica em geral. Prestando, pois, ao digno irmão esta homenagem, damos apenas algo, por conta do muito que lhe somos devedores. (OE: 03.08.1911, p. 8)

Não resta dúvida de que o jornal saiu em defesa do seu redator. Na mesma página abaixo do texto elogioso a Esher, vem uma pequena nota: “A terceira página e ilustrada com o retrato, tirado em grupo, dos membros do ultimo Synodo de nossa Igreja, que trabalhou nesta capital em janeiro do corrente anno”. Insistimos em comparar: a nota para Esher vem no alto, composta de 19 linhas, enquanto a nota para o Sínodo aparece embaixo, e em apenas três linhas. Confirmando a hipótese que levantamos de certo estremecimento nas relações entre Sínodo e Esher, a próxima edição com assuntos políticos aparece somente no ano seguinte. Trata-se de um artigo mais extenso que o usual, composto de três páginas, cujo título “Protestantismo e Política” pode nos indicar pistas desta ruptura. Quem assina o texto é um pastor bem conceituado na instituição: Othoniel Motta. Eis a sua *linguagem autorizada*:

Seria lamentavel egoísmo rasgarmos nossos diplomas eleitoraes e nos conservarmos em casa, quando la fora, em luctas estéreis nas quaes, so entram, quasi sempre, paixões e egoismos pessoaes, se se dispõe, nas urnas, os destinos da nação. A medida que os homens de bem, por uma covardia moral mui lamentável, recuam descontentes ou por faltar-lhes o animo viril, (...) eis que uma onda de deshonestos, homens sem aspirações alevantadas, que tudo exploram em proveito proprio, que mesmo nos momentos mais agudos da nação so pensam em como tirar, por quaesquer modos, uma somma de vantagens, uma horda de exploradores avança terrivelmente e pela astúcia, quando não seja pela bajulação repugnantante, galga, a sombra de potentados, os postos de maiores e mais directas responsabilidades. São esses que se fazem deputados da noite para o dia, e que, refestelados na curul remunerada pinguemente, com o suor de nosso povo, não teem cultura intellectual nem compostura moral, fazendo do lugar onde se deve entrar de joelhos a sinecura que lhes garanta a vida fácil e os applausos da turbalouvaminheira. (OE: 22.02.1922, p. 1)

Feitas as críticas ao sistema, aos políticos aproveitadores, apontadas as mazelas do povo e a corrupção do estamento político, o articulista passa a indicar a posição do jornal:

Necessitamos de um partido, sim, mas sem qualquer colorido sectário, religioso; apenas uma aggremlação de tão elevadas aspirações moraes que nos permita militar a sua sombra, exarando o nosso modo de ver leigo com relação aos problemas sociaes e politicos que premem a nação. Arca sagrada de refugio para nossos ideaes, que servira de asylo a todos os filhos do Senhor, poderá elle, o partido com que sonhamos, abrigar muitos elementos que, sem serem filiados a nossa corrente religiosa, sympathizarem comtudo com as nossas elevadas aspirações. Os nossos serão fundo de garantia do partido, o elemento coeso e estável em quaesquer emergências políticas. Creado que seja elle, não hypothecaremos ao governo, e claro, o nosso apoio incondicional, se bem que de accordo com a recommendação apostólica, sera de nosso dever prestigiar, dentro da lei, o governo constituído. Ao lado do governo, pois, todas as vezes que elle estiver dentro da órbita liberal por nos traçada, não subiremos jamais as escadas do palácio, para que nosso apoio se conserve digno e desinteressado;

contrario ao governo, todas as vezes que elle se afastar de nossas normas, so lhe faremos uma branda, respeitosa, ainda que firme, opposicao.(OE: 22.02.1912, p. 1)

Nesta *situação retórica* (Halliday:1988) criada por um apoio tão explícito como aquele direcionado a um partido específico, o Conservador, foi preciso que o discurso autorizado se fizesse ecoar nos mais diversos segmentos da igreja, e a igreja como instituição religiosa não entendia ser sua tarefa esse engajamento político tão direto. O cenário dos próximos discursos, já encontra aquilo que Esher já antecipava em 1910. As eleições presidenciais estavam se aproximando, e em 1914, o dia marcado, 1º de março cairia num domingo. Outra situação diante da qual o jornal precisaria se posicionar seria em relação às aspirações políticas do seu redator, conforme a nota seguinte:

Eleições de 1 de março- Uma comissão composta dos Srs. Dr. Soares do Couto Esher, Samuel Porto, Nicolau dos Santos, Antonio Marcello, Saturnino de Almeida e Dr. Cyrillo Junior, levantou novamente em nome do Partido Republicano Conservador, as candidaturas do Srs. Rodolfo Miranda e Bento Bicudo aos cargos de Presidente e Vice Presidente do Estado, nas próximas eleições de 1 de março. São candidatos pelo partido governista, os Srs. Drs. Rodrigues Alves e Carlos Guimarães. A mesma comissão, menos o primeiro membro, apresenta para a vaga de senador o nome do nosso companheiro de redação Dr. Soares do Couto Esher. (OE: 22.02.1912, p. 15)

O jornal abriu, com isso, um espaço para anunciar as candidaturas dos dois partidos, indicando qual deles era o governista. Se considerarmos o discurso anterior de Othoniel Motta, há uma possibilidade de os crentes presbiterianos independentes votarem nos candidatos do governo, porém, Esher participa da outra chapa, com certa influência no partido, a ponto de fazer parte da comissão que indicou os candidatos majoritários. Esher é candidato a senador por São Paulo, escolhido por uma comissão, que, na retórica do jornal, o candidato interessado não participou. Findas as eleições, a edição de março informa o resultado:

Nas eleições effectuadas a 1 de março corrente (...) foram eleitos, para o primeiro cargo o Sr. Dr. Rodrigues Alves, e para o segundo, o Sr. Dr. Carlos Guimaraes. Nesse mesmo dia foi eleito para senador estadual, o Sr. Dr. Julio Mesquita. Todos esses trez candidatos do Partido Republicano Paulista obtiveram mais de oitenta mil votos, segundo se vê nos jornaes. Os candidatos hermistas apresentados pela Commissao de Propaganda tiveram a seguinte votação, que foi compilada dos jornaes *O Estado* e o *Correio Paulistano*:

Sr. Rodolfo Miranda	2.915 votos
Sr. Bento Bicudo	2.805 votos
Dr. Soares do Couto:	1.843 votos

Os candidatos serão reconhecidos e empossados quando se reabrirem as camaras, em maio do corrente ano. (OE: 14.03.1912, p. 10)

No ano de 1921, nova campanha para os representantes estaduais para o Senado e, no contexto das eleições presidenciais de 1922, tendo como candidatos Nilo Peçanha e Arthur Bernardes. Os protestantes, por meio de seus jornais, já estavam em campanha por Nilo Peçanha, chamado de O Liberal, ao passo que Bernardes era chamado de Ultramontano. Esher novamente se candidata a Senador por São Paulo. Não estando mais no cargo de redator do jornal, envia para a redação a seguinte correspondência:

Prezado irmão Redactor:

Por sugestão de amigos, apresento-me candidato a vaga de senador federal por São Paulo. Não o faço em nome de algum partido político, porem em nome dos puros princípios democráticos; o meu fim e o de também tentar uma accao evangélica social, congregando todos os evangélicos em uma accao commum para o bem futuro de nossa Pátria. E uma oportunidade que se offerece aos crentes de exercerem seus direitos civis em torno de um nome evangélico, sem sujeição a compromissos políticos; e por isso ousou esperar que o “Estandarte” recomende meu nome aos seus leitores. O meu programma social tenho-o publicado no “Estado de São Paulo” e no “Diário Popular” (OE: 03.02.1921, p. 12

Na concepção de Michel Foucault (1969), os discursos são como uma *dispersão*, isto é, são ligados por elementos que não têm nenhum princípio de unidade. Ao analista de discurso, cabe *descrever* esta dispersão visando estabelecer as *regras de formação*. Entendemos que este conceito, bem como a tarefa proposta, cabem nessa situação que estamos estudando. Se tomados separados, desconectados da formação social, de forma inadvertida, alguém jamais associaria a fala do Esher de 1909/1910, sobretudo ao apresentar o “grande” Partido Republicano Conservador, ao discurso apresentado em 1921, o qual é feito, inclusive sem a presença de um partido. As intenções de antes, programa político, inimigos a combater, desapareceram completamente de seu discurso político. O tom agora está mais próximo ao do discurso do jornal nos primeiros anos de sua existência: ação comum dos evangélicos, entre os evangélicos, e assim a Pátria alcançará o bem. Dentro de sua retórica, ele não escolhe ser candidato, “os amigos o fazem por ele”, e agora, já candidato, pede que o jornal faça algo que ele sempre, em discurso, como redator do jornal, se negou a fazer: abrir espaço para a propaganda político-partidária. Todavia, como Esher tinha trânsito em diversos meios evangélicos, pela mesma época encontramos sua “propaganda” política circulando em outros jornais evangélicos. E o caso desta, no Jornal Batista:

Eleições Federaes- Nas próximas eleições federaes, apresenta-se como candidato avulso a uma cadeira pelo Estado do Piauhuy, o nosso estimado irmão dr. Nogueira Paranaguá; e como candidato a senador pelo Estado de São Paulo, o dr. Nicolao (sic) do Couto Esher. E de esperar que todos os crentes nos dois estados mencionados, que possam ser eleitores, se habilitem e sufraguem esses

dois irmãos bem dignos de representação no Congresso Federal. (OJB: 17.02.1921, p. 2)

Entre a apresentação e as eleições, Esher tem ainda mais um artigo informando onde o eleitor pode encontrar seu programa: Seção Livre do jornal *O Estado de São Paulo*, dos dias 25 e 29 de janeiro e 5 e 12 de fevereiro; e também no *Diário Popular*, *Combate* e *Jornal do Commercio*, sem citar datas. Constatamos que nem *O Estandarte* nem o *Jornal Batista* publicaram esse programa. As eleições ocorreram no dia 20 de fevereiro de 1921, e já na primeira edição de março, Esher comunica, esperançoso, o resultado das eleições:

Não se pode dar credito ao que publicam os jornaes, cada um dando um resultado diferente. Por isso, combinando e sommando parcellas que foram publicadas no *Estado de S. Paulo*, *Correio Paulistano* e *Jornal do Commercio*, e junctando os dados que me foram fornecidos directamente, posso affirmar que o numero de votos em todo o Estado alcança quase 3.000, mas como me faltam ainda mais informações sobre certos lugares que a imprensa não publicou, e certo que passara dos 3.000 votos. E isso o que a trapaça das mesas eleitoraes deixou passar; porque sei de numerosos casos em que, na apuração das cédulas, meu nome foi substituído pela chapa do governo; e noutros, não foi lido. Agora, para se compreender o valor moral desses 3.000 votos, basta dizer que foi o resultado de uma campanha de vinte e cinco dias, somente pela imprensa; tendo eu escripto apenas cinco artigos. Esse numero e assombroso, como manifestação da vitalidade do eleitorado independente. (OE: 05.03.1921, p. 13)

As palavras seguintes exploram um pouco mais o sistema eleitoral fraudulento, e também falam em esperança. O tema social parece ter desaparecido novamente e ele afirma que o partido político vira “agremiação eleitoral”. Esher cita ainda: “alistamento eleitoral” do cristão e “influencia evangélica superior”, como podemos ler no seguinte trecho: “Note-se ainda que não tive fiscaes nas mesas; e se 3.000 votos conseguirem apparecer nestas condições, póde-se imaginar o numero de votos que foram engulidos! Com certeza outro tanto”. (OE: 05.03.1921, p. 13)

Esher se candidatou mais uma vez, agora para deputado estadual; não encontramos essa campanha nos jornais, apenas, o seu cometário final em tom de despedida, como segue:

Pelos boletins recebidos, pelas cartas, e pelas publicações dos jornaes, eu obtive ate agora, 3.600 votos. Mas falta o resultado de muitos municípios; o que so poderá ser apurado na apuração geral, depois de 30 dias da eleição, isto e, a 29 de maio. O numero de votos e insignificante em relação a grandeza do eleitorado votante, pois o numero mais baixo dos da chapa do governo e 36.000 (...). Porem, o que e pena dizer e que dessas 3.600 pessoas, pouco mais da décima parte foi de crentes. Pelo pouco que conheço, eu calculo o eleitorado crente em todo o Estado em 6.000 votantes, quando muito. Se os crentes sympathizassem com a minha candidatura, se comprehendessem os meus

esforços, e a luta em que me empenho, em benefício do Evangelho, neste campo de accao, eu deveria ter, com os votos dos outros amigos independentes, mais de 10.000 votos. Tive 3.600, ou pouco mais... Eu me retiro da liça; por mim não me apresento mais candidato a qualquer cargo eletivo. Esta e a terceira tentativa que eu faço para congregar o elemento evangelico ao redor de um ideal nobre e elevado de civismo político; mas tenho sido mal compreendido e mal correspondido nos meus esforços pela maioria dos crentes, e ate por amigos chegados, pessoas illustradas e evangélicas. (OE: 11.05.1922, p. 7)

Esher, aos poucos vai retornando às paginas de O Estandarte, mas já não tem a mesma oratória dos primeiros anos, quando acalentava um sonho. É possível que esta razão o tenha trazido de volta às páginas do Estandarte. Agora, defendendo a candidatura de Nilo Peçanha, num artigo em que aponta o clericalismo do Dr. Arthur Bernardes (OE: 19.01.1921, p.7), em 20/03/1922, anuncia o resultado e comenta o número pouco expressivo de votos de Nilo Peçanha:

Muitas coisas concorreram para a pequena votação que teve o Dr. Nilo Peçanha, neste Estado. So com a votação dos evangélicos e amigos da nossa causa, eu contava com 10.000 votos, junctando com outros 10.000 votos de outros partidos da opposicao, teríamos 20.000 contra 100.000 do governo. No entanto, verificamos que não alcançamos nem o total de 10.000 em todo o Estado. Qual a causa? Toda a gente sabe o que e eleição contra o governo; e esta dicto tudo. (OE: 23.03.1921, p. 7)

Outros artigos de cunho politico que o jornal *O Estandarte* publicou até o final do ano são assinados por outros pastores: Bento Ferraz, Alfredo Borges Teixeira e Othoniel Motta. Alfredo Teixeira assina, ainda, uma convocatória para que os crentes se alistem para votar na eleição para Vereadores e Juiz de Paz, que seria realizada em 14 de dezembro. A instituição de fomento deste alistamento dos crentes e a Liga Patriótica Evangélica, criada em 19/11/1925, teve como primerio presidente Alfredo Pinto Gama, conforme o *Jornal Batista* de 10/12/1925

No ano de 1924, aconteceriam novamente eleições para representantes estaduais no Congresso Nacional. Elas aconteceriam no dia 17 de fevereiro. Encontramos nos jornais Esher utilizando uma nova estratégia de campanha. Primeiro, o *Jornal Batista* publica, em 08 de novembro de 1923, uma matéria sob o título “Eleições Federais” o qual gerou um mal-estar bastante grande, devido aos termos da matéria publicada:

Eleições Federaes- Sob esta epigraphe publicamos adeante um artigo a pedido do nosso irmão N.S.C.Esher, o qual se apresenta como deputado ao Congresso Nacional, nas eleições a serem realizadas em fevereiro do próximo anno. Excusado seria reppetirmos mais uma vez que a nossa missão não é política, e que o espaço do jornal não e plataforma de defesa para idéas políticas ou determinadas campanhas políticas.(...) Religião e política, para bem de ambas,

devem andar separadas. Isso porem, não quer dizer que haja incompatibiliade entre a política e a religião, ou que o homem religioso não possa ser político como alguns crentes extremados ensinam.(...) Ora, se há pessoa digna de ocupar um lugar na representação nacional, e digna de receber os votos dos crentes eleitores, e de todas as pessoas de bem, o dr. N.S.Couto Esher é essa pessoa. Crente, membro ativo de uma igreja evangélica, medico prestigioso, jornalista destemido, caráter republicano, de idéias liberaes, independente, sem necessitar da política, ou dos políticos para viver, elle é um homem merecedor dos votos dos crishaos evangélicos, e capaz de bem representar os seus elevados sentimentos e nobres ideaes hauridos nas paginas santas do Evangelho. Não fazemos política a favor da candidatura do Dr. N.S.C.Esher; achamos que elle e bem digno de ocupar o alto cargo a que se propõe; os crentes, porem, tem plena liberdade para votarem nelle, ou em qualquer outro, devendo faze-lo com toda honestidade e em boa consciência. (OJB: 08.11.1923, p. 3)

Apesar do tom cordial que o redator adota, fica evidente que há problemas em aceitar ou se comprometer com esta candidatura. O jornal retoma a questão da neutralidade política, entrando novamente em contradição, à medida que tece elogios ao candidato, e ao final, parece querer retirá-los. De qualquer forma como frisamos, trata-se de uma nova esta estratégia de marketing político. Como também parece ser o caso da próxima correspondência, publicada nas páginas de *O Estandarte*:

Eleições Federaes 17 de Fevereiro. Uma palavra aos crentes evangélicos de São Paulo. Julgo do meu dever adiantar que, mesmo não sendo crente, espero alcançar publicação nas colunas de *O Estandarte*, e de outros que queiram transcrever. Desejo dizer aos crentes alguma coisa acerca de eleições, porque um crente que eu prezo, o Dr. Nicolau Soares do Couto Esher, medico, residente nesta capital, fez-se candidatoa deputado federal para as próximas eleições de 17 de fevereiro.(...) Notem que quem este subescreve não e crente e vive completamente alheio e indifferente a assumptos religiosos; apenas se compraz em dizer o que sente, em dizer a verdade, sempre que for preciso. Estou absolutamente convencido de que aos crentes, em especial, incumbe amparar e propagar a candidatura Couto Esher, para os quaes também apello, expontanea e desinteressadamente. E este testemunho sincero a respeito de um amigo que ainda uma vez se candidata e que eu desejaria ver eleito em 17 de fevereiro próximo futuro. São Paulo, 19 de janeiro de 1924. (OE: 31.01.1924, p. 6)

Do ponto de vista que estamos analisando, o discurso impresso dos jornais, este artigo surpreende: é a primeira vez que um não crente declarado é agraciado com um espaço considerável dentro de um jornal evangélico com outro objetivo que não o de contestá-lo. Da parte de nossa pesquisa interessa-nos registrar este ocorrido, que de certa forma aponta para aquilo que trataremos na conclusão deste trabalho. A *intertextualidade* é um recurso que aparece com grande freqüência no discurso protestante, seja ele político ou não. A “nova estratégia” não surtiu o efeito desejado, porque teve apenas 1.670 votos. Além da rejeição por parte dos evangélicos que o próprio candidato já identificara, nesse íterim há também uma crise interna no Partido

Republicano, sendo criado um novo Partido, o Partido Democrático, ao qual Esher se filia. Oficialmente, este Partido se organiza para as eleições presidenciais de 1926, mas Esher mostra-nos que já em 1924, as dissidências internas no Partido Republicano foram o grande empecilho de sua candidatura, diz ele: “não julguei que a questão política, ou a scisaó do partido affectasse de modo tão acentuado as opiniões políticas dos crentes, no interior, a sua resolução anterior, e seus compromissos quanto ao nosso alvo”. No *Jornal Batista* ele escreve:

Estando feita a apuração geral da eleição do dia 17 de fevereiro, devo aos bons amigos e irmãos na fé, que me honraram com seus votos firmes, explicação final que prometi no numero passado.(...) De muitos lugares recebi cartas repassadas de tristeza pelo triste resultado que não esperava assim tão pouco.(...) Não quero abusar do espaço e fazer mais considerações, e assim, dou por terminar, e para conhecimento dos eleitores, um breve apanhado da votação. Ella provem de 30 municipios somente, o que e de notar que o 1; districto que tem 79 municipios, o quer dizer que em 47 municipios eu não tive um único voto! Despedindo-me dos irmãos e amigos, agradecendo mais uma vez, e publicamente a todos aquelles, que, de qualquer modo tomaram parte e interesse nesta campanha. Concito-os, a que, nestes três anos que tendes diante de nós, qualifiquem-se, e unam-se, organizando em toda a parte as LIGAS PATRIOTICAS EVANGELICAS, e preparem-se, sempre debaixo do mesmo ponto de vista dos nossos ideaes e princípios, para que, nas próximas eleições federaes, possam melhor escolher e eleger quatro deputados federaes, crentes, uma para cada districto eleitoral. Isso não é sonho, nem utopia! (OJB: 17.04.1924, p.6)

Essa carta aparece, também, na edição de *O Estandarte* do dia 06/03/1924. No ano seguinte, o *Jornal Batista* recebe uma correspondência da LGP:

Meu prezado Redactor,

Como e de vosso conhecimento, fundou-se em 19 pp.a Liga Patriótica Evangélica entre todas as igrejas evangélicas. Como deveis saber, o seu fim e a qualificação entre os crente e amigos do evangelho, estando esta parte affecta a minha pessoa, peço insistir na igreja e pelo vosso conceituado jornal, para os crentes virem a se qualificar-se, onde encontrarão todas as explicações precisas, e trazerem já os documentos que façam prova de idade, certidão de casamento, registro de nascimento de um filho, caderneta de reservista. Alfredo Pinto Gama. Pca Tiradentes, 45, sobrado. Rio de Janeiro, 2 de dezembro de 1925. (OJB: 10.12.1925, p. 14)

O sonho de Esher, de ver todos os crentes participando ativamente da vida política do país começa a virar realidade, pois existia agora uma associação de crentes só para este fim. O direito ao voto, à expressão e à religião, poderia agora ser defendido com maior organização.

Do recorte histórico proposto, resta mais uma participação de Esher, no processo eleitoral. *O Estandarte* de 1928, registra:

Senatoria. - Reunido nesta Capital, o Congresso do Partido Democrático collocou nosso illustre irmão Dr. Nicolau Soares do Couto Esher, entre os candidatos que escolheu para serem suffragados. Não somos políticos, nem cabem aqui demonstrações partidárias, entretanto, entendemos que, deante de uma candidatura tal, não é licito ao eleitor evangélico manter-se indiferente, seja qual for o partido que esteja filiado. Felicitamos o irmão e auguramos-lhe felicidades na campanha de fevereiro. (OE: 15.12.1927, p. 2)

E assim, o jornal, que diz que é apolítico, faz política. A campanha de Esher no inicio do ano de 1928, consistiu em publicar recados rápidos, com o titulo “A pedido”, nos dias 19 de janeiro, e 02 e 09 de fevereiro de 1928. Na edição do dia 02/02, o texto “ensinava” como votar:.

Cada eleitor crente supprimira um nome da chapa de senadores do partido a que pertencer e o substitua pelo Dr. Nicolau Soares do Couto Esher, medico, residente na capital. E este o processo de elege-lo, votando cada qual na chapa do seu partido. No caso, pois, não se trata de voto político, mas de um voto de sympathia. (OE: 02.02.1928, p. 2)

Novamente ocorre uma mudança de estratégia, e obviamente, de discurso. A palavra agora era que não precisava mudar de partido, O importante é garantir a presença de um crente no parlamento. Não é voto político, é voto de simpatia. Decididamente, quando o jornal afirmou mais claramente que não fazia política, foi exatamente neste momento em que ele se tornou um verdadeiro veículo de propaganda política. A Liga Patriótica e o discurso do não-envolvimento fizeram a diferença. E na edição de 12/04/1928, o jornal anuncia, numa pequena nota: “Nas ultimas eleições para senadores, o Sr. Dr. Nicolau Soares do Couto Esher obteve 30.105 votos”. Deixemos com ele o discurso final:

Conforme prometti, cumpre-me dizer alguma coisa sobre as eleições realizadas no dia 24 de fevereiro, dando uma satisfação aos amigos e crentes que votaram em mim para senador estadual. A apuração final deu para meu nome 30.105 votos em todo o Estado. Dos sete candidatos a senador, trez obtiveram mais votos do que eu e trez tiveram menos. Nenhum chegou a 31.000 votos. Dos do governo, o que teve menos foi a mais de 71.000 votos. Estivemos, portanto, muito longe de alcançar a votação necessária para ser eleito qualquer senador democrático. Mas o progresso do partido é extraordinário(...) Agora, quanto ao meu caso particular. Eu contava ter, pelo menos 3.000 votos mais, acima de qualquer outro dos candidatos. Isto representaria o elemento evangélico do estado, unido unânime nesta occasiao, para prestigiar, não como pessoa do candidato, nem o político, como tal, porem o representante do evangelismo, ou antes, das forcas eleitoraes evangélicas de todas as denominações. A gloria não seria minha, mas dos crentes, isto é, do protestantismo nacional. (...) Não foi tudo como era do nosso desejo. Paciência. Nada de desanimo. O que se fez já é meio caminho andado. SP. 01 de Maio de 1928. (OE: 31.05.1928, p. 12)

Se Esher tivesse se candidatado a deputado estadual, vereador ou Juiz de Paz, teria sido eleito. Mas político sempre quer mais.

Conclusão

Demonstramos, neste capítulo, como um político evangélico, utilizando-se das páginas dos jornais, travou uma luta intensa com o seu leitor para fazer sua mensagem ser compreendida. O conceito mais forte percebido nessa relação é o conceito de *ideologia*, tal como elaborado por Marx, ou seja, um sistema ordenado de idéias ou de representações e das normas e regras como algo separado e independente das condições materiais. Idéias brotadas de uma relação de dominação, em que o dominador, por vezes acredita que o seu poder é sobrenatural. A contradição se estabelece, quando este possuidor e freqüentador do centro do poder emite seus tentáculos na direção do dominado, esperando dele uma resposta positiva. O que nem sempre acontece. Trabalhamos aqui com o conceito implícito de *linguagem autorizada*, visto que, todos os jornais utilizados ou estampam em sua capa a expressão “órgão oficial”, ou este poder já foi consagrado pelo uso e costume.

Esher, figura representativa deste modelo de relação dominadora, em sua retórica inconstante, transitou de um comportamento para outro, utilizando-se da arma que tinha mais disponível: o discurso impresso.

CONCLUSÃO

Estivemos diante de uma história rica em significados, de modo que dela é possível fazermos diversas interpretações. Miceli (1988, p. 28) afirma que “nas páginas da história cabe tudo aquilo que desejar quem a constrói, mas esta história vai ocupar-se apenas de alguns seres especiais; desses monstros sagrados, que fazem com que os mortais comuns pareçam mais mortais e mais comuns ainda: os heróis”. Em sintonia com essa idéia, pudemos encontrar muitas coisas que couberam nas páginas dessa história, muitos personagens, aclamados e malditos. A distância que nos separa das primeiras edições dos jornais evangélicos é bastante grande. Da primeira edição do *Imprensa Evangélica* até os nossos dias já se vão 143 anos, de modo que uma quantidade expressiva de páginas já foram viradas. O centro dessa pesquisa foi o contato com os arquivos da memória coletiva de um conjunto significativo no contexto religioso brasileiro. Conforme Le Goff (1994, p. 535) “o que sobrevive não é o conjunto daquilo que existiu no passado, mas uma escolha efetuada quer pelas forças que operam no desenvolvimento temporal do mundo e da humanidade, quer pelos que se dedicam à ciência do passado e do tempo que passa, os historiadores”. Essa pesquisa trabalhou com um elemento bastante caro à história, o documento.

O nosso trabalho foi recuperar uma parte daquilo que foi registrado, mas que estava esquecido, portanto, trabalhamos com *materiais da memória* que podem apresentar-se sob duas formas principais: os monumentos, herança do passado e os documentos escolha do historiador. A sociedade moderna, e como parte dela, o Protestantismo tem adotado uma postura pragmática em relação à História. Esse pragmatismo consiste em valorizar um dos aspectos desses materiais da memória, o monumento, por ser visível e venal. Já o documento, este tem sido negligenciado.

Considerando o documento uma escolha do historiador, constatamos que os números iniciais dos jornais pesquisados recebem uma atenção maior, tanto de quem cuida do arquivo como de quem procura informações. E isto se justifica, pois se busca lá o discurso fundador, aquele elemento simbólico (Orlandi, p. 2003) que pode dar significado, construir a identidade em torno de determinados acontecimentos. Exceção feita ao arquivo dos metodistas, em todos os outros não é com facilidade que se encontra, por exemplo, o jornal número um. Sempre a consulta será dificultada ou intermediada por alguém. A coleção de *Expositor Cristão* foi o material de mais fácil

acesso; encontra-se numa estante, disponível a quem quer que seja, e o consulente não será molestado, desde que siga as regras usuais de uma biblioteca. Encontramos essa coleção na Biblioteca da Faculdade de Teologia, no campus de Rudge Ramos da Universidade Metodista de São Paulo, em São Bernardo do Campo. Nos demais arquivos, por mais indiferentes que tentem parecer os responsáveis, há sempre uma aura envolvendo esse contato. Também percebemos que há um cuidado especial com edições comemorativas, de jubileus e centenários, ou ainda aquelas que trazem necrológios ou lançamento de pedra fundamental.

De fato, na história, como nos jornais, cabe tudo, mas o julgamento do que é sagrado ou de quem são os mortais comuns que se tornarão heróis, é tarefa nossa. É com a nossa intervenção de aceitação ou rejeição que os mitos são construídos. De modo que, ao apresentarmos o resultado de nossa pesquisa, sabemos do risco que corre alguém ou alguma instituição de se sentir nesta ou naquela condição. Ao publicá-lo, estamos, como sugere Miceli, nos ocupando de apenas alguns “seres especiais”, ou quem sabe, libertando os tais “monstros sagrados”. Verificamos, nos jornais das igrejas, um número reduzido de personagens ligados imediatamente à sua história. Isso devido a uma escolha, intencional ou não, que permite que os espaços sejam ocupados por um número restrito desses personagens.

Afirmações gerais sobre a imprensa protestante

Karl Heinrich Marx (1818-1883) em obra de 1853, afirma que “as idéias nada podem realizar. Para realizar as idéias, são necessários homens que ponham a funcionar uma força prática”. Esta frase expressa a nossa convicção de que a força está nos homens e mulheres, não nas idéias, tanto que ao longo do período estudado nos foi possível constatar o quanto as idéias podem ser modificadas, em função dos interesses dos homens. Acreditamos que isto vale para tanto para a política como para a religião. Em se tratando o nosso trabalho de um cruzamento destes dois elementos, examinemos, então, a produção impressa dos protestantes.

A imprensa nascente segue o mesmo comportamento apresentado por grande parte da população, ao demonstrar pouco interesse pelos debates em torno da mudança de um sistema de governo para outro. Em mente, tem apenas a preocupação de que o novo sistema seja capaz de garantir o seu bem mais precioso: o direito à liberdade

religiosa. Poderemos perceber que esta questão é levantada sempre que um ou outro acontecimento faça com que os protestantes se sintam ameaçados. O discurso pró-república resulta mais forte devido ao caráter de oposição ao “centralismo romanista”, alcunha esta atribuída pela imprensa protestante ao sistema monárquico. Cansados daquilo que afirmavam serem os abusos da monarquia, era senso comum entre os protestantes enaltecer os princípios republicanos. Desse modo, os temas políticos nem sempre aparecem com destaque nas páginas de seus periódicos.

De modo geral, os jornais se consideram apolíticos, mas levantam sempre a bandeira republicana quando se sentem ameaçados. À medida que o sistema se consolida, o republicanismo passa a ser visto como de origem divina e vai sendo o modelo preferido dos protestantes. A ambigüidade repousa desta forma no descaso e na defesa apaixonada que se percebe naquelas linhas. Essa ambigüidade também pode ser notada quando aparece o tema da liberdade de culto como produto da ação estatal. Se o Estado tal como está configurado garante a tal liberdade, ele deve ser respeitado, porém, se lhe faz oposição, muitas vezes este Estado é demonizado. A opção pelo republicanismo está expressa em todos os jornais protestantes:

“uma separação absoluta é a única medida que póde pôr termo ás discórdias e desconfianças, que em tantos paizes empata a votação das leis indispensáveis à felicidade publica. O que a Igreja quer, o Estado não quer, e vice-versa. Nada se faz [...] os povos estorcendo-se em miséria, clamão inutilmente pelo pão tanto do espírito como do corpo” (IE: 29.11.1866)

“7 de Setembro assignala a independência da nação brasileira; 13 de Maio marca a epocha gloriosa da emancipação dos escravos do Brazil, porém 15 de Novembro, até hoje, é o dia mais glorioso na história desta grande nação. Pois este traz mais do que a liberdade dos nossos corpos. Com elle raiou a liberdade de consciência, a liberdade religiosa(...) Agora, pois, que está removido o peso de velho systema monarchico (...) não há duvida que haverá progresso e desenvolvimento rápidos em todos os sentidos” (EC: 01.12.1889)

“O dia 15 de novembro de 1889 encheu de assombro o Brazil inteiro. A propaganda republicana iniciada pelo manifesto de 1870, era para os monarchistas convictos uma utopia, e para os republicanos crentes, um ideal que saudavam de longe, sem esperança de o verem realizado em seus dias” (OE: 17.11.1894)

“Orgulhamo-nos em lembrar como um grupo de denodados patriotas, com o marechal Deodoro da Fonseca á frente, de um para outro momento soube sacudir, com galhardia, o jugo imperial de sobre a nossa amada Pátria e fazer germinar a semente da grande arvore da democracia, há tanto lançada no nosso ubérrio solo” (OJB: 15.11.1927).

Como é possível constatar por estas afirmações, a imprensa evangélica adotou e

promoveu a propaganda e a causa republicanas. O protestantismo teve no modelo americano de governo o seu ideal de país adiantado. Verificamos a tendência de se aplicar *in totum* as fórmulas adotadas por aquele país da América do Norte, o que demonstra uma simplificação, como se aquele modelo fosse uma teocracia. Discursos de presidentes americanos são destaques de página inteira. O que a imprensa protestante opera, em linhas gerais, é a divulgação de idéias liberais, que partilham de um programa de reformas de âmbito econômico e social, ancorado em uma política que apenas substitui algumas peças, sem contudo mexer nas estruturas basilares. Esse ideário tem suas origens na Inglaterra e nos Estados Unidos nos anos finais do século XX, de onde se estabelece uma agenda internacional, de caráter privatista (Jaime Brener, 1999). O Estado passa a ser encarado como um grande empecilho para a fruição das liberdades individuais, daí que um comportamento individualista venha a requerer também um mercado livre. De novo, a questão da ambigüidade, porque, segundo esta teoria, esse mesmo Estado, que não deve se intrometer com as coisas da economia, pode ser considerado “bênção” se permitir e fomentar o bem estar da igreja, lembrando que a igreja neste caso é a protestante. Torna-se comum a divulgação de fatos ocorridos nos Estados Unidos, e que, segundo o discurso de seus subscritores, seria muito bom que acontecessem também por aqui:

“Offeremos hoje á apreciação dos leitores a proclamação do Presidente dos Estados Unidos do Norte, publicada em 1º de Novembro do anno findo. É um documento importante. É a palavra de um governo christão dirigida a um povo também christão e temente a Deus. Deve ser lida por todos, principalmente pelos que occupam qualquer logar na administração do paiz ou acham-se revestidos de qualquer parcella de auctoridade”. (OE: 06.04.1895)

O presidente em questão é Grover Cleveland (1861-1865), e a proclamação é transcrita na íntegra. O jornal ainda explica as razões da publicação do documento, alegando que “todos admiramos os Estados Unidos da América do Norte, grande, nobre, independente, progredindo sempre”, justificando a seguir que “poucos procuram saber a razão determinante de sua grandeza, do seu progresso”. Finalmente, o articulista avisa que a razão deste progresso reside no fato de que “o povo norte-americano se compraz altamente em dar graças ao Supremo Legislador do universo que há derramado sobre elle os thesouros de sua bondade [...]”.

Grover era filho de um ministro presbiteriano, o que explica a escolha desse texto pela equipe do jornal.

Do discurso, os protestantes passam para a prática. Esse é o momento em que os

adeptos do protestantismo rompem o isolamento e iniciam uma efetiva participação na vida política do país. Fonseca (2001) utiliza os termos *divulgadores* e *vulgarizadores* para explicar o papel da grande imprensa em relação aos assuntos da política brasileira, afirmando que as idéias só repercutem se forem personificadas por agentes sociais capazes de espaiá-las, função que cumpre à mídia impressa. Desta maneira, embora sem ter um partido político definido, ou um representante oficial nas casas legislativas, os jornais protestantes aplicam utilizam-se desta retórica. Para as eleições federais de 1912, uma nota no jornal *O Estandarte* informa a criação de uma comissão composta dos senhores Dr. Nicolau Soares do Couto Esher, Samuel Porto, Antonio Marcello, Saturnino de Almeida e Dr. Cyrillo Junior, representando o Partido Republicano Conservador, e apresenta as candidaturas para presidente e vice-presidente do Estado de São Paulo. A mesma nota termina dizendo que esta mesma comissão também apresenta para a vaga de senador o nome do Dr. Soares do Couto Esher. O jornal refere-se a Esher como: “nosso companheiro de redacção”.

Com isto, verificamos que cai o mito da “neutralidade política”. Embora em muitas de suas páginas os jornais tenham assumido não ter preferências políticas, a simples referência ao candidato como “nosso companheiro” consiste numa arma publicitária eficiente. Nesse caso, acontece a situação proposta por Halliday (1987, p. 127) em que há no discurso uma tentativa de construir *identificações* entre *retor* e *audiência*, e *audiência* e *assunto*.

Assim, propomos uma classificação decorrente da análise dos discursos políticos tal como eles são encontrados nos jornais evangélicos. A primeira categoria utilizada está ligada ao conceito de *intertextualidade*, conforme define Brandão (2006, 108) “abrange os tipos de relações que uma formação discursiva mantém com outras formações discursivas”. Nesse caso quem fala, fala a linguagem da instituição. Outra categoria que se mostrou importante para a compreensão do discurso está alicerçada no conceito de *assujeitamento ideológico*, que consiste em fazer que cada indivíduo seja levado a indentificar-se ideologicamente com outros grupos ou classes, assumindo nesse processo a linguagem do outro. Por fim, ancorado em Castor Bortolomé Ruiz (2004) utilizamos o conceito de *totemismo*, que indica um processo de indentificação, que ocorre com uma fala autônoma que recupera a identidade individual.

Expressão Intertextual: o discurso da instituição

Nessa categoria de análise, estaremos incluindo todos os textos em que se pode notar claramente a presença da instituição. No caso estudado as igrejas protestantes. Para esta classificação, estaremos considerando o conceito de *intertextualidade*, conforme apresentado por Helena Nagamine Brandão (2006, p. 108). Para essa autora, intertextualidade “abrange os tipos de relações que uma formação discursiva mantém com outras formações discursivas”, como é o caso dos discursos (s) do campo religioso. “Pode ser interna quando um discurso se define por sua relação com discurso (s) do mesmo campo”, ou externa “quando um discurso se define por sua relação com discursos de campos diferentes”. Orlandi (1987) afirma que a leitura depende das condições e dos objetivos em que é produzida e, também, lida. Depende ainda dos tipos discursivos em que está ancorada. Isto quer dizer que condições de produção e recepção, objetivos de leitura, tipos discursivos, ao entrarem em contato, trocam, não só informações, mas significação e sentido (Orlandi, 1987, p. 196). Essa característica não se aplica apenas ao discurso religioso, o discurso didático também partilha desta natureza, muitas vezes recorrendo da paráfrase e da monosssemia. Em tese, todos os textos publicados em jornais evangélicos deveriam estar classificados nesta categoria. A linguagem religiosa reveste-se de um sentido e de uma autoridade daquele que representa Deus, ou fala em seu lugar. É nisso que consiste o recurso ao intertexto, revestir de autoridade divina, aquele que é humano, logo falível. Essa autoridade outorgada garante legitimidade, aprovação, garantia. Não é por acaso que, em alguns discursos políticos, constantemente se recorra a esse recurso, como sustenta Ângela Ales Belo (1988)

QUEREIS PARA A SOCIEDADE todas as garantias que tenham como por primeiro broquel o evangelho e por principal protector Christo? É o que desejão todos os povos e indivíduos civilizados, é o que reclamão todos os homens bem intencionados na fé.(IE: 17.12.1864, p. 1)

TODOS ADMIRAMOS os Estados Unidos da America do Norte, grande, nobre, independente, progredindo sempre, mas poucos procuram saber a razão determinante da sua grandeza, do seu progresso.Pois bem, saibam-no agora, é Cleveland, quem o diz – a razão da invejada grandeza, paz e ordem dos Estados Unidos está na protecção que lhes dispensa o Supremo Legislador do universo. O Senhor Deus é o arbitro supremo das nações: a Elle toda honra, gloria, poder e majestade (OE: 06.04.1895, p. 1)

PELO PROGRESSO DO BRAZIL. A religião de Crhristo é a base do verdadeiro progresso, porque é pharol da intelligencia, a doce luz de liberdade, a grande mestra dos costumes.(EC: 15.06.1895, p. 4)

AS EGREJAS BAPTISTAS são verdadeiras democracias. A nós baptistas, não resta a menor dúvida de que o N.T claramente ensina que a igreja de Christo é não somente um corpo espiritual, mas também uma democracia pura, na qual todos os seus membros são eguaes em direitos; uma congregação local, não sujeita a auctoridade alguma fora dela.(OJB: 03.02.1921, p. 2)

Expressão Assujeitada: a voz do outro

A classificação desse outro grupo, a partir de sua retórica nacionalista, fundamenta-se no conceito de *sujeito*, conforme proposto por Brandão (2006, p. 110). Na perspectiva da autora, a noção de sujeito deixa de ser uma noção idealizada, o sujeito em si, “mas tal como existe socialmente, interpelado pela ideologia”. Assim sendo, ele não é a origem, a fonte absoluta do sentido, “porque na sua fala, outras falas se dizem”. As afirmações agora são de Pêcheux, retomando a contribuição de Althusser (Pêcheux: 1988, p. 163):

o sujeito, quando diz “eu” (“ego”), o faz a partir de sua inscrição no simbólico e inserido em uma relação imaginária com a “realidade” do que lhe é dado a ser, agir, pensar. Tal relação estabelecida com a “realidade” é da ordem do imaginário, algo que se produz após a entrada do sujeito no simbólico e impede que o sujeito perceba ou reconheça sua constituição pelo Outro, ou seja, o sujeito não percebe que se encontra convocado a se colocar no simbólico e partir do simbólico para dizer “eu” e para se referir a um mundo já simbolizado. Ora, o que se tem aqui, como já foi dito, é uma anterioridade do simbólico produzindo o assujeitamento do sujeito ao campo da linguagem, ou, dizendo de outra maneira, o que se tem é uma dependência do sujeito ao significante. Importa realçar nesse momento da reflexão que tanto para a psicanálise quanto para a análise do discurso, o sujeito não é um *a priori*: o que se coloca como ponto de partida é o Outro, ou seja, a o Outro da linguagem e da historicidade (memória).

Diante destas definições, chegamos à conclusão de que ocorre uma inversão de valores, isto porque, à primeira vista parece que o discurso nacionalista é o que tem mais autonomia. Todavia, aplicando as teorias da análise do discurso, ele é o mais comprometido com a influência que vem de fora. Também podemos nos amparar em outro conceito de Brandão (2006): *assujeitamento ideológico*, “que consiste em fazer com que cada indivíduo seja levado a ocupar seu lugar, a identificar-se ideologicamente com grupos ou classe de uma determinada formação social”

WASHINGTON E SUA MACHADINHA. Haverá poucos entre nossos leitores que não tenham ouvido fallar de Jorge Washington, e entre todos os bellos nomes que a historia nos conserva não haverá nenhum que, em toda a parte do mundo civilisado, seja reverenciado tanto como este. Washington era um

patriota como poucos; e é principalmente a elle que os Estados Unidos a América devem a liberdade de que hoje gozam. Amava a sua pátria, e por amor della estava prompto a sacrificar os mais caros interesses.(IE: 21.11.1868, p. 184)

S.M. O IMPERADOR DO BRAZIL. A recente “Conferencia Annual” que achava-se em sessão na Corte por ocasião do ATTENTADO contra a vida do Imperador, resolveu apresentar á Sua Majestade, por intermédio do secretário, suas congratulações pela conservação da vida de S.Majestade , e rogamos á Deus que elle seja conservado por longos annos. O secretario Rev H.C Tucker, comunicou esta resolução ao Sr. Visconde de Nogueira da Gama, Mordomo-Mór da Casa Imperial, de quem recebeu a seguinte noticia: RJ.22 de julho de 1889. Ao Sr.H.C.Tucker, Secretário da Conferencia Annual da Igreja Methodista Episcopal do Brazil. Sua Majestade, o Imperador aceitou e agradece as felicitações. (E:C: 15.08.1889, p. 4)

DE CARROCEIRO A PRESIDENTE DOS ESTADOS UNIDOS. Amanha, 4 do corrente, deve assumir a presidência do Estados Unidos, o sr. Warren Gamaliel Harding. A historia de vida deste homem que ascendeu da mais baixa esphera social ao mais alto posto do seu grande paiz , é interessantíssima.(OJB: 03.02.21, p. 1)

O EXERCITO AMERICANO.Dentro de seis mêzes o exercito dos Estados Unidos estará reduzido á 90.000 soldados, tornando-se assim, proporcionalmente falando, o menor exercito do mundo. Os exércitos são um grande peso ás nações, e bom seria que eles fossem reduzidos até a insignificância. OE: 29.11.1923, p. 4)

Expressão Totêmica: a voz da autonomia

O terceiro grupo de discurso diz respeito aos que, diante das inúmeras interferências a que estão sujeitos, ainda conseguem manter uma postura de independência.Essa abordagem é proposta por Castor B.Ruiz (2004), nos apresenta o conceito *tomemismo racional*. Em todas as civilizações, afirma, podemos encontrar este elemento de unificação, o *totem*. Totem, palavra originária de uma tribo algonquina, significa: *aquilo que tem parentesco comigo*. Nesta sociedade primitiva, onde ainda não se fazia uma diferenciação entre os diversos reinos da natureza, os limites entre o vegetal, o animal e o humano não haviam ainda sido delimitados, se alguém do grupo morria, mesmo que seja um animal, o grupo todo experimentava o luto, seria enterrado com as mesmas honras e rituais de uma pessoa. Nesse holismo, qualquer elemento do grupo pode ser assimilado como defensor do grupo, e o grupo passa a agir como se tivesse origem comum com os seus totens. “Se totem é aquilo que tem parentesco comigo, o totemismo não foi anulado pelo progresso da racionalidade”,

afirma ele (Ruiz, 2004, p. 91), e assim a identidade individual e social contemporânea, embora fragmentada, remete continuamente a uma dimensão simbólico-totêmica. A identidade se forma, então, em torno de um elemento que é comum à pluralidade dos sujeitos.

LIBERDADE DE CULTO NO BRAZIL. S.Ex. o Mininistro do Império, expediu o seguinte aviso: Ilmo. Ex. Sr. Chegou ao conhecimento do governo,pó publicação da imprensa, que um ministro presbyteriano, estando em Jundiahy na practica lega de actos do respectivo culto, fora insultado, ameaçado e obrigado a interromper esses actos. (IE: 01.01.1870, p.7)

A DIVIDA DO BRASIL feita pela extincta monarchia, orça em réis, 1.134,814:300\$000.Essa monarchia durou 67 annos e 68 dias, ou um total de 24.523 dias. Portanto a divida feita pela monarchia extincta foi na razão de 46.287\$ por dia, de 1.923\$ (quase dous contos) por hora, de 322\$330 por cada minuto, e de 57\$720 por cada segundo! Andando assim, onde iriam parar? (E.C: 01.01.1890, p. 4)

121 ANOS DA MORTE DE TIRADENTES. Aqui fica a nossa humilde homenagem tributada á memória do illustre martyr, o proto-martyr da independencia e da Republica,(OE: 29.04.1893, p. 1)

AMANHA COMMEMORAMOS o 15 de novembro, dia em que rememoramos a implantação do regimen republicano no nosso querido Brasil. Orgulhamo-nos em lembrar como um grupo de denodados patriotas como o marechal Deodoro da Fonseca á frente, de um para outro momento, soube sacudir , com galhardia, o jugo imperial de sobre a nossa amada Pátria e fez germinar a semente da grande arvore da democracia, há tanto lançada no nosso ubérriimo solo.(OJB: 10.10.1927, p. 3)

Demonstramos, assim, como o discurso político dos protestantes vai se ajustando ao longo das mudanças que o país vai experimentando. Essa é a situação retórica enfrentada pelos missionários, pastores e leigos que tiveram a responsabilidade de escrever nas páginas dos jornais de suas agremiações religiosas. A esse quadro complexo, que podemos denominar situação retórica, os jornais responderam com editoriais, artigos, citações, transcrições etc. Até usou a voz dos “colegas”, sem se importar com a confissão religiosa, desde que as contingências do momento exigissem. Como ficou demonstrado, até a maçonaria, que anos mais tarde ensejaria a cisão entre os presbiterianos, teve passagem pelos periódicos evangélicos.

O presente trabalho desenvolveu-se em quatro capítulos que, de forma cronológica, relacionaram a História do Brasil e a História do Protestantismo, a partir de documentos

No capítulo primeiro, vimos que na fase final do império brasileiro chega um grupo de missionários com linguagem própria, que precisou ser adaptada às condições

da nova terra. Esse discurso dialogou com as forças sociais e políticas, estabelecendo com elas relações de aliança e oposição de acordo com seus interesses em estabelecer-se e permanecer na terra.

No segundo capítulo, vimos como a República se apresentou como uma esperança de liberdade de culto e de pensamento. Todavia, ao ser instalada, percebeu-se que ela não era garantia de realização plena dos interesses de estabelecimento e crescimento.

No terceiro capítulo, já consolidado o Protestantismo, procurou inscrever-se como mais uma das forças em conflito. Essa consolidação levou a romper antigas alianças realizadas no processo de estabelecimento como, por exemplo, maçons, positivistas e liberais.

No quarto capítulo, ao estudar Nicolau Esher, constatamos como o discurso religioso é passível de transformação de acordo com o contexto social, político e econômico. Aplicando uma categoria weberiana, Esher é o *tipo ideal* do protestantismo brasileiro.

Nesse contexto, os jornais evangélicos se transformam em palanques, à medida que, embora negando, como foi constatado, os protestantes estão sempre em alguma campanha e utilizam desse veículo de comunicação para expressar suas idéias e ideais. Voltando a Halliday (1988), “O Palanque de Papel” serve para acusar, defender, criticar, enaltecer, explicar, propor ou justificar visando à transformação da realidade à sua volta ou a conformação dessa realidade a seus ideais.

A presente pesquisa indica que outras questões podem ser investigadas como forma de contribuição para a compreensão da participação de outros evangélicos, num contexto político mais amplo. As fontes indicam que outros personagens participaram e pouco é pesquisado sobre eles, tirá-los do anonimato é um desafio acadêmico. Citamos, por exemplo, a figura Newton Prado, jovem oficial metodista morto nos desdobramentos da Revolta da Armada; Ernesto Luiz de Oliveria, pastor presbiteriano, secretário de Agricultura no Paraná, participou da Revolução Federalista. O próprio Nicolau Soares do Couto Esher, que além de hábil orador, como demonstramos, era médico e enfermeiro e cerrou fileiras no exército legalista de Arthur Bernardes. Sua biografia relata, conforme a revista *Almenara* 1943, sobre uma caixa com dez volumes de seus mais 3.000 escritos. Entendemos que este material se constitui em fonte valiosa para a pesquisa em diferentes áreas do conhecimento.

FONTES PRIMÁRIAS

Jornal Imprensa Evangélica – anos 1864 a 1892

Jornal O Estandarte – anos 1863 a 1930

O Jornal Baptista – anos 1901 a 1912 e 1921 a 1930

Jornal O Expositor Christão – anos 1886 a 1930

Revista Almenara, ano XVII, SP 24/08/1943, n. 167

BIBLIOGRAFIA

- ALTHUSSER, L. *Ideologia e aparelhos ideológicos de Estado*. Trad. J. Moura Ramos. Lisboa: Presença, Martins Fontes, 1974.
- ALVES, Rubem. *Protestantismo e repressão*. São Paulo: Ática, 1979.
- _____. *Dogmatismo e Tolerância*. São Paulo: Paulinas, 1982.
- _____. *O que é religião?* São Paulo: Loyola, 1999.
- SANTOS, L. A. . *As Outras Faces do Sagrado: Protestantismo e Cultura na Primeira República Brasileira*. 1. ed. São Luis: EDUFMA/Edições ABHR, 2006. v. 1.
- ARENDT, Hannah, “Compreensão e Política”, in: *A dignidade da política* (org. Antonio Abranches). Trad. Helena Martins e outros. 2a ed. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1993.
- _____. *O que é política?*, Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1998.
- ARRUDA, José J.A. *Toda a História*. São Paulo: Editora Ática, 2000.
- AZEVEDO, F. *Introdução ao estudo da cultura no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1964.
- AZEVEDO, I. B. *A celebração do indivíduo: a formação do pensamento batista brasileiro*. Piracicaba: Editora Unimep, 1996.
- AZEVEDO, Thales. *A Religião civil brasileira: um instrumento político*. São Paulo: Vozes, 1981.
- BAHIA, Juarez. *Jornal, história e técnica*. São Paulo: Editora Ática, 1990.
- Casa Unida de Publicaciones, 1986.
- BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. São Paulo: Editora Hucitec, 1986.
- BASTIAN, J. P. *Breve História del Protestantismo en America Latina*. México: Casa Unida de Publicaciones, 1986.
- _____. *Protestantismos y modernidad latinoamericana*. México: Fondo de Cultura Económica, 1994.
- BASTOS, C. R.. *Curso de Direito Constitucional*. 2002.
- BELLOTTI, K. *Mídia, Religião e História Cultural*. In: Revista de Estudos de Religião. <http://pucsp.br/revr/rv4-2004ano4,num4>.
- BERBEL, M.R. *Liberalismo e idéia de nação às vésperas da independência*. In: Revista de História da UNESP. São Paulo, v. 13, p. 143-154.

- BERGER, P & LUCKMANN, T. *A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- BERGER, Peter. *O dossel sagrado*. São Paulo: Paulus, 1985.
- BIÉLER, André. *O pensamento econômico e social de Calvino*. Trad. W.C.Luz. São Paulo: Casa Editora Presbiteriana, 1990.
- BOBBIO, Norberto. *O significado da Política*. In: *Curso de introdução à Ciência Política*, 2 ed. Brasília: UNB, 1984, p 5-19.
- BONAVIDES, P. *Ciência Política*. 1986
- BONINO, J. M. *Rostos do protestantismo latino-americano*. São Leopoldo: Sinodal, 2002.
- BOURDÉ, Guy & HERVE, Martin. *As escolas históricas*. Lisboa: Edit. Europa-América, 2000.
- BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. 3ª ed. São Paulo: Perspectiva, 1992
- _____. *Razões Práticas: Sobre a teoria da ação*. Campinas: Papirus, 1996.
- _____. *A economia das trocas simbólicas*. 5 ed. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1998.
- BRANDÃO, Helena H.N. *Introdução à Análise de Discurso*. 2 ed. Campinas: Unicamp, 2006.
- BRENER, Jaime. *A Guerra de Secessão dos Estados Unidos*. São Paulo. Editora Ática, 1999.
- BRITO, Ênio José da Costa & GORGULHO, Gilberto da Silva (orgs.). *Religião ano 2000*. São Paulo: Edições Loyola, 1998.
- BRUNO, E. S. *História e tradições da cidade de São Paulo*. São Paulo. Hucitec, 1991.
- BURKE, Peter (org). *A escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo: Editora UNESP, 1992.
- CAMPOS, Leonildo.S. *Os políticos de Cristo – uma análise do comportamento político de protestantes históricos e pentecostais no Brasil*. In: BURITY Joanildo & MACHADO, M.D.C. *Os votos de Deus: Evangélicos, Política e Eleições no Brasil*. Recife: Editora Massagana, 2006.
- CAPELLATO, Maria H. R. *O bravo matutino: imprensa e ideologia : o jornal O Estado de S.Paulo*. São Paulo: Alfa Omega, 1980.
- _____. *Os arautos do liberalismo: imprensa paulista (1920-1945)*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989.

CARDOSO, Douglas Nassiff. *Robert Kalley: médico missionário e profeta*. Dissertação de Mestrado, São Bernardo do Campo: SP s/e.

CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas – o imaginário da República no Brasil*, São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

_____. *Os bestializados: O Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Cia das Letras, 1987.

_____. *A Construção da Ordem: A Elite Política Imperial*, Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1980.

CASSIRER, Ernst. *Linguagem, mito e religião*. Porto: Rés, s/d.

CERQUEIRA, Dionísio. *Reminiscências da Campanha do Paraguai*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1980.

CÉSAR, E.M.L. *Entrevistas com Ashbel Green Simonton*. Viçosa: Editora Ultimato, 1994.

_____. *História da evangelização do Brasil, dos jesuítas aos neopentecostais*. Viçosa: Editora Ultimato, 2000.

CERTEAU, Michel de. *A Invenção do Cotidiano - Artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1994.

CHACON, Vamireh . *História dos Partidos Brasileiros*. 3. ed. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1998.

_____. *Os Partidos Brasileiros no Fim do Século XX*. Revista Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro, v. 1, n. 126, p. 13-25, 1996.

CHARTIER, R. *A história cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990

CHAUÍ, Marilena. *O que é Ideologia*. São Paulo: Brasiliense, 1980.

CHIAVENATTO, Júlio José. *Genocídio Americano: a verdadeira história da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1979.

CHOMSKY, N. *Aspectos da Teoria da Sintaxe*. Coimbra: Américo Amado Editor, 1978.

COSTA, Emília V. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1998.

DIAS, Romualdo: *Imagens da Ordem: a doutrina católica sobre autoridade no Brasil (1922-1933)*, São Paulo: Editora Unesp, 1996.

FACÓ, Rui. *Cangaceiros e Fanáticos, gênese e lutas*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1980.

- FAORO, R. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. São Paulo: Globo, 2001.
- FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: Edusp, 1994.
- _____. (dir.). *O Brasil Republicano: estrutura de poder e economia (1889 – 1930)*. Rio de Janeiro: Bertrand Russel do Brasil, 2004.
- FEBVRE, Lucien. *Combates pela História*. 3ª ed. Lisboa: Edit. Presença, 1989.
- FERRAZ JUNIOR, Tércio Sampaio. *Política e Ciência Política*. In: *Curso de introdução a Ciência Política*, 2 ed. Brasília: UNB, 1984, p. 21-29.
- FERREIRA, Julio Andrade. *História da Igreja Presbiteriana do Brasil*. vol. I e II. São Paulo: Casa Editora Presbiteriana, 1992.
- FONSECA Francisco C, *A grande imprensa e a constituição da hegemonia ultraliberal no Brasil*. Tese de Doutorado em História Social – Universidade de São Paulo, 2001.
- FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1999.
- FRESTON, Paul. *Protestantes e Política no Brasil: Da Constituinte ao Impeachment*. Campinas: Ed.Unicamp, 1993.
- _____. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 1996.
- GEERTZ, Clifford. *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: LTC., 2002.
- GONZÁLEZ, Justo L. *Uma história Ilustrada do Cristianismo: a era inconclusa*. São Paulo: Edições Vida Nova, 1987.
- GUARESCHI, P & JOVCHELOVITCH, S. *Textos em representações sociais*. Petrópolis: Vozes, 1999.
- HACK, Osvaldo. *Raízes cristãs do Mackenzie e seu perfil confessional*. São Paulo: Mackenzie, 2003.
- HALLIDAY, Tereza Lúcia (org.). *Atos retóricos: mensagens estratégicas de políticos e igrejas*. São Paulo: Summus Editorial, 1988.
- HOORNAERT, Eduardo. *História da Igreja no Brasil*. tomo II/1. Petrópolis: Paulinas/Vozes, 1992.
- HOUTART, François. *Sociologia da religião*. São Paulo: Editora Ática, 1994.
- KIDDER D.P.& FLETCHER J.C. *O Brasil e os brasileiros: esboço histórico e descritivo*. trad. E. Dolianiti. 7ª ed. São Paulo: Editora Nacional, 1941.
- KÜNG, Hans. *Religiões do mundo: em busca dos pontos comuns*. Campinas: Verus Editora, 2004.
- LAGE, Nilson. *A linguagem jornalística*. São Paulo: Editora Ática, 1990.

- LAMOUNIER, Bolívar. *Formação de um pensamento político autoritário na primeira República. Uma interpretação*. In FAUSTO, Boris (org.) *O Brasil Republicano*. Vol 2. Sociedade e instituições (1889-1930).
- LE GOFF, J. *História e Memória*. Campinas: Unicamp, 1990.
- LEONARD Émile G. *O Protestantismo brasileiro: estudo de eclesiologia e História*. São Paulo: Aste, 1963.
- LESSA, Renato. *A invenção da República no Brasil: da aventura à rotina*. p. 11 a 60. In CARVALHO, Maria Alice Rezende de. *República no Catete*. Rio de Janeiro: Museu da República, 2001.
- LESSA, V.T. *Anais da Primeira Igreja Presbiteriana de São Paulo, 1863-1903: subsídios para a história do protestantismo brasileiro*. São Paulo: Editora Primeira Igreja Presbiteriana Independente, 1938.
- LIMA, Éber F.S. *Protestantes em confronto: conservadores e liberais na época de Vargas (1930-1945)*. São Paulo: Edit. Pendão Real, 2005.
- LOVE, Joseph. *O regionalismo gaúcho e as origens da Revolução de 1930*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1975.
- LOVE, WIRTH&LEVINE. *Historia Geral da Civilização Brasileira (Republica)*. In.: FAUSTO, Boris (dir.). *O Brasil Republicano: estrutura de poder e economia (1889 – 1930)*. Rio de Janeiro: Bertrand Russel do Brasil, 2004.
- MACHADO, Maria das D.C & BURITY, Joanildo,(orgs).*Os Votos de Deus: Evangélicos, Política e Eleições no Brasil*. Recife: Editora Massangana : 2006.
- MADURO Otto. *Religião e luta de classe*. Petrópolis: Vozes, 1981.
- McMURTRIE, D.C. *O livro*. 2ª ed. Lisboa: Fundação Calousse Gulbekian, 1965.
- MASPOLI, Antonio. *Religião, educação e progresso*. São Paulo: Mackenzie, 2001.
- MARQUES, Maria Eduarda Castro Magalhães (org.). *Guerra do Paraguai - 130 anos depois*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.
- MARTELLI, Stefano. *A religião na sociedade pós-moderna*. São Paulo: Paulinas, 1995.
- MENDONÇA Antonio G. *O Celeste Porvir: a inserção do protestantismo no Brasil*. São Paulo: Pendão Real/Aste/Sinodal, 1995.
- _____ & VELASQUES, Prócoro. *Introdução ao Protestantismo no Brasil*. São Paulo: Loyola, 1990.
- MEIHLY, J.C.S.B. *Manual de História Oral*. São Paulo: Loyola, 1996.
- MESQUIDA, P. . *Hegemonia Norte Americana e Educação Protestante no Brasil*. Juiz de Fora-MG e São Paulo-SP: Editeo/EdUFJF, 1994.

- MICELI, Paulo. *O Mito do Herói Nacional*. São Paulo: Editora Contexto, 1988.
- MOSCOVICI, S. *Representações sociais: investigações em psicologia social*. Petrópolis: Vozes, 2003.
- NIEBUHR H.Richard. *As Origens Sociais das Denominações Cristãs*. São Paulo: Aste, 1992.
- NOVAES, G.A. *Políticas de Comunicação da Igreja Presbiteriana do Brasil*. Dissertação de Mestrado em Comunicação Social –UMESP. São Bernardo do Campo, 2002.
- O'DEA, Thomas F. *Sociologia da religião*. trad. Dante Moreira Leite. São Paulo: Ed. Pioneira, 1969.
- OLIVEIRA, Francisco. *Emergência do modo de produção de mercadorias: uma interpretação teórica da República Velha no Brasil*. In: FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. tomo III São Paulo: Edusp, 1994.
- ORLANDI Eni P. *Análise de discurso*. Campinas: Pontes Editores, 2005.
- _____, (org). *Discurso fundador: a formação do país e construção da identidade nacional*, Campinas: Ponte, 2003.
- _____. *Discurso e leitura*. São Paulo: Cortez, 1988.
- PÊCHEUX, Michel. *Análise Automática do Discurso* (1969), In GADET, F & Hak.T.T. *Por uma Análise Automática do Discurso*. Campinas: Unicamp, 1990.
- PEREIRA, E.C. *As origens da Igreja Presbiteriana Independente do Brasil*. São Paulo: Livraria Almenara Editora, 1965.
- PESSOA, Reynaldo Carneiro. *A idéia Republicana no Brasil através dos Documentos*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1973.
- PIERSON, Paul. *A younger church in a search of maturity: Presbyterianism*. In.: *Brazil from 1910 to 1959*. San Antonio: Trinity University Press, 1974.
- PRIORE, Mary Del. *Religião e Religiosidade no Brasil Colonial*. São Paulo: Editora Ática, 1994.
- RAMALHO, J. P. *Colégios protestantes no Brasil*. Rio de Janeiro: Dissertação de Mestrado em Educação, PUC – RJ, 1975.
- _____. *Prática Educativa e sociedade; um estudo de sociologia da educação*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.
- REILY Duncan. *A História Documental do Protestantismo no Brasil*. São Paulo: Aste, 1993.
- RIBEIRO, Boanerges. *Protestantismo e cultura brasileira: aspectos culturais da*

- Implantação do protestantismo no Brasil*. São Paulo: Livraria O Semeador, 1981.
- _____. *Protestantismo no Brasil Monárquico, 1822-1889*. São Paulo: Pioneira, 1973.
- ROCHA, João G. *Lembranças do Passado*. Rio de Janeiro, DF: Centro Brasileiro de Publicidade, volume 1, 1941, volume 2, 1944.
- ROLIM, Francisco C. *Dicotomias religiosas: ensaio de sociologia da Religião*. Petrópolis: Vozes, 1996.
- RUIZ, Castor B. *Os paradoxos do imaginário*. S. Leopoldo: Unisinos, 2004.
- SANTA ANNA, Julio de. *Protestantismo, Cultura y sociedad – Problemas y Perspectivas de la fé en América Latina*. Buenos Ayres: La Aurora, s/d.
- SANTOS, Edwiges R. *O Imprensa evangélica: diferentes fases do jornal no contexto brasileiro predominantemente católico dos anos 1864-1892*. [Dissertação de Mestrado] Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2006.
- SARGENTINI Vanice, (org). *Michael Foucault e os domínios da linguagem*. São Carlos: Editora. Claraluz, 2004.
- SCHIMITHER, Philippe. *Reflexões sobre o conceito de política*. In: *Curso de introdução a Ciência Política*, 2. ed. Brasília: UNB, 1984, p. 31-39.
- SCHULTZ John. *O Exército e a política*. São Paulo: Edusp, 1978.
- SCHUNEMANN, Rolf. *Do Gueto à participação – o surgimento da consciência sócio-política na IECLB entre 1960-1975*. Dissertação de Mestrado, IEPG/EST. São Leopoldo, 1992.
- SCHWARTZMAN, Simon. *Bases do Autoritarismo Brasileiro*. São Paulo. Editora Campus, 1988.
- SEGATTO, José A. *Breve História do PCB*. São Paulo. Livraria Ciências Humanas, 1996.
- SILVESTRE, A.A. *Da Imprensa Evangélica ao Brasil Presbiteriano: o papel (in) formativo dos jornais da Igreja Presbiteriana do Brasil (1864 a 1986)*. (Dissertação de Mestrado) Universidade Metodista, São Bernardo do Campo 1996.
- SIMONTON, A G. *Diário 1852-1867*. trad. Daisy Moraes Barros. São Paulo: Casa Editora Presbiteriana, 1982.
- SODRÉ N.W. *A História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Civ. Brasileira, 1996.
- THIOLLENT, Michel. *Crítica Metodológica, Investigação Social e Enquete Operária*. São Paulo: Polis, 1982.
- TROELTSCH, E. *Protestantism and progress: a historical study of the relation of*

protestantism to the modern world. Boston: Beacon Paperback, 1958.

VIEIRA, D.G. *O protestantismo, a maçonaria e a questão religiosa no Brasil*. Brasília: UnB, 1980.

VILLAIN, Maurice. *Introducción al Ecumenismo*. Bilbao: DDB, 1964

WACH, Joachim. *Sociologia da religião*. São Paulo: Paulinas 1990.

WATANABE, T.B.H. *De pastores a feiticeiros: a historiografia do protestantismo brasileiro (1950-1990)*. São Bernardo do Campo: 2006. Dissertação de Mestrado em Ciências da Religião, 2006.

ZILLES, U. *Filosofia da Religião*. São Paulo: Loyola, 1996.

ANEXOS

IMPrensa EVANGÉLICA

Centro de Documentação e História Rev. Vicente Themudo Lessa.
Rua Nestor Pestana, 136, 7º andar, Consolação, São Paulo-SP.

Nome	Data	Matéria/Autor	Assunto
I.E	05.11.1864	Nota Histórica (matéria no Estandarte)	
I.E	05.11.1864	Primeiro número – programa do jornal	
I.E	19.11	Segundo número – continuação do editorial	
I.E	17.12	Liberdade de culto / Kalley	Assembléia provincial 26/11
I.E	04.03.1865	Os voluntários da Pátria	Guerra do Paraguay
I.E	18.03	Editorial problemas da imprensa	
I.E	15.04	O governo e o ensino religioso	Circular do Ministro do Império
I.E	06.05	O governo e o ensino religioso	“reação imprensa ultramontana”
I.E	15.07	S.M.o Imperador na província do Rio Grande	Guerra do Paraguay-providências
I.E	19.08	Política do paiz – religião/constituição-citação	Deputado Paula Souza
I.E	16.09	Theatro da guerra “completa humilhação do Paraguay... <i>monarcha illustrado, sábio</i> ”	.e bom”
I.E	07.10	Rendeu-se Uruguayana	Guerra do Paraguay
I.E	21.10	Retrospecto religioso	Análise
I.E	12.11	Estados Unidos – terminada a luta civil	Liberdade e escravidão
I.E	18.11	O regresso do Imperador	
I.E			
I.E	1866	Não localizado	
I.E			
I.E	05.01.1867	O antagonismo entre as instituições políticas e religiosas no paiz	Igreja x Estado
I.E	02.02	O antagonismo....	“ “
I.E	16.02	O antagonismo....	“ “
I.E	02.03	A situação do paiz	Eleições – análise
I.E	02.05	Reflexões sobre a liberdade religiosa – Apoio de A C Tavares Bastos	
I.E	15.06	Projeto de lei sobre o domingo	Projeto na Câmara dos Dep
I.E	03.08	Um projeto sobre casamento civil – Tavares Bastos	
I.E	20.12	Necrológio do missionário pioneiro - Simonton	
I.E	18.01.1868	A ancora da alma – editorial a-político	
I.E	15.02	Passagem de Humaitá pela esquadra brasileira	Guerra do Paraguay
I.E	21.03	Carta dos Estados Unidos – a um deputado da Assembléia Geral –	Exaltação EUA
I.E	16.05	Discurso de D Pedro II 09/11/1868	Explica a conjuntura

			imperial
I.E	04.07	Resultado pratico da união entre a Igreja e o Estado	Relatório do Ministro do Império
I.E	07.07.1868	Proposta de ensino livre no paiz – Cam Deput. Felício dos Santos	Demitido
I.E	17.10	O Apostolo e A Imprensa Evangélica - debate	Católicos x Protest
I.E	21.11	Washington e a machadinha – apologia	Exaltação EUA
I.E	05.12	Dez regras de T.Jefferson	Exaltação EUA
I.E	19.12	Eleição EUA – Gal. Grant	Exaltação EUA
I.E	16.01.1869	A Guerra do Paraguay- ultima fase	Guerra do Paraguay
I.E	06.03	EUA oferece mediação	Guerra do Paraguay
I.E	20.03	Paraguay - relatos	Guerra do Paraguay
I.E	17.04	Paraguay – relatos	Guerra do Paraguay
I.E	17.04	Idem	
I.E	01.05	Paraguay e ações do Gal Grant	Paraguay e exaltação EUA
I.E	01.05	Conde D’Eu no Paraguay – relatos	
I.E	15.05	Abertura das Câmaras – discurso do Imperador – conjuntura imperial	
I.E	19.01.1870	Será o Brasil catholico romano?	Igreja x Estado
I.E	19.03	Fim da guerra – morte de Lopez	Guerra do Paraguay
I.E	21.05	Fala do Trono – discurso de D.Pedro II – conjuntura imperial	
I.E	21.05	Enterro de acatholicos – Circular do Ministerio do Imperio	Estado x Igreja
I.E	18.06	O governo e o casamento civil – Ministério do Imperio	Igreja x Estado
I.E	18.06	Exma Sra Ana Nery	Guerra do Paraguay
I.E	16.07	Será o Brasil catholico romano?	Igreja x Estado
I.E	15.10	O libertador dos Estados Unidos – ex escravos nos EUA	Escravidão
I.E			
I.E	1871	Não localizado	
I.E			
I.E	16.01.1872	O Apostolo e o estado do paiz	Imprensa católica x protestante
I.E	16.01	A Maçonaria e os padres	Defesa das lojas maçônicas
I.E	17.02	O Apostolo e a Imprensa Evangelica	Imprensa católica x protestante
I.E	02.03	A liberdade religiosa	Igreja x Estado
I.E	16.03	A sociedade civil e a sociedade religiosa	Igreja x Estado
I.E	06.03	A Liberdade Religiosa e o nosso governo	Igreja x Estado
I.E	20.04	Porto Alegre – clamor da imprensa e do povo	Jesuítas
I.E	04.05	O Romanismo e a Maçonaria – Sr. Almeida Martins – padre maçom	Maçonaria
I.E	18.05	A questão maçônica romana	Maçonaria
I.E	18.05	Aviso – perseguição a imprensa protestante	
I.E	01.06	A questão maçônica romana	Maçonaria
I.E	06.07	Outro padre suspenso – Almeida Martins	Maçonaria
I.E	20.07	Conselhos às moças	Critica aos costumes

I.E	20.07	Estatística religiosa	Exaltação EUA
I.E	21.09	As Eleições - nas igrejas e aos domingos	Guarda do domingo
I.E	1873	Não foi encontrado nenhum artigo com referencias à politica	
I.E	21.01.1874	A liberdade de cultos uma utopia	Liberdade de cultos
I.E	07.03	Liberdade de cultos	Liberdade de cultos
I.E	18.06	A seita Maurer	Intolerância religiosa
I.E	01.08	A seita Maurer	Intolerância religiosa
I.E	29.08	As seitas	Intolerância religiosa
I.E	05.09	Nova seita em Santa Catharina	Intolerância religiosa
I.E	03.10	O futuro da escravidão no Brasil	Escravidão
I.E	06.12	O futuro da escravidão no Brasil	Escravidão
I.E	02.01.1875	Casamento civil	Igreja X Estado
I.E	02.01	Casamento civil - imigrantes	Igreja X Estado
I.E			
I.E	01.12.1877	Questões políticas e sociais – Dep Taunay – somente informativo	
I.E	06.10	Regressaram de sua viagem SS.MM.II	
I.E	27.09	A propaganda protestante	Igreja x Estado
I.E	01.09	Representação importante	Igreja e Estado
I.E	01.09	Os dois systemas	Igreja x Estado
I.E	21.07	Os donativos de particulares	Exaltação EUA
I.E	16.06	Monarchas christãos	Católicos x Protestantes
I.E	05.05	Expulsão dos jesuitas	Jesuitas
I.E	19.01.1876	A circular de Castelar	Escravidão
I.E	07.10	Ordenação de um ministro evangelic Antonio Pedro de Cerq. Leite	
I.E	31.01.1878	O “Liberal” citação	Liberdade de cultos
I.E	38.03	A Maçonaria	Maçonaria
I.E	04.04	Athendam ao catholicos - Club da Reforma	Igreja x Estado
I.E	11.04	Echos da Imprensa – cometários/Apologias - “supina ignorância”	Contra o Papa
I.E	02.05	Echos da Imprensa – “um papa favorável á liberdade---seria milagre”	Contra o Papa
I.E	16.05	Echos da Imprensa “bullas condenatóras da maçonaria – mais grave que 1873”	Maçonaria
I.E	30.05	O começo da Imprensa no Brasil	Histórico
I.E	06.06	Petição –Casamentos a-catholicos	Igreja X Estado
I.E	29.08	Os partidos políticos e o Vaticano / Socialismo e Maçonaria	
I.E	24.10	O Socialismo – “elevar os pobres...conduziria ao maior estado de barbarismo”	Reflexão bíblica
I.E	05.12	Typographia a vapor	Publicidade
I.E	02.01.1879	O Domingo nos Estados UNidos	Guarda do domingo
I.E	16.01	O Domingo nos EUA “desenvolvimento natural de um povo”	Guarda do domingo
I.E	06.02	Ao governo de S.M. o Imperador – pastores de igrejas evangélicas	Registro civil
I.E	20.03	A Igreja e o Estado - secularização dos	Igreja x Estado

		cemitérios – Saldanha Marinho	
I.E	03.04	Aos dignos representantes da nação – elegibilidade dos acatólicos	Direitos Políticos
I.E	17.04	Exma Sra Elisabeth Blackfor - Morte	Mulher
I.E	12.06	Instrução –ex ministro Sr Lencio de Carvalho / Lib religiogiosa	Liberdade do Ensino
I.E	18.06	Questão dos acatholicos é derrubada – votos favoráveis (lista)	Direitos Políticos
I.E	11.09	Liberdade individual/Independencia –“ 7 de setembro”	Igreja x Estado
I.E	25.09	Registro civil	
I.E	02.10	Representação –casamento civil e secularização dos cemitérios	Igreja x Estado
I.E	09.10	Chronica	Imprensa
I.E	25.10	A essência do paganismo e a do christianismo –E.C.P -	Catolicos x Protestantes
I.E	31.10	Chronica – A seca	Economia
I.E	31.10	Elegibilidade dos acatholicos – gabinete de Silveira Martins	Direitos Políticos
I.E	29.11	Inelegibilidade dos Católicos “por serem submissos ao Syllabus” – “Decisão acertada”	Direitos Políticos/ Tutela – Ingl.
I.E	13.12	Imprensa Evangélica –“epoca de transição” E.C.P	Análise de conjuntura
I.E	08.01.1880	Imprensa evangelica – “ periodo de transição para um, estado melhor” “Vintém”	Análise de conjuntura
I.E	08.01	Chronica “começoubem...manifestações populares contra a monarquia”	Análise política
I.E	16.01	Ainda não terminou a questão do vintem	Análise política
I.E	14.02	Familia Maçonca	Maçonaria
I.E	21.02	Resultados do vintém - critica	Análise política
I.E	13.05	Duque de Caxias – morte	
I.E	03.07	Os theatros “mofam as virtudes”	Costumes
I.E	17.07	Carta patente de tenente-coronel a Santo Antonio	Informativo/em tom de sátira
I.E	28.08	Canmdidatos ao Ministério Evangélico - ECP Zacharias Miranda	Interesse Institucional
I.E	09.10.1880	O escravo – poema	Escravidão
I.E	16.10	Secularização dos cemitérios	Igreja x Estado
I.E	23.10	Zacharias de Miranda - licenciado	Interesse Institucional
I.E	30.10	Eduardo Carlos Pereira	Interesse Institucional
I.E	06.11	Votação de mulheres nos EUA - “eleições dos distritos escolares”	Direitos políticos
I.E	06.11	Visconde do Rio Branco - morte	
I.E	20.11	Sermão abolicionista	Escravidão
I.E	24.12	Um preto brasileiro - racismo na Alemanha?	Escravidão
I.E	31.12	A IMPRENSA evangélica para 1881 - programa do jornal	Editorial
I.E	25.01.1881	Comments da redacção – Aniversário de S.Paulo – infeliz/ J de Boileau	Editorial

I.E	25.01	As Loterias “ são contrárias á constituição..á lei...”	Costumes
I.E	02/1881 p.26	Reforma eleitoral –define quem é cidadão brasileiro - duas opiniões	Direitos políticos
I.E	04/1881 p.127	Senador Feijó – favorável	Católicos x Protstantes
I.E	05/1881 p.158	Candidato Católico/ Bispo do Pará	Campanha Eleitoral
I.E	09/1881 p258	O presidente Garfield –morte	Exaltação EUA
I.E	10/1881 p289	A candidatura dos bispos	Campanha Eleitoral
I.E	10/1881 p320	Liberdade religiosa	Programa Partido Republicano
I.E	11/1881p351	Mrs Garfield – sua inditosa viuva	Exaltação EUA / Mulher
I.E	20.02.1882	Rev Chamberlai - parte para EUA	Interesse Institucional
I.E	30.10	População Estados Unidos	Exaltação EUA
I.E	15.11	Club de Senhoras -Abolicionista	Escravidão / Mulheres
I.E	15.02.1883	Pedra Memorial – templo da Rua 24 de Mayo	Interesse Institucional
I.E	31.10	Coincidencias singulares – D Pedro I, d Pedro II “apartir das Santas Escripturas”	Pró Monarquia
I.E	07.06.1884	A Emancipação	Escravidão
I.E	21.06	Chronica da liberdade nacional - cronologia liberdade no Br	Escravidão
I.E	21.06	População escrava no Brazil / Diabo preto racismo na Alemanha?	Escravidão
I.E	05.06	Elemento servil / Abolicionismo na corte	Escravidão
I.E	02.08	Ablolição e Imigração	Escravidão
I.E	16.08	A Onda / Linchols - jornais abolicionistas	Escravidão
I.E	20.09	Emancipação total em Porto Alegre	Escravidão
I.E	18.10	O cristianismo e a escravidão – sermão Rv J T Houston - RJ	Escravidão
I.E	01.11	Movimento Abolicionista –jornal católico é criticado por apoiar a abolição	Escravidão
I.E	02.05.1885	A escravidão -ECP/ O jogo/ Superstição política; Ruy Barbosa	Escr/ Costumes/Campanha Eleitora
I.E	27.02.1886	A escravidão – João Francisco Lisboa	Escravidão
I.E	27.02	Direito de voto na Inglaterra -“...e 2% no Brasil”	Direitos políticos
I.E	27.03	A aranha papal – visita do impreador ao papa	Igreja x Estado
I.E	27.03	Joaquin Nabuco -Propaganda Liberal	Escravidão
I.E	10.04	A Escravidão perante o Velho Testamento - ECP	Escravidão
I.E	17.04	O Novo Testamento perante a Escravidão - ECP	Escravidão
I.E	24.04	O novo Testamento perante a escravidão - ECP	Escravidão
I.E	08.05	O crente e a escravidão – ECP -“injustiça e pecado”	Escravidão
I.E	22.05	Um abolicionista sincero –Jonas Fabrício de Pinto Melo	Escravidão

I.E	16.06	Libertação de 119 escravos - Villa Viçosa	Escravidão
I.E	24.07	O Protestantismo e a escravidão –Joaquim Nabuco questiona católicos	Escravidão
I.E	21.08	Questão da Abolição –reflexão sobre a Lei do Sexagenário -	Escravidão
I.E			
I.E	1887	Não localizado	
I.E	1888	Não localizado	
I.E	18.05.1889	Fala do Trono – discurso de D Pedro II	
I.E	10.08	Acertadíssimo – imposto para padres	Intolerância protestante
I.E	09.11	Um quarto de século – comemorativo	Interesse institucional
I.E			
I.E	1890	Não localizado	
I.E	03.01.1891	O Domingo	Guarda do domingo
I.E	24.01	Congratulação Americana - Independencia	Exaltação EUA
I.E	28.02	Nova Constituição e Presidente	Política nacional
I.E	18.04	As continencias constituição	Constituição
I.E	11.07	Sedição no Pará -/ A Escravidão	Oposição/ Escravidão
I.E	25.07	A Constituição Paulistana	Ensino/religião/cemitérios
I.E	25.07	Direitos do cidadão mineiro	Casamento civil/ Lib culto
I.E	15.08	Os tres grandes inimigos do Brasil: escravidão-monarquia -romanismo	
I.E	26.09	Fantismo -Pernambuco	Intolerância protestante
I.E	03.10	O mais rico - Rotschild	Exaltação EUA
I.E	17.10	Casamento civil	Igreja x Estado
I	28.11	D Pedro de Alcântara – falecimento do ex imperador do Brasil “compatriota ilustre”	
I.E	26.12	O Reverendo - artigo	Interesse institucional
I.E	05.01.1892	O Reverendo uma opinião	Interesse institucional
I.E	23.01	Não são todos pretos	Racismo/escravidão
I.E	30.01	O Reverendo –Manuel Jose C da Costa	Interesse institucional
I. E.	06.02	Porque não Reverendo – opinião J H Nelson	Interesse institucional
I.E	13.02	O Reverendo A da Costa	Interesse institucional
I.E	11.06	O Papa e a Republica	
I.E	25.06	O Brazil e o Evangelho justificativa bíblico-teologica do progresso americano	Exaltação EUA
I.E	25.06	O positivismo, o e a Republica	
I.E	22.05	O Reverendo J W Wolling	Interesse institucional

O ESTANDARTE

Arquivo do Escritório Central da Igreja Presbiteriana Independente do Brasil
Rua Amaral Gurgel, 452, Centro, São Paulo-SP

Museu da Igreja Presbiteriana Independente do Brasil
Rua Genebra, 180, 4º andar, Centro, São Paulo- SP

Nome	Data	Matéria/Autor	Assunto
OE	17.11.1894	15 de Novembro – Carvalho Braga/General Ozório	
OE	06.04.1895	100º ano da independência dos E.U.A – Grover Cleveland (transcr.)	
OE	10.05.	O crente e a revolta – A Campos	
OE	01.06.	Joaquim Saldanha Marinho (falecimento) – capa	
OE	01.06.	O grande morto – Ilva	
OE	06.07.	Marechal Floriano Peixoto (falecimento) – capa	
OE	13.06.	Floriano enfermo-visitado pelos crentes	
OE	07.09.	7 de setembro – J.M.Higgins	
OE	28.09.	Recenseamento do districto federal – A Noticia	
OE	16.11.	Estatística religiosa – Lauresto	
OE	10.12.	Reminiscências históricas	
OE	04.04.1896	O Protestantismo é uma nullidade –ECP	
OE	18.04	Presidência do Estado dr. Campos Salles	
OE	22.08.	Os jesuítas e a Republica	
OE	22.08.	José de Anchieta –conf. de Eduardo Prado	contra erguer uma estátua dele
OE	29.08.	Glorificação da roupeta	contra Anchieta
OE	05.09.	Anchieta e o carrasco –John M.Kyle	
OE	12.08.	Notas Históricas	Jesuitismo
OE	14.11.	Anchieta –Alvaro Reis Capa comemorativa do 15 de novembro	
OE	12.09.	A dansa -	Contra a pratica
OE	12.09	O presidente da Republica Prudente de Moraes, doente	
OE	10.12	Anchieta – Guilherme J R Costa (metodista)	Protestantes e “acathólicos”
OE	13.03.1897	Registre-se -comentário de um escrito monarquista	
OE	27.03.	Imbecis! sobre a monarquia	
OE	22.05	Os “damnados” da Estrella –Enrique Vogel	Apologia protest e republicana
OE	05.06.	Bellezas padrescas – S (..) *assinatura maçônica	Casamento civil
OE	12.06.	Pernambuco – confronto cat x prot	
OE	26.07.	Capital Federal – eleições presidenciais	
OE	17.07.	Anchieta – Loja Maçônica de Piracicaba	Abaixo assinado maçônico
OE	14.08.	Câmara Federal –Erico Couto?	Discurso na sessão de julho

OE	28.08.	Pensamentos – contra padres	
OE	11.09.	Canudos	
OE	18.09.	Maçons Romanistas - Casamento Religioso carta aberta de Álvaro Reis aos deputados	e senadores (folheto)
OE	25.09.1897	A Maçonaria e a Igreja –apologético	
OE	02.10.	Notas Históricas – sobre o protestantismo holandes no Recife	
OE	02.10.	Fanáticos – combate no RGSul	
OE	30.10.	Aglomerações fanáticas - Ceará, Bahia, Pernambuco	
OE	13.11.	O atentado contra Prudente, matou Carlos M Bittencourt	
OE	20.11.	O padre de Pederneiras e a Republica – Belarmino Ferraz	
OE	04.12.	Barbaridades – agressão de católicos contra Manoel Machado	
OE	11.12	Sentido!... o editor fala pelo Estandarte – FINANÇAS	
OE	15.01.1898	Luthero e as festas – costumes	
OE	22.01.	Clero catholico (relata mortes de padres) estatísticas?	
OE	05.03.	Bárbaro assassinato – carta ao governador – Georg W.Butler	
OE	12.03.	Bárbaro assassinato –A C	
OE	19.03.	Fanatismo - sobre Antonio Conselheiro	
OE	23.06.	Novo Canudos	
OE	24.09.	Suicídio e Missa – críticas ao pagamento de serviços	
OE	19.11.	O novo governo	Posse de Campos Salles
OE	26.11.	Manifesto Inaugural de Campos Salles	Discurso de posse
OE	10.12.	Manifesto Inaugural - continuação	
OE	17.12.	O dr. Campos Salles e a confiança “sua excia deposita confiança em tudo, menos em	Deus...”
OE	26.10.1899	Eleições Federais – contra o voto no domingo	
OE	09.11.1899	Eleições Federais “não podemos nos, os crentes evangélicos, ir às urnas no sancto dia	do Senhor...”
OE	16.11.	Eleições Federais “ciosos de nossos direitos políticos, protestamos contra essa lei que	ou nos priva...”
OE	23.11.	Contra a Constituição – contra abusos	Art. 72 /5º
OE	23.05.1901	Retrogrado – contra missa campal na Capital Federal	
OE	28.08.	Perigo Imminente – Revisão da Constituição - Lauresto	questão: Estado e Religião
OE	16.09.	Candidatos á Presidência –Lauresto (cita a const. Americana que se cair ao domingo,	fica marcada para o dia seguinte
OE	04.09.	Perigo Imminente II –Lauresto	
OE	11.09.	Escravos em religião, escravos em política – apologético, compara protestantismo e	catolocismo

OE	11.12.1902	Morte de Prudente de Moares	
OE	30.04.1903	Os crentes e a política “não somos infensos á idéia...”	
OE	16.06.1904	O americanismo –favorável	
OE	10.11.	Probidade dos homens públicos – corrupção dos políticos	
OE	07.09.1905	O 7 de setembro “a iluminação que nos promete ser deslumbrante é fornecida pela	Light and Power...”
OE	16.11.	15 de novembro	
OE	22.04.1909	Desacato – apologético	
OE	02.09.	Candidatos á Presidência - Hermes x Ruy Barbosa	
OE	09.09.1909	Candidatos á Presidência “pode o crente votar no domingo?” –Lauresto	
OE	23.09	Hermes x Ruy Barbosa	
OE	23.09.	A situação política – Hermes x Ruy	
OE	30.09.	Candidatos á Presidência – Hermes x Ruy	
OE	07.10.	Hermes x Ruy – criterios para votar – Lauresto	
OE	21.10.	Eleições aos domingos – representação ao Congresso do Estado – E.C.P	
OE	21.10.	Candidatos á Presidência – Lauresto – a posição de Ruy Barbosa	
OE	11.11.	Candidatos á Presidência - críicas ao programa de RB (“católico”)	
OE	18.11.	Eleições aos domingos – discussão na câmara dos deputados	
OE	30.12.	Plataforma de Hermes –1ª parte	
OE	13.01.1910	Plataforma de Hermes – continuação	
OE	20.01.	Plataforma de Hermes e de Ruy Barbosa – comentada	
OE	10.02.	Plataforma de Hermes – Lauresto – defesa	
OE	17.02.	A plataforma religiosa	
OE	24.02.	Candidatos á Presidência – conclusão	
OE	03.03.	Presidência da Republica – apuração	
OE	03.03.	Os independentes e o marechal –F. Pereira Junior	
OE	20.10.	Eleições municipais – domingos	
OE	02.11.1911	Pastoral do Sínodo Independente sobre Eleições	
OE	09.03.1911	Partido Republicano Conservador II parte-Lauresto	
OE	08.12.1910	Partido Republicano Conservador I parte-Lauresto	
OE	03.08.1911	Partido Republicano Conservador III parte – Lauresto	
OE	03.08.1911	Lauresto – Retrato na Primeira Página - Homenagem do jornal	
OE	22.02.1912	Protestantismo e Política – Othoniel Motta	
OE	22.02.	Eleições –1º de março – Candidato a Senador: Lauresto	
OE	14.03	Pela Pátria – Apuração das eleições (Lauresto...1.843 votos)	

OE	28.11.	Pode um romanista ser republicano?	
OE	28.11.	Jornaes Evangélicos – V Themudo Lessa – um balanço	
OE	13.12.1913	A crítica e a democracia “o brasileiro tem orgulho em ser perdulário...”	
OE	29.01.1914	O manifesto Liberal/a situação do paiz	
OE	15.01	Democracia e Mediocracia – apontamentos	
OE	21.05.	Paz e desarmamento – apontamentos	
OE	10.09.	Boletim Semanal da Guerra (extraído d O Estado de S.Paulo)	
OE	12.02	Lutero, Zwinglio e o Protestantismo	
OE	27.01.1916	A Magna Carta revisão constitucional	
OE	25.08.1918	Bençam da Bandeira – Lauresto E. (<i>seria o mesmo?</i>)	
O E	19.08.1919	Egreja e Política - Elias José Tavres – apologético	
OE	04.08.	A Democracia na Egreja e no Estado –C.	
OE	15.11	Governo da Republica – discurso de Eptácio Pessoa	
OE	07.01.1920	Liberdade de Pensamento (ilustração na capa) contra monarquistas	
OE	07.01.1920	A Egreja e o Estado – transcrição da Constituição do Governo Provisório de 1890	
OE	16.09.1920	Memória sobre a Imprensa Evangélica – T. Lessa	
OE	13.01.1921	A Imperatriz - capa	Texto de D.Pedro de Alcântara
OE	03.02	Uma candidatura (auto-apresentação Dr. Nicolau)	
OE	03.02	Aos crentes e Amigos:indica programa Diário Pop e Est de SP de 25 e 29/01/1929	
OE	05.03	As eleições Dr. Nicolau relata resultado das eleições	
OE	05.03	Congresso Constituinte – 24/02/21	
OE	19.05	O centenario da independencia	
OE	02.06	A dansa e os bailes (texto incompleto...cont na pág. 9)	
OE	16.06	Convenção – presidencia da República	
OE	11.08	Os crentes e a futura presidencia da Republica transcrição de artigo de O Combate	De 05.07.21-pró Nilo Peçanha
OE	22.08	O presidente da República – Eptácio Pessoa	
OE	22.08	A eleição de 1922 – Dr. Nicolau - pró Nilo Peçanha	
OE	08.12	As eleições –aos crentes e amigos – Dr. Nicolau – instruções sobre alistamento	
OE	19.01.1922	O clericalismo do Dr Arthur Bernardes – Dr. Nicolau	
OE	16.02.	Eleições presidenciais –saudações de Nilo Peçanha ao Dr. Nicolau	
OE	16.02	Pleito presidencial – “imprensa governista” desinformação	

OE	23.03	As eleições de 1º de março - análise do Dr. Nicolau – nº de votos, etc...	
OE	29.03	Eleições estaduais –candidatura do Dr Nicolau/motivos – senado estadual	
OE	13.04	Eleições estaduais – cont. do “programma” do Dr Nicolau	
OE	20.04.	Eleições estaduais – Dr. Nicolau –p.IV, contra eleição aos domingos	
OE	11.05	Eleições estaduais – resultados/despedidas – Dr Nicolau	
OE	07.09	Sete de setembro -Alfredo Borges Teixeira	
OE	16.11	Capa comemorativa – Viva a Republica	
OE	16.11	Os protestantes e a pátria pg. 4 – (incompleto)	
OE	16.11	15 de novembro - editorial	
OE	30.11	Os protestantes e a pátria – Alfredo B. Teixeira	
OE	07.12	Eleições municipais – Alfredo B. Teixeira – incentivo	
OE	22.03.1923	Ruy e Eduardo - morte de líderes – Theophilo -	
OE	12.04	Eduardo e sua candidatura a deputado	
OE	06.09	Liberdade e Auctoridade – ECP	
OE	06.12	Eleições federaes – p. 6 incompleto – Dr Nicolau	
OE	20.12	Eleições federaes –algumas sugestões – Dr Nicolau	
OE	17.01.1924	Póde um crente ser um político? - Dr Nicolau	
OE	24.01	Eleições aos domingos – Dr Nicolau	
OE	31.01	Eleições aos domingos – Dr Nicolau	
OE	31.01	Eleições federaes –17.02.24 – Sigismundo “não crente”– pró Nicolau	
OE	28.02	Eleições no domingo - parecer da Com de Justiça da Câmara	
OE	06.03	Eleições no domingo – resposta ao parecer ?	
OE	06.03	Eleições federaes – luz e sombras - explicações/cobranças/lamentos	
OE	27.03	Eleições federaes – Dr Nicolau ...’até a próxima”	
OE	18.02	Voto feminino	
OE	26.03.1925	Pretenções clericais	
OE	08.10	A reforma constitucional	
OE	08.10	Liberdade religiosa – favor 89 60 contra	
OE	12.11	A Constituição Brasileira –emendas – discurso Wenceslau Escobar	
OE	16.11	A Constituição Brasileira –emendas-discurso.. Joaquim Salles	
OE	10.12	A Constituição Brasileira – emendas-discurso – Fonseca Hermes	
OE	17.12	A Constituição Brasileira – emendas-discurso – Fonseca Hermes	
OE	24.12	A Constituição Brasileira – emendas-	

		discurso – Fonseca Hermes	
OE	31.12	A Constituição Brasileira – emendas-discurso – Fonseca Hermes	
OE	07.01.1926	A Constituição Brasileira – emendas-discurso – Basílio Magalhães	
OE	07.01	A Constituição Brasileira – emendas-discurso – Batista Luzardo	
OE	25.02	A Constituição Brasileira – emendas-discurso – Basílio Magalhães	
OE	04.03	A Constituição Brasileira – emendas-discurso – Basílio Magalhães	
OE	11.03	A Constituição Brasileira – emendas-discurso – Basílio Magalhães - CONCLUSÃO	
OE	18.03	A Constituição Brasileira – emendas-discurso – Leopoldo Oliveira	
OE	25.03	A Constituição Brasileira – emendas-discurso – Adolpho Bergamini	
OE	01.04	A Constituição Brasileira – emendas-discurso – Lindolpho Collor –enc.votação	
OE	24.06	Presidente da República 26-30 –W.Luiz	
OE	16.08	Dr Washington Luiz - recebe evangelicos	
OE	28.10	O Presidente eleito e a liberdade de consciencia -	
OE	1927	O dever do povo – da Folha da Manhã – Mario Pinto Serva	
OE	17.02	Imprensa paulista 1º centenario	
OE	24.02	A base moral –educaçãocivismo	
OE	31.03	O clericalismo a representação nacional – Mario Pinto Serva	
OE	21.04	O crtte do cabelo – Guedes de Souza	
OE	05.05.27	Dr Carlos de Campos – falecimento	
OE	27.05	Perseguição religiosa	
OE	23.06	A superioridade das nações protestantes	
OE	07.07	Veto - centenario de Fco de Assis/ Centenário de Deodoro	
OE	04.08	Liberdade de Imprensa	
OE	01.09	O comunismo – José Elmo	
OE	15.09	A liberdade nos Estados Unidos	
OE	06.10	Pela moral - Itália	
OE	13.10	A Imprensa – seu papel/Pela Moral – costumes	
OE	20.10	Pela Moral – Polícia de Costumes	
OE	03.11	O governó do Rio G. do Sul – sobreVargas	
OE	03.11	Indulto aos insubmissos do exercito	
OE	15.12	Senatoria – candidatura Dr Nicolau	

O JORNAL BAPTISTA

Arquivo da Convenção Batista de São Paulo

Rua Dr. Homem de Mello, 440, Perdizes São Paulo-SP

A coleção de Jornais de 1901 a 1928 encontra-se em processo de digitalização na Convenção Batista Brasileira, situada no Rio de Janeiro na Rua Senador Furtado, 56, Centro.

06.01.1921

“a história d’O Jornal Baptista e a história da Casa Publicadora Baptista tem andado entrelaçadas ao menos até poucos annos atrás, e é quase impossível separa-las. (...) a criação desse jornal tinha-se tornado uma grande necessidade por 3 motivos principaes: a necessidade da evangelização, necessidade de instruir os crentes, necessidade de defender a causa Baptista não somente dos ataques romanistas, mas igualmente dos ataques dos nossos irmãos aspergistas”

(Theodoro R.Teixeira –secretario redaccional) 06.01.1921

Nome	Data	Matéria/Autor	Assunto
JB	06.01.1921	HISTÓRICO DO JORNAL – Theodoro Teixeira	
JB	13.01	Liga das Nações – paz no mundo	
JB		Varias – serviço militar (sorteio)	
JB	10.02	Carnaval	
JB	17.02	Eleições federaes – Dr. Nicolau	
JB	03.02	As egrejas baptistas e a democracia	
JB	03.02	De carroceiro a presidente dos EUA – Harding	
JB	03.02	Os yankees e o Brasil – favorável EUA	
JB	17.11	O Portal da paz –paz no mundo?	
JB	08.09	Sete de setembro	
JB	08.09	O romanismo e as candidaturas –Arthur Bernardes	
JB	22.02.1923	Infiltração americana - discussão	
JB		Centenário da independência brasileira; Casa Publicadora expõe livros	
JB	15.03	Coronel Santo Antonio reclama soldo	
JB	06.09	Ford fabrica 6500 carros por dia	
JB		A lei secca / o falecimento do presid Harding	
JB	13.09	Quem desnacionaliza	
JB	20.09	A febre amarela no Brasil/ Política interna e externa do novo presid EUA	
JB	27.09	Ecos do Congresso Baptista Mundial	
JB	04.10	Protesto dos cristãos evangélicos – contra estátua do Cristo Redentor	Igreja x Estado
JB	08.11	Eleições federaes - Dr. Nicolau	Campanha Eleitoral
JB	15.11	O 15 de novembro e a educação –ñ faz referencia a data	
JB	22.11	O 15 de novembro “o bello regimem”	Civismo
JB	22.11	Patriotismo e catholicismo -	Igreja x Estado
JB	22.11	Ao eleitorado evangélico - Dr. Nicolau	Campanha Eleitoral
JB	29.11	O Exercito americano “o menor exercito	Exaltação EUA

		do mundo”	
JB	29.11	Reduzindo impostos - EUA	Exaltação EUA
JB	03.01.1924	Eleições federaes – algumas sugestões -= Dr Nicolau	Campanha Eleitoral
JB	07.02	Aviso urgente – fiscaes – Dr Nicolau	Campanha Eleitoral
JB	28.02	Eleições no domingo –União das Igrejas Congregacionais	Guarda do domingo
JB	17.04	Eleições federaes “triste resultado que não esperava” Dr Nicolau	Campanha Eleitoral
JB	17.04	Despedida – “se unam as Ligas Patrióticas Evang’ Dr Nicolau	Campanha Eleitoral
JB	30.10	A Reforma Constitucional	Constituição
JB	13.11	Salve 15 de novembro “mensagem de Deodoro a D Pedro II”	Procl. Republica
JB	18.12	Morte do Rv F.M.Edwards –“a bandeira americana em lágrimas”	
JB	07.05.1925	Salve o 13 de maio	Escravidão
JB	07.05	As emendas religiosas – “petição no congresso”	Constituição
JB	08.10	Eco das emendas religiosas	Constituição
JB	10.12	Liga Patriótica Evangelica “qualificação entre os crentes”	Campanha Eleitoral
JB	02.09.1926	Menção ap (?) texto longo rememorando a data p. 5,13 s/ identificação	?
JB	11.11	O novo governo a começar a 15/11/1926	Constituição
JB	11.11	Washington Luiz Pereira e Souza - biografia	Constituição
JB	11.11	15 de novembro	Procl. Republica
JB	01.09.1927	7 de setembro – ind do Brasil “grande festa da família brasileira”	
JB	10.11	15 de novembro “denodados patriotas”	Procl Republica
JB	1929	Nenhum tema de interesse	- - - -
JB	1930	Não localizada no acervo	
JB	01.01.1931	Mensagem aos batistas do mundo	Institucional
JB	12.03	A Maçonaria e a revolução	Maçonaria

IMPrensa EVANGELICA

PUBLICA-SE ~~em~~

N. 1

Sabbado 5 de Novembro

1864

IMPrensa EVANGELICA

PROSPECTO

Temos perlustado todas as classes da sociedade com o designio de lhe prestarmos de um modo proporcionado ás suas mais legítimas exigencias na esphera religiosa. Em toda parte achamos disposição para conversações santas, desejo ardente de reformar o coração, esforços de uma alma afflicta por se reconciliar com Deos. — Não importa isto um protêsto solemne, de que não vivemos só para este mundo, senão também para um outro mundo, que infallivelmente nos espera, logo que a morte nos transforma?

O homem, porém, parece ter no peito, á hora da devoção, um coração inteiramente differente daquelle que revela sua vida commum. — Aqui, seus actos não correspondem á religião que professa; e, se alli se mostra escrupuloso em praticar acções que lhe acarretarão a justiça de Deos, não se mostra menos naquellas que não revelão algum amor a Deos: nem sempre a santidade de suas obras confirma seus bons propósitos, raras vezes imitando a Jesus Christo aquelles que mais publicamente o confessão.

No meio do cháos de idéas religiosas, que actualmente os homens, inutil fóra descobri-lhes as fontes d'onde borbulha o mal, se cura-lo lhes não applicassemos meios. A propagação do Evangelho, pela vivificação da devoção doméstica, pelo órgão de uma folha, particularmente a isso consagrada, eis da nossa parte a applicação dos meios.

Se de nossos esforços não conseguirmos vingar o mínimo do nosso designio, ainda assim nos lisonjearemos jubilosos, por havermos cumprido com o nosso dever.

Tal é a única missão da Imprensa Evangelica. Sahirá ~~com~~ um numero de 8 paginas que, além dos artigos de fundo, conterá um noticiario universal de interesse puramente evangelico.

Com o progresso de nossa Igreja, iremos dando á nossa folha o desenvolvimento que lhe convém, por publicações variadas, que, sem se afastarem de seu principal objecto, lhe procurarão o attractivo da novidade nas fórmás.

Este trabalho, não tendo em vistas senão os interesses exclusivamente religiosos da sociedade em geral, como em particular do individuo, estranho á toda e qualquer ingerencia em politica, a todos é consagrado; porém com muita particularidade o dedicamos áquelles para quem a religião de Jesus Christo ainda não se tornou cousa indifferente, e, no meio da perversão universal de seus principios divinos, não trahirão ainda o dom mais precioso de Deos — a liberdade de consciencia perante o Evangelho.

Considerações sobre a religião.

Todas as religiões têm em commum o fim que pretendem conseguir. Todas ellas reconhecem como axioma fundamental, que a raça humana padece tantas e tão grandes necessidades, que é mister um remédio sobrenatural. Qualquer systema que não reconheça a necessidade de buscarmos fora de nós as forças indispensaveis á nossa felicidade, não passa de um systema philosophico. O sobrenatural é a linha divisoria entre a philosophia e a religião. Todas as theorias philosophicas se basão na crença de que a reabilitação do genero humano no seu todo, tanto como do individuo, está no desenvolvimento e aperfeiçoamento dos dotes do corpo e do espirito, com que a natureza nos beneficia. Não ha religião alguma que negue este principio, sustentando a impotencia radical do homem, e a necessidade de promacões em outra parte as forças que a philosophia, com vista curta, pretende achar em nós mesmos. Essa necessidade de adjutorio sobrenatural, é o ponto de par-

EXPOSITOR CHRISTÃO

PUBLICAÇÃO QUINZENAL DA EGREJA METHODISTA BRAZILEIRA

VOL. III	ASSIGNATURAS Por anno . . . 25000 Por seis meses . . . 15000	S. PAULO, 1 DE DEZEMBRO DE 1889	ASSIGNATURAS PARA O EXTRANGEIRO Por anno . . . 45000 Por seis meses . . . 25000	N. 8
----------	--	---------------------------------	--	------

EXPEDIENTE

Pedimos o favor a todos de renovar, em tempo, as suas respectivas assignaturas, esperando que aquelles, que não satisfizeram a sua importância, o façam o mais breve possível, e que fiquemos summamente gratos.

No caso de haver irregularidade na recepção da nossa folha, por parte de nossos assignantes, pedimos-lhes que reclamem immediatamente, para se demos as devidas providencias.

As correspondentes e colaboradores do "Expositor" pedimos que mantenham as originaes em tiras escriptas de 15 ad. lado.

Toda a correspondencia relativa a esta folha deve ser assim dirigida: Rev. J. L. Kennedy, Redactor do "Expositor Christão" São Paulo.

EXPOSITOR CHRISTÃO

15 de Novembro

7 de Setembro assigna a independência da nação brasileira; 5 de Maio marca a epocha gloriosa da emancipação dos escravos do Brazil; porém 15 de Novembro, é hoje, e o dia mais glorioso na historia desta grande nação. Pois traz mais do que a liberdade dos nossos corpos. Com elle raiou a liberdade de consciencia, a liberdade religiosa.

O povo brasileiro é um grande povo; porém por ter sido a sua consciencia escravizada e cauterizada por seculos pelos grilhões do monismo e Jesuitismo, elle não em pôde desenvolver-se.

Agora, pois, que está removido o peso do velho systema monarchico, que estão estabelecidas as ideias livres do republicanismo federativo, não ha duvida que haverá progresso desenvolvimento rapidos em todos os sentidos.

15 de Novembro é um dia muito auspicioso. Pois, para todos os cidadãos, elle prognostica equalidade e justiça; para o povo inteiro elle vaticina impostos menos pesados e oppressivos, um systema mais liberal e geral de instrucção. Elle prediz uma cultura mais perfeita do solo e um desenvolvimento mais rapido das suas minas e riquezas inexgotaveis, que, até hoje, jazem enterradas no seio da terra.

Alinda mais, elle presagia para o commercio grande prosperidade, e que é melhor de que tudo, este glorioso dia augura para todas as classes a mais plena liberdade religiosa e de consciencia, de modo que ninguém, quer catholico, quer acatholico seja estigmatizado pelas convicções solidas e honestas que abraça.

Em seguida transcrevemos resumidamente os mais importantes eventos que se deram nos ultimos dias.

A REVOLTA

Em 15 de Novembro de 1889 revoltou-se o exercito contra o governo imperial, e estando o povo, o exercito e a armada nacional de commum accordo, foi preso e demittido o ministerio 7 de Junho, e feita a Proclamação da Republica.

O nome da nova Republica é: ESTADOS UNIDOS DO BRAZIL.

DECRETO N. 1—DE 15 DE NOVEMBRO DE 1889

O governo provisório dos Estados Unidos do Brazil decreta:

Art. 1. Fica proclamada provisoriamente e decretada como a forma de governo da nação brasileira—a Republica Federativa.

Art. 2. As provincias do Brazil, reunidas pelo laço de federação, ficam constituindo os Estados Unidos do Brazil.

Art. 3. Cada um desses estados, no exercicio de sua legitima soberania, decretará opportunamente a sua constituição definitiva, elegendo os seus corpos deliberantes e os seus governos locais.

Art. 4. E, quanto, pelos meios regulares, não se proceder á eleição do Congresso Constituinte do Brazil e bem assim á eleição das legislaturas de cada um dos estados, será regida a nação brasileira pelo governo provisório da Republica; e os novos estados pelos governos que hajam proclamado ou, na falta destes, por governadores delegados do governo provisório.

Art. 5. Os governos dos estados federados adoptarão com urgencia todas as providencias necessarias para a manutenção da ordem e da segurança publica, defesa e garantia da liberdade e dos direitos dos cidadãos, quer nacionaes, quer estrangeiros.

Art. 6. Em qualquer dos estados, onde a ordem publica for perturbada e onde faltarem ao governo local meios efficazes para reprimir as desordens e assegurar a paz e tranquillidade publicas, effectuará o governo provisório a intervenção necessaria para, com o apoio da força publica, assegurar o livre exercicio dos direitos dos cidadãos e a livre acção das autoridades constituídas.

Art. 7. Sendo a Republica Federativa Brasileira a forma de governo proclamada, o governo provisório não reconhece nem reconhecerá nenhum governo local contrario á forma republicana, aguardando como lhe cumpre o pronunciamento definitivo do voto da nação, livre-

mente expressado pelo suffragio popular.

Art. 8. A força publica regular, representada pelas tres armas do exercito e pela armada nacional, de que existam guarnições ou contingentes nas diversas provincias, continuará subordinada e exclusivamente dependente do governo provisório da Republica, podendo os governos locais, pelos meios ao seu alcance, decretar a organização de uma guarda civica destinada ao policiamento do territorio de cada um dos novos estados.

Art. 9. Ficam igualmente subordinadas ao governo provisório da Republica todas as repartições civis e militares até aqui subordinadas ao governo central da nação brasileira.

Art. 10. O territorio do municipio neutro fica provisoriamente sob a administração immediata do governo provisório da Republica e a cidade do Rio de Janeiro, constituida tambem provisoriamente sede do poder federal.

Art. 11. Ficam encarregados da execução deste decreto, na parte que a cada um pertença, os secretarios de estado das diversas repartições ou ministerios do actual governo provisório.

Rio de Janeiro, 15 de Novembro de 1889—Marechal Manuel Deodoro da Fonseca, chefe do governo provisório—S. Lobo—Ruy Barbosa—Quintino Bocaynga—Benjamin Constant—Wandenkolk.

D. PEDRO DE ALCANTARA

O sr visconde de Ouro Preto telegraphou ao imperador, que se achava em Petropolis, sobre a revolta na Corte. Sua magestade, acompanhada da imperatriz e de seus seminaristas, desceu de Petropolis, chegando ao paço da cidade ás 3 horas da tarde. Logo depois chegaram o conde e condesa d'Eu.

A familia imperial passou o tempo ao velho palacio, que estava bem guardado por um contingente de carabineiros de cavallaria, sendo cada porta guardada por tres praças.

Segundo a ordem do governo foi prohibida a entrada a toda e qualquer pessoa no edificio.

MENSAGEM A D. PEDRO

E' esta a mensagem textual, que o chefe do governo provisório dirigiu ante-hontem ao sr. d. Pedro de Alcantara, solicitando a sua retirada e de sua familia do territorio brasileiro:

—Senhor—Os sentimentos democraticos da nação, ha muito tempo preparados, mas despertados agora pela mais nobre reacção do caracter

nacional contra o systema de violencia, de corrupção, de subversão de todas as leis exercidas n'um grau incomparavel pelo ministrio 7 de Junho, a politica systematica de attentados do governo imperial nestes ultimos tempos, contra o exercito e a armada, politica odiosa á nação e profundamente repudiada por esta, o estubulo dos direitos dessas duas classes, que, em todas as epochas, têm sido, entre nós, a defesa da ordem, da constituição, da liberdade e da honra da patria, a intenção manifestada nos actos de vossos ministros e confessada na sua imprensa, de dissolver as tranquillidades substituindo-as por elementos de compressão official, que foram sempre, entre nós, objecto de horror para a democracia liberal;—determinaram os acontecimentos de hontem, cujas circumstancias conluctas, e cujo caracter decisivos certamente poderão avaliar.

«Em face desta situação, prezados dizer-vol-o, e não fazemos senão em cumprimento do mais exacto dos deveres, a presença da familia imperial no paiz, ante a nova situação que lhe criou a resolução irrevogavel do dia 15, seria absurda, impassivel, e provocadora de desgostos, que a salvação publica nos impõe a necessidade de evitar.

«Obediendo, pois, ás exigencias urgentes do voto nacional, com todo o respeito devido á dignidade das funções publicas que acabais de exercer, somos forçados a notificar-vos que o governo provisório espera do vosso patriotismo o sacrificio de deixardes o territorio brasileiro, com a vossa familia no mais breve termo possivel.

«Para esse fim se vos estabeleceu o prazo maximo de 24 horas, que contamos não tentareis exceder.

«O transporte vosso e dos vossos para um porto da Europa correrá por conta do Estado, proporcionando-vos para isso o governo provisório um navio com a guarnição militar precisa, effectuando-se o embarque com a mais absoluta segurança da vossa pessoa e de toda a vossa familia, cuja commodidade e saude serão zeladas com o maior desvelo na travessia e continuando-se a contar-vos a dotação que a lei vos assegura, até que sobre esse ponto se pronuncie a proxima assembleia Constituinte.

«Estão dadas todas as razões afim de que se cumpria esta deliberação.

«O paiz conta que sabreis imitar na submissão aos seus desejos o exemplo do primeiro imperador em 7 de Abril de 1831—Rio, 16 de Novembro de 1889—Manoel Deodoro da Fonseca.»

O Estandarte

ORGAN PRESBYTERIANO INDEPENDENTE.

Pela Corôa Real do Salvador.

"Arvorae o estandarte às gentes" — Is. 62. 10

ANNO XXVIII

S. PAULO, 7 DE JANEIRO DE 1920

NUMEROS 1 e 2

A EGREJA E O ESTADO

O marechal Manoel Deodoro da Fonseca, chefe do Governo Provisorio, constituido pelo Exército e Armada em nome da Nação, decreta:

Art. 1.º E' prohibido á auctoridade Federal, assim como á dos Estados Federados, expedir leis, regulamentos, ou actos administrativos, estabelecendo alguma religião, ou vedando-a, e crear differenças entre os habitantes do paiz, ou nos serviços sustentados á custa do orçamento, por motivo de crenças ou opiniões philosophicas ou religiosas.

Art. 2.º A todas as confissões religiosas pertence por igual a faculdade de exercitarem o seu culto, regerem-se segundo a sua fé, e não serem contrariadas nos actos, particulares ou publicos, que interessam o exercicio deste direito.

Art. 3.º A liberdade aqui instituida, abrange não só os individuos nos actos individuaes, senão também as egrejas, associações e institutos em que se acharem aggrupados, cabendo a todos o pleno direito de se constituirem e viverem collectivamente, segundo seu credo e a sua disciplina, sem intervenção do poder publico.

Art. 4.º Fica extinto o padroado, com todas as suas instituições, recursos e prerogativas.

Art. 5.º A todas as egrejas e confissões religiosas se reconhece a personalidade juridica para adquirirem bens e os administrarem sob os limites postos pelas leis concernentes á propriedade de não-morta, mantendo-se a cada uma o dominio da seus haveres actuaes, bem como seus edificios de culto.

Art. 6.º O governo federal continúa a prover á congrua sustentação dos lectaes serventurarios do culto catholico, e subvencionará por um anno as cadeiras dos seminarios; ficando livre a cada Estado o arbitrio de manter os futuros ministros desse ou de outro culto sem contravenção do disposto nos artigos antecedentes.

Art. 7.º Revogam-se as disposições em contrario.

Sala das sessões do Governo Provisorio da Republica dos Estados-Unidos do Brasil, 7 de Janeiro de 1890. 2.º da Republica. — Manoel Deodoro da Fonseca. — Amílcar da Silveira Lebo — Ruy Barbosa — Benjamin Constant Botelho de Magalhães — Eduardo Wandenkolk — M. Ferraz de Campos Salles — Demetrio Nunes Ribeiro — Quintino Bocayuva.

EXPEDIENTE

PUBLICAÇÃO SEMANAL

Assignatura annual 10\$000

Gratis aos Ministros do Evangelho

REDACÇÃO:

Redactor responsavel: EDUARDO CARLOS PEREIRA

Secretario e thesoureiro: VICENTE THOMAS LESSA

Redactores auxiliares:

J. A. CORREIA e ALBERTINO PINHEIRO

ENDERECO: Caixa 300 — São Paulo

OFFICINAS: Rua Visconde de Ouro Preto, 26

SUMMARIO

Anno Novo. — Epaminondas M. do Amaral.
Tribuna Evangelica.
Deus precisa de nós. — Othoniel Motta.
O pinheiro de Natal. — L. P. M.
A questão social perante o Direito.
O Romanismo em foco. — C.
Anno novo — Anno bom. — Dr. Laureato E.
«Tu es Petrus». — Dr. Vitor Coelho de Almeida.
Pela fé e pela patria. — Matt. Gomes dos Santos.
Calvino. — Boléo.
O insensato. — Herculano de Gouvêa.
Anno bom. — A. A. Ribeiro da Silva.
Um sine qua non. — Chedye Brady.
Annotando. — A. Grellet.
A professora da Escola Dominical. — D. Menezes.
Obediencia até a morte. — L.
Registro. — Factos e noticias.

O Jornal Baptista

RED. — R. SÃO JOSÉ N. 22
Tel. C. — 3068

Redactor — T. R. Teixeira

Publicação Semanal

Orgão da Convenção Baptista Brasileira

Officinas: Rua Cons. Magalhães Castro, 22
Editado pela Junta de Escolas Dominicaes e Mocidade
Director-Geral — S. L. Watson

CAIXA POSTAL 352
RIO DE JANEIRO

Gerente — I. S. Gonçalves

ANNO XXV

Outubro 15 de 1925

N. 42

Ainda a Queda das Emendas Religiosas

Por motivo da queda das emendas religiosas, os ultramontanos perderam de todo as estribeiras. O seu principal organ, "A União", tarjou de luto, em homenagem, disse elle, ao Bom Senso morto, porque a gente da Igreja de Roma, que tudo monopoliza, julga-se a possuidora unica dessa apreciavel qualidade humana, quando é justamente a que mais falta tem della. Os redactores do dito jornal mostram-se verdadeiramente desatinados, xingando, insultando todos aquelles que concorrerem mais ou menos para a morte dos "inoffensivos" filhotes da onça. Dessas arremetidas nem sequer são poupados os leaders governistas no Congresso, nem ainda o proprio Presidente da Republica, a quem quasi endeusavam desde antes da sua ascenção ao poder, porque julgavam que elle seria o instrumento pelo qual satisfariam a sua politica ambiciosa. Isto, porém, tem a grande vantagem de mostrar aos que governam, a todas as pessoas de bem e de responsabilidade quanto ao bem estar do povo e da nação, a indole hypocrita, traiçoeira e interesseira do romanismo. Elle é o que sempre foi, um aliado de qualquer governo — bom ou mau, magnifico ou pessimo — enquanto elle docilmente, se deixar manobrar á feição da sua politica cupida e absorvente; mas no momento em que o seu interesse for contrariado, elle rugindo, furioso, como a leão despojada da presa.

"Religião" e "patriotismo" são termos sonoros de que elle se aproveita muito bem, por condescendencia das pessoas cultas, e ignorancia da grande maioria das pessoas incultas. Elle nem tem religião nem patriotismo. (Referimo-nos, não ao povo catholico, geralmente sincero, mas illudido). Não tem religião, porque o que elle faz a pretexto della, é politica, para augmentar os lucros, prerogativas e vantagens do clero, contra o povo, illudido, explorado, annullado. Sim, senhores, o povo catholico nada manda na igreja; a sua missão é, graças ás ameaças das penas do inferno e do purgatorio, e ás promessas de um céu que a igreja não pôde dar, obedecer e pagar, para o clero viver á tripa forra. Não tem patriotismo, porque os interesses da Patria elle subordina aos interesses do papa, que é um estrangeiro até na propria Italia. A attitudo audaciosa e insolente do romanismo tem desde todos os tempos provocado a mais justa repulsa dos governantes ciosos da sua dignidade, que elle taxa logo como inimigos rancorosos e perseguidores da igreja, quando elles apenas defendem o dominio da autoridade civil, contra a invasão clerical. Um exemplo actual muito honroso e digno de nota, é o presidente do Mexico, cujas declarações opportunissimas entre nós, transcrevemos adiante, do "El Herald Christiano", de Santiago, Chile, que por sua vez as transcreveu de "La Estrella de la Mañana".

Para elucidação do leitor, devemos dizer antes, que no Mexico, tendo recentemente sido separada a Igreja do Estado, este nacionalizou todas as propriedades ecclesiasticas. Logo depois levantou-se um movimento para uma igreja catholica nacional, independente de Roma, dirigido pelo patriarcha Perez, movimento a que o Governo não pôe empecilho algum, antes offerece os mesmos direitos, privilegios e garantias que dá á igreja dependente do papa, e a qualquer outro credo religioso. Esta é a attitudo mais justa e coerente de qualquer governo, de accordo mesmo com o espirito e a letra do puro Christianismo, que reconhece e respeita a autoridade civil, mas não quer ter com ella relação de associação, soberania ou dependencia; e que apenas quer della o respeito e a garantia do livre exercicio das suas actividades, em relação aos individuos e á sociedade, por meio das igrejas.

"O PRESIDENTE CALLES, DO MEXICO, SOBRE O ESTADO E A RELIGIÃO

Em assumptos religiosos o Governo não reconhece religião alguma; para elle, todas são iguaes e todas respeitaveis. Assim é que se os catholicos mexicanos necessitam de templos para o exercicio do seu culto, por serem estes nacionaes; têm direito a solicita-los, de accordo com a lei. Si o patriarcha Pérez necessita de algum dos templos que estejam em poder do Governo, que não seja o da Soledade, porque já está destinado ao serviço da Secretaria de Instrução Publica, ser-lhe-á dado. Com respeito aos parochos catholicos que estejam officinando em alguns dos templos, se um delles, de accordo com o sentir dos seus párochianos, quizer fazer a sua parochia independente do clero romano, ser-lhe-á prestado todo o apoio para o conseguir. Faço constar que sei, pelas declarações de alguns proeminentes membros da Igreja Apostolica Romana, que pretendem provocar na Republica, uma agitação indebita; e sei tambem que em muitas parochias se promovem campanhas de desobediência ás leis da Republica e ao Governo. Já dei instrução a todas as autoridades da Republica para que ajam com energia contra todos estes padres e dignitarios da Igreja Catholica Romana, de qualquer categoria que se jam, entregando-os ás autoridades judicias, e se fechem os templos onde se trame essa conspiração. Tambem darei as ordens necessarias ás autoridades do pais para que sejam expulsos do territorio nacional todos os padres estrangeiros que transgridam a Constituição, resolvido como estou a fazer, que as leis sejam absolutamente respeitadas, e que a ordem publica não seja alterada."

Eis ahí um chefe de governo que não teme as caretas do clericalismo, e tem coragem sufficiente para pôr os devidos embargos ás suas conspirações.

A Igreja Presbiteriana Independente do Brasil está de luto com a morte do Dr. Nicolau Soares do Couto Esher.

A sua Mesa Administrativa tomou sobre si o encargo de promover a reunião de hoje para que se pudesse prestar, publicamente, homenagem à memória do velho companheiro que foi o iniciador da campanha de que resultou a organização da Igreja Presbiteriana Independente. O Conselho da 1.ª Igreja aderiu imediatamente a essa merecida homenagem abrído as portas do seu templo para o culto "in memoriam" que hoje realizamos.

Não quis a Providência Divina que o dr. Couto Esher assistisse às reuniões comemorativas do 40.º aniversário da Igreja celebrado a 31 de julho, chamando-o Deus ao seu descanso poucos dias antes.

O seu nome será sempre lembrado entre nós, pela vida útil e proveitosa que soube viver.

Desde os primeiros anos de sua mocidade o dr. Nicolau Couto Esher teve as suas atenções voltadas para os problemas de interesse da Igreja Evangelica Nacional e a sua pena foi a maior defensora de todos os nossos direitos e a mais encarniçada propagandista contra todos os extremismos que, agindo no seu âmbito de ação, procuraram se imiscuir nas igrejas, trazendo após si muitos males.

Espírito liberal e franco, o seu testemunho de cristão se fez sentir na sociedade em que viveu e se refletiu em todas as nossas igrejas evangélicas.

Alguns dados de sua vida são apresentados nas linhas que se seguem.

Honra à sua memória!

* * *

O Dr. Nicolau Soares do Couto Esher era natural do Rio de Janeiro, onde nasceu a 30 de julho de 1867, sendo seus pais William Richard Esher, norte americano de origem irlandesa e Henriqueta Soares do Couto.

Fez os seus estudos iniciais na Escola Americana em S. Paulo transferindo-se mais tarde para o Rio de Janeiro, aí se diplomando em 1888 como farmacêutico e em outubro de 1893 como médico. Celebrou o seu jubileu de formatura com poucos companheiros ainda vivos, tendo-lhe faltado poucos meses para festejar também o cinquentenário como médico.

Naquele ano de 1893, por ocasião da Revolta da Armada inscreveu-se no Batalhão Acadêmico tomando parte saliente em varios combates, sendo depois destacado para servir no Hospital de Sangue do Exército. Nesse posto foi chamado pelo Governo do Estado, quando presidente o dr. Bernardino de Campos, para acompanhar como cirurgião, as forças estaduais e federais que seguiram para o sul afim de evitar a entrada dos revoltosos que, por Itararé, ameaçavam invadir o Estado.

Almenara

Orgão da Primeira Igreja Presbiteriana Independente de S. Paulo

Registrado conforme o Decreto 24.776 de 14-7-934

Director: Benedito Novais Corêas
Redactor responsável: Benjamin Thomado Loure
Redactor auxiliar: Roberto Escobar Pires

Correspondência e Colaboração
Rua Arcoverde, 225 — S. PAULO

Ano XVII

São Paulo, 24 de Agosto de 1943

N.º 167

Dr. Nicolau Soares do Couto Esher

Ainda antes de terminar o curso, fez parte da comissão medica que o Governo estadual organizou afim de combater a epidemia de febre amarela que devastava o interior do Estado. Ao lado de Vital Brasil, Vieira de Melo, Valentim Browne, Diogo de Faria

convênções da Associação Cristã de Moços), Inglaterra, Belgica, França, Portugal e Espanha.

Recentemente, por ocasião da revolução de 1932 alistou-se no posto medico e prestou bons serviços aos nossos soldados.



e outros desempenhou a sua missão em Campinas, Juiz, Itú, etc, recebendo merecidos elogios pela sua atuação.

Anos depois, clinicando em S. Paulo, veio a ser inspetor sanitario, destacado como chefe para Bananal, onde haviam aparecido casos de peste bubonica, tendo sido ainda medico da Força Pública, servindo no 2.º Batalhão, em Juiz de Fora. Foi o primeiro medico cirurgião dos planos inclinados da S. Paul. Railway, e, mais tarde, na qualidade de medico do "Lloyd Brasileiro" percorreu toda a costa brasileira, de Manaus até Porto Alegre. Fez viagens de estudos e de recreio aos Estados Unidos (como representante de seu pais numa das

Fra socio titular da "Sociedade de Medicina de S. Paulo.

"LIVRO DOMINICAL"

As pessoas que visitaram a familia Couto Esher aos domingos, conhecem o LIVRO DOMINICAL onde todos consignavam algum texto biblico ao lado de seu nome.

Onze volumes constam do arquivo do dr. Nicolau e, na abertura do primeiro deles encontramos a seguinte introdução:

"Em fins de 1880 é que no seio de minha familia começou este costume de, aos domingos, cada pessoa da familia e dos que estivessem de visita





DR. JOAQUIM SALDANHA MARINHO

Presidente honorario do Senado,
Senador pelo Estado do Rio de Janeiro, ex-deputado pelo Amazonas, Ceará, Pernambuco,
Rio de Janeiro e ex-presidente de Minas Geraes e S. Paulo

Nascido em Pernambuco em 4 de Maio de 1816
e fallecido na Capital Federal em 27 de Maio de 1895

Homenagem da Igreja Presbyteriana Brasileira.

Estandarte

ORGAN PRESBYTERIANO INDEPENDENTE.

Pela Coroa Real do Salvador

"Arvora o estandarte ás gentes"—Is. 62:10.

ANNO XXX S. PAULO, 16 DE NOVEMBRO DE 1922 NUMERO 46

1889-1922



Viva a Republica!

EXPEDIENTE

PUBLICAÇÃO SEMANAL

Assignatura annual 10\$000

Para o Extranjeiro 15\$000

Gratis aos ministros do Evangelho

REDACÇÃO

Redactor responsavel: EDUARDO CARLOS PEREIRA

Redactores Auxiliares: JOSE' MAURICIO HIGGINS

J. A. CORRÊA E ALBERTINO PINHEIRO

Thesoureiro: DR. ADOLFO HEMPEL

— ENDEREÇO: Caixa 300—S. Paulo —

SUMMARIO

15 de Novembro.—Bento Ferraz.
Os protestantes e a patria.—Alfredo Teixeira.
As duas perguntas do athen.
Jesus.—Daniel Cesar.
Acção Clerical.—C.
Uma pagina da historia patria.—Velho Paulista.
A Fraternidade christã.—A. F. Torres.
Terra sem dono.—Anna. O. Mirandeira.
O Asilo.—Othoniel Motta.
O Norte perante o Synodo.—M. Machado.
A Questão do sabbado.—Vicente Themudo.
Escola Dominical.—Evonilo Marques.
Semana Universal de Oração.
Notas de Huzios.—Aureliano Fonseca.
Importante Documento.—José Bento de Godoy.
Os conquistadores.—Regulo.
Como ser ou tornar-se bella.—Albina P. de Campos.
Domingo Universal da Biblia.—H. C. Tucker.
Maranhão.—T. Moraes.
Convenção Sul-Americana.
Pela Scara Independente.
Fatos e Noticias.